

Os jovens estão indo embora?

Juventude rural
e a construção de um ator político



Elisa Guaraná de Castro – Máira Martins –
Salomé Lima Ferreira de Almeida – Maria Emilia Barrios Rodrigues –
Joyce Gomes de Carvalho

Os jovens estão indo embora?

Juventude rural
e a construção de um ator político



Mauad X

Copyright © by
Elisa Guaraná de Castro, Maíra Martins,
Salomé Lima Ferreira de Almeida, Maria Emilia Barrios Rodrigues e
Joyce Gomes de Carvalho, 2009

Direitos desta edição reservados à
Mauad Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar
Lapa – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20241-110
www.mauad.com.br

Em coedição com a
Editora da Universidade Rural (EduR)
Rodovia BR 465, km 07, sala 102 P1
Tel.: (21) 2682.1210 – R.: 3274
edur@ufrjr.br
www.editora.ufrjr.br

Projeto gráfico:
Núcleo de arte/Mauad Editora

Foto da capa:
Douglas Mansur – Novo Movimento

Capa:
Paula Cavalcanti

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

J77

Os jovens estão indo embora? : juventude rural e a construção de um ator político / Elisa Guaraná de Castro... [et al.]. - Rio de Janeiro : Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009.

il.

Inclui bibliografia, índice e anexos

ISBN 978-85-7478-313-0

1. Juventude rural - Brasil - Atividades políticas. 2. Movimentos sociais - Brasil. 3. Desenvolvimento rural - Brasil. I. Castro, Elisa Guaraná de

09-5334.

CDD: 305.230981

CDU: 316.346.32-053-6

Índice

Índice de Gráficos — 8

Índice de Tabelas — 11

Siglas Citadas — 12

Agradecimentos — 15

Apresentação — 19

Introdução — 23

- Observação, entrevistas e outros processos na busca de uma etnografia dos eventos — 24
- Levantamento da produção acadêmica — 29
- Levantamento de documentação — 30
- Levantamento quantitativo – Perfil dos jovens participantes de eventos dos movimentos sociais rurais — 31
 - O instrumento — 32
 - 1ª fase da pesquisa: eventos *de juventude* — 33
 - O universo investigado — 34
 - 2ª fase da pesquisa: eventos nacionais dos movimentos sociais rurais — 35

CAPÍTULO 1 — Vencendo a invisibilidade — 39

- Juventude como campo temático e a invisibilidade da juventude rural — 40
- Panorama do campo de estudos sobre a juventude rural no Brasil — 46
 - Produção por tipo de publicação — 48
 - Artigos, resumos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa — 48
 - Livros — 48
 - Teses, dissertações e monografias — 49
 - Produção por região do país — 50
 - Artigos, resumos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa — 51
 - Livros — 51
 - Teses, dissertações e monografias — 51
 - Produção por área do conhecimento — 53

De filhos a jovens: um mapeamento dos temas e categorias dos estudos sobre juventude rural — 55

A emergência da juventude rural nos movimentos sociais, no âmbito governamental e não-governamental — 61

Juventude nos movimentos sociais:

recuperando elementos da história recente — 62

Programas do governo federal para a juventude rural — 65

Principais organizações não-governamentais/institutos ou associações e seus programas e ações voltados para a juventude rural — 66

Comparando a atuação dos agentes — 67

CAPÍTULO 2 — O perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais. Em foco, a diversidade — 69

O perfil dos jovens dos movimentos sociais: indicadores sociais — 71

Idade — 71

Sexo — 73

Estado Civil — 78

Origem — 82

Cor, raça, etnia — 84

Religião — 86

Trabalho, acesso à terra e renda — 87

Acesso à terra — 88

Trabalho e renda: no campo e na cidade — 93

Educação e tempo livre — 103

Escolaridade e frequência escolar — 103

Tempo livre — 115

Comportamento — 118

Participação e sindicalização — 125

Percepção sobre a permanência no meio rural — 130

Juventude rural engajada e os desafios para a cidadania da juventude rural — 135

CAPÍTULO 3 — O peso das subalternidades. Antigas e novas questões: gênero e diversidade sexual — 139

Resgatando a história recente

dos movimentos sociais rurais de mulheres no Brasil — 140

A *casa* e a *rua* e o controle social sobre as mulheres:

uma história de dominação e violência — 144

Movimentos sociais, família e organização política:
caminhos de controle e participação política — 146
Diversidade sexual: invisíveis dentre os invisíveis — 155

CAPÍTULO 4 — Juventude rural: a construção de um ator político — 161

Geração e juventude nos movimentos sociais rurais — 161
 Renovação, geração de família, geração de movimento — 163
A construção de um novo ator político
nos movimentos sociais rurais no Brasil — 167
Juventude: novas leituras e práticas políticas
nos movimentos sociais rurais — 178
 Místicas, marchas, acampamentos
 como espaços performativos da juventude — 179

**CONCLUSÃO — Os desafios no processo de construção
de um ator político — 191**

Bibliografia — 197

Anexos — 207

Caderno de fotos — entre as páginas 160 e 161

Índice de Gráficos

1. Entrevistas qualitativas — 26
2. Entrevistas individuais com jovens, por sexo — 26
3. Produção acadêmica por ano — 47
4. Tipo de obra (%) — 47
5. Produção por tipo e por ano — 48
6. Teses, dissertações e monografias por ano — 49
7. Produção por tipo e região — 50
8. Total de produção das universidades por região — 53
9. Áreas do conhecimento (%) — 54
10. Âmbito de atuação com a juventude rural — 67
11. Frequência de organização e ações com ou para a juventude rural — 68
12. Jovens nos eventos de juventude, segundo a faixa etária (%) — 72
13. População total residente em área rural, segundo a idade - Brasil (%) — 72
14. População de 15 a 32 anos residente em área rural, segundo a idade - Brasil (%) — 73
15. População total residente em área rural, segundo o sexo e a idade - Brasil (%) — 73
16. População de 15 a 32 anos residente em área rural, segundo o sexo e a idade - Brasil (%) — 74
17. Jovens da PJR e Contag, segundo a faixa etária e o sexo (%) — 75
18. Jovens dos eventos nacionais, segundo a faixa etária (%) — 76
19. Jovens dos eventos nacionais, segundo o sexo (%) — 76
20. Jovens dos eventos *de juventude*, segundo o estado civil (%) — 78
21. Jovens dos eventos *de juventude* com filhos (%) — 78
22. Jovens da PJR, segundo o estado civil e o sexo (%) — 79
23. Jovens da PJR com filhos e por sexo (%) — 79
24. Jovens dos eventos nacionais, segundo o estado civil (%) — 80
25. Jovens dos eventos nacionais, segundo o sexo dos que se declararam solteiros ou casados (%) — 80
26. Jovens mulheres dos eventos nacionais com filho(s) e por estado civil (%) — 81
27. Jovens homens dos eventos nacionais com filho(s) e por estado civil (%) — 81
28. Jovens dos eventos nacionais, segundo o local de nascimento (%) — 83
29. Jovens dos eventos nacionais, segundo a cor/raça (%) — 84
30. População de 15 a 32 anos, segundo a cor/raça - Brasil (%) — 85
31. Jovens dos eventos nacionais, segundo a religião (%) — 87

32. Jovens dos eventos *de juventude*, segundo a condição na terra e trabalho (%) — 91
33. Jovens dos eventos nacionais que moram com os pais (%) — 92
34. Jovens dos eventos nacionais, segundo a principal relação com a terra (%) — 92
35. Jovens dos eventos nacionais com posse de terra (lote, propriedade, posse) (%) — 93
36. População de 15 a 32 anos, segundo a situação do domicílio e a ocupação - Brasil (%) — 95
37. População de 15 a 32 anos, segundo a situação do domicílio, atividade e sexo - Brasil (%) — 95
38. Jovens dos eventos nacionais, segundo a(s) atividade(s) com renda (trabalho remunerado) (%) — 96
39. Jovens dos eventos nacionais, segundo a(s) atividade(s) remunerada(s) no campo (%) — 97
40. Jovens dos eventos nacionais, segundo a(s) atividade(s) remunerada(s) na cidade (%) — 98
41. Jovens dos eventos nacionais, segundo renda aproximada na(s) atividade(s) no campo, em salário(s) mínimo(s) (%) — 99
42. Jovens dos eventos nacionais, segundo renda aproximada na(s) atividade(s) na cidade, em salário(s) mínimo(s) (%) — 99
43. Jovens dos eventos nacionais, segundo renda aproximada nas atividades remuneradas no campo e na cidade, em salário(s) mínimo(s) (%) — 100
44. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade(s) não remunerada(s) (%) — 101
45. Jovens dos eventos nacionais, segundo o sexo e a renda aproximada nas atividades remuneradas no campo e na cidade, em salário(s) mínimo(s) (%) — 102
46. População estudantil residente de 15 a 32 anos, segundo a situação do domicílio, sexo e série que frequentava - Brasil (%) — 105
47. Jovens que estão estudando x jovens que não estão estudando (%) — 106
48. Grau de escolaridade dos jovens que estão frequentando a escola (%) — 107
49. Grau de escolaridade dos jovens que pararam de estudar (%) — 108
50. Jovens que gostariam de voltar a estudar (%) — 110
51. Jovens dos eventos *de juventude*, segundo motivos de abandono escolar (%) — 112
52. Jovens do MST e da Contag quanto ao grau de escolarização pretendida (%) — 114
53. Formas de lazer apontadas pelos jovens quando não estão trabalhando (%) — 116

54. Formas de lazer apontadas pelos jovens que não podem ser exercidas no campo (%) — 117
55. Jovens que já tiveram sua primeira relação sexual (%) — 119
56. Jovens que usaram preservativos em sua primeira relação sexual (%) — 120
57. Jovens que usam preservativos em suas relações sexuais (%) — 120
58. Principais motivos que levaram os jovens a não utilizar métodos preservativos na primeira relação sexual (%) — 121
59. Diversidade sexual (%) — 122
60. Jovens que fumavam ou fumam cigarro de tabaco (%) — 123
61. Faixa etária com que os jovens experimentaram ou começaram a fumar cigarro de tabaco (%) — 123
62. Bebida – Você costuma beber com que frequência? (%) — 124
63. Faixa etária com que os jovens experimentaram ou começaram a beber bebida alcoólica (%) — 125
64. Local de atuação dos jovens do MST (%) — 126
65. Local de atuação dos jovens da Contag (%) — 127
65. Jovens que fizeram algum curso de formação política (%) — 128
66. Jovens que participam de organizações de juventude (%) — 129
67. Em qual organização da juventude você atua? (%) — 130
68. Jovens que desejam ficar na terra (campo) (%) — 131
69. Jovens que acham que vão ficar na terra (campo) (%) — 131
70. Você acha que os jovens da sua região estão saindo do campo? (%) — 132
71. Principais motivos apontados pelos jovens para a migração dos jovens(%) — 133
72. Jovens que já sentiram discriminação/desrespeito por serem do campo (%) — 134
73. Local onde os jovens se sentiram discriminados/desrespeitados por serem do campo (%) — 134
74. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade remunerada e escolaridade (%) — 136
75. Jovens dos eventos nacionais, segundo a situação de estudo e o estado civil (%) — 137

Índice de Tabelas (Anexos)

Tabelas referentes à Introdução

1. Amostra referente aos eventos *de juventude* — 207
2. Amostra referente ao V Congresso Nacional do MST, por estado — 208
3. Participação no Congresso:
Delegações credenciadas – V Congresso do MST — 209
4. Amostra referente à II Plenária Nacional da Contag, por estado — 210
5. Número de delegados por
Comissão Temática referente à II Plenária da Contag — 211

Tabelas referentes ao Capítulo I

6. Total de produção das universidades por região e ano — 212
7. Universidades que mais produziram — 213
8. Distribuição de teses, dissertações e monografias por Programa de Pós-graduação e por ano — 214
9. Categoria juventude, ano e problemáticas — 216
10. Organizações da juventude nos movimentos sociais rurais — 216
11. Eventos organizados por movimento social rural — 217
12. Órgãos do governo federal e programas direcionados à
juventude rural — 218
13. Organizações/associações/instituições não-governamentais - programas e
projetos direcionados para a juventude rural — 219

Tabelas referentes aos dados da Pnad

14. População residente total
segundo situação do domicílio, sexo e idade (%) — 221
15. População residente
segundo situação do domicílio, sexo e condição na família (%) — 221
16. Número de homens e mulheres
associados e não-associados a sindicatos (%) — 221

Tabelas referentes ao Capítulo II

17. Jovens segundo a relação com o trabalho no campo e na cidade –
evento *de juventude* — 222
18. Jovens segundo curso de Graduação – evento nacional — 223
19. Porcentagem de jovens sindicalizados e sindicalização de
outro membro da família (%) — 223

Siglas Citadas

- ABA** – Associação Brasileira de Antropologia
Alas – Congresso Latino-americano de Sociologia
Alasru – Congresso Latino-americano de Sociologia Rural
Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
Anpocs – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conjuv – Conselho Nacional de Juventude
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Foi fundada em 22 de dezembro de 1963, por trabalhadores rurais de 29 federações de 18 estados brasileiros. Resultou do processo de transformações no meio rural brasileiro, como a organização em sindicatos e a necessidade de integração dos sindicatos rurais a uma confederação que os unificasse e articulasse as lutas em nível nacional.)
CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Edur – Editora da Universidade Rural
EJA – Educação para Jovens e Adultos
Ence – Escola Nacional de Ciências Estatísticas
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Fapur – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Feab – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Fetraf-Brasil – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (É uma organização de ordem sindical de formação recente, que nasce em novembro de 2005, já atingiu 22 estados do país. Fruto do processo de reorganização do sindicalismo rural iniciado na Região Sul, principalmente a partir da criação da Fetraf-SUL em 2001.)
Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

Funrural – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GTB – Grito da Terra Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Iica – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (Tem como marco de criação o ano de 1989, quando foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com representantes de todo o país. O objetivo da construção de uma organização nacional foi fazer frente aos planos de construção das grandes barragens.)
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas (Constituiu-se em movimento autônomo, articulado em 1983, primeiramente com o nome de OMA – Organização de Mulheres Agricultoras. Passa a ser chamado de MMC a partir de 2004.)
MMM – A Marcha Mundial das Mulheres (É uma ação do movimento feminista internacional. Suas primeiras manifestações ocorreram em 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha 6000 grupos de 159 países e territórios. No Brasil, o movimento está organizado e presente em muitas manifestações.)
Mocase – Movimiento Campesino de Santiago del Estero
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores (Realiza o 1º Encontro Nacional no Rio Grande do Sul em 2000 e tem como principal preocupação articular os pequenos produtores familiares. Atualmente, está organizado em cerca de 12 estados do Brasil.)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Foi formado a partir da união de várias lutas e processos de resistência de trabalhadores rurais que ocorriam de maneira isolada em diversos estados do país na década de 1980. O 1º Encontro Nacional do MST, ocorrido em janeiro de 1984, pode ser considerado o marco de criação da organização no país.)
MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OIJ – Organização Ibero-americana de Juventude
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organizações Não-governamentais
PJ – Pastoral da Juventude.
PJR – Pastoral da Juventude Rural (Foi criada em 1983, no interior do Rio Grande do Sul e no sertão da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, como uma das pastorais da CNBB. Propõe o protagonismo da juventude no campo. Usa e se articula com grupos de jovens das “comunidades”, que se organizam para produzir alimentos em busca da soberania alimentar do Brasil.)
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnera – Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Prонера – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRuralRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV – Universidade Federal de Viçosa
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
Uergs – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Muitos parceiros garantiram que a pesquisa que resultou neste livro fosse realizada. Os jovens dos movimentos sociais nos abriram as portas para que pudéssemos acompanhar seus espaços organizativos e eventos, com carinho e um cuidado todo especial. Sem a confiança que depositaram em nosso trabalho, sem a compreensão e paciência que tiveram durante o longo caminho da pesquisa, teríamos realizado um estudo a léguas de distância da *juventude* e de pouca utilidade para todos. O olhar para esse processo em movimento só foi possível com a aproximação e acolhida da Pastoral da Juventude Rural - PJR, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil - Fetraf-Brasil, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, do Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, da Via Campesina Brasil e do Movimiento Campesino de Santiago del Estero – Mocase.

Os movimentos nos acolheram e alguns de seus *militantes* foram ainda mais especiais e comprometidos com a boa realização da pesquisa. Abraçaram o projeto como parceiros e lhes devemos um especial agradecimento: Paulo Mansan, Maciel e Josefa, da PJR; Severine, Ionara e Eliane, da Fetraf-Brasil; João Paulo, Neto, Tatiana, Rafael, Diogo, Gleisa, Pedro e Gilmar Mauro, do MST; Elenice, Eryka e Armando, da Contag; Cleber Folgado, do MPA; e Gorete, da Escola Nacional Florestan Fernandes. Ainda nos contatos preliminares que foram resgatados para a composição do projeto que resultou nesta pesquisa, Joka Madruga, em 2000, foi muito importante para o contato com a PJR; João Carlos Sampaio Torrens, em 2006, para estabelecer os primeiros contatos com a Fetraf-Brasil; e Fernanda Matheus, em conversas instigantes sobre a juventude do MST.

Os apoios financeiros e logísticos representaram uma aposta em uma temática ainda pouco visível e, por isso, agradecemos a todas as instituições que nos apoiaram ao longo desses anos e para a publicação dos resultados desta pesquisa: Faperj, CNPq, UFRuralRJ, Fapur e a Edur, Nead e Iica.

No Nead, em primeiro lugar, devemos um agradecimento especial a Caio França por ter apoiado a ideia ainda em seu início, e, em diferentes momentos, contamos com o valioso trabalho e interesse de Adriana Lopes, Carlos

Guedes, Ana Lucia de Jesus Barros, Leida Farias e Ana Carolina Fleury. Na Fapur, contamos com o grande apoio de seu presidente, professor Eduardo Lima, e com o apoio técnico fundamental para a gestão financeira do projeto de José Luiz Jacintho Júnior, Claudia Brasil, Tatiana Vargas e Glória Loubaque L. Maciel.

Do Ministério do Desenvolvimento Agrário, contamos com o apoio, especialmente em 2006/2007, de Fabiano Kempfer e Marcelo Pickersgill. Na Secretaria Nacional de Juventude, agradecemos o apoio, com dados sobre políticas públicas, de José Ricardo Fonseca.

Na UFRuralRJ, agradecemos ao Decanato de Extensão pelo apoio, e ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais e ao Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, por abrigarem a pesquisa.

Outro apoio importante foram as bolsas de extensão e iniciação científica para alunas que compunham a nossa equipe. Contamos com uma bolsa de extensão da UFRuralRJ nos anos de 2006/2007 e 2007/2008 e uma bolsa de iniciação científica no ano de 2006/2007. A Faperj concedeu a bolsa de iniciação científica nos anos de 2007/2009. O CNPq concedeu bolsa de iniciação científica nos anos de 2007/2008 e 2009.

Outros parceiros foram fundamentais para as distintas etapas da pesquisa. Integraram a primeira equipe de pesquisa 2006/2007: as então estudantes da Graduação da UFRuralRJ: Andrea Cristina Matheus, Selma Fabre Dansi e Thaís Camilo Rodrigues Manso. Para a consolidação dos dados estatísticos, em 2006, do “Perfil dos Jovens Participantes de Eventos dos Movimentos Sociais Rurais”, contamos com o trabalho dedicado de Adriana Andrade, atualmente professora da UFRuralRJ, e Valéria Ferreira (mestre em Estatística Social pela Ence). A partir de 2007, com a aprovação do projeto “Estudo sobre o perfil e a composição junto aos movimentos sociais rurais do Brasil” – (Nead/Iica/MDA), a equipe foi ampliada. A então estudante de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRuralRJ Claudinez Gomes Felix foi uma integrante especial, que participou intensamente e assumiu, na etapa final da organização dos materiais, a difícil tarefa de catalogação dos documentos coletados junto aos movimentos sociais, ao governo federal e as ONG’s. Integraram ainda a equipe os estudantes da UFRuralRJ Leonardo Domingues Costa, que atuou em distintas etapas do trabalho de campo, bem como na catalogação dos documentos, e Rafael de Castro Lins, que colaborou nessa última fase.

Para o trabalho de campo nos diversos eventos que ocorreram em Brasília, contamos com um apoio incansável de Luiza Guimarães, que em muitas

incursões integrou a equipe para garantir a logística. Contamos ainda com a acolhida, em alguns casos da equipe ampliada em até oito integrantes, de Luiz Antônio Barreto de Castro. A eles devemos nosso agradecimento carinhoso.

Agradecemos ainda ao professor Alberto Di Sabatto (Instituto de Economia/UFF) pela colaboração no desenho do instrumento, na primeira ordenação dos dados estatísticos Pnad e dos dados levantados pela pesquisa. Agradecemos à Elizete Ignácio pela sua intensa participação no desenho da amostra, no trabalho de campo e treinamento da equipe na primeira e mais difícil aplicação do instrumento quantitativo, como com a ideia das fotos das camisetas dos jovens (ver o Caderno de Fotos deste livro). Agradecemos à especialista em catalogação Juliana Gomes. Ainda, para a realização do trabalho de campo e tratamento do material coletado, agradecemos pela colaboração a Luiz Vieira. Pela transcrição das muitas horas de evento e entrevista, agradecemos a Lygia Berford Guaraná e Caroline Bordalo.

Devemos um agradecimento especial à professora Margareth de Almeida Gonçalves, que não mediu esforços para que conseguíssemos realizar esta publicação. Agradecemos ainda à Íris Souza Dantas Faria, pela primeira revisão.

Um agradecimento muito carinhoso a todos os “de casa”, que nos acompanharam e torceram para que o trabalho fosse concluído. Contamos com a presença, em diversas etapas, do pesquisador-mirim Olavinho, e com o apoio, ao longo de toda essa jornada, de Olavo, Maria Lucia, Paulo Bahia, Suely, Paulo Ferreira, Helen, Aleni, Celso, Deleia, Carlos Wagner, Eliana, Giane, Erica, Carolzinha, Aline, Evandro, Catiene, Lylían, Heimar, Moema e Marilza.

Nosso carinho a todos os parceiros dessa caminhada.



Apresentação

O livro *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político* é fruto de um longo percurso e de muitas mãos. O ponto de partida foi a tese “Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural” (Castro, E.G. de, 2005), que demonstrou ser a juventude rural identificada com o problema social da migração do campo para a cidade. Um dos fatores associados a essa “saída dos jovens do campo” é a imagem de desinteresse e distanciamento do mundo rural por parte dos jovens. Contudo, observamos que, a partir de 2000, ocorre um número significativo de iniciativas organizativas no interior dos movimentos sociais rurais identificadas como *de juventude*. Essa aparente contradição gerou o projeto de pesquisa que se estendeu de 2006 a 2008, quando observamos a atuação de jovens de movimentos sociais rurais identificados como da *agricultura familiar*, como *trabalhadores rurais* e *camponeses*.

O desenvolvimento deste estudo possibilitou a observação de uma juventude rural organizada a partir da diversidade de situações sociais que hoje se apresenta no cenário da pequena produção familiar e trabalhadora rural brasileira. Cabe, é claro, discutir o que entendemos por *juventude rural*, o que será tratado no primeiro capítulo deste livro. O caminho escolhido foi olhar para os *jovens* que se organizam nos movimentos sociais rurais hoje, no Brasil, tendo como *bandeira de luta* a permanência no campo. A nossa preocupação era saber o que faz o jovem *lutar* para ficar no meio rural e quais são as questões que colaboram para que haja movimentos de juventude distintos vivenciando esse processo identitário no âmbito dos movimentos sociais rurais.

Podemos afirmar que *juventude rural*, até bem pouco tempo, era uma categoria invisível. Hoje constitui um objeto no campo acadêmico, é percebida na sociedade brasileira como uma categoria social, mas pouco identificada como uma categoria política. Que elementos colaboraram para essa alteração? E qual a extensão dessa visibilidade da *juventude rural* no cenário nacional? O exercício de analisar *juventude rural* a partir desse recorte demandou esforços na combinação de distintos métodos de investigação.

Apresentação

A pesquisa teve como intuito aprofundar o entendimento dos processos de construção da categoria *juventude* a partir de um recorte analítico que se mostrou bastante instigante. Uma primeira aproximação foi a análise da produção bibliográfica. Observamos a categoria *juventude rural* no contexto do debate acadêmico. Ao reler a produção bibliográfica e buscar identificar a riqueza das questões tratadas, observamos ainda a ausência de questões inerentes ao debate sobre *juventude*.

Outro caminho foi o levantamento de dados estatísticos e de estudos que analisam a categoria *juventude* como *população*. A leitura desses dados permitiu constatar a recente inclusão da *população juventude rural* nos diagnósticos sobre *juventude brasileira* e, assim, sua identificação como categoria social. Contudo, ao olharmos para os estudos sobre *juventude rural* e questão agrária, bem como para os espaços de gestão de políticas públicas para a *juventude no Brasil* – especialmente nas iniciativas a partir do ano 2002, quando da formalização de uma estrutura no âmbito do governo federal voltada para a *juventude* –, percebemos o pouco reconhecimento da *juventude rural* como categoria política e como categoria social relevante para investimentos de programas de políticas públicas.

Mais recentemente, a partir de 2006, observamos uma alteração na visibilidade da *juventude rural* nesses múltiplos cenários. A pesquisa acompanhou um momento de ebulição. No curto período no qual nos aproximamos dessa *juventude*, constatamos a alteração de uma identidade formal, descritiva – ou seja, que se descrevia como *população expressa em juventude rural* –, para a consolidação de uma identidade política que se apresenta, entre outras formas, como *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*.

Esse processo em ebulição nos desafiou a conciliar formas reconhecidas de investigação acadêmica com a experimentação de caminhos alternativos ou menos usados. Nesse sentido, vivenciamos uma experiência que contribuiu também para a reflexão do processo investigativo. Um resultado importante foi a relação estabelecida com os próprios jovens dos movimentos sociais. Os caminhos para a realização da pesquisa foram construídos em diálogo com esses jovens.

A experiência de três anos – durante os quais realizamos a pesquisa – teve ainda como resultado importante a formação de um grupo de jovens pesquisadores na área de Ciências Sociais e Exatas, composto por pesquisadores, mestrandos e mestres, e estudantes de Graduação.

Este tem sido um momento privilegiado, por acompanharmos um processo em curso, em que de fato *juventude* tem sido foco dos movimentos sociais rurais. A formação de lideranças que se identificam como *jovens*, a institucio-

nalização das suas organizações e a própria compreensão da juventude rural como uma categoria política são fatos hoje evidentes, ainda que permaneçam pouco investigados. Este trabalho pretende contribuir para a visibilidade e problematização do tema, de modo a reforçar a centralidade da prática política dessa geração de jovens no contexto do desenvolvimento rural atual, marcado por intensa disputa quanto aos seus rumos.

Pretendemos, com este livro, apresentar os resultados mais relevantes desta pesquisa a partir da questão de como a categoria juventude rural está organizada nos movimentos sociais rurais hoje. Os capítulos se desdobram da seguinte forma:

Introdução, que apresenta como a pesquisa foi realizada. *Capítulo 1 – Vencendo a invisibilidade*, que mostra o ponto de partida para o debate sobre juventude rural e quais as questões que nortearam a investigação sobre o tema. *Capítulo 2 – O perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais. Em foco, a diversidade*, que expõe os resultados da pesquisa quantitativa em diálogo com as reflexões etnográficas. *Capítulo 3 - O peso das subalternidades. Antigas e novas questões: gênero e diversidade sexual*, que debate a questão das desigualdades de gênero vivenciadas pelas jovens, bem como a situação específica da invisibilidade da diversidade sexual nos movimentos. *Capítulo 4 – Juventude rural: a construção de um ator político*, que trata do processo organizativo da juventude rural em busca de sua legitimação política à luz do recorte geracional. *Conclusão – Os desafios no processo de construção de um ator político*, em que recuperamos temas que alinhavaram o estudo, para observar quem são os jovens que hoje se apresentam como a juventude organizada nos movimentos sociais rurais e quais têm sido os principais desafios na construção desse ator político.



Introdução

A *juventude rural* é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria *jovem* é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um *jovem* desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. A pesquisa que motivou este livro, intitulada “Os jovens estão indo embora? A construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil”, teve como questão inicial o estranhamento a essa imagem recorrente sobre a juventude rural no Brasil. Isto é, problematizou a ideia fortemente associada à juventude rural do “ir embora”. Essa imagem da saída dos jovens do campo se contrapõe à visibilidade da organização da juventude dentro dos movimentos sociais rurais¹, especialmente na segunda metade dos anos 2000.

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam, nos dias atuais, para a tendência da saída de *jovens do campo* rumo às cidades (Abramovay e Camarano, 1999)². O “problema” vem sendo analisado através de distintas perspectivas. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos *jovens* no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho (Projeto Juventude, 2004; Carneiro, 2005; Pnera, 2005; Castro, E.G. de, 2005). Outra perspectiva tem como principal leitura a atração do *jovem* pelo meio urbano, ou, ainda, pelo estilo de vida urbano (Carneiro, 1998; 2005). A imagem de *jovens* desinteressados pelo campo e atraídos pela cidade não é

¹ Apesar de toda a controvérsia acadêmica acerca da definição de movimento social, estamos trabalhando com o entendimento de que os movimentos sociais podem ser lidos como ações coletivas de conflito que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações maiores tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro (Scherer-Warren, 1993, p.18). Dessa forma, consideramos que tanto as organizações sindicais e suas pautas reivindicatórias, como os ditos “novos” movimentos sociais podem ser incluídos nessa definição. O caso da PJR é controverso. Muitos de seus integrantes não concordam com a definição que os classifica como movimento social. Neste estudo, consideramos, na perspectiva de Scherer-Warren, que essa organização cabe nessa ampla definição de movimento social.

² Ver Deser,1999; Abramovay,1998; Carneiro, 1998; Majerová, 2000; Jentsch, B. & Burnett, J.,2000.

nova, faz parte da literatura clássica sobre campesinato³. O que coloca essa questão no foco do debate atual é o contexto da política de reforma agrária que vem sendo implementada no Brasil desde 1985⁴. Essa situação seria agravada pela tendência de migração maior entre as *jovens* (Abramovay, 1998).

A partir dessas constatações, o principal questionamento da pesquisa foi buscar respostas para melhor compreendermos esse cenário de múltiplas iniciativas organizativas a partir da identidade juventude nos movimentos sociais rurais. Desse modo, este estudo volta seu olhar para os *jovens* que se organizam nos movimentos sociais rurais hoje, no Brasil, tendo como *bandeira de luta* a permanência no campo.

No caminho percorrido durante o período 2006-2008, buscaram-se instrumentos que articulassem métodos e procedimentos qualitativos e quantitativos com o objetivo de se apreender a diversidade entre os movimentos investigados. A dimensão da pesquisa e as novas questões que surgiam reforçavam o uso de diferentes instrumentos metodológicos, tais como: observação participante de eventos; grupo focal; realização de entrevistas com gestores de políticas públicas, lideranças jovens, lideranças históricas dos movimentos sociais e com os/as jovens presentes nos eventos organizados; aplicações de questionários individuais e em grupo; levantamento de dados sobre produção bibliográfica, materiais e documentos sobre juventude rural.

Observação, entrevistas e outros processos na busca de uma etnografia dos eventos

No que tange à opção metodológica, o ponto de partida deste estudo foi realizar uma etnografia dos processos organizativos a partir de eventos – congressos, reuniões, seminários, jornadas, acampamentos - que se avolumavam no ano de 2006. Já na primeira investida, durante o II Acampamento da Juventude da Fetraf-Sul, em março de 2006, surgiram outras possibilidades, como a ideia de realizar um perfil dos jovens que participam desses eventos, bem como a proposta

³ Já no século XIX, Pestalozzi (apud Flitner, A. In: Britto, S., 1968) chamou a atenção para o “problema”. Mais recentemente, autores como Bourdieu (1962), Arensberg e Kimball (1968), Moura (1978), Heredia (1979), Champagne (1979), Woortman (1995), entre outros, tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato e, como consequência, da desvalorização do campo frente à cidade.

⁴ A principal expressão dessa política é o Plano Nacional de Reforma Agrária, centrado em uma política de assentamentos rurais e regularização fundiária em áreas de conflitos (ver site do Ministério do Desenvolvimento Agrário: www.mda.gov.br).

de levantar documentos dos próprios movimentos sociais e de construir um banco de dados que pudesse vir a ser acessível aos próprios movimentos sociais.

Ainda assim, permanecemos fiéis à empreitada de realizar observação participante dos eventos. Ao longo dos três anos de pesquisa, acompanhamos um total de dez eventos de movimentos sociais rurais, classificados em eventos *de juventude* e eventos nacionais dos movimentos sociais que não têm na juventude o público-alvo exclusivo.

Dentre os eventos *de juventude*, foram acompanhados: o II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul (Fetraf-Sul, Rio Grande do Sul, março de 2006); o Seminário Jovem Saber (realizado durante o Grito da Terra Brasil Contag, Brasília, maio de 2006); o I Seminário da Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), junho de 2006; o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (PJR, Brasília, julho de 2006); o I Seminário do Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina Brasil⁵ (Guararema, novembro de 2006); o I Seminário da Juventude da Fetraf-Sul (Chapecó-SC, fevereiro de 2008); a Reunião da Comissão Nacional de Jovens da Contag (Brasília, abril de 2008); e o I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade (Via Campesina Brasil, Niterói, agosto de 2008).

Os dois eventos nacionais organizados pelos movimentos sociais rurais, e não exclusivamente de ou para a *juventude*, foram: o V Congresso Nacional do MST (realizado em Brasília-DF, em julho de 2007) e a II Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag (realizada em Luziânia-GO, em outubro de 2007). Acompanhamos, ainda, reuniões das coordenações de juventude dos movimentos sociais rurais.

Outro campo de pesquisa foram os eventos organizados pelo governo federal, como a II Conferência Nacional de Juventude; os espaços organizados no Congresso Nacional para a formulação do Plano Nacional de Juventude (2008), como o Seminário Nacional do Plano Nacional da Juventude (2006); os espaços promovidos pelo setor empresarial, como a II Jornada de Juventude Rural, organizada pelo Instituto Souza Cruz – Luziânia (2007); e, ainda, espaços temáticos, como o I Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária – Luziânia, MST, setembro de 2006, dentre outros.

⁵ A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses, de caráter autônomo, composto por 56 organizações de países da Ásia, África, Europa e continente americano, iniciada em maio de 1993, a partir da primeira conferência da Via Campesina na cidade de Mons, na Bélgica. No Brasil, os movimentos sociais do campo que compõem a Via Campesina são: o Movimento Pequenos Agricultores, o Movimento dos Atingidos por Barragem, o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Pastoral da Juventude Rural.

Introdução

Contudo, o próprio desenrolar dos *eventos* foi outro desafio para o trabalho etnográfico. Com efeito, o ritmo e as tarefas que envolvem esses espaços de fato dificultam entrevistas com os integrantes da direção e organização do evento. Ainda assim, realizamos, nesses espaços e em momentos agendados após os eventos, um total de 59 entrevistas. Dessas, 48 foram realizadas com jovens de movimentos sociais, nove com lideranças históricas e duas com representantes de governo. Realizamos ainda dois grupos focais com jovens, um só com mulheres e outro com ambos os sexos (Gráfico 1). A maioria dos jovens e das lideranças históricas entrevistadas é do sexo masculino, o que, considerando a grande presença de mulheres nas direções de juventude, como veremos, indica uma distância entre quem ocupa o cargo e quem é reconhecido como porta-voz (Gráfico 2).

Gráfico 1. Entrevistas qualitativas

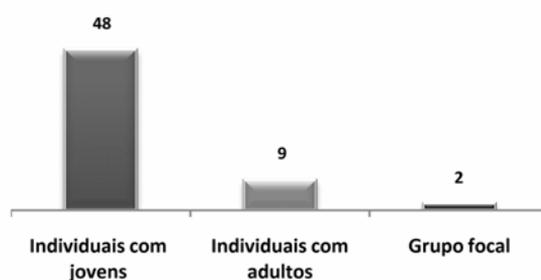
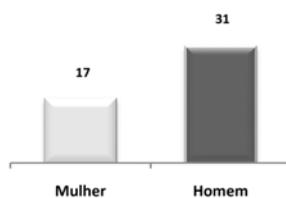


Gráfico 2. Entrevistas individuais com jovens, por sexo



A execução da pesquisa nos trouxe também uma reflexão sobre o próprio fazer etnográfico. A observação participante nesses espaços se mostrou especialmente rica, com vários caminhos envolvendo sua preparação, como veremos a seguir, a partir de situações ocorridas em dois eventos *de juventude*.

Em um dos casos, que passaremos a chamar de evento 1, o contato inicial partiu do movimento com um convite para a pesquisadora/coordenadora do projeto participar como expositora do tema juventude. Após o convite, foi solicitada autorização para as atividades de pesquisa durante o evento. Já no caso do evento 2, o contato prévio partiu da pesquisadora, que solicitou ao movimento organizador, exclusivamente por telefone e e-mail, o acompanhamento do evento. Ela não havia tido, anteriormente a esse momento, qualquer contato com os *militantes* desse movimento e, mesmo assim, foi muito bem recebida, tendo então garantido uma “entrada” e um trabalho de campo denso.

Uma primeira questão que se observa é a identificação da pesquisadora/coordenadora como uma “estudiosa” do tema juventude rural, o que contribuiu para intensificar e aproximar contatos com os próprios movimentos sociais. Por um lado, o contato por esse canal com os processos organizativos da juventude gerou satisfação, por se ver o tema ampliado em sua visibilidade, problematização e pelo acompanhamento de um momento de intensa transformação e construção da categoria juventude rural. Contudo, a dupla identificação como pesquisadora/coordenadora do projeto e como “estudiosa do tema” trouxe a preocupação com a manutenção de uma relação de equilíbrio entre essas duas inserções, para garantir que a pesquisa não se contaminasse.

Essas e outras questões estiveram presentes ao longo da experiência, nos diferentes eventos. Um episódio é revelador do devir desse processo.

Ao final do evento 1, durante o qual foi dado à pesquisa um apoio expressivo por parte da direção do movimento – o que parecia evidenciar um processo de confiança consolidado –, a pesquisadora/coordenadora foi surpreendida por uma situação que corroborou a riqueza do próprio processo etnográfico. A conversa informal entre a pesquisadora e um dirigente foi um dos exemplos de que essa relação de confiança passa por constantes avaliação e negociação.

A conversa ocorreu após o término oficial do evento. Estavam no espaço apenas a equipe de pesquisa e integrantes da coordenação do evento. Realizada em local afastado dos demais, tinha como objetivo um balanço do evento e da situação da organização do movimento em questão. A conversa começou franca, mas com certo grau de tensão no ar. A primeira pergunta partiu do interlocutor: *Bom, companheira, sobre o que vamos conversar?* E a pesquisadora seguiu o roteiro traçado pela equipe para essa apresentação inicial: explanação

sobre a pesquisa, com os objetivos dentre outros pontos, o que, aliás, já havia sido feito para a direção e para esse mesmo dirigente anteriormente. Mas ele insistiu: *Sim, mas você quer que eu te fale sobre a minha organização, você vai escrever artigos depois sobre a pesquisa, imagino. E então, como você vai tratar o que vou dizer?*

Diferente da observação participante de longa duração, nesse caso o processo que se inicia antes do evento e se intensifica no seu desenrolar, não é linear e pode ser muito mais frágil do que aparentava no momento de se lançar na proposta. E mais: a relação com as chamadas lideranças gerou situações de tensão com o grau de profundidade que o trabalho etnográfico exige.

Contudo, esse questionamento de forma direta foi muito importante, especialmente no contexto em que ocorreu: no momento pós-congresso, quando tudo parecia “bem encaminhado” e, ainda, por uma das pessoas que mais “abriram espaço” para a nossa participação.

Esse episódio, um dentre muitos, traz para o cenário um processo etnográfico que aprofunda questões, tais quais: como construir distanciamento em um espaço onde somos “mapeados” por muitas classificações? Como trabalhar o material coletado em um universo onde os principais informantes são conhecidos e reconhecidos com certa facilidade, seja pelos integrantes do próprio movimento, seja pelos de outros? E quando se trata de entrevistados facilmente reconhecidos por sua visibilidade na mídia e por seus interlocutores na sociedade? Como tratar as implicações políticas no contexto de disputas que se desenrolam durante o processo de pesquisa? Essas questões não são novas, mas reaparecem nesse contexto investigativo.

E foi dessa maneira que realizamos um intenso registro em cadernos de campo, fotografias, gravações de partes públicas dos eventos e entrevistas com lideranças reconhecidas pelas organizações como *juvens*, bem como as identificadas como lideranças históricas. Em alguns casos, o entrevistado era reconhecido nessas duas categorias.

A observação desses espaços como *eventos* (Peirano, 2002), compreendidos como momentos rituais singulares (DaMatta, 1990) e que devem ser analisados observando os distintos atores e como se posicionam em cena (Gluckman, 1987), foi o caminho trilhado. A riqueza para uma análise etnográfica nesses espaços está em acompanhar desde o processo de construção, durante e “após o evento”, pois assim é possível observar o processo de construção simbólica da categoria *juventude*, os significados atribuídos à categoria e também os conflitos e negociações.

Levantamento da produção acadêmica

Como modo de melhor conhecer o campo de trabalho e estudo sobre juventude rural no Brasil, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, que consistiu nas seguintes etapas: a) pesquisas virtuais a partir de palavras-chave⁶ em sites de universidades, anais de congressos, periódicos, revistas e bancos de dados; b) elaboração de listagem de referências bibliográficas e do instrumento de organização/classificação do material levantado; c) alimentação do banco de dados de materiais bibliográficos.

O material bibliográfico pesquisado e analisado compreendeu livros; teses de Doutorado, dissertações de Mestrado e monografias de cursos de especialização; artigos e resumos em revistas e congressos acadêmico-científicos, capítulos de livros e relatórios de pesquisas nacionais. O principal acesso à bibliografia foi através de pesquisas virtuais, embora o material bibliográfico tenha sido mapeado por meio de outros recursos, tais como análise de bibliografia citada por autores e livros em bibliotecas. As principais fontes de pesquisa consistiram em sites de universidades, anais de congressos e encontros acadêmicos⁷, periódicos, revistas e bancos de dados oficiais (Dedalus – Banco de Dados da USP, BDTD, teses e dissertações da Capes).

O levantamento foi realizado entre os meses de outubro e dezembro de 2007 e limitou-se à produção acadêmica brasileira publicada tanto dentro como fora do país. Não se estabeleceram, *a priori*, recortes temporais para a pesquisa, pois o intuito foi identificar quais eram os marcos do campo acadêmico sobre a temática.

Entretanto, por mais que não tenha sido definido um recorte temporal, a incidência da temática ao longo do tempo pode sofrer influência da disponi-

⁶ As palavras-chave utilizadas durante a fase de pesquisa foram: juventude rural, jovem rural, jovens agricultores, jovens filhos de agricultores, jovens do MST, juventude do MST, jovem camponês, juventude camponesa, jovem trabalhador rural, jovem empreendedor rural, jovem empresário rural, juventude sem-terra, jovem sem-terra, jovem do interior, juventude e agricultura familiar, geração.

⁷ Dentre os principais eventos e sites pesquisados: seminários acadêmicos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); Associação Latino Americana de Sociologia (Alas); Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs); Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober); Associação Latino-americana de Sociologia Rural (Alasru); Encontro da Rede de Estudos Rurais.

Introdução

bilidade de acesso à bibliografia e, por isso, é preciso considerar os limites e potencialidades das fontes utilizadas⁸.

Em relação à produção acadêmica da Pós-graduação (teses, dissertações e monografias), por exemplo, o recorte temporal do Banco de Teses e Dissertações da Capes, que abrange do ano de 1985 até 2006, determinou, em grande medida, a dimensão de nossa pesquisa para esse tipo de produção. Apesar dessas restrições, o levantamento trouxe um cenário rico quanto às categorias utilizadas para identificar juventude rural. Cabe observar que a procura a partir de palavras-chave apresenta um excelente retorno, por possibilitar buscá-las tanto no título da obra quanto em seu resumo, o que amplia o acesso ao leque de trabalhos relacionados ao tema da juventude rural.

O material levantado compreende considerável bibliografia, cujo objeto central é a juventude rural e um número significativo de obras que aborda o tema de maneira indireta. Optou-se por não descartá-las, já que são significativas e retratam as temáticas às quais a categoria juventude rural tem sido associada, como será visto adiante.

Levantamento de documentação

O levantamento de documentação foi realizado nos sites de movimentos sociais na internet, em suas sedes e, ainda, nos eventos regionais ou nacionais. Esses materiais produzidos pelos movimentos sociais sobre juventude e/ou para eventos *de juventude* mostraram-se bastante variáveis, desde os registros de reuniões a cartas formais ao presidente da República. As fontes são diversas, como revistas, jornais, cadernos dos núcleos de base, documentos internos, panfletos, documentos de divulgação de pautas de reivindicação, boletins, cartilha, agendas e livros. Somaram-se, ainda, materiais iconográficos e de outros tipos, como camisetas, bonés, etc.

Os documentos foram catalogados e registrados em um banco de dados específico. A metodologia para classificar os documentos se deu por meio da

⁸ A pesquisa virtual possui benefícios e alguns limites importantes a serem destacados. O benefício consiste na possibilidade de se ter acesso às informações de qualquer parte do país, bem como a parte considerável do material produzido. Todavia, há um limite no que concerne à dinâmica de organização e alimentação dos bancos de dados virtuais e bibliotecas das universidades. O principal limite consiste na dimensão temporal da bibliografia, pois há uma defasagem em relação à disponibilidade das referências, a qual varia conforme a região, o estado e a instituição de ensino. Em muitos casos, a identificação da bibliografia relacionada ao tema está restrita a poucas entradas em bancos de dados virtuais, ou, mesmo, à falta de acesso ao material ou resumo, não sendo, portanto, possível identificar a obra, principalmente ao se operar com palavras-chave.

divisão dos materiais por movimentos, por tipo de documento, por ano de publicação e pela instituição que a produziu.

Os temas abordados levantam múltiplos debates, perpassando questões como: política, cultura, manifestações artísticas, história do movimento, reforma agrária, juventude, economia, meio ambiente, cidadania, trabalho, gênero e educação. Nos movimentos sindicais, essas temáticas são acrescidas, ainda, do tema sindicalização. Observou-se uma maior quantidade de documentos nos anos mais recentes, principalmente a partir de 2005. O resultado demonstrou uma crescente presença do tema e uso da categoria juventude em materiais dos movimentos sociais. Essa foi uma importante fonte para a análise da construção da categoria política e da trajetória de legitimação da categoria no interior dos próprios movimentos.

Levantamento quantitativo – Perfil dos jovens participantes de eventos dos movimentos sociais rurais

O perfil dos jovens participantes dos movimentos sociais rurais foi construído a partir de duas fases de levantamento. A “1ª fase” foi realizada no ano de 2006 (de março a novembro) em três eventos que serão tratados por *de juventude*: no II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul (Fetraf-Sul, Rio Grande do Sul, março de 2006); no Encontro Nacional do Programa Jovem Saber (realizado durante o Grito da Terra Brasil, Contag, Brasília, maio de 2006); e no II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (PJR, Brasília, julho de 2006).

A “2ª fase” realizou-se em dois eventos nacionais organizados pelos movimentos sociais rurais, e não exclusivamente *de* ou para a juventude: no V Congresso Nacional do MST (realizado em Brasília-DF, em julho de 2007) e na II Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag (realizada em Luziânia-GO em outubro de 2007. Ainda na 2ª fase, um terceiro levantamento foi feito junto aos jovens identificados pelos próprios movimentos sociais como lideranças em eventos e reuniões de juventude regionais e/ou nacionais: no I Seminário da Juventude da Fetraf-Sul (realizado em Chapecó-SC em fevereiro de 2008); na Reunião da Comissão Nacional de Jovens da Contag (realizada em Brasília – DF, em abril de 2008); e no I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade (MST), realizado em Niterói-RJ, em agosto de 2008⁹.

⁹ O resultado do perfil de lideranças não será analisado neste livro.

Introdução

Ao todo, a pesquisa atingiu mais de dois mil jovens. As diferenças entre a 1ª fase e a 2ª fase dizem respeito não apenas ao tipo de evento em que foi executada a pesquisa, como também ao tipo de instrumento utilizado. Dessa forma, consideramos as duas fases como dois universos distintos e, nesse sentido, o detalhamento metodológico da aplicação de cada fase será apresentado em separado.

O instrumento

O perfil teve como um dos recursos mais importantes para a sua composição o instrumento quantitativo – questionário. Para desenvolver o perfil, foram seguidas etapas específicas. O questionário foi elaborado com base no instrumento utilizado no projeto *Pesquisa sobre Juventude e Direitos Humanos no Meio Rural* (Via Campesina, Rede Terra de Pesquisa Popular/Rede Social de Justiça e Direitos Humanos) e na Pnad (IBGE, 2006). Ademais, contou com intenso diálogo com os próprios movimentos sociais.

Para a definição de algumas questões específicas do questionário, foram consideradas as particularidades de cada movimento. O formato final do questionário é composto de perguntas divididas em seis tópicos¹⁰.

- I. Identificação: atuação no movimento social, idade, sexo, estado civil, filhos, local onde nasceu e onde morou/mora atualmente, religião, raça/cor/etnia.
- II. Escolarização: frequência escolar e seriação, abandono escolar e suas razões para terem parado de estudar, perspectivas futuras de estudo.
- III. Trabalho, renda, tempo livre: o acesso à terra, a relação dos jovens e de seus pais com a terra, o modo de produção; a inserção no mundo do trabalho; as relações com o trabalho familiar; o tipo de atividade remunerada; a renda mensal; a mobilidade social dos jovens entre o campo e a cidade; as atividades que possuem como lazer, a ausência ou a existência de bens culturais, serviços ou espaços de lazer no campo, as razões que os impedem de usufruir e tê-los dentro ou fora do campo.
- IV. Percepção sobre permanência no meio rural: questões abertas para identificar as percepções sobre “ficar ou sair” da terra.
- V. Participação política: a formalização da participação ou a identificação como integrante de um movimento; a formalização da participação de seus pais; a participação dos jovens em cursos de formação política; e sua atuação em outras organizações de juventude dentro ou fora de seu movimento.

¹⁰ Essa versão completa só foi aplicada na 2ª fase da pesquisa; na apresentação dos resultados do perfil, no capítulo dois, faremos referência às questões presentes no instrumento em cada fase.

VI. Comportamento: comportamento e o conhecimento do jovem em relação a questões sexuais; sua atitude em relação ao tema homossexualidade; uso de drogas lícitas.

1ª fase da pesquisa: eventos de juventude

Nessa primeira etapa da pesquisa, realizada em 2006, recorremos a um formato do instrumento quantitativo que pudesse ser aplicado em grupos¹¹. Os grupos considerados como unidade de investigação foram decorrentes da organização dos próprios movimentos. De preferência, seguiu-se a dinâmica das delegações, de modo que cada questionário foi aplicado em uma delegação¹².

A aplicação se deu com todos os membros de cada delegação reunidos no espaço do encontro ou no interior dos ônibus e foi feita pela equipe de pesquisa ou pelos coordenadores de delegações e subdelegações, de acordo com a dinâmica dos encontros. Quando realizada pelos coordenadores, estes recebiam instruções por escrito e/ou verbalmente e, após a aplicação, fazia-se uma checagem das informações. O preenchimento do questionário era feito mediante o registro das respostas afirmativas ou negativas, no caso das perguntas quantitativas, e com a reprodução das respostas, no caso das perguntas qualitativas.

Os limites dessa metodologia foram a de um instrumento que, por ser aplicado em grupo, não permite cruzamentos intraquestionário. Da mesma forma, o número de questões foi mais reduzido que a versão final aplicada na 2ª fase da pesquisa. Ainda assim, buscamos manter a compatibilidade com outras pesquisas, como a Pnad (2006) e a Pnera (2005).

Mesmo diante dessa limitação, é importante ressaltar que essa fase gerou muitos dados e apontou novas questões. Por fim, alcançamos o objetivo dessa etapa preliminar, que foi o de consolidar um instrumento para a 2ª fase¹³.

¹¹ Essa foi uma alternativa para a escassez de recursos humanos e financeiros dessa primeira etapa, o que nos levou a descartar um instrumento de aplicação individual. Esse método de aplicação aproxima-se da técnica de amostragem por conglomerados (Bussab e Bolfarine, 2005), que, geralmente, é empregada quando o custo para atingir as unidades elementares é muito alto ou nem mesmo viável. Então, opta-se por selecionar grupos de unidades elementares, denominados conglomerados. A vantagem foi a extensão da amostra alcançada.

¹² Termo utilizado pelos movimentos sociais para definir a forma de participação em eventos. As *delegações*, geralmente, representam uma área geográfica: municípios, regiões que aglutinam municípios por proximidade, microrregiões homogêneas (IBGE), estados, países.

¹³ Aplicamos na 2ª fase um instrumento com um bloco a mais, para captar a trajetória política de lideranças da juventude. Os resultados serão alvo de futuras publicações.

O universo investigado

A população-alvo dessa 1ª fase foram os jovens presentes aos três encontros em questão. Com relação ao universo considerado para a aplicação dos questionários, optou-se por trabalhar com o total de inscritos formalmente nos eventos. No entanto, compreendemos que esse número nem sempre reflete o tamanho real de cada evento, já que se observaram, ao longo dos encontros, dificuldades no processo de inscrição de todos os participantes¹⁴. O percentual de não inscritos, estimado pelos organizadores e que está de acordo com nossas observações, variou de 25 a 30%. A população atingida pelo instrumento quantitativo nesses eventos correspondeu a 1577 jovens (ver, nos Anexos, a Tabela 1).

Detalhamento dos eventos

O II Acampamento da Juventude dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Sul, organizado pela Fetraf-Sul, ocorreu em março de 2006. O evento aconteceu em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, nos dias 2 a 4 de março, e culminou com uma marcha até o Centro de Porto Alegre. Segundo a coordenação do evento, reuniram-se cerca de 1000 participantes em 25 delegações dos três estados da região Sul. O universo considerado foi o número total de inscritos: 700 participantes. Aplicamos o questionário em 454 participantes, o que representa uma taxa de resposta de 64,8%. Nessa investigação, participaram 14 delegações, o que representa 56% do total de delegações.

O segundo evento mapeado foi o Encontro Nacional do Programa Jovem Saber – Contag, que ocorreu durante o Grito da Terra Brasil 2006 – Renda e Cidadania, em Brasília, de 15 a 18 de maio de 2006. O evento foi realizado em tendas no gramado central da Explanada dos Ministérios, e, de acordo com a sua organização, lá estiveram 600 jovens oriundos de 15 estados distribuídos em 23 delegações. Participaram 16 coordenadores estaduais de juventude. O universo considerado para a pesquisa foi de 467 jovens, o que corresponde ao total de inscritos formalmente no evento¹⁵.

¹⁴ Observamos o grande esforço das organizações dos eventos para garantir todas as inscrições diante do volume de delegações que chegavam simultaneamente e do ritmo intenso dos eventos.

¹⁵ Compareceram ao Encontro delegações dos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Pará, Rondônia e Distrito Federal.

O último evento investigado foi o II Congresso da Pastoral da Juventude Rural – PJR, que ocorreu em Brasília de 23 a 27 de julho de 2006 e culminou com uma marcha pela cidade até a Praça dos Três Poderes e a entrega de uma carta ao presidente Lula (ver Caderno de Fotos). Nele reuniram-se, segundo estimativas da coordenação, 1200 jovens de 16 estados e o Distrito Federal distribuídos em 32 delegações¹⁶.

O universo considerado nesse encontro foi de 900 inscritos. A pesquisa atingiu 30 delegações com 771 participantes, representando 85% dos inscritos. Foram entrevistados 717 jovens, representando 80% dos inscritos. Tivemos 21 (2%) membros das delegações que eram “participantes que não se identificavam como jovens”. Atingimos 15 dos 16 estados (o Distrito Federal não participou da pesquisa) e todas as delegações desses estados, representando um total de 93,8% das delegações que participaram do evento.

2ª fase da pesquisa: eventos nacionais dos movimentos sociais rurais

Uma especificidade dessa fase foi o fato de termos avançado no instrumento utilizado na 1ª fase.¹⁷

Amostra

O tamanho da amostra para esses eventos foi determinada por um índice percentual a partir de definições padrões e do cálculo de erro relativo¹⁸. Optou-se por induzir a amostra no quesito sexo, de modo a evitar um viés que pudesse contaminar o resultado, já que a expectativa apresentada pelos movimentos era de um número maior de jovens homens que de jovens mulheres. Assim, foi priorizada uma amostra com um total de 50% de homens e 50% de mulheres. Para garantir a diversidade regional e, desta forma, evitar-se um viés que pudesse ser influenciado pelo peso de uma delegação maior sobre outra menor, a amostra foi definida respeitando-se

¹⁶ Participaram do Congresso delegações dos estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Ceará, Pará, Rondônia e Distrito Federal.

¹⁷ Desenvolvemos um cronograma de construção do instrumento que incluiu discussão com os dois movimentos a serem tratados no perfil dos eventos nacionais: Contag e MST.

¹⁸ O cálculo da distribuição da porcentagem da amostra foi definido a partir do número total de inscritos por estado, pelo total de inscritos no evento e sua correlação padrão. O total de questionários a serem aplicados foi calculado pela multiplicação do percentual da amostra pelo total de inscritos de cada estado.

Introdução

a representatividade dos participantes por estado. Ainda assim, ela sofreu ajustes, de acordo com o processo de aplicação em campo, havendo, então, um remanejamento, alternado entre homens e mulheres.

A pesquisa foi realizada através de entrevista individual no entorno dos eventos, durante os intervalos da sua programação formal e nos espaços culturais. Aplicou-se o questionário em todo (a) aquele (a) que se considerava parte da juventude atuante no movimento social rural. A abordagem feita pela pesquisa teve início com uma pergunta que denominamos “filtro”: “Você se considera parte da juventude que atua no movimento social ou sindical?”. Assim, a aplicação do questionário afastou-se de um corte determinado por faixa etária – parâmetro utilizado por alguns movimentos sociais rurais –, baseando-se na autodefinição do entrevistado e como ele percebe a sua atuação nesse espaço.

As perguntas foram feitas sem que se apresentassem as possibilidades de resposta, com exceção de uma sobre homossexualidade, que avalia uma atitude frente a uma situação. Houve ampla receptividade ao questionário. Perguntas diante das quais houvera ponderações por parte das direções dos movimentos – como as que diziam respeito a questões de sexualidade e consumo de álcool e tabaco –, tidas como perguntas que poderiam gerar constrangimento, foram respondidas sem sinais de hesitação.

Detalhamento dos eventos

O V Congresso Nacional do MST ocorreu em Brasília, no Ginásio Nilson Nelson, entre os dias 11 e 15 de junho de 2007. Organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, teve como tema *Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular*. Contou com a participação de 14.279 delegados credenciados, divididos em 24 estados. A quantidade de mulheres e homens inscritos foi de 5.393 e 8.886, respectivamente¹⁹. No V Congresso Nacional do MST foram aplicados 439 questionários em delegados de 24 estados. Porém, dois questionários foram excluídos em função de o sexo não ter sido informado, totalizando 437 entrevistados, dos quais 211 mulheres e 226 homens²⁰ (ver, nos Anexos, Tabelas 2 e 3).

A II Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Contag aconteceu em Luziânia-GO, no Centro de Treinamento Educacional da Confe-

¹⁹ Esses dados foram retirados do documento “Memória do V Congresso do MST”.

²⁰ O fato de não ter sido aplicado no mesmo número de homens e mulheres deveu-se ao cruzamento com a representatividade de estado.

deração Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, entre os dias 23 e 26 de outubro de 2007, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O universo total de inscritos foi de 707 participantes e, segundo os organizadores, 176 deles se inscreveram como jovens²¹. A amostra atingida nesse evento foi de 201 questionários aplicados em delegados de 24 estados, dos quais 96 homens e 105 mulheres²² (ver, nos Anexos, as Tabelas 4 e 5).

O perfil de uma juventude hoje organizada nos movimentos sociais rurais revelou o elevado índice de escolaridade, se comparado aos índices, das mesmas faixas etárias, de residentes em áreas rurais, segundo a Pnad. Ainda, apresentou a importante participação de mulheres nos eventos de juventude, em torno de 50% e, especialmente, de mulheres na condição de dirigentes das organizações, principalmente de juventude. Esses e outros fatos compõem um perfil diversificado da juventude rural. Sem dúvida, os dados são reveladores em relação à possibilidade de alteração das relações de gênero e da ocupação de espaços de decisão nos movimentos sociais rurais no Brasil.

Assim, guardadas as devidas singularidades do processo de composição desse perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais, podemos afirmar que este trouxe possibilidades para problematizarmos a construção da categoria juventude nos movimentos sociais hoje, seja como categoria social, seja como categoria política.

Enfim, podemos afirmar, a partir do acompanhamento desses espaços, que a identificação como *jovem camponês*, *jovem agricultor familiar*, *jovem assentado* revela um processo identitário que ressignifica o *campo* a partir de perspectivas e percepções que disputam as próprias categorias *juventude* e *ser do campo*. Disputa que pode ocorrer dentro de um movimento social, entre os movimentos sociais que se identificam a partir de uma mesma população, ou, ainda, em cenário mais amplo, como nos espaços públicos ou de gestão de políticas públicas.

²¹ Esses dados foram retirados de documentos da Contag.

²² Novamente, o ajuste do corte de sexo deveu-se ao contexto das delegações por estado.



CAPÍTULO 1

Vencendo a invisibilidade

O aprofundamento da questão inicial – o estranhamento quanto à percepção recorrente que associa juventude rural e migração – deu-se a partir da retomada da percepção da *juventude rural* como uma categoria privilegiada para observarmos os processos de disputa de classificações na sociedade (Bourdieu, 1982). E, ainda, como as configurações sociais (Elias, 1990) tecem hierarquias como parte desse processo.

Os identificados como *jovens e rurais* (Wanderley, 2007) seriam aqueles que vivenciam o que podemos denominar duplo “enquadramento”. Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o “mundo rural” ao *atraso* e a identificação dos jovens como *roceiros, peões, aqueles que moram mal*. Por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e *adultos* em geral, por serem *muito urbanos*. *Jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade. Essa posição está, ainda, marcada por um contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar.

No cotidiano desses jovens, a “casa” e a “rua” (DaMatta, 1991) estão interpenetrados, e percebe-se como as relações de autoridade paterna/adulta e as formas de expressão de hierarquias sociais estão presentes nos espaços de organização coletiva, seja em assentamentos, acampamentos e outras comunidades rurais, seja nos movimentos sociais. Paradoxalmente, a categoria “jovem” é fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao *futuro*, ou seja, como categoria-chave na reprodução da produção familiar.

Essa aparente “contradição” impulsiona o desafio de analisar em que medida a juventude rural hoje gera questões para o debate amplo de transformação da realidade de desigualdade social e econômica que marca o campo brasileiro. E, ainda, como essa juventude se organiza e se expressa como ator político.

Portanto, optamos por observar aqueles que denominamos *jovem engajado* ou *jovem militante*, ou seja, os jovens que atuam e se identificam com um movimento social. Dessa forma, propomos aprofundar o conhecimento sobre a “juventude rural” como uma categoria que hoje disputa legitimação como ator social e político nos movimentos sociais.

Observar “jovem” em determinada realidade, como em uma organização de movimento social, implicou propor como caminho investigativo uma análise que se debruça sobre a disputa das representações sociais da categoria “jovem”, como em Bourdieu (1977,1989). Assim, trazer o debate acerca da construção da categoria tornou-se central para a pesquisa, à medida que muitas das concepções sobre os jovens definem os olhares e mesmo a atuação do poder público em relação a eles. Para dar conta desse caminho investigativo, este capítulo tem como objetivo identificar as construções da categoria no campo acadêmico e como ela emerge no campo político, nosso pano de fundo para debater processos de visibilidade e invisibilidade dessa categoria.

Primeiramente, apresentamos uma leitura da produção acadêmica sobre juventude rural, buscando dimensionar o campo acadêmico no tempo, por regiões do país, por temas e categorias de classificação. Embora *juventude* não seja uma temática de estudo nova, é recente o tema da juventude do meio rural como alvo de pesquisas. Assim, a *juventude rural* é ainda uma categoria analítica em construção, cujos contornos são pouco delineados, defrontando-se com a dupla dificuldade nas definições tanto de “juventude” como de “rural”, ou seja, a polêmica sobre as categorias sociais e as representações sobre elas construídas.

Em um segundo momento, discutimos a emergência da categoria nos movimentos sociais, na atuação de ONG’s, de outros atores do terceiro setor e em ações do governo federal, com o intuito de mostrar como, a partir de 2000, a juventude rural aparece como um novo ator político.

Juventude como campo temático e a invisibilidade da juventude rural

No final do século XX e neste início do século XXI, temos presenciado um grande impulso no debate sobre juventude. Embora o tema “jovem” e/ou “juventude” seja considerado marginal por diversos autores²³, há uma extensa

²³ Amit-Talai e Helen Wulff (1995) demonstram como o tema é tratado até os anos 1990 como algo secundário, especialmente na Antropologia. Ver Castro, E.G. de, 2005.

produção bibliográfica, principalmente no que concerne a universos urbanos e, em alguns casos, referindo-se a uma sociologia da juventude. Alguns textos remontam ao início do século XX, havendo certa regularidade de produção, sendo as décadas de 1960, 1980 e 1990 momentos de pico²⁴. No Brasil, pode-se falar em um campo temático sobre juventude que se torna mais evidente a partir dos anos 1990, e que reproduz o debate mais amplo nas Ciências Sociais. Mas no que concerne à “juventude rural”, a produção é bem menor.

Uma leitura comum atravessa o campo temático da juventude e reforça relações de poder e hierarquia social: juventude como um período de transição para a vida adulta. A valorização e a associação de fatores físico-biológicos a comportamentos psicológicos e sociais como chaves explicativas privilegiadas para se compreender a categoria estão na base de algumas formulações sobre juventude e se refletem em duas questões centrais: 1) a caracterização de padrões comportamentais que os jovens estão predispostos a reproduzir; 2) a valorização da transitoriedade dessa identidade social.

A classificação etária é recorrente na definição de juventude, construída a partir de limites mínimos e máximos de idade. A identificação de uma população como jovem a partir de um corte etário aparece de forma mais clara em pesquisas da década de 1960. O corte etário de 15-24 anos, adotado por organismos internacionais, como OMS e Unesco, procura homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites previstos de término da escolarização formal (básico, médio e superior). O recorte de juventude a partir de uma faixa etária específica é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto. Essa concepção se estabelece como a mais recorrente a partir da Conferência Internacional sobre Juventude – Conferência de Grenoble-1964 (Weisheimer, 2004).

Contudo, essa classificação tem sido amplamente discutida. Para Levi e Schmitt (1996), idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Thévenot (1979) discute as definições etárias mais recorrentes. Analisando as estatísticas oficiais da França sobre *jovens*, o autor decompõe a classificação utilizada, demonstrando que esta parte de uma predefinição e conseqüente enquadramento de quem são os *jovens*, onde estão e o que fazem. Mas, para o autor, esse recorte estaria baseado em uma classificação fundadora deste tipo de levantamento estatístico: a

²⁴ Ver: Britto, 1968; Thévenot, 1979; Bourdieu, 1983; Margulis, M. & Urresti, M., 1996; Levi e Schmitt L., 1996; Peralva e Sposito, 1997; Foracchi, 1972; Novaes, 1996, 1998.

divisão da sociedade em ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho. Dessa forma, Thévenot procura demonstrar que o uso de termos como *jovem* e *velho* por esse tipo de levantamento estatístico é arbitrário, pois parte de uma definição uniforme da *juventude* construída *a priori*. Os *jovens* estariam em uma situação intermediária, que, para Thévenot, mascara os que poderiam ser classificados como *jovens trabalhadores* ou *jovens desempregados*²⁵.

A categoria juventude aparece, ainda, associada a determinados substantivos e adjetivos, tais como: *vanguarda*, *transformadora*, *questionadora* (Margulis, M. & Urresti, M., 1996, p. 9-11). Essa adjetivação subentende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como jovens e juventude, principalmente como agentes de transformação social. Mas jovem também é adjetivado como *em formação*, *inexperiente*, *sensível* (Foracchi, 1972, p. 161), ou, ainda, associado à delinquência, violência, *comportamento desviante*²⁶. Ou seja, um agente que precisa ser formado, direcionado para assumir seu “papel social” e que, nesse percurso, pode se desviar – com necessidade, portanto, de ser “controlado” (Bernstein, 1977). Esses adjetivos e percepções, aparentemente contraditórios, aproximam-se, pois partem da visão do “jovem” como um ator social detentor de certas características e atributos.

Embora se discuta se o recorte desse objeto deva ser etário, geracional, comportamental e/ou a partir de algum contexto histórico, o ponto de partida, em muitos casos, é uma categoria genérica ou, como define Bourdieu (1983), uma categoria pré-construída. Parte-se de formulações que pressupõem um consenso sobre a existência de “um jovem” e de “uma juventude”. Essa perspectiva homogênea a categoria na busca de construção de um objeto, de um conceito que possa ser paradigma. Essas classificações tendem, ainda, a agregar a definição de juventude como transição da infância para a vida adulta. Amit-Talai e Wulff (1995) apontam a recorrência da percepção sobre juventude como um momento de transição para o mundo adulto, logo, sendo

²⁵ Essa discussão foi aprofundada em Castro, E. G., 2005.

²⁶ A preocupação com a delinquência gerou diferentes abordagens. A associação entre “jovem” e delinquência foi muito recorrente em pesquisas nas áreas de Psicologia e Sociologia realizadas na Alemanha (Flitner, 1968). Nos EUA, a Escola de Chicago privilegiou temas como delinquência e criminalidade, em que o “jovem” aparece como um personagem em destaque (Coulon, 1995). No Brasil a Unesco vem realizando pesquisas, desde a década de 1990, que analisam a juventude a partir de enfoques que privilegiam questões como “violência”, “cidadania” e “educação”. Fazem parte desse esforço trabalhos como o de Castro, M. (coord., 2001). Para um maior detalhamento dessa discussão aqui apresentada e sobre a conceituação de juventude, ver Castro, E.G. de, 2005, 2008.

incapaz de produzir uma *cultura* própria, limita juventude enquanto objeto de análise²⁷.

Assim, se é um fato que juventude é uma experiência individual transitória, temos que analisar o que ela representa hoje como categoria analítica e, principalmente, como categoria social. Podemos afirmar que o peso da transitoriedade aparece como uma “marca” recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos. *Juventude* é percebida, assim, como uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim identificados a um espaço de subalternidade nas relações sociais. Paradoxalmente, *jovem* é associado a *futuro* e à *transformação social*. Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere, para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Juventude seria pouco *levada a sério*, tratando-se jovens como *adultos em potencial*. Isso tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (Castro, E.G. de, 2008a).

Uma das críticas mais incisivas à percepção social e às construções sociológicas que delimitam atributos inerentes aos jovens partiu de Bourdieu (1983). Para ele, as fronteiras entre juventude e velhice são sempre objeto de disputa em todas as sociedades; o que definiria a juventude não seriam atributos específicos, mas as relações de dominação e de hierarquia que estruturam as posições sociais. Assim, a juventude como “apenas uma palavra” estaria desprovida de conteúdo se abordada separadamente das relações sociais nas quais é significativa. Ao ter como pressuposto que toda classificação é uma imposição de limites e de um ordenamento social, Bourdieu reforçou significativamente a perspectiva analítica relacional sobre a categoria juventude.

O debate sobre juventude, no Brasil, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, trouxe o olhar da diversidade. Para além dos cortes etários, ou apesar deles, não se fala mais em *juventude*, mas em *juventudes* (Novaes, 1998). Sem dúvida, é um caminho que contribuiu para fugirmos de um olhar homogeneizante. Abramo (1997) nos traz, por exemplo, a importante reflexão sobre a associação entre *juventude*, educação e lazer como uma construção socialmente informada. Para a autora, essa seria uma concepção que trata a

²⁷ Para a autora (1995, p. 5), essa percepção de transitoriedade afeta os financiamentos de pesquisa, que tendem a apoiar, preferencialmente, estudos sobre juventude que tratem de problemas relacionados à educação e à migração, que seriam preocupações percebidas pelos “adultos”. Ver Castro, E.G. de, 2005, 2008.

juventude como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Com isso se exclui o *jovem* das classes trabalhadoras da concepção de *juventude*. Essa é uma contribuição importante para percebermos *juventude* como construção social (Castro, 2008).

Atualmente, no Brasil, é possível afirmar que o debate ganhou centralidade. Mas se o debate sobre *juventude* está na ordem do dia²⁸ – é evidente o esforço acadêmico, de ações governamentais, e mesmo do chamado terceiro setor para tratar juventude –, ao olharmos mais de perto observamos que o foco está na juventude que se encontra no espaço urbano, de preferência nas grandes metrópoles brasileiras (Castro, M. G. et alii, 2001). Apesar de um aumento considerável no volume de estudos e ações, ainda hoje a juventude rural brasileira é pouco conhecida (Carneiro, M. J. & Castro, E. G. de, 2007).

Uma possível explicação pode ser o fato de aqueles identificados como juventude rural serem percebidos como uma população específica, uma minoria da população *jovem* do país. Com efeito, se formos tratar o tema exclusivamente a partir dos dados oficiais de população²⁹, temos, de acordo com a Pnad (2006), que a população de 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas (27% da população total), dos quais 4,5% rurais, ou seja, 8 milhões de jovens. Mesmo apresentados como “minoria”, não se trata de um contingente pequeno. No entanto, o debate deve considerar juventude para além de um recorte de população específica. Nesse sentido, juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando, em diferentes contextos, como uma categoria marcada por relações de hierarquia social.

Embora juventude rural seja alvo de pouco investimento teórico, alguns estudos sobre campesinato debatem concepções de juventude, ainda que este não seja o objetivo central. É o caso de um trabalho sobre o campesinato irlandês de Arensberg e Kimball (1968), que é uma importante contribuição, também, para a problematização das definições com base em corte etário. Nesse estudo, os autores dão visibilidade a diversas questões que dizem respeito a *juventude* e ser *jovem* em uma comunidade rural. Alguns dos pontos centrais são as relações hierárquicas que envolvem a definição de *velho* e *jovem*. Só se tornam *adultos* e, portanto, respeitados nessas comunidades aqueles que assu-

²⁸ O Brasil implantou, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

²⁹ Que carregam formas discutíveis de classificação rural/urbano. Ver Carneiro, 2005.

mem a pequena propriedade da família. Aqueles cujos pais ainda estão vivos e não passaram o gerenciamento da propriedade para os filhos são tratados pelo termo *boy*. Mas embora a tradução literal desse termo seja *menino*, podia ser usado para designar um homem adulto de 40 anos. Assim, nas palavras de um filho de um pequeno proprietário: *Você pode ser um menino para sempre*. Enquanto o indivíduo não fosse proprietário, ele continuava sendo tratado como o *boy* do seu pai. Segundo os autores, um deputado do parlamento irlandês provocou risadas em 1933, quando pediu um tratamento especial na divisão de terras para os *meninos de 45 ou mais*, que não possuíam outra perspectiva, que não esperar pelas terras de seus pais (Arensberg e Kimball, 1968, apud Castro, E.G. de, 2004).

Nilson Weisheimer (2005), em seu levantamento da produção bibliográfica sobre o tema juventude rural no Brasil, conclui que a “migração e a invisibilidade” são os dois fatores mais presentes nos estudos. O levantamento reforçou, ainda, a pouca produção acadêmica sobre o tema no país: menos de quatro trabalhos por ano no período analisado, sendo que 86% dos trabalhos se concentraram entre 2001 e 2004. Weisheimer ressalta que esse súbito aumento de produção poderia apontar a consolidação de um campo.

Ao se analisarem as percepções sobre juventude rural, observam-se similitudes com as abordagens sobre juventude, ou juventude urbana. Nesse caso, a juventude deveria ser impedida de completar seu destino: a migração do campo para a cidade e o conseqüente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar.

O passeio pelo campo temático reforçou a necessidade de se buscarmos novos caminhos para desubstancializar a categoria. Um importante recorte analítico consiste em aprofundar o debate teórico e metodológico sobre diversidade, informado por um olhar que privilegie a interseccionalidade (Stolke, 2006), de modo a desconstruir a categoria juventude, demonstrando como ela é socialmente representada, e perceber em que medida as diferentes visões sobre os jovens demarcam seus lugares sociais, a maneira como estão situados na família e na sociedade, sem desconsiderar a dimensão histórica e estrutural que a categoria comporta.

Assim, podemos entender a juventude como aqueles que vivem o mesmo processo histórico e cultural, que possuem certa identidade decorrente do lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de forma diferenciada, pois as variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidades, expectativas fazem parte da definição de quem é visto ou considerado jovem (Honwana e Boeck, 2005, apud Martins, 2008).

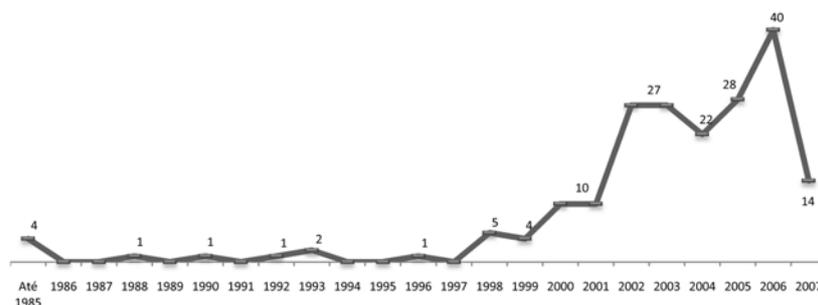
As diferentes construções do que é *ser jovem* para os indivíduos que encontramos variam nos espaços por onde transitam e de acordo com as posições sociais que ocupam. Como veremos, o *jovem* é percebido como pouco confiável, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade da agricultura familiar e camponesa e dos movimentos sociais, por exemplo. Os que assim se identificam disputam outras representações, acionando significados e leituras distintas sobre as relações entre *adultos e jovens*. Para essa “disputa”, os espaços onde os *jovens* atuam, enquanto coletivos organizados, contribuem para a construção dessas representações que podem, inclusive, se opor às representações dos *adultos*.

Dessa maneira, compreender a conformação do campo de estudos dos jovens rurais passa, primeiro, por uma identificação sobre a maneira como a categoria tem sido construída, a que imagens e problemáticas está associada e quais as questões específicas aos jovens que vivenciam distintos contextos rurais.

Panorama do campo de estudos sobre a juventude rural no Brasil

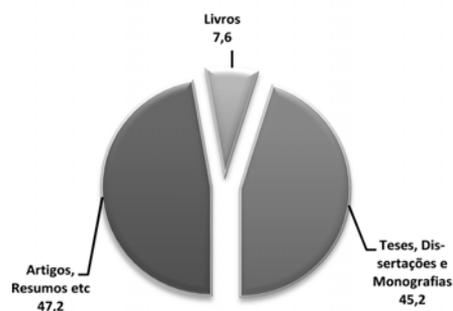
A novidade do tema da juventude rural nas pesquisas pôde ser identificada a partir dos dados quantitativos sobre a produção bibliográfica e sua trajetória ao longo do tempo, em que observamos uma tendência à expansão dessa produção. Até o ano de 2007, o levantamento identificou 197 obras relativas ao tema. Entre 1960 e 1999, a produção sobre o tema é pouco expressiva e corresponde a 19 referências no total, o que equivale a menos de uma obra por ano. A partir de 2000, podemos identificar o rápido crescimento da produção bibliográfica, que atinge uma média de, aproximadamente, 22 trabalhos por ano, com concentração no ano 2006 (40 trabalhos), responsável por 20,30% do total da produção (Gráfico 3).

Gráfico 3. Produção acadêmica por ano



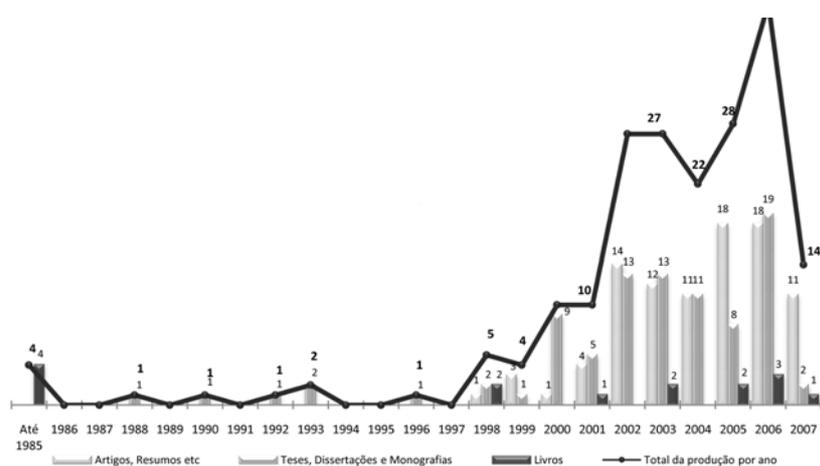
Do total dessa produção, existem 93 referências bibliográficas (47,2%) dentre artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa e resumos em anais; 89 referências (45,2%) para teses, dissertações e monografias; e 15 livros publicados (7,6%) (Gráfico 4).

Gráfico 4. Tipo de obra (%)



No que se refere à análise do material levantado por tipo de produção ao longo do tempo, como pode ser visto no Gráfico 5, a seguir, a temática apresenta trajetória ascendente para todos os tipos de produção; porém, cada um apresenta distintos recortes temporais.

Gráfico 5. Produção por tipo e por ano



Produção por tipo de publicação

Artigos, resumos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa

Para esse tipo de produção acadêmica, não foi identificada qualquer referência bibliográfica até o ano de 1998. Entre os anos de 1998 e 2001, as referências oscilam entre um e quatro trabalhos por ano, e a partir de 2002 que a produção aumenta significativamente, chegando a 14 títulos. Observa-se que, em 2005, há uma grande concentração de artigos sobre o tema da juventude rural, com 18 títulos.

Livros

No que tange à publicação de livros, apesar de as referências serem poucas, estas consistem nas mais antigas que a pesquisa conseguiu levantar³⁰. Apesar disso, no período entre 1985 e 1997, não foi encontrada qualquer obra relacionada à juventude rural, e apenas a partir de 1998 há um sutil aumento na produção de livros, distribuída de forma dispersa nos anos subsequentes. Entretanto, mesmo sendo poucas as referências, a concentração de publicações nos anos de 2005 e 2006 expressa a visibilidade que o campo de estudos da

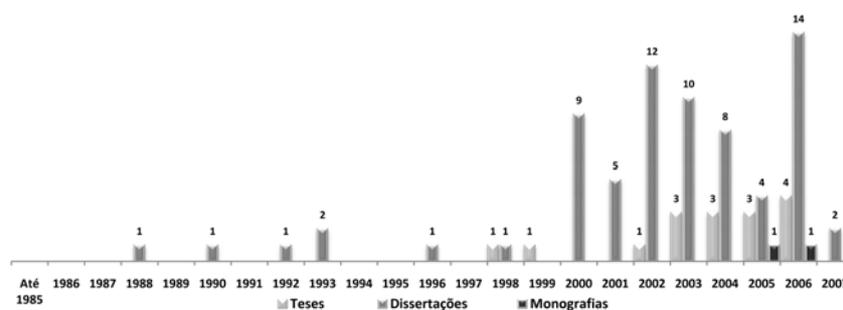
³⁰ Maia, Silvio de Andrade (1914); Souza, Willian Wilson Coelho de (1936); Caldeira, Clovis (1960); Feitosa, Néri (1972).

juventude rural tem assumido e, sobretudo, os recentes esforços de pesquisas em âmbito regional e nacional, trabalhos mais consolidados e sistematizações sobre a temática³¹.

Teses, dissertações e monografias

No que se refere à produção da Pós-graduação, observa-se que, até 1999, esta se restringe a uma ou duas obras por ano. Importante chamar a atenção para o intervalo de dez anos entre a primeira referência encontrada, uma dissertação de Mestrado de 1988³², e a primeira tese de Doutorado em 1998³³ (Gráfico 6).

Gráfico 6: Teses, dissertações e monografias por ano



Se, por um lado, o reduzido número de livros e teses de Doutorado expressa que existem poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil, por outro, o considerável número de dissertações de Mestrado e artigos sobre a juventude rural sugere o movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir do ano 2000.

³¹ Como os seguintes trabalhos: Abramo, Helena e Branco, Pedro P. (2005); Abramovay, Miriam e Castro, Mary Garcia (2006); Castro, Elisa Guaraná de e Carneiro, Maria José (Org.) (2007).

³² Focchi, Eunice. *Educação ambiental com jovens rurais: potencialidades e limitações de uma estratégia participativa*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

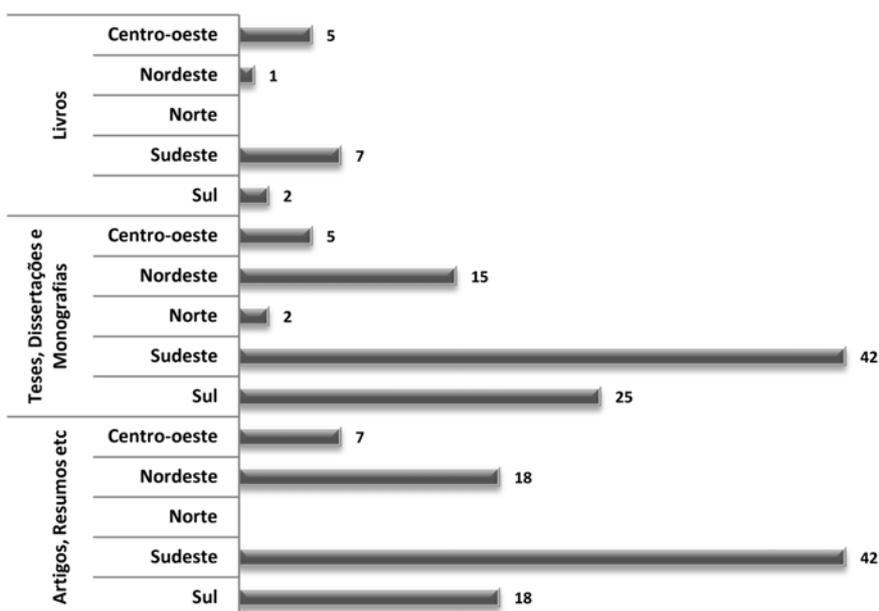
³³ Andrade, Márcia Regina de Oliveira. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, SP, 1998.

Produção por região do país

A expansão do campo de produção sobre juventude rural também acontece em outros planos, como em sua distribuição espacial, disciplinar e temática. Para situar o campo em sua configuração regional, foram identificadas as principais regiões, universidades, programas de Pós-graduação e áreas do conhecimento pelas quais a temática transita.

Em termos regionais, a produção é bastante desigual, concentrada em algumas regiões e universidades do Brasil. No Gráfico 7, que aborda produção por região, percebe-se que as regiões Sudeste, Sul e Nordeste destacam-se como principais locais de publicação e produção acadêmica, cabendo 48,40% das referências à região Sudeste; 23,40% à Sul; em seguida, 18,09% à Nordeste e 9,04% à Centro-Oeste. Já a região Norte apresentou poucas referências bibliográficas³⁴.

Gráfico 7: Produção por tipo e região



³⁴ Esse total da produção por região do Brasil não inclui os trabalhos apresentados em congressos e seminários internacionais, nem artigos publicados em revistas estrangeiras, que somam nove referências. Dentre estes, o VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural realizado em Quito, Equador, em 2006, contou com seis trabalhos sobre jovens rurais no Brasil.

Nota-se que as regiões que concentram a maior produção acadêmica sobre a juventude rural (Sudeste, Sul e Nordeste) são, proporcionalmente, as que concentram o maior número de artigos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Esse dado é significativo e chama a atenção por serem também essas regiões as que concentram o maior número de universidades com trabalhos sobre o tema e por serem os locais privilegiados de realização dos eventos acadêmicos.

Artigos, resumos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa

Ao olharmos a distribuição desse tipo de produção por região, percebemos que o significativo número de artigos e as suas oscilações no tempo coincidem com alguns eventos, seminários e congressos acadêmicos relevantes para a temática, o que nos leva a constatar a maior participação do tema da juventude rural nesses eventos. É possível identificar como os anos de pico desse tipo de produção coincidem com: em 2002, o Congresso Latino-americano de Sociologia Rural (Alasru) realizado na região Sul, em Porto Alegre (RS); em 2003, na região Sudeste, encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia em Belo Horizonte (MG); já em 2005, na região Sudeste, novamente foi realizado o encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, em Campinas (SP) e o encontro da Associação de Pós-graduação em Ciências Sociais, em Caxambu (MG). Nesse sentido, percebe-se que a temática tem encontrado alguma penetração nos eventos acadêmicos nacionais e internacionais, especialmente no campo das Ciências Humanas.

Livros

A publicação de livros sobre a temática da juventude rural está concentrada na região Sudeste, com sete obras; porém, podemos notar que há número significativo de publicações da região Centro-Oeste em relação às demais regiões, com cinco livros publicados. Isso ocorre porque todos os livros foram publicados no Distrito Federal e consistem em relatórios ou pesquisas nacionais, financiadas por órgãos governamentais. Ao mesmo tempo, temos pouco investimento na publicação de dissertações ou teses.

Teses, dissertações e monografias

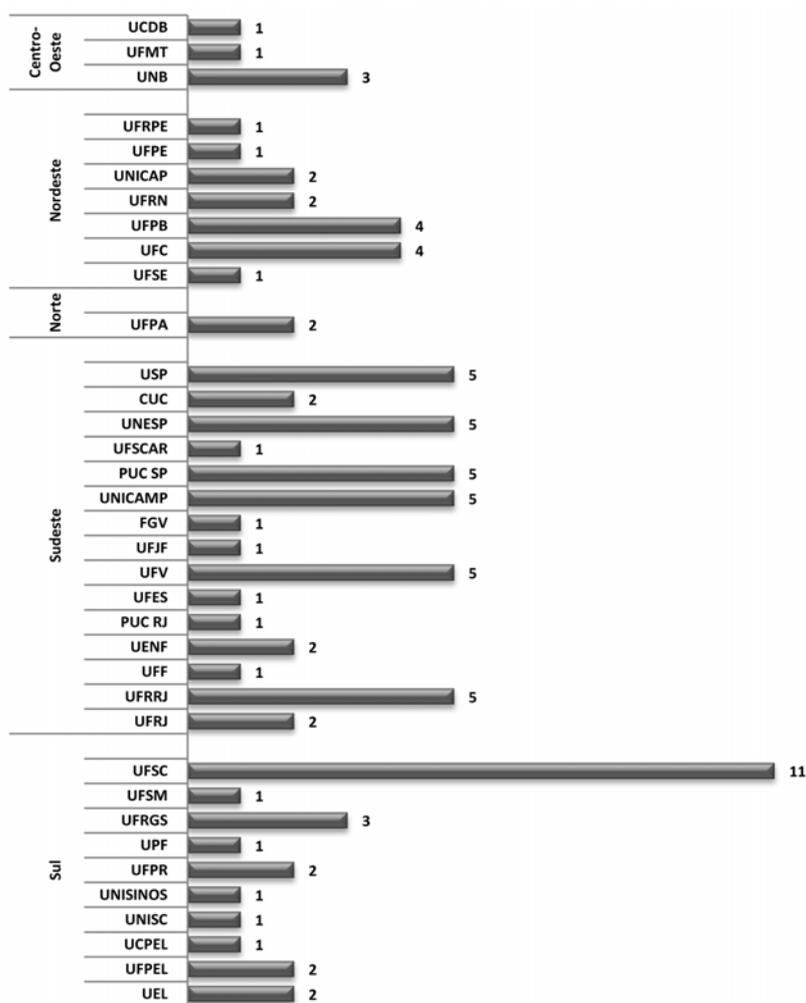
No que concerne aos programas de Pós-graduação, as regiões que concentram maior produção acadêmica são também onde há maior número de universidades envolvidas (ver, nos Anexos, as tabelas 6 e 7). A região Sudeste, responsável por 42 teses, dissertações e monografias, é a que com-

porta o maior número de universidades com pesquisas sobre o tema (15), constatando-se maior concentração no estado de São Paulo. Nessa região, destacam-se as seguintes instituições: UFRuralRJ, UFV, Unicamp, PUC-SP, Unesp e USP.

Na região Sul, foram encontradas 25 referências, distribuídas por dez universidades; entretanto, cabe chamar a atenção para a Universidade Federal de Santa Catarina, que responde por 11 produções desse total, distribuídas em sete programas de Pós-graduação distintos. Na região Nordeste, foram identificadas um total de sete universidades, cujos trabalhos abordam a juventude rural, totalizando 15 teses, dissertações e monografias, destacando-se a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Paraíba, cada uma com quatro trabalhos. A produção de teses e dissertações na região Centro-Oeste é bastante reduzida: apenas cinco teses e dissertações e três universidades relacionadas. Porém, a maior discrepância é na região Norte, onde foram encontradas apenas duas referências da Universidade Federal do Pará, do programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas.

As duas regiões onde está concentrada a maior parte da produção sobre a juventude rural, as regiões Sul e Sudeste, são também os locais onde foram produzidas as primeiras dissertações de Mestrado sobre o tema: na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988); na Universidade Federal do Espírito Santo (1990); na Universidade Federal de Viçosa (1992 e 1993); e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Percebe-se que, na região Nordeste, os trabalhos foram identificados apenas em meados da década de 1990, e nas regiões Centro-Oeste e Norte, somente a partir de 2000 aparecem produções sobre o tema (Gráfico 8).

Gráfico 8: Total de produção das universidades por região

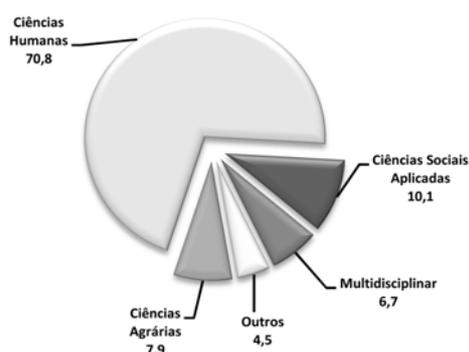


Produção por área do conhecimento

A opção da pesquisa foi utilizar duas formas de classificação para não perder de vista essa diversidade do campo. A primeira foi manter o programa de Pós-graduação de origem do trabalho, referenciado no Banco de Teses da Capes. A segunda classificação consistiu no agrupamento da diversidade de programas

conforme as áreas do conhecimento, com o intuito de perceber as principais áreas que abrigam a produção acadêmica sobre o tema da juventude. De acordo com a classificação de áreas de conhecimento da Capes, a pesquisa identificou a concentração dos programas em três áreas do conhecimento e em uma área multidisciplinar. Cabe observar que os programas de Educação Física e Letras, por representarem isoladamente duas outras áreas, Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes, estão classificados em Outros. A maior parte da bibliografia (70,8%) situa-se na área de Ciências Humanas, mas observa-se o trânsito do tema da juventude rural por outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais Aplicadas (10,1%), Ciências Agrárias (7,9%) e as produções classificadas como Multidisciplinar (6,7%) (Gráfico 9).

Gráfico 9. Áreas do conhecimento (%)



Até 2002, o tema da juventude rural é abordado principalmente pelo campo da Educação, seguido pelo da Sociologia e do Programa de Extensão Rural da Universidade de Viçosa. A área da Educação, na qual se localiza a maior quantidade de trabalhos sobre a juventude rural e programas distintos, foi a pioneira em produzir dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Nela, o tema tem estado sempre presente ao longo dos anos.

Em 2002, as referências de teses e dissertações já se distribuem por dez classificações diferentes de programas de Pós-graduação e grande parte destes concentrados nas Ciências Humanas, com nove referências. Há também trabalhos em Extensão Rural e Recursos Florestais das Ciências Agrárias; no Serviço Social (Ciências Sociais Aplicadas); e uma referência no programa de Desenvolvimento Sustentável, de cunho multidisciplinar.

Nos últimos anos, o tema da juventude rural tem se distribuído em diferentes disciplinas, áreas do conhecimento e programas de Pós-graduação:

porém, a maior parte da produção está concentrada no campo das Ciências Humanas. No ano de 2006, foi encontrado o maior número de teses e dissertações e o tema da juventude rural foi abordado por 15 classificações de programas de Pós-graduação distintas. Considerando-se a distribuição desses programas em áreas do conhecimento, dez obras pertencem às Ciências Humanas, programas de Educação, Sociologia, Agriculturas Amazônicas, Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Geografia e História; quatro obras são das Ciências Sociais aplicadas, nos programas de Administração de Organizações, Administração de Empresas e Serviço Social; três das Ciências Agrárias, nos programas de Agroecossistemas, Agronomia e Extensão Rural; e uma referência no programa de Letras e outra referência multidisciplinar, uma monografia em Meio Ambiente e Sustentabilidade (Ver, nos Anexos, a Tabela 8).

No que diz respeito às teses, dissertações e monografias, foram identificadas diversas universidades onde há trabalhos sobre a juventude rural. Do total de 26 universidades, identificamos 63 programas distintos de Pós-graduação, que correspondem a 32 classificações distintas de programas, conforme a tabela de áreas do conhecimento da Capes. Esses dados são significativos para expressar como o campo de estudos da juventude tem se expandido nas universidades brasileiras ao longo dos últimos anos. A variedade de programas de Pós-graduação que têm se debruçado sobre a temática da juventude rural, somada à ampliação das áreas do conhecimento e disciplinas sobre o tema, é bastante significativa sobre como o campo tem assumido relevância nas pesquisas acadêmicas e, sobretudo, sobre o caráter multidisciplinar inerente a esse novo campo de pesquisa.

Esse mapa geral do campo acadêmico sobre a juventude rural nos permitiu situar os trabalhos no tempo e no espaço, identificar suas particularidades em termos do montante de produção, distribuição por tipo de produção, por região e áreas do conhecimento, de maneira a traçar os contornos de um novo campo de pesquisa.

De filhos a jovens: um mapeamento dos temas e categorias dos estudos sobre juventude rural

Como vimos, a emergência da juventude rural como tema de estudos é recente. A primeira imagem à qual o jovem rural é associado – e à qual ficou durante muito tempo restrito – consiste na do jovem *filho de agricultores familiares* ou *camponeses*. O jovem seria aquele que vive um período da vida de aprendizado, de preparação para suceder aos pais, por meio da transmissão de bens e da terra, mas também de poderes entre as gerações (Champagne,

1979). O jovem *agricultor* ou *camponês*, como membro da unidade familiar da produção, estava associado à reprodução da mesma, cujo processo de trabalho era indissociável da construção simbólica das hierarquias familiares entre gêneros e gerações (Woortman & Woortman, 1997). Contudo, a imagem do jovem rural vem sendo modificada a partir da percepção das transformações das estratégias de reprodução das famílias de agricultores, que trazem à tona questões vinculadas à juventude rural como o êxodo rural, a crise dos processos sucessórios e a tensa relação entre campo e cidade (Martins, 2008). Os jovens rurais saem da condição de apenas filhos de agricultores e tornam-se categoria significativa nos estudos rurais, associada a algumas problemáticas específicas, tais como o êxodo rural e a migração.

O êxodo rural e a migração são processos antigos no Brasil. Especialmente em contextos de escassez de terras e dificuldade de reprodução dos agricultores, a migração sazonal tem sido uma estratégia de reprodução familiar e revela-se uma prática antiga dos agricultores, como meio de complementar a renda familiar³⁵. No entanto, a construção dessas problemáticas associadas à juventude é uma novidade da década de 1990. A juventude torna-se uma importante entrada para os estudos do meio rural, o que a coloca, ao mesmo tempo, como “problema” e “solução”. É possível afirmar que, na virada da década de 1990 para 2000, há uma mudança do papel atribuído aos jovens rurais, pois estes passam a ser descritos como importantes para o futuro da *agricultura familiar* e *camponesa* (Abramovay et alii, 1998; Mello et al., 2003). Os jovens rurais seriam aqueles que vivem o “dilema” do trânsito entre o campo e a cidade, e sofreriam de forma mais direta as transformações sociais no meio rural (Carneiro, 1998).

Essa tendência migratória dos jovens e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares às novas gerações são questões recorrentes nas pesquisas sobre os jovens rurais, que evidenciaram para o campo acadêmico a necessidade de compreender os fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural. Como afirma Brumer (2007), ao fazer um balanço sobre a produção acadêmica acerca da temática, os estudos sobre migração possuem duas variáveis: os atrativos da cidade e do novo ambiente, e os aspectos negativos do lugar de origem.

Outros estudos de caso sobre a *agricultura familiar* têm chamado a atenção para diferentes aspectos da questão da saída dos jovens do campo – sobretudo,

³⁵ Para os agricultores nordestinos, no contexto de escassez de terras descrito por Afrânio Garcia Junior (1989), há um ciclo que oscila entre o fracionamento da propriedade e a migração para o Sul como única estratégia para acumular recursos, de forma a garantir aos camponeses sua condição de “libertos”.

as relações de hierarquia e os conflitos geracionais em jogo. A saída mais expressiva das moças do meio rural, por exemplo, relaciona-se também à maneira como se dá a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção e pela invisibilidade do trabalho doméstico – representado pela categoria “ajuda”, atribuída ao trabalho de mulheres, jovens e crianças (Brumer, 2004). Em muitos contextos, a saída dos jovens do campo poderia ser entendida como expressão de seus questionamentos e redefinições sobre o mundo rural (Stropasolas, 2006).

Diferente da situação do contexto de agricultura familiar na região Sul, por exemplo, é a migração dos jovens nordestinos para os canaviais de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Essa situação expressa uma circunstância de extrema exploração do trabalho nos canaviais, que, contraditoriamente, é percebido como o caminho que possibilita que os jovens concretizem seus projetos de autonomia e ressignifiquem o local de origem (Menezes e Silva, 2007).

Assim, compreender como a juventude constrói suas representações sobre o rural e o urbano tem sido, sem dúvida, uma questão que perpassa grande parte das pesquisas atuais. E se, de um lado, há pesquisas que identificam o “desinteresse” dos jovens em relação ao campo e sua recusa à profissão de agricultores, por outro lado, muitas pesquisas têm notado que diferentes experiências de exploração do trabalho nas cidades, bem como os processos de *luta pela terra*, têm contribuído para a ressignificação do meio rural por parte dos jovens (Castro, E.G. de, 2005; Martins, 2008; Malagogi e Marques, 2007). O campo, antes associado a “lugar parado”, isolado, passa a ser valorizado como “espaço de vida”, de moradia, não exclusivamente de trabalho, em oposição à cidade grande e à violência. Nesse sentido, uma das definições sobre os jovens rurais vigente é como aqueles que vivem o momento do ciclo de vida caracterizado pela transição entre infância e idade adulta, no mesmo contexto histórico de outros jovens, mas que possuem a especificidade de terem o meio rural como seu espaço de vida, como marca de sua situação juvenil, embora transitem por espaços urbanos (Wanderley, 2006).

A dimensão da participação política dos jovens rurais não tem sido um tema recorrente nos estudos, especialmente se comparados à questão da educação no campo, ou reprodução social e migração. Apesar de o tema não ser valorizado na produção sobre juventude rural, pode ser encontrado em estudos sobre jovens em assentamentos rurais de reforma agrária³⁶. Alguns trabalhos, ao problematizar o lugar da juventude no contexto dos assentamentos rurais, identificam os jovens como agentes cruciais para a reprodução social do cam-

³⁶ Sobre o PNRA, ver nota 4.

po e para a continuidade dos assentamentos rurais e das identidades sociais vinculadas. De certa forma, essa juventude também parece ser crucial para a continuidade da *luta*, ou seja, para a reprodução dos movimentos sociais do campo. Alguns autores, inclusive, partem do princípio de que a especificidade dos assentados consistiria no saber social diferenciado e elaborado a partir de práticas políticas vividas no movimento de *luta pela terra* (Andrade, 1998). A participação dos jovens em ocupações de terra, acampamentos, mobilizações, atos públicos e acampamentos, em muitos casos, envolve um processo de formação de lideranças nas áreas de acampamentos e assentamentos, ou, ainda, de formação de militantes para as organizações sociais do campo (Martins, 2008). Como revelam alguns estudos de caso, ser militante do MST, por exemplo, está associado também à possibilidade de acesso à cultura, por meio de cursos e viagens, organizados pelo movimento (Loera, 2006). Nota-se, ainda, que o contato com diferentes mundos e contextos promove diferenças entre jovens militantes e os demais jovens de seus acampamentos e assentamentos de origem (Paiva, 2006; Castro, C., 2005).

Porém, embora muitos jovens tenham se engajado em movimentos sociais ao longo dos processos de reforma agrária, o que vem sendo percebido no interior dos assentamentos é bastante diferente. Pesquisadores têm identificado a pouca inserção dos jovens, seja na atividade agrícola ou em instâncias políticas como associações e coordenações. Principalmente no que se refere à participação dos jovens, observa-se uma mudança de atuação em relação ao período de acampamento – ainda que durante aquele período fossem atuantes e participativas, nos assentamentos elas ficam restritas aos afazeres domésticos, com pouco envolvimento com os novos desafios que a conquista da terra trouxe para as suas vidas (Branco, 2004; Castro, E. G. de, 2005; Borges, 2004; Martins, 2008).

Assim, no que tange ao lugar da juventude nos assentamentos rurais, diferentes pesquisas identificam uma distância entre a dimensão política da reforma agrária, ou seja, entre a intervenção dos movimentos sociais e de outros agentes, governamentais e não-governamentais, e os processos percebidos no cotidiano dos assentamentos.

Uma das preocupações centrais da pesquisa foi perceber as construções sociais sobre a categoria *jovem rural*. Para tal, mapeamos também as principais categorias de classificação da juventude rural nos trabalhos acadêmicos (ver, nos Anexos, a Tabela 9). Nas poucas referências bibliográficas encontradas até o ano de 1985, as categorias *jovens rurais*, *trabalho infante-juvenil e educação rural* são representativas de como a juventude rural está associada, na produção desse período, às esferas do trabalho e da escola, ou seja, a duas problemáticas

centrais: evasão escolar e êxodo rural. Nesses primeiros trabalhos, o foco está na análise de experiências de educação no campo e das especificidades desse contexto, como análise das experiências pedagógicas, tais como as Escolas Família Agrícola, os programas municipais de educação no campo e a pedagogia da alternância. Os jovens rurais são tidos como um recorte populacional e público alvo a ser atingido por programas, projetos, cujos trabalhos têm o objetivo de avaliar a eficácia e apontar as mudanças necessárias.

Entre os anos de 1995 e 1999, podemos perceber uma transformação no campo de pesquisa, a partir da ampliação das categorias utilizadas, apesar de não haver mudança significativa em termos quantitativos. As categorias classificatórias *jovens do interior*, *jovens assentados*, *jovens sem-terra*, *juventude e agricultura familiar*, bem como as categorias *aluno trabalhador rural*, *êxodo rural*, *pluriatividade e trabalho doméstico*, expressam a associação da juventude com processos de mudança social no meio rural, tais como a saída dos jovens do campo; a intensificação dos assentamentos rurais de reforma agrária; a maior visibilidade dos movimentos sociais do campo; novas dinâmicas relacionadas à modernização no campo e ao “estreitamento” das fronteiras entre o campo e a cidade.

Entre 2000 e 2002, ao mesmo tempo que há uma intensificação do tema da juventude rural na produção acadêmica, há também sua diversificação em termos e categorias correlatas. As primeiras categorias de classificação dos jovens rurais não saem de cena, mas outras questões são incorporadas, sem perder de vista o eixo juventude-trabalho-educação e, principalmente, a problemática da saída dos jovens do campo. Importante enfatizar como grande parte dessas classificações refere-se ao jovem rural como aquele que vive no campo ou como filho de agricultor. Variações da categoria *juventude rural* como *juventude do meio rural*, *jovens do campo*, *jovens do interior*, *jovens agricultores* expressam os pares de oposições “rural-urbano”, “campo-cidade”, “litoral-interior”, que marcam a construção social da categoria jovem rural no campo acadêmico, baseada em representações acerca da importância atribuída à juventude para o desenvolvimento rural e agrário.

Percebe-se, ainda, que a categoria jovem rural está diretamente associada a uma determinada população rural no Brasil, que engloba pequenos produtores pauperizados e sem-terra, a chamada *agricultura familiar*, os assentados de reforma agrária, camponeses e os trabalhadores rurais assalariados. Não identificamos, no campo de estudos sobre a juventude rural, no período do levantamento, trabalhos que abordem os jovens filhos de grandes proprietários, jovens empresários rurais ou algum outro setor nesse sentido, nem tampouco outras categorias que aparecem associadas ao mundo rural no Brasil, como indígenas,

ribeirinhos, quebradeiras-de-coco, seringueiros. Mais recentemente, verificamos a presença de dissertações de Mestrado sobre jovens quilombolas³⁷.

A partir do mapeamento das categorias, percebem-se também alguns temas e questões – que são caros aos estudos sobre juventude ou sobre meio rural – ausentes nas pesquisas sobre os jovens rurais. Muitos dos temas que costumam estar associados à juventude em contextos urbanos são abordados tangencialmente em relação aos jovens rurais, ou mesmo não são tratados, como gênero, cultura, espaços de sociabilidade, sexualidade e lazer. O recorte de gênero, embora presente nos trabalhos de alguma maneira, sobretudo relacionado à divisão do trabalho dentro da família, muito pouco aparece como problemática central articulada à juventude rural. No que se refere às expressões culturais dos jovens e à dimensão da sociabilidade, estas estão praticamente ausentes nos estudos, permanecendo secundárias, como pano de fundo ou como demanda, sem serem investigadas como esferas relevantes da vida e da sociabilidade juvenil.

No campo dos estudos rurais, observa-se que temas “clássicos” como sindicalismo rural e trabalho rural assalariado praticamente não aparecem, com exceção de algumas referências aos jovens cortadores de cana (Menezes e Silva, 2007). E, apesar do significativo número de trabalhos sobre os jovens em assentamentos rurais de reforma agrária, não foram identificados, no período investigado, estudos que problematizassem o jovem na situação de acampamento, ou seja, vivendo nos acampamentos promovidos pelos movimentos sociais rurais.

A própria configuração da categoria juventude rural no Brasil, de certo modo, tem refletido uma percepção de mundo rural, ou, ainda, mundo não-urbano, que tende a reproduzir processos de homogeneização da categoria juventude, a partir de suas categorias sociais mais consolidadas: *agricultura familiar* e *campesinato*. A categoria é definida por uma identidade contrastiva, marcada pelas relações de hierarquia e subordinação do campo à cidade. Nesse sentido, o viés urbano continua sendo o principal referencial que norteia as pesquisas e que elege, conseqüentemente, duas principais problemáticas associadas aos jovens rurais: a reprodução da *agricultura familiar* e *camponesa* e os processos migratórios. Isso explica a insistência nas pesquisas atuais em um tema que aparece sempre como o ponto de partida das pesquisas: o “problema” da permanência ou a saída do campo. Dessa maneira, apesar das mudanças ao

³⁷ Um exemplo é a dissertação de Priscila da Cunha Bastos, *Entre o quilombo e a cidade – Trajetórias de individuação de jovens mulheres*, defendida em maio de 2009, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Paulo Carrano.

longo do tempo e da diversidade de formas com que a juventude rural é referenciada, essa relação estrutural parece ser mantida e consolidada.

A análise do levantamento da produção acadêmica brasileira sobre a juventude rural, bem como das categorias com as quais os pesquisadores a representam, revelou como esse campo de estudos está em fase de expansão e reafirma a hipótese da pesquisa de que a categoria juventude rural passa por um processo de ressignificação e consolidação no campo acadêmico. Apesar dos esforços em se perceber a categoria em uma perspectiva de diversidade social e cultural, observa-se que o material empírico é fortemente informado por experiências dos grandes conglomerados urbanos.

Nesse sentido, os estudos sobre juventude rural, além de muito recentes, enfrentam dificuldades para ir além do referencial urbano acerca do tema. Embora hoje possamos dizer que os jovens rurais saíram da condição de “invisibilidade” para constituir tema de um novo campo de pesquisas, um limite a esses estudos pode ser atribuído justamente à problematização teórica sobre a categoria.

As antigas ou novas maneiras de denominar populações não urbanas – ou não pensadas/classificadas originariamente como urbanas – obrigam-nos a refletir sobre certas repartições estanques existentes no senso comum e também no meio acadêmico acerca da juventude rural. É necessário perceber as transformações da noção de juventude, assim como ter um melhor entendimento de práticas e significados distintos do que seja ser *jovem* em diferentes contextos e grupos. Esse é o desafio na construção de análises e pesquisas que primem por descrever e indicar um panorama mais complexo e variado do que possa ser entendido como *juventude rural* ou *jovem rural*. E, ainda, que considerem as modificações e transformações nos processos de luta política e conquista de direitos ao acesso a terra – tema significativo para entender o papel dos jovens em muitos espaços de atuação política.

A emergência da juventude rural nos movimentos sociais, no âmbito governamental e não-governamental

Os movimentos sociais rurais no Brasil são palco do surgimento de novas organizações de juventude rural como ator político e nesses espaços se reconfiguram identidades e “laços com a terra”. Embora esse tipo de articulação não seja uma novidade – juventude rural ao longo da história e, em muitos países, foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social –, hoje estamos testemunhando no Brasil uma reordenação dessa categoria. Em comum,

uma juventude rural que ainda se confronta, como “classe object” (Bourdieu, 1977), com imagens de “mundo rural” pejorativas. Esse “jovem rural” se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, *agricultor familiar*, *camponês lutando* por terra e por seus direitos como trabalhadores e jovens.

As disputas e articulações coletivas para dar visibilidade à categoria *juventude* no cenário nacional conduziram nosso interesse na análise da juventude como categoria política. Observamos processos identitários que articulam e disputam legitimidade política, ressignificando categorias historicamente reconhecidas. A riqueza desse universo de articulações e construções identitárias se expressa através de múltiplas construções, nas músicas, documentos e poesias produzidos e/ou reproduzidos por essas organizações, tais como a disputa pelo reconhecimento: *Não é preciso ser filho de doutor, jovem da roça também tem seu valor*³⁸. Em outra passagem da mesma música, temos: *A esperança de um mundo novo é o jovem, porque a sua força faz o mundo transformar. Jovem do campo e da cidade bem unidos, ninguém vai conseguir pisar*. Ou em documento da PJR que também reforça essa ideia a partir de uma perspectiva de mudança: *a luta pela permanência no campo, a luta pela mudança de modelo de desenvolvimento*³⁹. Essas e outras formulações discursivas, presentes nos espaços coletivos e nas entrevistas com jovens, nos remeteram à problemática da aparente contradição entre essas formulações e a percepção recorrente de desinteresse dos jovens rurais pelo campo.

Juventude nos movimentos sociais: recuperando elementos da história recente

Nos anos 2000, observamos um intenso processo organizativo dos jovens, tanto nos movimentos sindicais – na Contag e na Fetraf –, como nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil (no MST, no MPA, no MMC e no MAB). Ou, ainda, uma visibilidade para movimentos já consolidados, como a Pastoral da Juventude Rural. A maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta do ano 2000, alguma instância organizativa (ver, nos Anexos, Tabela 10).

No caso dos movimentos sindicais, o processo organizativo está formalizado em toda a sua estrutura desde os anos 2000. Na Contag, a organização da juventude está estruturada desde as comissões municipais de jovens nos sindicatos de

³⁸ Música *Jovem da roça também tem valor*, de Antônio Gringo, gravada no disco *O Canto da Terra* – Comep.

³⁹ Documento – “Carta proposta da Pastoral da Juventude Rural” (ver Caderno de Fotos).

trabalhadores rurais às comissões estaduais em suas federações. Em nível nacional, está organizada a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR). Na Fetraf-Brasil e na maioria dos estados, está estruturada em Secretarias de Juventude que fazem parte da executiva da federação. No sindicato também existe a instância do coletivo de jovens que seria, segundo integrantes da Fetraf, a forma de dinamizar e ampliar o trabalho na base⁴⁰. Em nível nacional, está organizada na Coordenação Nacional de Juventude.

No entanto, no movimento sindical percebe-se uma intensa disputa nas esferas de decisão. A principal preocupação das organizações sindicais de juventude é a de não somente atuar no acesso às políticas públicas, mas também renovar o movimento sindical, por meio da formação e de políticas afirmativas de participação nos espaços de decisão, como a política de cotas para jovens aprovada no IX Congresso da Contag em 2006⁴¹.

No que concerne às organizações que compõem a Via Campesina (MST, PJR, MMC, MAB, MPA), nem todas estruturaram um espaço organizativo de juventude. O MST e o MAB, por exemplo, possuem coletivos de juventude, em nível nacional e estadual; porém, há um processo de articulação da juventude no âmbito da Via Campesina, denominado Coletivo Nacional de Juventude da Via Campesina⁴², criado em 2006, após o I Seminário do Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina, que ocorreu em novembro de 2006, em São Paulo. A primeira reunião oficial do Coletivo foi em janeiro de 2007. Essa articulação se dá através de seminários nacionais, do Coletivo Nacional da Juventude e de um Programa de Formação para a Juventude⁴³.

A Pastoral da Juventude Rural, criada em 1983, é um movimento diferenciado, por ser o único que tem como eixo central a juventude rural. Ela se propõe a organizar os jovens a partir de sua atuação de origem, em suas comunidades, sindicatos, partidos políticos. Sua estrutura formal é composta

⁴⁰ Geralmente, os coletivos de jovens da Fetraf nos estados e região Sul são organizados pelos representantes das regiões que se articulam nos sindicatos. No caso das federações menores, os representantes são geralmente dos sindicatos. O estímulo, segundo a Coordenação Nacional de Juventude, é para que os sindicatos criem Secretarias de Jovens nas executivas; no entanto, isso avança mais nos sindicatos regionais, ainda não é um processo massivo, ocorrendo mais nos sindicatos consolidados.

⁴¹ A política da cota da obrigatoriedade de 20% de participação de jovens nas instâncias deliberativas foi aprovada no IX Congresso da Contag, em 2006.

⁴² Também compõe esse coletivo a Feab.

⁴³ Esse Programa de Formação ocorreu em diversos estados do Brasil, tendo como público-alvo jovens rurais e urbanos, em 2007/2008.

por equipes de coordenação microrregionais, estaduais e nacional. Podemos afirmar que, ao integrar a Via Campesina Brasil, na qual participa compondo sua direção nacional, a Pastoral da Juventude Rural foi fortalecida no cenário nacional dos movimentos sociais e no cenário internacional. Por outro lado, a participação da PJR na Via Campesina contribuiu para a consolidação da organização do Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina Brasil.

Essas organizações de juventude surgiram por meio de mobilizações e espaços específicos de discussão que vêm ocorrendo de forma mais intensa nos últimos anos. Uma expressão desse processo de organização se materializa em eventos regionais e nacionais que se anunciam como *da juventude*. Já no início dos anos 2000, houve o I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural (Brasília, 2000); o I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em diferentes estados, organizado pelo MST (2002), o Salão Nacional da Juventude Rural, organizado pela Contag (Brasília, 2003) e o I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, organizados pela Fetraf-Sul (Rio Grande do Sul, 2003).

Mas foi a partir de 2006 que os eventos se avolumaram, e dentre os mais expressivos, podemos citar: o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural – (PJR/Brasília, 2006), Encontro Nacional do Programa Jovem Saber – realizado durante o Grito da Terra Brasil – (Contag/Brasília, 2006) e o II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul /Esteio, 2006); o I e o II Seminário do Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina (novembro/2006 e julho/2007, respectivamente); e o I Encontro dos Jovens do Campo e da Cidade (Via Campesina, Niterói, 2008). Ou seja, a ocorrência de eventos e a formalização de organizações de juventude apontam para um fenômeno em movimento (ver, nos Anexos, a Tabela 11).

As demandas apresentadas por essas formas de organização revelam como esses jovens se percebem. Se, por um lado, reforçam questões consideradas específicas, como acesso à educação e à terra para jovens rurais, por outro constroem demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira. Isso pode ser observado tanto em documentos do início dos anos 2000 – como na “Moção de Repúdio à Medida Provisória dos Transgênicos”, documento do Salão Nacional da Juventude Rural (Contag, 2003)– quanto nos mais recentes documentos, como na “Carta da Juventude Camponesa” (ver Caderno de Fotos), entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final do II Congresso da Pastoral da Juventude Rural, realizado em Brasília, em julho de 2006. Nesse docu-

mento, o tema central é a defesa da produção agroecológica e a preocupação com a soberania alimentar que, para o movimento, poderia estar ameaçada com a liberação dos transgênicos. As demandas tratam de questões específicas, como [...] *ampliar os investimentos nas Escolas Agrotécnicas Federais e nas Universidades Rurais, bem como garantir acesso à juventude rural; e crédito rural: criar uma linha de crédito especial para a juventude no campo [...] que ofereça condições de acesso à juventude.*

Mas, também, são reivindicadas questões mais amplas no que concerne à política de reforma agrária, como neste trecho:

O modelo agropecuário centrado no agronegócio tem penalizado a população rural, especialmente a juventude. [...] Sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo.

O documento também trata de questões que dizem respeito à esfera macroeconômica: “É necessário mudar a política econômica, alterando o modelo agropecuário, eliminando o superávit primário e adotando como prioridade investimentos na geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.” Assim, percebemos a materialização formal da categoria juventude nesses movimentos.

Programas do governo federal para a juventude rural

Nesse mesmo período, observamos no Brasil um aumento de iniciativas governamentais federais que tiveram como público-alvo os jovens rurais. Contudo, vale ressaltar a dificuldade para levantarmos esses dados, por haver, na época, muito pouca informação sistematizada sobre os programas sociais⁴⁴.

O levantamento foi realizado até 2007, a partir dos sites, documentos dos Ministérios e do Conselho Nacional de Juventude, voltado para programas que têm a juventude rural como público-alvo. A dispersão das informações reforça a percepção de falta de articulação entre os programas que compõem as políticas públicas para a juventude rural. Nesse sentido, a análise dos programas não permite afirmarmos se existe um direcionamento claro quanto a uma política de Estado voltada para a juventude rural nas últimas duas décadas.

⁴⁴ A análise detalhada dos programas de políticas públicas não foi objeto central da investigação e deve ser aprofundada em futuros estudos.

Os primeiros programas datam dos anos 1990⁴⁵. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera é o primeiro de maior visibilidade que tem a juventude rural como público-alvo. Nos anos mais recentes, há um aumento significativo de programas. Percebe-se que esse crescimento, a partir de 2003, reflete, ainda, uma concentração na área de Educação. Surgem outros tipos de programas, como os de crédito, ou, também, observam-se alguns existentes e pouco desenvolvidos.

Os programas concentram-se, primeiramente, no Ministério de Desenvolvimento Agrário, com o Programa Nacional de Crédito Fundiário/Nossa primeira terra, Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf Jovem, Arca das Letras, o Consórcio Social da Juventude Rural e o Saberes da Terra, o qual envolve iniciativa conjunta de três Ministérios: Agrário, Educação e Trabalho. Depois, seguem-se os do Ministério da Educação e Cultura, como o Brasil Alfabetizado, e o Programa Nacional de Transporte Escolar, do Ministério do Trabalho e Emprego, e um no Ministério do Desenvolvimento Social (ver, nos Anexos, a Tabela 12).

Por meio desse rápido mapeamento, constatamos que a juventude rural como público-alvo de políticas públicas não tem sido priorizada na maioria dos Ministérios e seus programas. Entretanto, a intensificação do número de programas a partir de 2003 pode sinalizar mudança nesse cenário.

Principais organizações não-governamentais/institutos ou associações e seus programas e ações voltados para a juventude rural

As organizações não-governamentais, associações e institutos que lidam com juventude rural remontam à década de 1960. Os perfis dessas organizações são bastante diversos, assim como os tipos de atividades desenvolvidas com os jovens. Apesar de se tratar de organizações que surgiram em períodos distintos, a ação com juventude rural aparece em número maior a partir da década de 1990.

Da mesma forma observada nos programas governamentais, há uma concentração da atuação em projetos no campo da Educação⁴⁶. Uma segunda área recorrente são programas que têm como preocupação central o tema do meio ambiente e agroecologia. Vale ressaltar que o número de ações aumentou a partir dos anos 2000 (ver, nos Anexos, a Tabela 13).

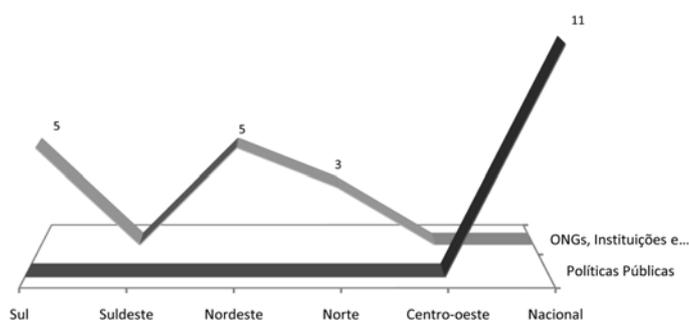
⁴⁵ O levantamento foi realizado em sites e diretamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário, detectando a existência de programas a partir de 1998. A partir de 2008, houve a reordenação de alguns programas com a criação do Pro Jovem do Campo no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude.

⁴⁶ Esse levantamento não se pretende extensivo e nem conclusivo; contudo, permite uma primeira aproximação em relação à ação do terceiro setor.

Comparando a atuação dos agentes

Se compararmos o tipo de ação governamental e não-governamental, vemos que os programas do governo federal se apresentam como de atuação em nível nacional, enquanto a ação de institutos e ONGs tendem a ser localizadas em comunidades, municípios ou regiões. Há concentração nas regiões Sul e Nordeste, como podemos observar no Gráfico 10.

Gráfico 10. Âmbito de atuação com a juventude rural

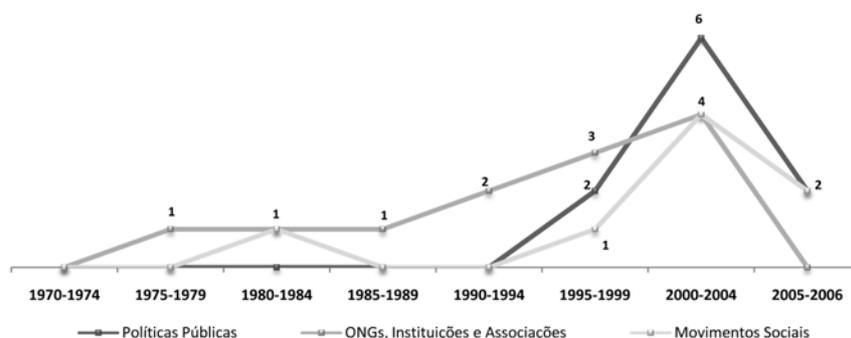


A comparação do início da atuação com juventude rural entre os diferentes agentes revela um dado importante: o visível aumento de organizações de juventude e de ações com juventude rural a partir dos anos 2000. Observamos uma variação quanto ao período em que se iniciam essas atividades. No caso das organizações não-governamentais, suas atuações remontam à década de 1970, e crescem em quantidade a partir da década de 1990. Quanto às políticas públicas do governo federal, observam-se iniciativas na década de 1990, mas o número de programas aumenta a partir dos anos 2000. Da mesma forma, nos movimentos sociais, à exceção da Pastoral da Juventude Rural, a organização da juventude ocorre mais intensamente a partir dos anos 2000.

Embora a organização formal da juventude nos movimentos sociais seja decorrência de processos internos aos movimentos sociais que têm início em décadas anteriores, como vimos, a formalização de espaços organizativos e a visibilidade da juventude são mais recentes. A intensificação e a confluência de ações podem apontar a ressignificação das percepções sobre a juventude rural na sociedade brasileira hoje. É evidente que muitos programas de governo e/ou de organizações, associações, institutos não-governamentais devem atingir direta ou indiretamente os jovens no meio rural; porém, não há a especificação do público-alvo que identifique juventude rural. A não valorização ou singularização dessa categoria social tem contribuído para a sua invisibilidade.

Não obstante o número efetivo de ações serem reduzidas, como pode se observar no Gráfico 11, a recente visibilidade como público-alvo de programas ou como ator político pode significar uma nova tendência. Esta poderia representar desde um reconhecimento das especificidades da juventude no meio rural brasileiro – e, portanto, de demandas específicas – até uma reordenação de relações de poder e consequente legitimação do jovem como ator social nos processos de produção, reprodução e mesmo transformação da realidade do meio rural no Brasil.

Gráfico 11. Frequência de organização e ações com ou para a juventude rural



Contudo, as poucas ações que têm como público-alvo a juventude rural reforçam a leitura de que se trata de um processo ainda pouco consolidado de visibilização dessa categoria social. Se os jovens do meio rural guardam especificidades, colocam-se, sem dúvida, como parte da juventude que hoje disputa espaço de ação e de acesso a direitos, condições de vida e trabalho.

Contudo, temos atualmente um contexto no qual a categoria juventude aparece expressa de maneira formal, em grupos concretos, fruto de processos identitários. Essas organizações acionam práticas conhecidas dos movimentos sociais nos quais estão inseridas. Mas, ao mesmo tempo, trazem novas questões e um repertório de ações que ressignifica as identidades que hoje se fazem presentes no meio rural brasileiro e que apresentam demandas específicas dessa categoria social, como veremos no quarto capítulo deste livro. Nesse sentido, podemos afirmar que a categoria *juventude*, atualmente, vem se estabelecendo como uma categoria política – o que explica o número expressivo de eventos realizados por essas organizações nos últimos anos, e os espaços de negociação que esse ator político vem conquistando, seja junto a gestores de políticas públicas, seja no âmbito dos próprios movimentos sociais.

CAPÍTULO 2

O perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais. Em foco, a diversidade

Para a composição de um perfil dos jovens *engajados* nos movimentos sociais rurais do Brasil, trabalhamos com instrumentos quantitativos e qualitativos, como exposto na Introdução deste livro. Optamos por manter a referência aos dois universos investigados – traçando um perfil dos eventos *de juventude* e um perfil dos jovens nos eventos nacionais dos movimentos sociais rurais –, por terem sido construídos com instrumentos distintos, mas também para que possamos fazer um perfil da juventude *engajada* buscando distintos espaços de participação. Um recurso foi observar o que aproxima e o que distingue o perfil dos que participam desses dois tipos de espaço. A análise foi ordenada a partir dos eixos que compõem o questionário, e abordaremos a situação dos tipos de perfis de acordo com o acúmulo de informações sobre cada item. Vale lembrar que somente uma parte das questões listadas a seguir foi aplicada nos eventos *de juventude*. A composição completa foi utilizada apenas nos eventos nacionais dos movimentos sociais⁴⁷. Os temas tratados são referentes a indicadores sociais: idade, sexo, estado civil, composição familiar nuclear, filhos, origem, religião, cor/raça/etnia, trabalho, acesso à terra, renda, escolaridade, frequência à escola, evasão escolar e lazer. E, ainda, participação política, sexualidade, consumo de drogas lícitas, percepção sobre a permanência no campo.

O perfil dos jovens que participam dos movimentos sociais rurais, tanto nos eventos *de juventude* quanto nos mais amplos, confirmou, em parte, o senso comum relacionado ao jovem rural: um homem solteiro, com idade até 25 anos.

⁴⁷ Ver explicação metodológica na Introdução deste livro.

Entretanto, a pesquisa realizada diversifica esse perfil, revelando uma presença significativa de mulheres nesses eventos, e, inclusive, um número maior nas faixas etárias mais novas do que de homens com a mesma idade. Além da questão de gênero, dados sobre estado civil, composição familiar nuclear de jovens e escolaridade também mostram um diferencial em relação a outras pesquisas. Os jovens casados e os jovens com filhos, ainda que em minoria, aparecem e são reconhecidos nos eventos como parte da realidade da juventude do campo. Tendo em vista esses elementos, o tema “participação das mulheres” ganhou uma atenção especial e será tratado mais detidamente no terceiro capítulo.

Ainda no que concerne à apresentação dos indicadores sociais, algumas considerações são necessárias. No que se refere ao corte etário, em que pese a variação das faixas etárias adotada por organismos internacionais⁴⁸, ela pode ser ainda maior, dependendo “de qual juventude” estamos falando. No caso da juventude trabalhadora sindicalizada rural ou urbana, a idade máxima considerada se estende aos 32 anos⁴⁹. Portanto, a própria definição de juventude a partir de uma faixa etária é um dos elementos que expressam as diferentes percepções para se identificar a população juvenil. No caso da juventude dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina, a idade, ainda que como caracterização da juventude, não aparece claramente definida. Na aplicação do questionário, foi utilizado o método de autoidentificação através da pergunta filtro que iniciava a entrevista. Com isso, tivemos entrevistados que colaboraram para ampliar em muito a faixa etária prevista pelos organismos oficiais e pelo próprio movimento sindical. Para efeito de comparação, fizemos um recorte nos dados dos eventos nacionais a partir da faixa adotada pelo movimento sindical, isto é, de 15 a 32 anos, e comparamos com os dados Pnad para a mesma faixa⁵⁰.

Sobre a coleta de dados referentes a sexo, há uma diferença importante entre o instrumento utilizado nos dois perfis. No caso dos eventos nacionais dos movimentos sociais, foi adotada uma amostra induzida que definiu como

⁴⁸ Pesquisas recentes, e mesmo organismos governamentais têm adotado, no Brasil e no mundo, uma faixa etária mais extensa, 15 a 29 anos. Essa faixa etária é utilizada no Brasil pela SNJ e Conjuv. Esse também é o caso da definição de população jovem da OIJ. A OIJ foi fundada em 1996, após a VII Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude. Em 2005, lançou a Convenção Ibero-americana de Direitos dos Jovens. O governo brasileiro atualmente integra a OIJ.

⁴⁹ Esse é o caso da definição de juventude da Contag, bem como da CUT.

⁵⁰ Os dados dos eventos *de juventude* têm uma ligeira diferença na última faixa, que representa participantes com 30 anos ou mais, mas constatamos que aqueles que se identificavam como adultos pertenciam a uma faixa etária muito diferenciada e não participaram das entrevistas.

ideal 50% de mulheres e 50% de homens. Contudo, os ajustes na amostra, em função de uma presença maior de mulheres jovens que de homens na Contag, reforçaram as impressões de intensa participação de mulheres nesses eventos. Já no caso do perfil dos eventos *de juventude*, não houve indução, o que permitiu medir a participação de mulheres e homens nesses espaços, revelando uma importante presença das jovens.

Outro tema que surpreendeu foi a situação de escolaridade encontrada entre esses jovens. Os dados demonstraram índices bem acima da média observada em outros estudos sobre população rural, a exemplo da Pnad (2006). Por essa razão, dedicamos uma maior atenção a essa temática. Apresentamos uma leitura sobre o nível de escolarização dos jovens abordados, fazendo interlocuções com questões mais gerais. Buscou-se apresentar as percepções que os jovens apresentam sobre a escola e o processo educacional, o que contribui para entendermos as motivações para que a *educação no campo e para o campo* seja uma das principais demandas de todos os movimentos estudados.

Um último tema bastante relevante foi o índice importante de atuação formal em movimentos sociais, em especial nos sindicatos. O que também será tratado de forma mais detalhada no quarto capítulo.

O perfil dos jovens dos movimentos sociais: indicadores sociais

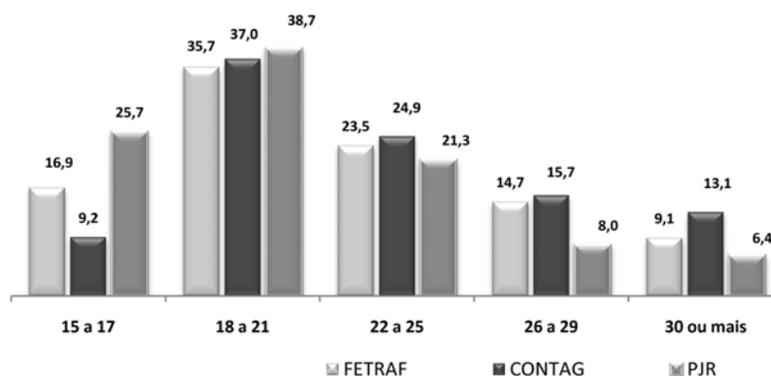
O perfil dos jovens dos dois tipos de eventos é similar. Temos algumas variações pequenas e, como veremos, é possível aprofundarmos mais o perfil no caso dos jovens que frequentam os eventos nacionais dos movimentos sociais, devido ao tipo de informação colhida

Idade

A população entrevistada que se identificou como jovem e respondeu ao questionário aplicado no V Congresso Nacional do MST, varia de 12 a 41 anos, e na II Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Contag varia entre 18 e 53 anos. Contudo, se adotado o recorte de 15 a 32 anos⁵¹, temos uma maior concentração nas faixas de 22 a 25 anos no caso da Contag e de 18 a 21 anos no caso do MST (Gráfico 18). O corte nos eventos *de juventude* é de 15 a 30 anos ou mais para a população participante e verificamos a concentração em uma faixa mais jovem, de 18 a 21 anos (Gráfico 12).

⁵¹ Esse será o recorte adotado para os eventos nacionais.

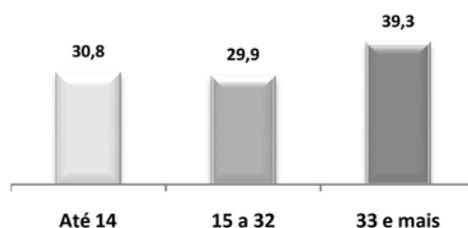
Gráfico 12. Jovens nos eventos de juventude, segundo a faixa etária (%)



Base: Total da amostra

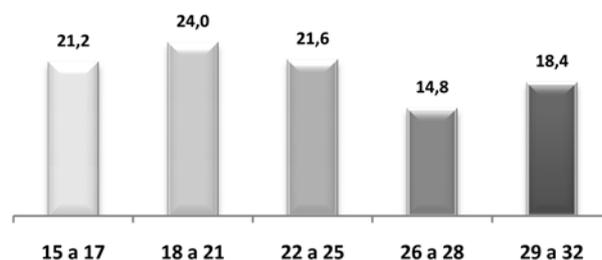
A concentração dos jovens participantes nesses eventos na faixa etária de 18 a 25 anos reproduz a concentração etária da população jovem rural hoje no Brasil. Segundo a Pnad, um terço da população rural é de jovens e, destes, 45,6% têm entre 18 e 25 anos (Gráficos 13 e 14). No entanto, é importante registrar a presença de jovens abaixo e acima dessa faixa etária.

Gráfico 13. População total residente em área rural, segundo a idade - Brasil (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Gráfico 14. População de 15 a 32 anos residente em área rural, segundo a idade - Brasil (%)

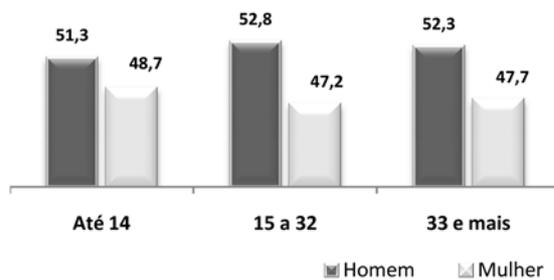


Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Sexo

Os dados levantados apresentam questões relevantes para o debate e reflexão sobre gênero e juventude. Segundo a Pnad (2006), há uma distribuição desigual entre homens e mulheres no campo brasileiro. As mulheres representam, em média, 47,5% da população total (Gráficos 15 e 16).

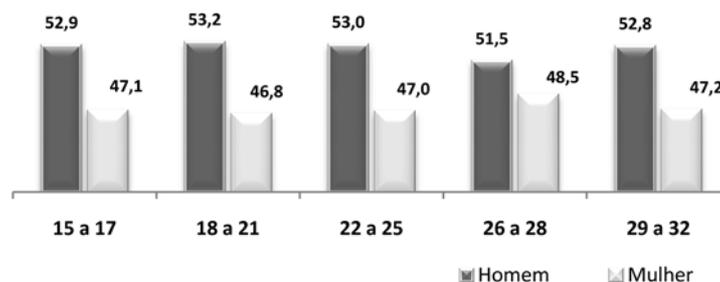
Gráfico 15. População total residente em área rural, segundo o sexo e a idade - Brasil (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2006

O perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais. Em foco, a diversidade

Gráfico 16. População de 15 a 32 anos residente em área rural, segundo o sexo e a idade - Brasil (%)

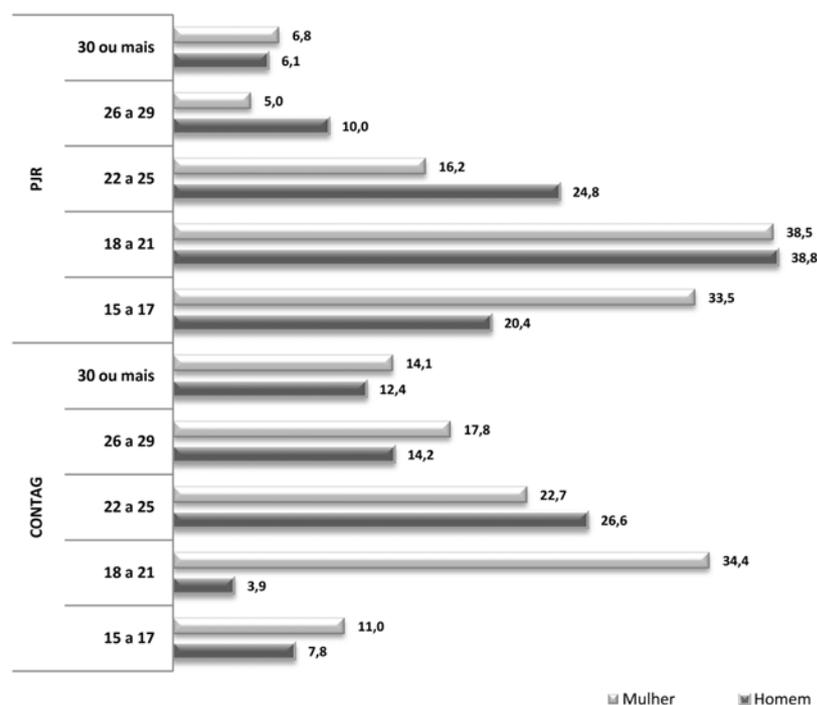


Fonte: IBGE/Pnad, 2006

No caso dos jovens que participam dos eventos *de juventude*, a desigualdade permanece. Apesar disso, os eventos da PJR e do movimento sindical tiveram uma expressiva presença de mulheres nas faixas etárias mais jovens. O perfil realizado demonstra que, entre os jovens entrevistados, 42,9% correspondem ao número das jovens da Contag, 41,2% da PJR e 26,1% da Fetraf-Sul. E ainda no caso da PJR e da Contag, as mulheres presentes são mais jovens que os homens⁵² (Gráfico 17).

⁵² Esse cruzamento só foi possível nesses dois eventos, por não terem sido colhidos esses dados no evento da Fetraf.

Gráfico 17. Jovens da PJR e Contag, segundo a faixa etária e o sexo (%)



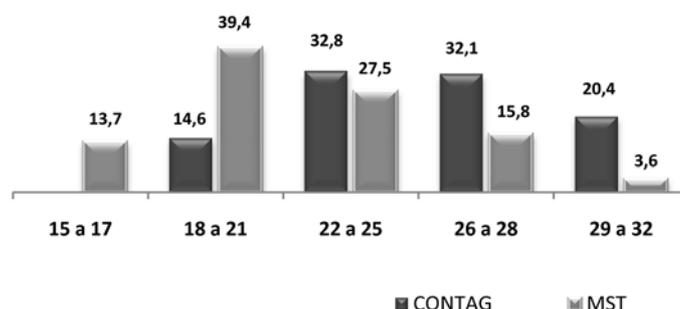
Base: Total da amostra dos eventos da PJR e Contag

Apesar da menor quantidade de mulheres nos eventos, há uma constância em relação à intensa participação delas nesses espaços. Uma possível leitura para esse resultado pode estar relacionada às mudanças estruturais nos movimentos sociais, em especial no movimento sindical, onde tem sido discutida a garantia da participação das jovens nos espaços de organização e atuação política. Uma das políticas adotadas pela Contag é a de cotas, a qual prevê a participação de 30% de mulheres nos eventos e 20% de jovens. A PJR não utiliza cotas, mas reforça a importância da participação igualitária entre os sexos, expressa na demanda de sempre ter uma *companheira* e um *companheiro* nas coordenações das atividades.

A despeito da estratificação da amostra no quesito sexo nos eventos nacionais dos movimentos sociais ter sido induzida, como já afirmamos, a impossibilidade de manter o corte devido à diferença da presença de ho-

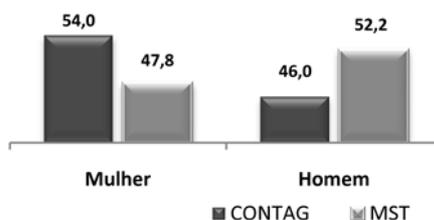
mens e mulheres nas delegações por estado trouxe um resultado interessante⁵³. Observamos novamente uma importante presença de mulheres nesses eventos nacionais da Contag e do MST, contudo com uma diferença para menos no MST (47,8% de mulheres e 52,2% de homens) em relação à Contag (54,0% de mulheres e 46,0% de homens) (Gráficos 18 e 19). O fato de os jovens da Contag estarem em uma faixa etária a partir de 18 anos, e mais concentrados em uma faixa etária mais velha que no evento *de juventude* da mesma entidade, não foi uma exigência da organização. A explicação pode ser que, no caso desse segundo evento, a maioria ocupava cargos nos sindicatos e/ou era composta por delegados para o X Congresso da Contag, que ocorreria no ano seguinte. Ou seja, há uma tendência implícita de que ocupantes de cargos ou delegações sejam mais velhos.

Gráfico 18. Jovens dos eventos nacionais, segundo a faixa etária (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Gráfico 19. Jovens dos eventos nacionais, segundo o sexo (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

⁵³ Ver, nos Anexos, as Tabelas 2, 3 e 4 sobre o total de homens e mulheres por delegação e como a amostra foi desenhada.

A presença de jovens mulheres em todos os eventos corrobora a percepção da pesquisa de uma participação mais efetiva das jovens nessas organizações políticas. Como também pode ser uma pista para a observação de mudanças mais expressivas sobre os espaços que as mulheres veem ocupando nos movimentos sociais. Todavia, essa participação não parece resolver questões históricas de opressão de gênero. Discursos que denunciam a realidade da mulher no campo e nos espaços dos movimentos sociais apareceram em todos os eventos: em alguns casos, como denúncia; em outros, como ação com o objetivo de minimizar as desigualdades entre o homem e a mulher presentes nos movimentos sociais. Nos eventos *de juventude*, esse tema se fez muito presente. Uma das questões debatidas é o trabalho doméstico como uma carga ainda exclusivamente das mulheres, especialmente das jovens, como pode ser observado na fala de uma jovem no V Congresso do MST:

Nós somos as mais oprimidas neste sistema [...] a pobreza tem cara de mulher [...] as mulheres têm direito de serem dirigentes [...]. Um dos nossos desafios é a corrente que nos prende ao trabalho doméstico [...] 60% do tempo da mulher é gasto com trabalho doméstico. Como então participar da luta? [...] Não queremos ficar atrás de grandes homens, queremos ficar ao lado, ser reconhecidas como mulheres [...].
(Jovem mulher, MST, 2007)

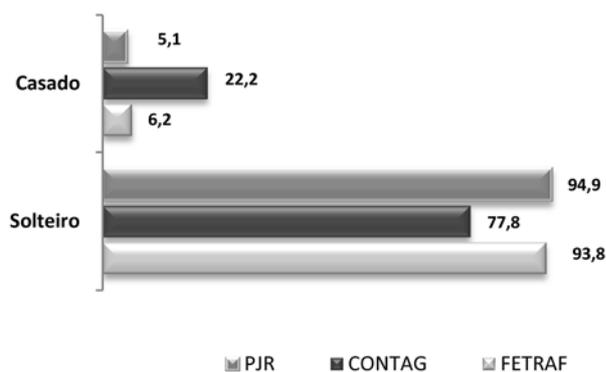
Contudo, é importante ressaltar que a alta participação das jovens nos eventos reforça a percepção de ocupação de espaços formais nas instâncias deliberativas por parte de jovens mulheres, especialmente no movimento sindical⁵⁴. Na Contag, por exemplo, as jovens ocupavam, na época da realização da pesquisa, a maioria das comissões estaduais de jovens que compõem a comissão nacional: 13 mulheres e cinco homens. Nos outros movimentos sociais, também se observa um equilíbrio que aproxima o número de mulheres e homens. O Coletivo Nacional de Juventude do MST era composto, na época, por dez homens e seis mulheres, e a Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil tinha 13 homens e dez mulheres na direção. A constatação da importante presença de mulheres nas direções de organizações de juventude pode significar uma possível ruptura com a histórica exclusão das jovens dos espaços de participação política. Essa crescente inserção sugere uma possível mudança na forma organizativa dos movimentos, já que, na construção histórica do espaço social do sindicalismo rural, por exemplo, a predominância sempre foi de homens, principalmente nas esferas de direção.

⁵⁴ Esses dados foram levantados nos eventos de liderança.

Estado Civil

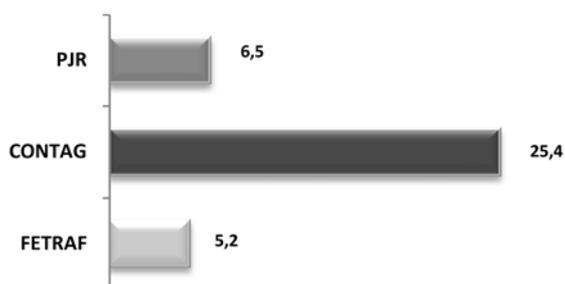
Outra questão importante está relacionada aos dados sobre estado civil. Se a maioria dos jovens em todos os eventos declarou-se solteira, observamos também a importante presença de jovens casados e com filhos engajados nesses espaços políticos. Nos eventos *de juventude*, o número de casados apresenta-se em maior proporção na Contag. Chama atenção a presença de jovens com filhos: PJR (6,5%), Contag (25,4%) e Fetraf (5,2%), como pode se observar nos Gráficos 20 e 21.

Gráfico 20. Jovens dos eventos *de juventude*, segundo o estado civil (%)



Base: Total da amostra

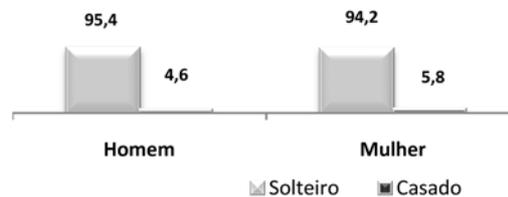
Gráfico 21. Jovens dos eventos *de juventude* com filhos (%)



Base: Total da amostra

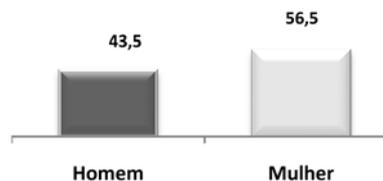
No caso da PJR⁵⁵, essa questão foi mais detalhada através de um cruzamento entre estado civil e jovens com filhos por sexo. Com este recorte, foi possível observar, primeiro, um número maior de jovens com filhos. Observamos, nesse caso, a presença de possíveis jovens mães solteiras, já que um número maior de mulheres declarou ter filhos, do que o número de jovens mulheres casadas (Gráficos 22 e 23).

Gráfico 22. Jovens da PJR, segundo o estado civil e o sexo (%)



Base: Total da amostra da PJR

Gráfico 23. Jovens da PJR com filhos e por sexo (%)

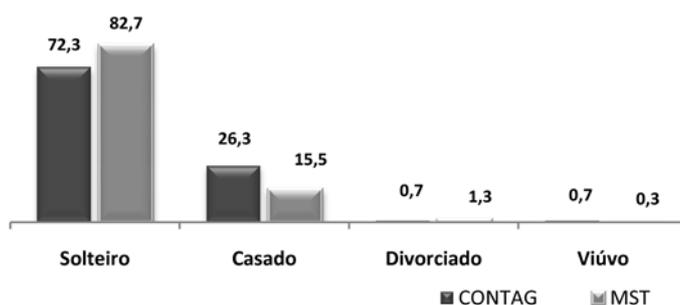


Base: Total da amostra da PJR

No caso dos jovens dos eventos nacionais, a maioria dos entrevistados declarou-se solteira. Observamos também a expressiva presença de jovens casados: Contag (26,3%) e MST (15,5%). Todavia, quando cruzamos com o sexo, temos um número maior de mulheres casadas no MST e de homens na Contag (Gráficos 24 e 25).

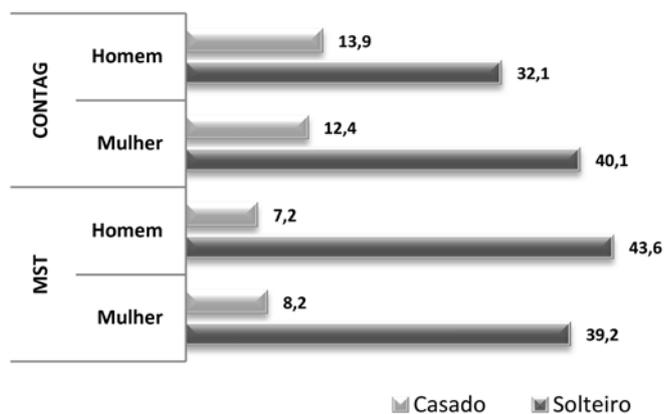
⁵⁵ O recorte que cruza gênero e ter filhos nos eventos *de juventude* foi introduzido somente no questionário da PJR, quando da revisão do instrumento.

Gráfico 24. Jovens dos eventos nacionais, segundo o estado civil (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Gráfico 25. Jovens dos eventos nacionais, segundo o sexo dos que se declararam solteiros ou casados (%)

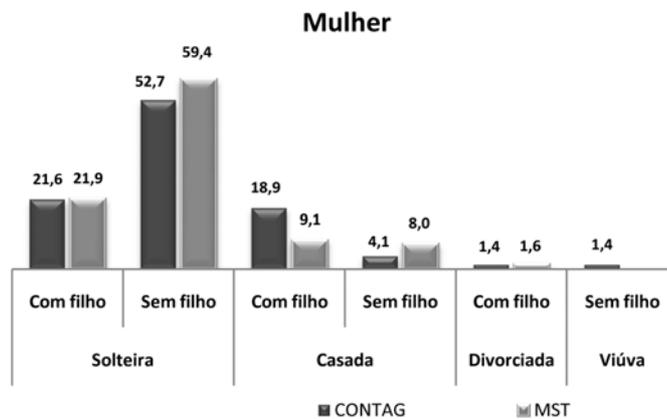


Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Entre os dois movimentos analisados, o número de jovens com filhos apresenta-se em maior proporção na Contag. Novamente, percebemos uma porcentagem maior de jovens mulheres com filhos que homens em ambos os movimentos. Do total das jovens com filhos, 21,6% do MST e 21,9% da Contag são solteiras. Já dos homens, essa porcentagem de solteiros cai para 16,9% no MST e 9,5% na Contag. Para completar o quadro, entre as mulheres a incidência de jovens solteiras com filhos é maior que a de casadas: 9,1% e 18,9% no MST e

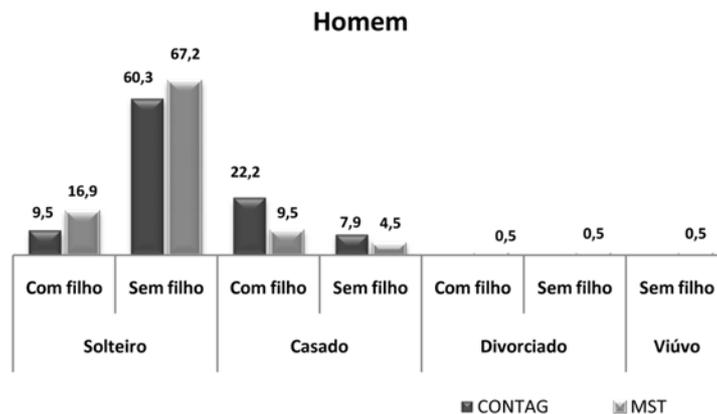
Contag, respectivamente. Para os rapazes do MST, temos uma situação equivalente à das jovens, apesar de o número total ser menor: 9,5% são casados e têm filhos e 16,9% são solteiros. Já na Contag, temos mais homens casados com filhos (22,2%) que solteiros (9,5%) (ver Gráficos 26 e 27).

Gráfico 26. Jovens mulheres dos eventos nacionais com filho(s) e por estado civil (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Gráfico 27. Jovens homens dos eventos nacionais com filho(s) e por estado civil (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

É importante salientar que a presença dos filhos não apareceu apenas nos questionários aplicados. No II Congresso Nacional da PJR foi organizado um espaço de recreação para os filhos dos participantes, o que corrobora a percepção de que jovens com filhos fazem parte do universo dos que se articulam no movimento. Jovens homens e mulheres entrevistados no V Congresso do MST informaram que seus filhos estavam na Ciranda Infantil⁵⁶. O tema gravidez na adolescência, ou na condição de solteiros, é recorrente em debates promovidos pelos movimentos sociais rurais sobre juventude.

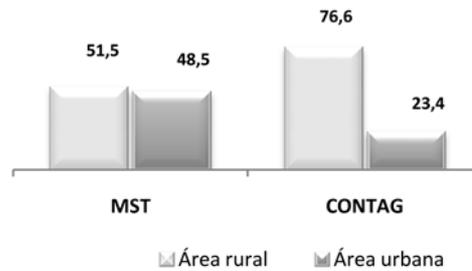
Esse quadro aponta para a necessidade de se repensar a categoria juventude para além da sua “natural” associação com a condição de solteiros sem filhos. Assim, o desafio para os movimentos sociais, organizações e o poder público é incluir temas como sexualidade, métodos contraceptivos, atendimento a jovens pais e mães solteiros, demandas apresentadas nos eventos entre as questões que dizem respeito à realidade da juventude rural e que, como vimos no primeiro capítulo, não fazem parte dos eixos temáticos nem das políticas públicas e nem da produção acadêmica.

Origem

O levantamento sobre o local de nascimento dos jovens só foi feito nos eventos nacionais dos movimentos sociais rurais. Há significativa diferença entre o local de nascimento dos jovens do MST e da Contag. O perfil dos jovens da Contag, em relação ao lugar onde nasceram, revela que a maioria vem da área rural, representando um total de 76,6%. As respostas mapeadas no V Congresso do MST apresentam uma distribuição equilibrada entre os que nasceram em área rural e em área urbana (51,5% e 48,5%, respectivamente), como pode ser visto no Gráfico 28.

⁵⁶ A Ciranda Infantil é um espaço organizado nos acampamentos e assentamentos, de acordo com as condições e necessidades de cada lugar, e durante eventos como congressos, encontros estaduais, nacionais, cursos e outras ações do MST. Constitui um espaço para o desenvolvimento de atividades variadas: ler, escrever, pintar, desenhar, contar e inventar histórias, passear. Essas informações foram recolhidas no site do MST: www.mst.org.br. (acessado em 30 de setembro de 2009) e em nota da dissertação *A educação da infância entre os trabalhadores rurais sem-terra*, de Luzia A. de Paula Silva, 2002.

Gráfico 28. Jovens dos eventos nacionais, segundo o local de nascimento (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

A presença importante de jovens de origem urbana pode estar indicando que o MST tem construído uma dinâmica que insere o jovem urbano no movimento⁵⁷. Poderíamos apontar várias interpretações para esse quadro; entretanto, o mais relevante é ressaltar que há uma interpretação por parte dos jovens entrevistados desse movimento de que há mais aproximação entre a situação dos *jovens urbanos e os rurais pobres*, do que diferenças. Na percepção dos jovens, a ambos estaria sendo negado o direito à cidadania, a bens culturais e a tantos outros, como destacou um jovem do MST no I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais:

A gente necessita construir uma outra sociedade, um outro projeto societário. A gente tem que construir uma pauta que unifique o campo e a cidade, com problemas que atingem tanto o jovem do campo como o jovem da cidade. [...] o jovem da periferia, por exemplo, não tem acesso aos meios de arte e cultura. Quem tem mais é quem tem mais dinheiro. (Jovem homem do MST, depoimento de 2006)

Outro exemplo aparece na letra de uma música muito cantada nos eventos de juventude:

[...] Este sistema que está nos dominando, expulsa o jovem que trabalha no interior. Faz o jovem viver lá na cidade desaprendendo a vida de agricultor.

O jovem que trabalha na cidade, não tem emprego e é mal remunerado. O jovem que trabalha no campo vive lutando e segurando o arado.[...] (Música Jovem da roça também tem valor, de Antônio Gringo)

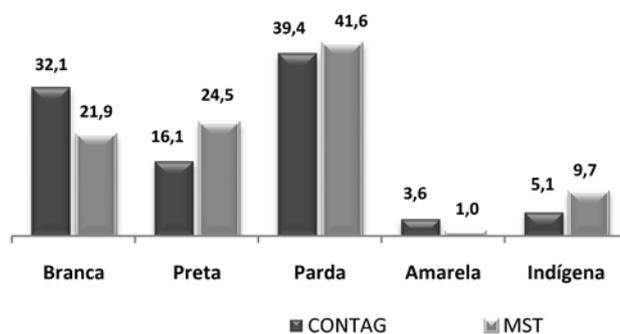
⁵⁷ Outra possibilidade é o reflexo da migração rural/urbano/rural detectado em estudos (Castro, E.G., 2005) em que o processo culmina com o retorno para o campo via assentamento rural de pessoas oriundas de áreas rurais que constituem família e têm filhos na cidade e retornam para o campo.

Essa é uma dentre muitas manifestações colhidas ao longo da pesquisa que observam que esses jovens estariam submetidos e seriam reféns dos mesmos mecanismos de exclusão. Essa construção política é apresentada como a principal razão da presença de jovens de origem urbana nos movimentos sociais rurais.

Cor, raça, etnia

Essa questão só foi incluída no perfil dos jovens nos eventos nacionais dos movimentos sociais. A maioria dos jovens presentes nos dois eventos, V Congresso MST e II Plenária Contag, declarou-se parda (41,6 % do MST e 39,4% da Contag); a segunda maior proporção concentra-se na cor branca⁵⁸ (21,9% do MST e 32,1% da Contag); e a terceira refere-se à preta (24,5% do MST e 16,1% da Contag) (Gráfico 29).

Gráfico 29. Jovens dos eventos nacionais, segundo a cor/raça (%)

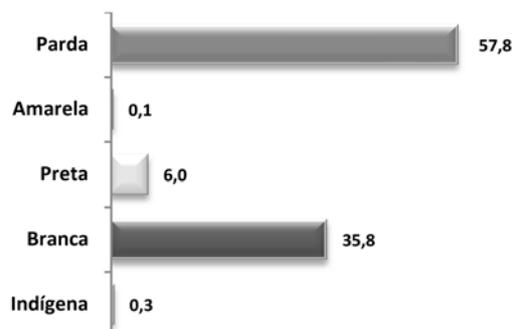


Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Os índices dos que se declararam negros e indígenas estão acima dos da Pnad, e os que se identificam com as cores parda e branca, abaixo. Para a mesma faixa etária da população que compõe a Pnad, 57,8% se declararam pardos, 35,8% brancos e apenas 6% negros (Gráfico 30).

⁵⁸ Os termos utilizados correspondem aos adotados pelo IBGE.

Gráfico 30. População de 15 a 32 anos, segundo a cor/raça - Brasil (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Temos, assim, dentre os jovens dos movimentos sociais, uma identificação maior com o negro e o indígena do que a expressa pelos dados da Pnad. Isso se faz presente nas representações culturais e nas *místicas*⁵⁹ como forma de valorização das origens *camponesas* e da aproximação *das lutas dos povos do campo e da floresta*. Dois exemplos ocorreram nas *místicas* do setor de gênero⁶⁰ e na da delegação do estado do Amazonas⁶¹ no V Congresso Nacional do MST. Na *mística* de gênero, segundo suas organizadoras, foi apresentada “*a força da mulher negra, descendente do povo africano, despertando nas mulheres um sonho de um novo mundo para essa categoria, um mundo igualitário e libertário.*” Já a *mística* organizada pela delegação do Amazonas trouxe alguns elementos que representam “*a harmonia entre os povos indígenas e a natureza*”. Através da *mística*, integrantes da delegação afirmaram querer “*denunciar a ação do sistema capitalista de transformar tudo em mercadoria. Um perigo a que os trabalhadores, os povos indígenas e a natureza estão sendo submetidos, provocando em todos um sentimento que os levam a reagir e a resistir a um sistema e a um Estado opressor*”. Dessa forma, temos a incorporação da temática diversidade étnica e/ou racial no discurso do movimento.

⁵⁹ Este livro não tem a pretensão de definir o que é a *mística*; contudo, entendemos a *mística* como um ato que faz parte do cotidiano de *luta* e que reforça a identidade política, histórica e cultural desses atores.

⁶⁰ Realizada no dia 15 de junho de 2007, sendo organizada e construída somente por mulheres.

⁶¹ Realizada no dia 14 de junho de 2007.

Religião

Os dados sobre religião, que também foram introduzidos no questionário a partir dos eventos nacionais de 2007, apresentam forte identificação dos jovens com a Igreja Católica – no MST, as respostas corresponderam a 64,8% e na Contag, 78,1%, o que pode confirmar ainda a manutenção do vínculo entre os movimentos sociais rurais e a Igreja Católica.

No V Congresso Nacional do MST, essa aliança ou aproximação com a Igreja Católica foi reforçada na figura de Dom Tomás⁶² em uma mesa de debate que pôs em questão a articulação entre o religioso e o político através de uma apropriação de símbolos religiosos para legitimar uma ação política. Sua fala reforça a ideia de que um setor da Igreja Católica continua apoiando os trabalhadores rurais. Apoio que tem se constituído desde a década de 70⁶³. Tal reafirmação parece ser importante diante de tantos encontros e desencontros entre o religioso e o político⁶⁴ (ver Ferreira, 2005).

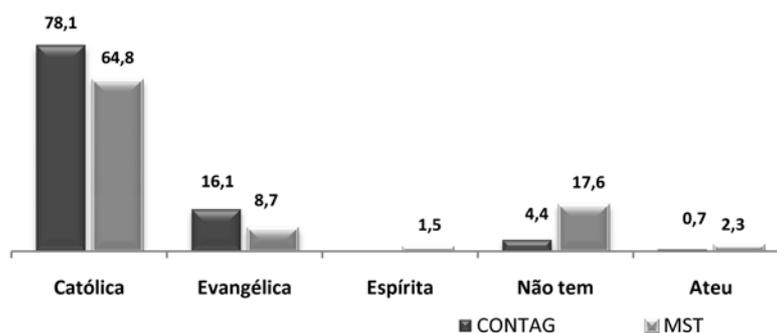
A segunda maior identificação religiosa entre os jovens participantes do evento da Contag é com os evangélicos (16,1%) e a terceira corresponde aos que não possuem religião (4,4%). No caso do MST, temos uma inversão: a segunda é a não-identificação religiosa, ou seja, a declaração de não ter religião (17,6%), e a terceira identificação é com os evangélicos: 8,7% (Gráfico 31).

⁶² Dom Tomás Balduino é o bispo da Diocese da Cidade de Goiás há 31 anos e conselheiro permanente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ajudou a criar e presidiu por seis anos. Dom Tomás é filósofo e mestre em Antropologia e Linguística pela Universidade de Brasília (UNB). A sua luta tem sido direcionada para a *garantia de direitos a todos os indivíduos, inclusive camponeses e povos indígenas*.

⁶³ Neste período histórico, os trabalhadores rurais, de Santa Catarina, tiveram o apoio da Igreja Católica e da Igreja Luterana (Ver Silva, Ramos, 2003). E, mais precisamente, em 1975 a Igreja Católica consolidou o seu apoio frente às lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais, com a CPT.

⁶⁴ É importante lembrar que tal processo foi complexo em alguns momentos históricos e, para alguns grupos religiosos, essa adesão ou conciliação ainda hoje tem sido permeada por tensões. Essa complexa conciliação entre o religioso e o político pode ser exemplificada com a participação de alguns membros da Assembleia de Deus no movimento das Ligas Camponesas no Nordeste, por volta de 1964. Esses membros não receberam qualquer apoio da igreja quando foram presos na época do golpe militar. E, ao serem libertados, alguns foram considerados gentios, o que ocasionou a expulsão desses fiéis do quadro de membros da igreja. Outros membros tiveram que passar por um processo de “reconversão” (Guimarães *in* Ferreira, 2003). Essas ações indicavam que, em tal momento histórico, o trânsito de evangélicos na política era impensável e que as igrejas assumiam uma posição de autoexclusão da política. Esse momento revelou que a Igreja Evangélica possuía diferentes olhares em relação à aliança entre religião e política – enquanto uns negavam essa adesão, outros apoiavam.

Gráfico 31. Jovens dos eventos nacionais, segundo a religião (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

A presença de evangélicos não se expressa, como no caso da Igreja Católica, com representação nas mesas dos eventos. Nos dois movimentos, o espaço público é composto por palestrantes do movimento, de outras organizações políticas e quando há uma presença religiosa, pode ser da Igreja Católica ou, ainda, da Igreja Luterana. Em alguns casos, também ocorreu a presença de representantes do governo e do terceiro setor, bem como de pesquisadores.

Trabalho, acesso à terra e renda

Os indicadores sobre o mercado de trabalho hoje no Brasil apontam que os jovens estão em condições desfavoráveis diante das possibilidades de postos de trabalho ocupados por adultos e, ainda, que ocupam os tipos de trabalho mais precários⁶⁵. Uma das razões é a imagem construída sobre o jovem de que não é experiente para ocupar cargos no mercado de trabalho, o que adia,

⁶⁵ Anderson Campos, assessor nacional da CUT, apresentou um estudo da Central a partir dos dados da Pnad no I Encontro da Juventude Trabalhadora (2009), em que demonstra a situação de precariedade da maioria da mão-de-obra jovem ocupada no país. Entre os dados mais importantes: 60% da juventude trabalham ou estão procurando trabalho. Desses, 60% dos jovens ocupados estão na linha de pobreza, em famílias de renda *per capita* de até um salário mínimo; 90% dos jovens de 14 e 15 anos estão ocupados hoje em condição precária ou informal; os jovens de famílias mais pobres se inserem mais cedo e em piores condições de trabalho. Quase 40% dos jovens têm jornadas de mais de 44 horas; 40% dos acidentes de trabalho ocorrem com os jovens. O trabalho doméstico é a principal ocupação das mulheres jovens e apenas 3% têm carteira assinada.

cada vez mais, o primeiro emprego. No campo, a inserção no trabalho precário urbano e rural é uma realidade. Já na produção familiar, a sua inserção está marcada pelas relações patriarcais, como será tratado a seguir. Essa dinâmica também ocorre entre os jovens engajados nos movimentos. Um dos agravantes é o não acesso à terra.

Acesso à terra

Uma das demandas mais citadas entre os jovens em todos os espaços observados é o acesso à terra. Também foi essa uma das principais razões associadas à saída do jovem do meio rural, como veremos adiante. Mas essa questão foi tratada de duas formas distintas e que se relacionam: a dificuldade de adquirirem terra, seja pela reforma agrária, seja como pequenos proprietários; e a dificuldade de atuarem de forma compartilhada na terra de seus pais, o que caracterizaria o não se sentir proprietário e/ou responsável juntamente com os pais.

Segundo as declarações dos(a) jovens, a lógica patriarcal existente no campo tem dificultado as condições de trabalho para aqueles que querem permanecer na terra dos pais, à medida que se deparam com o poder de decisão concentrado nas mãos dos pais, especialmente do pai, sobre a renda e sobre o que e como se produz. Esse processo contribui para a ampliação da migração para a cidade ou para outras áreas rurais e é confirmado em relatos de jovens dos distintos movimentos:

[...] vou usar uma força de expressão: “alguns já estão carecas de saber” que a juventude está saindo do campo porque [...] alguns não têm autonomia dentro da família, principalmente para a prática da produção. Ainda são os pais que decidem onde plantar, o que plantar, quando colher, onde vender e para que serve esse dinheiro. Então, essa falta de autonomia dentro das famílias faz com que a juventude saia do campo. (Mulher, 27 anos, Comissão Nacional de Jovens da Contag, manifestação na II Jornada da Juventude Rural, 2007)

[...] E uma grande parte dos pais reconhece que o lote é deles. Então, eles é quem dão a linha política do lote, que falam: “Tem que ter dez vacas, são dez vacas!”. E o filho não pode ajudar a acompanhar isso, é muito difícil. Então, ele acaba desanimando e acaba abandonando o assentamento, não por culpa dos pais, por culpa do sistema mesmo em que ele vive. E esse é um dos grandes problemas. (Jovem homem, V Congresso Nacional do MST)

[...] a juventude, principalmente quando chega naquela idade, 16, 17, 18 anos, começa a buscar um diálogo e muitas vezes não consegue abrir esse caminho lá na própria propriedade, na discussão da família. Então, o que acontece? Grande parte da juventude deixa o meio rural exatamente nessa época, vai pra cidade e, de fato, não

consegue dialogar com a família. Qual é a participação do jovem lá na propriedade? É a participação só de trabalhar e mais nada. [...] Então, existe uma percepção por parte da juventude de que os pais ainda não dão essa liberdade de o jovem também poder contribuir na discussão sobre a propriedade. [...] e o jovem está querendo, está buscando esse espaço. Muitas vezes, não sabe nem como é, mas quer contribuir, discutir e, às vezes, as famílias, ao invés de contribuírem para que o jovem possa ter um conhecimento um pouquinho melhor e dialogar com ele, dizem: – “Não, aqui você não sabe, nós é que sabemos e pronto”. (Jovem homem, Fetraf)

Para os jovens, o significado do trabalho na roça e os motivos que os têm impulsionado a produzir na terra também são diferentes do significado que os pais atribuem ao trabalho no campo, como revela este discurso:

[...] é diferente a nossa forma de produção, principalmente porque nós, da juventude, não queremos trabalhar apenas para obter, como os nossos pais, somente a nossa subsistência. Nós queremos uma produção para comer, para vender; para que a gente possa ter um novo jeito de viver. (Mulher, 27 anos, Comissão Nacional de Juventude da Contag, manifestando-se na II Jornada da Juventude Rural, 2007)

Tais questões não só revelam diferentes olhares entre duas gerações, o que será desenvolvido no último capítulo, como também apresentam uma juventude que deseja se tornar mais visível e ocupar espaços de decisão.

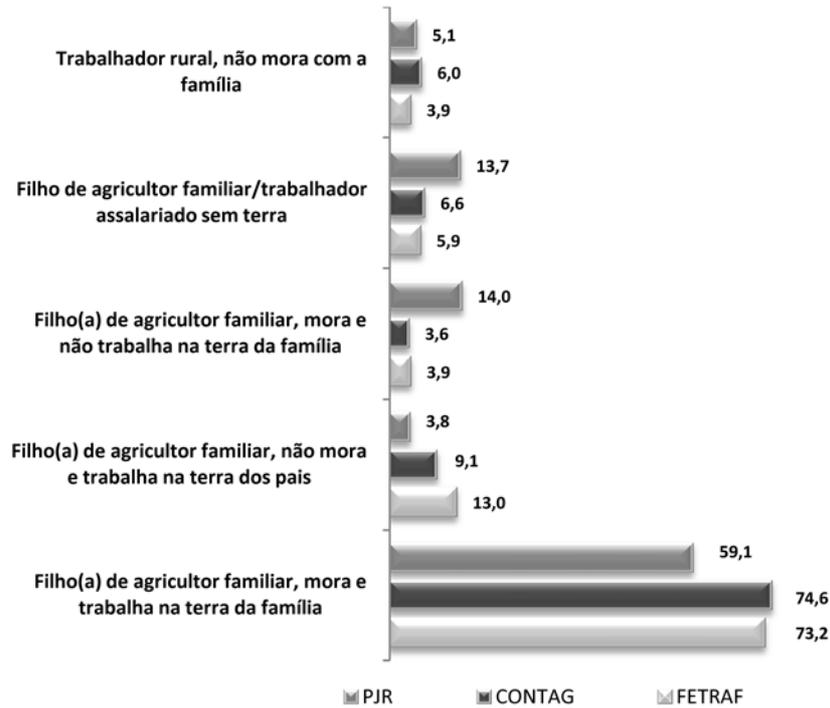
Para o presidente do Incra, Rolf Hachbart, se a norma é que a preferência, para assentar na terra, é dos mais velhos e com filhos, há, contudo, possibilidades de negociação. Mas isso deve ocorrer dentro dos próprios movimentos, não pode ser uma imposição do Estado:

[...] Na hora, quem vai ser assentado? São aquelas famílias que já estão mais organizadas, que estão há anos embaixo da lona. Quem são? São os mais antigos, não são os jovens. [...] Perspectiva tem. [...] É na negociação com os movimentos sociais, do que muita gente discorda, pelo menos quem é contra a reforma agrária. Este diria o seguinte: “Tem que seguir a norma e a lei. [...] E não tem que ter uma negociação com a sociedade civil organizada, que são os movimentos sociais”. Eu digo exatamente o contrário: quanto mais movimentos sociais, quanto mais organização, melhor. É um processo dinâmico. Reforma agrária é um interesse público versus privado. É conflitivo. Na reforma agrária, decide-se o futuro das pessoas. Não é: “Ah! Eu vou fazer isso aqui, depois desisto, vou fazer outra coisa.” Não. É assim: [...] A desistência do lote não chega a 5%. Quando você conquista a terra, você diz: “Aqui vou

organizar a minha vida, se não até o final, mas por um bom período vou apostar tudo o que eu tenho aqui.” E esse tudo que tenho, normalmente, é força de trabalho. [...] A possibilidade que eu vejo é a negociação com os movimentos sociais. Como? As Superintendências Regionais fazem um acordo dentro das normas do Incra. Poderíamos fazer um acordo, que é o seguinte: “Movimento A, das suas tantas famílias, tantos por cento têm que ser de jovens.” Isso não pode estar em lei porque aí vem uma discussão de princípio constitucional. [...] Mas se as direções desses movimentos entenderem que é importante assentar os jovens... Até porque eu vejo a minha família lá no interior do Rio Grande do Sul: se os jovens que eu vejo lá conseguem terra, eles depois carregam os mais idosos. Que eu acho muito mais elegante, mais bonito e mais justo. “Qual é aí, pai, deixa eu tocar aqui, nós vamos ajudar e o senhor ajuda.” É muito duro isso para a cabeça deles. [...] “Nós vamos tocar aqui, vai ser diferente, não vai ser mais daquele seu jeito. O mundo mudou, as exigências são outras e o senhor vai ter sua renda. O senhor vai colaborar com outras coisas.” Então, acho que esse é o caminho em que eu aposto muito. Agora, é difícil? É, porque isso não é só uma relação linear, Estado e jovens. Tem inúmeras mediações aí, a começar na família, nas igrejas. [...] (Presidente do Incra, entrevista concedida em 2006)

Contudo, o que de fato se observa é o difícil acesso dos jovens à terra e, no caso das jovens, a quase impossibilidade, o que foi confirmado nos dados quantitativos levantados pela pesquisa. Temos que a maioria dos jovens de todos os eventos mora com seus pais. Nos eventos de *juventude*, esta é a realidade dos jovens dos três movimentos: 73,1% (PJR); 78,2% (Contag) e 77,1% (Fetraf). No caso da PJR, 13,7% se identificaram como pertencentes à categoria “filho de agricultor familiar/trabalhador assalariado sem-terra” e 5,1% como “trabalhador rural que não mora com a família”, ou seja, 18,8% são jovens que não têm acesso à terra, nem através da família, como podemos conferir no Gráfico 32.

Gráfico 32. Jovens dos eventos de juventude, segundo a condição na terra e trabalho (%)



Base: Total da amostra

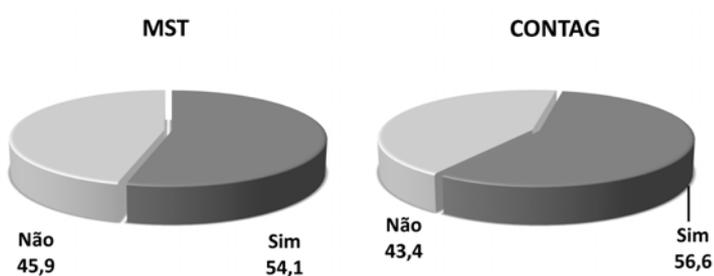
A presença de jovens que afirmam ser responsáveis por terra/lote chamou a atenção. No entanto, o índice é ainda baixo: 9% (PJR); 11% (Fetraf); 16% (Contag), para o universo de 18 anos ou mais⁶⁶. Vale ressaltar que 20% afirmaram não trabalhar na sua própria terra, o que sinaliza a necessidade de intensificação de políticas públicas para os jovens que conquistam sua terra.

No caso dos jovens dos eventos nacionais, temos um quadro em que a maioria mora com os pais: 54,1 (MST) e 56,6 (Contag). E a maioria tem rela-

⁶⁶ O recorte etário deve-se à compatibilidade com as leis brasileiras de idade mínima para o direito à propriedade.

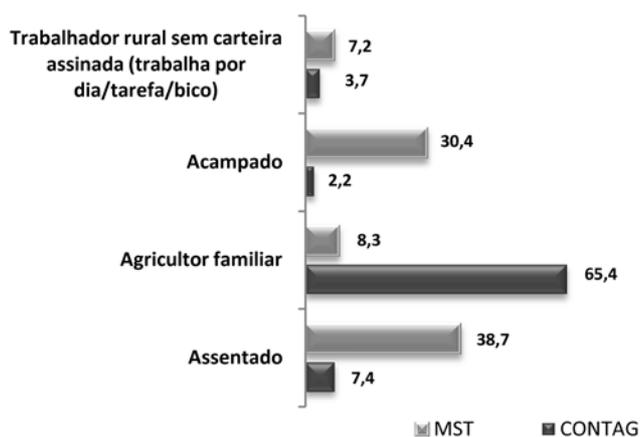
ção com a terra. No que concerne à identificação de sua relação com a terra, temos, no caso dos jovens do MST, que a maioria se identifica como assentado e acampado (69,1%). Dos jovens da Contag, a maioria se identifica como agricultor(a) familiar (65,4%), o que não exclui que eles sejam assentados, como pode ser visto nos Gráficos 33 e 34 .

Gráfico 33. Jovens dos eventos nacionais que moram com os pais (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

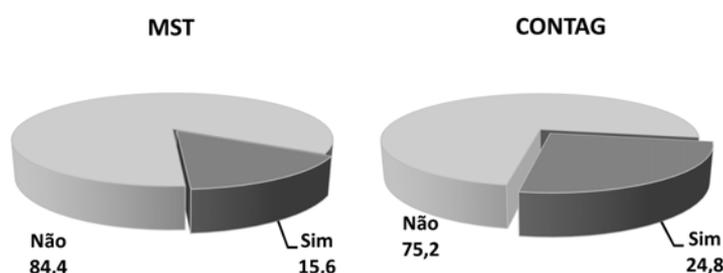
Gráfico 34. Jovens dos eventos nacionais, segundo a principal relação com a terra (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Observamos, comparando os dois tipos de eventos, que uma porcentagem maior de jovens dos eventos nacionais afirmaram ter acesso à terra na condição de proprietários ou responsáveis por lote ou posse (Gráfico 35).

Gráfico 35. Jovens dos eventos nacionais com posse de terra (lote, propriedade, posse) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Apesar do acesso à terra por uma parcela dessa juventude, o que observamos é que, para a maioria, esta não é a realidade, assim como não é a participação nos espaços de decisão. Esses dados contribuem para entendermos as demandas nos documentos e as críticas nas manifestações, que destacam que uma das principais razões de os jovens que gostariam de permanecer no campo não o fazerem é a impossibilidade concreta do acesso à terra. Essa constatação é reforçada pelas impressões captadas na última parte do diagnóstico, em que apresentamos os resultados das questões sobre permanência ou saída da terra segundo os jovens entrevistados.

Trabalho e renda: no campo e na cidade

A discussão sobre trabalho e renda está presente nos espaços de debate de jovens rurais e urbanos, como ocorreu na 1ª Conferência Nacional de Juventude promovida pelo governo federal. No grupo de trabalho *Juventude do Campo*, o tema surgiu como uma demanda dos jovens. Esse tema também apareceu em muitos eventos *de juventude*, assim como nos eventos nacionais dos movimentos sociais rurais. Tal debate apresentou uma dimensão que vai além do econômico, atribuindo ao trabalho um significado social e político. O debate da juventude do MST e da Contag – que ocorreu na reunião do Coletivo Nacional de Juventude do MST durante o V Congresso do MST e no Grupo de Trabalho de Juventude na II Plenária da Contag, bem como em outros espaços

– não retrata o trabalho apenas como uma demanda da juventude, instigando também uma reflexão sobre como o jovem *militante* se posiciona diante do que é proposto pelo sistema econômico vigente.

Sendo assim, a procura pelo primeiro emprego ou a inserção na cadeia produtiva o coloca diante de indagações sobre o que é oferecido em termos de criação de emprego, o que é desejado como condição de trabalho para o jovem rural e o tipo de emprego em que os jovens se inserem. Podemos observar um exemplo no I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais:

[...] Hoje estamos aqui falando de Brasil, e especialmente a juventude sofre porque os projetos são todos capitalistas. Bom, a inclusão do trabalho acontece de uma forma também precária. Tem a luta pela educação [...]. No entanto [...] temos uma condição concreta porque os jovens trabalham, não dá pra ignorar que os jovens trabalham. [...] Por isso devemos organizar a juventude na perspectiva de romper com o sistema, pra poder resolver o conjunto dessas contradições e desses problemas. (Jovem homem do MST, em debate no I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais, junho de 2006)

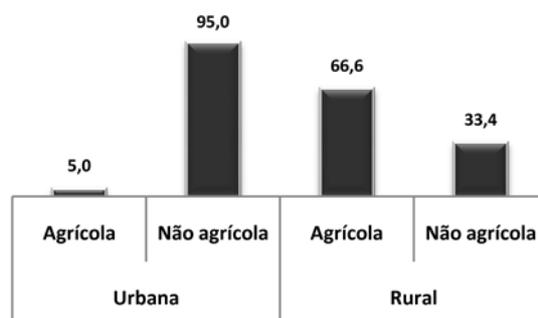
Declarações como essa revelam que, na perspectiva dos jovens militantes, a discussão sobre “trabalho e renda” ultrapassa o desejo de se inserirem ou terem oportunidade em um processo produtivo capitalista, procurando maneiras de transformar e romper com o que consideram modelo excludente. Nesse contexto, a educação é percebida como um caminho capaz de transformar esse modelo. Nesse caso, a educação não é posta como um instrumento que “prepara” tão-somente o jovem para o “mercado de trabalho”, mas como um instrumento libertário, reflexivo e democrático. Retomaremos adiante essa questão, ao analisarmos os dados sobre educação.

No que tange à inserção no mundo do trabalho, o levantamento mostrou que a maioria desses jovens *engajados* trabalha exclusivamente no meio rural. Nos eventos *de juventude*, a maioria desses jovens atua exclusivamente no campo, representando um índice percentual de 71,3%; os que compõem renda no campo e na cidade representam 18,2%; e os que atuam exclusivamente na cidade totalizam apenas 8,8%. Vale ressaltar que, embora este estudo não tenha levantado as atividades urbanas desses eventos, foi possível observar que muitos dos que responderam atuar na cidade estavam diretamente envolvidos nas esferas organizativas dos movimentos sociais (Ver, nos Anexos, a Tabela 17).

Essa forma de inserção também se repete nos dados sobre o tipo de ocupação, com renda, da Pnad sobre jovens que residem em áreas rurais (Pnad, 2006). Dos jovens entre 15 e 32 anos, 66,6% declararam ter ocupação agrícola

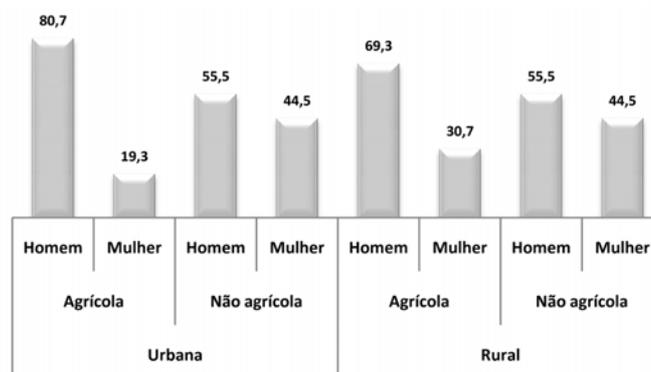
– destes, 69,3% são de homens e 30,7% de mulheres. Entre os que não têm ocupação agrícola, o total é de 33,4% e, destes, 55,5% são de homens e 45,5% de mulheres (Gráficos 36 e 37).

Gráfico 36. População de 15 a 32 anos, segundo a situação do domicílio e a ocupação - Brasil (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Gráfico 37. População de 15 a 32 anos, segundo a situação do domicílio, atividade e sexo - Brasil (%)

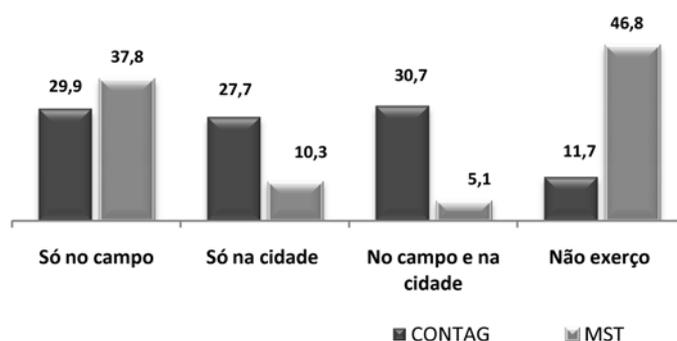


Fonte: IBGE/Pnad, 2006

O maior detalhamento do perfil dos jovens nos eventos nacionais e o cruzamento dos dados permitiram um quadro que confirma denúncias e “queixas” dos jovens em relação ao trabalho com a família. Do total de jovens no

evento do MST, 46,8% não exercem trabalho remunerado e 37,8% exercem trabalho remunerado só no campo (Gráfico 38) – destes, 19,8% trabalham na terra dos pais (Gráfico 39).

Gráfico 38. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade(s) com renda (trabalho remunerado) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

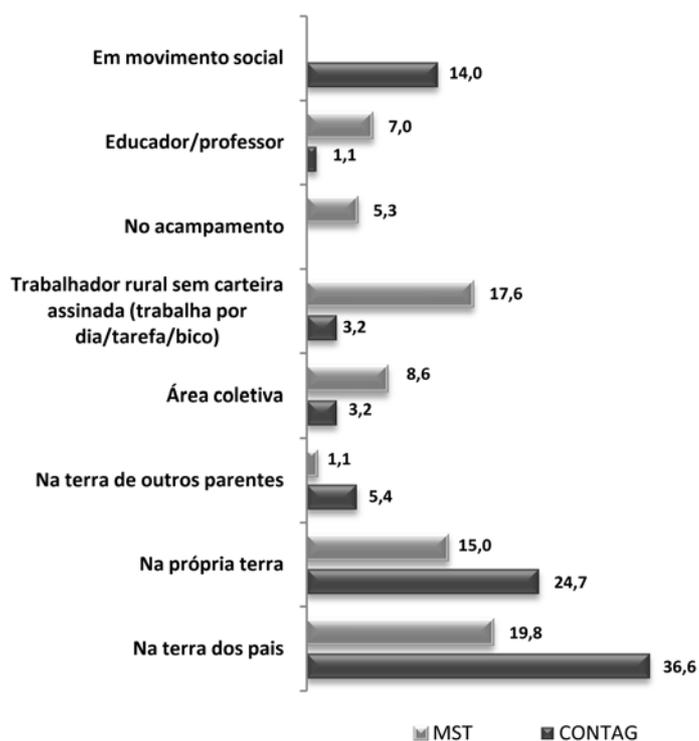
Se, como já mencionado, a maioria dos jovens do MST mora com seus pais, temos um quadro que contribui para entendermos as reclamações recorrentes sobre a falta de autonomia que a ausência da renda gera. Ainda sobre a origem da renda, 10,3% dos que exercem atividades remuneradas o fazem na cidade e 5,1% na cidade e no campo. Em relação ao trabalho rural remunerado, depois do trabalho na terra dos pais, o sem carteira assinada é o mais frequente (17,6%), seguido de “na própria terra” (15%) (Gráfico 39).

No evento da Contag, o quadro sofre alguma mudança. Dos jovens que estiveram presentes, também como já vimos, a maioria afirmou morar com seus pais. Do total deles, apenas 29,9% exercem algum trabalho remunerado só no campo, sendo que 36,6% trabalham na terra dos pais e 14% são remunerados pelo sindicato. Já 30,7% dos jovens declararam compor renda no campo e na cidade. E apenas 11,7% não exercem nenhum tipo de trabalho remunerado. Em relação à renda do trabalho no campo, depois do trabalho na terra dos pais, o na própria terra é o mais recorrente (24,7%) (Gráficos 38 e 39).

Somando-se a informação de, no caso da atividade no campo, os jovens do MST terem declarado alto índice de trabalho assalariado sem carteira assina-

da, confirmamos a precarização do trabalho da juventude rural, o que se aproxima da realidade da juventude brasileira como um todo, que, como vimos, está inserida em trabalhos precários e mal remunerados⁶⁷ (Gráficos 39 e 40).

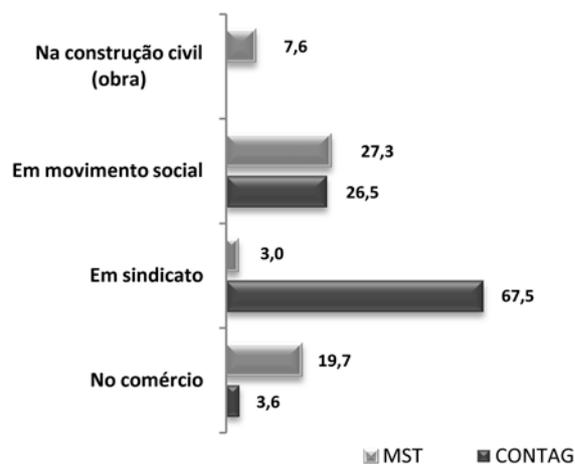
Gráfico 39. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade(s) remunerada(s) no campo (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

⁶⁷ Ver Nota 65.

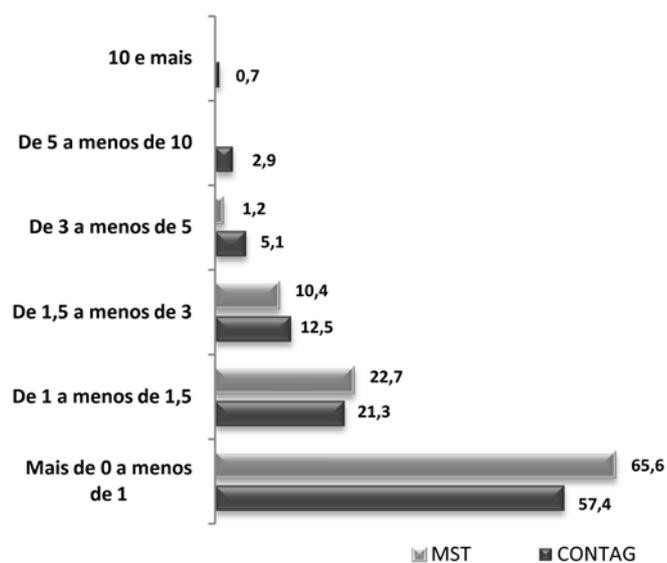
Gráfico 40. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade(s) remunerada(s) na cidade (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

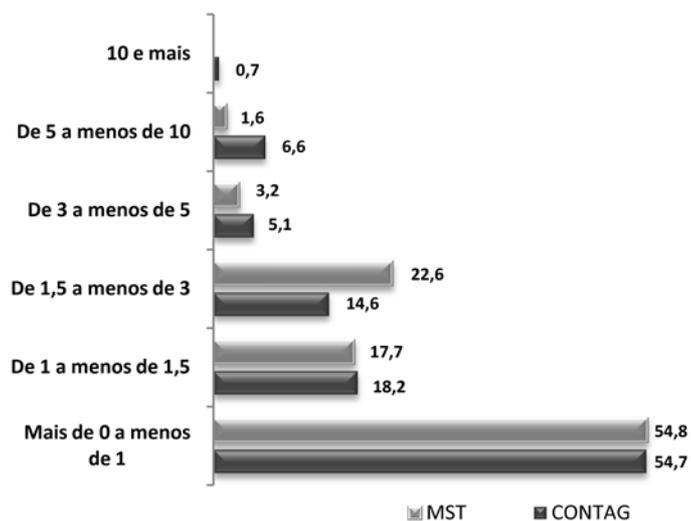
Apesar da diferença no tipo de ocupação e de uma porcentagem maior de jovens da Contag afirmarem ter renda, não importando se a atividade remunerada é no campo ou na cidade, a remuneração dos jovens rurais é baixa. No caso da Contag, recebem menos de um salário mínimo tanto os que afirmaram exercer atividade remunerada só no campo (57,4%), quanto os que exercem atividade remunerada na cidade (54,7%). No caso do MST, essa baixa remuneração atinge um contingente maior: 65,6% dos que compõem renda no campo e 54,8% dos que trabalham de forma remunerada exclusivamente na cidade. Já os jovens da Contag que compõem renda no campo e na cidade têm uma remuneração um pouco mais elevada. A maioria (28,5%) recebe de 1 a 1,5 salário mínimo e 24,1% recebem de 1,5 a 3 salários mínimos. Vale lembrar que muitos que estão nesse caso conciliam o trabalho na terra com a atividade sindical remunerada. Em relação aos jovens do MST que também conciliam atividades remuneradas no campo e na cidade, a situação não se altera muito em relação à inserção só no campo ou só na cidade: a maioria, 57,4%, recebe menos de 1 salário mínimo (Gráficos 41, 42 e 43).

Gráfico 41. Jovens dos eventos nacionais, segundo renda aproximada na(s) atividade(s) no campo, em salário(s) mínimo(s) (%)



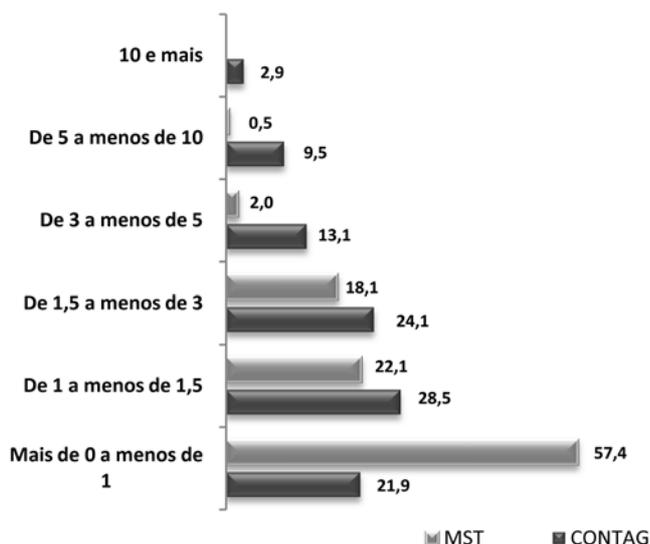
Base: Total da amostra de 15 a 32 anos, salário mínimo nacional/2007

Gráfico 42. Jovens dos eventos nacionais, segundo renda aproximada na(s) atividade(s) na cidade, em salário(s) mínimo(s) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos, salário mínimo nacional/2007

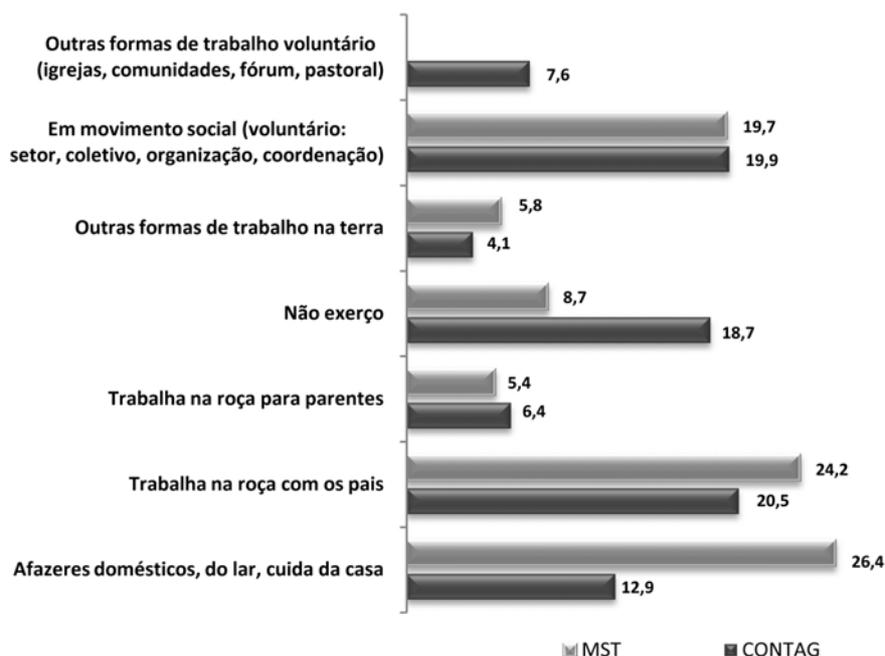
Gráfico 43. Jovens dos eventos nacionais, segundo renda aproximada nas atividades remuneradas no campo e na cidade, em salário(s) mínimo(s) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos, salário mínimo nacional/2007

Uma informação importante é quanto ao tipo de atividade não remunerada que os jovens exercem. Os jovens da Contag que declararam trabalhar com os pais representam 20,5%, seguidos de 19,9% que afirmaram atuar em movimentos sociais e de 12,9% em afazeres domésticos. No MST, o quadro é distinto: 26,4% declararam como principal atividade os afazeres domésticos, seguidos de 24,2% que trabalham na terra com os pais e de 19,7% que atuam no movimento (Gráfico 44). Com o corte de gênero dos jovens que responderam exercer como atividade não remunerada afazeres domésticos, temos que, no MST, 17,1% são de homens e 82,9% de mulheres; na Contag, 27,3% são de homens e 72,7% de mulheres.

Gráfico 44. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade(s) não remunerada(s) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

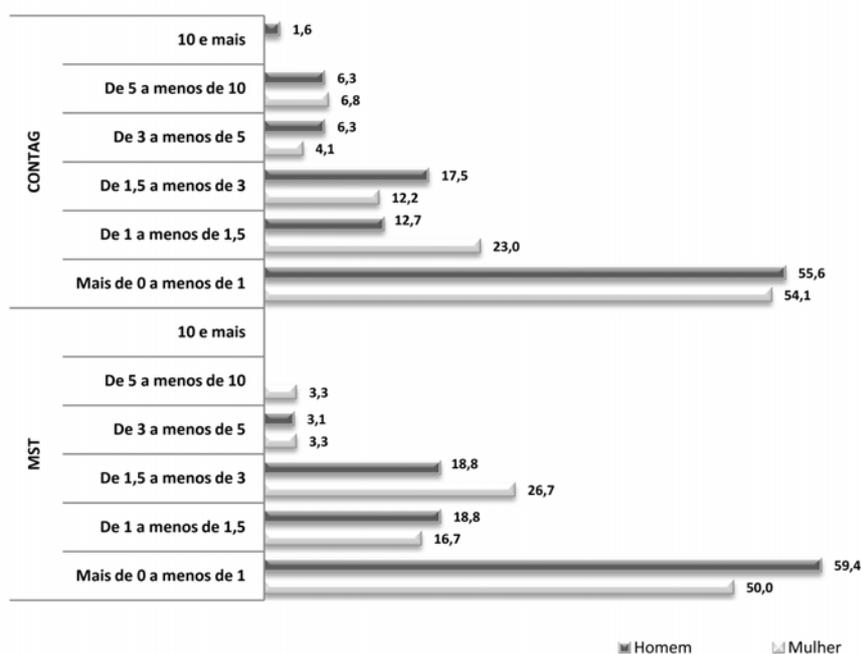
A relação entre gênero e o mundo do trabalho evidencia uma clara divisão sexual, tanto nos entrevistados no V Congresso do MST como na Pnad (2006). Os percentuais de homens e de mulheres entre 15 e 32 anos que trabalham em atividade não-agrícola (2.185.437) como trabalhadores domésticos, com e sem carteira assinada, são, respectivamente, 3,42% e 31,40%. Essa realidade também aparece nos dados etnográficos e quantitativos da pesquisa, pela qual a maior porcentagem de trabalho doméstico concentra-se na população feminina. Essa questão é agravada pelo não reconhecimento do serviço doméstico como trabalho. O resultado é o acúmulo de funções na casa, na família como cuidadora, no mercado de trabalho e, ainda, na prática militante. No caso das jovens, a essas atividades soma-se a frequência à escola, quando conseguem ter acesso à escola, como veremos no terceiro capítulo.

Discursos de vários jovens vão nessa direção, como, por exemplo, o de uma jovem no V Congresso Nacional do MST:

Mulher não trabalha na usina de cana e nem no campo, só homem. A mulherada faz mais trabalho doméstico, vai cuidar de criança, loja, trabalho... Até a usina não aceita mulheres. (Jovem mulher, V Congresso Nacional do MST)

Os dados sobre renda, entre os respondentes dos eventos nacionais do MST e da Contag, também evidenciam algo interessante. No MST, dos que declararam trabalhar no campo e na cidade, verificou-se que a maioria dos homens recebe menores salários que as mulheres. Já no caso da Contag, a variação entre homens e mulheres nas faixas salariais é maior, porém há mais homens que mulheres na faixa de até 1 salário mínimo (Gráfico 45).

Gráfico 45. Jovens dos eventos nacionais, segundo o sexo e a renda aproximada nas atividades remuneradas no campo e na cidade, em salário(s) mínimo(s) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos, salário mínimo nacional/2007

No entanto, é interessante observarmos que, nas outras faixas, essa diferença às vezes se inverte. O caso mais significativo é o das jovens do MST que recebem na faixa de 1 a 1,5 salário, na qual o número de mulheres é maior que o de homens. A explicação pode estar na inserção das mulheres em trabalhos urbanos e na continuidade da escolarização, que é mais frequente entre as mulheres que entre os homens. Essa realidade também pode ser lida como resultado da divisão sexual do trabalho. A tendência à concentração dos afazeres domésticos como tarefa das jovens e sua baixa inserção nas demais atividades ligadas à terra, e especialmente nos espaços de decisão, colabora para a saída maior de jovens mulheres que dos homens. No Gráfico 37, vimos como, de acordo com a Pnad, a maioria das jovens rurais está ocupada em atividades não-agrícolas.

Todavia, o trabalho aparece como uma das razões do abandono escolar, como será tratado adiante, apresentado como a difícil tarefa de conciliar trabalho e estudo. Contudo, diversas pesquisas demonstram que a relação entre trabalho e estudo, bem como entre trabalho urbano e rural, é mais complexa, envolvendo interesses individuais, familiares, estratégias de reprodução da própria família camponesa, e deve ser analisada no contexto dos limites das difíceis condições de vida e de produção vivenciadas pelo campesinato e pela agricultura familiar brasileira (Carneiro, 1998; Castro, 2005; Abramovay, 1998; Stropasolas, 2006).

A análise da relação entre educação e trabalho reforça o discurso dos próprios movimentos sociais e de gestores de políticas públicas de se ter uma educação *no campo e para o campo*, com compromisso com o desenvolvimento rural. A pesquisa e a Pnad demonstram que a maioria dos jovens trabalha na produção agrícola e não na cidade, contrariando um discurso gerado pelo senso comum. Essa presença majoritária de jovens que afirmam trabalhar no campo contribui para compreendermos os processos identitários que se expressam nos eventos, onde se reforça a identidade rural, *da roça, camponesa, de trabalhador rural*, passando também por uma luta política que define como fundamental uma educação para o campo.

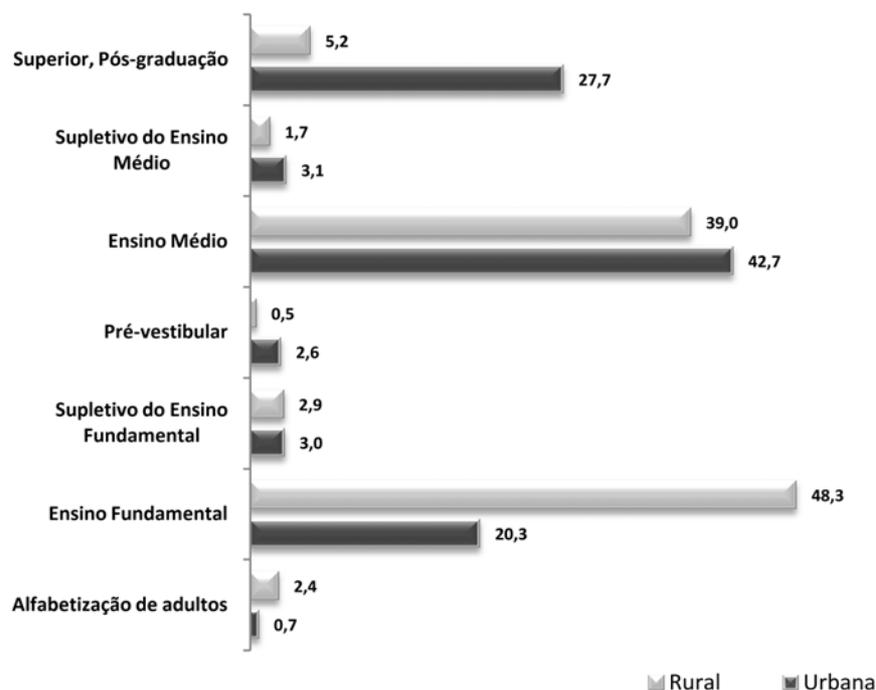
Educação e tempo livre

Escolaridade e frequência escolar

Os dados sobre frequência escolar e escolaridade nos cinco eventos pesquisados surpreenderam. Os jovens engajados nesses movimentos sociais apresentam índices de frequência escolar e níveis de escolaridade bem acima da média aferida para a população jovem rural.

Os dados da Pnad (IBGE, 2006) apontam a baixa frequência escolar dos jovens brasileiros. Se trabalharmos com o corte de 15 a 32 anos, temos 19.090.056 estudantes, que correspondem a 32,3% da população dessa faixa etária no Brasil. Se reduzirmos a amostra para 15 a 25 anos, temos 50,1% de jovens estudantes, o que permanece insatisfatório. Ao compararmos a população jovem rural e urbana na faixa etária de 15 a 32 anos, temos apenas 32,3% dos jovens urbanos e 28,8% dos jovens rurais frequentando a escola. Contudo, se a diferença da frequência escolar entre jovens rurais e urbanos não é tão expressiva, ao segmentarmos por série a diferença se amplia. Dos jovens estudantes rurais, 2,4% frequentam a Classe de Alfabetização para adultos, 48,3% estão no ensino Ensino Fundamental, 2,9% fazem Supletivo (seriados ou não-seriados), 41,1% estão frequentando o Ensino Médio, curso Pré-vestibular ou Supletivo, e apenas 5,2% fazem ou fizeram algum curso Superior e Pós-graduação (Gráfico 46).

A diferença entre a inserção dos jovens urbanos e rurais nos segmentos escolares evidencia a falta de acesso dos rurais à escola no segundo segmento do Ensino Fundamental e nos segmentos subsequentes. Se não há diferenças expressivas na inserção no Ensino Médio, a alta concentração de quase 50% dos jovens rurais no Ensino Fundamental, comparada aos 20,3% de jovens estudantes urbanos, contrasta com o reduzido índice de 5,1% de jovens rurais no Ensino Superior contra 27,7% de urbanos. Isso reforça o diagnóstico sobre a desigualdade de acesso e continuidade no processo de escolarização dos jovens rurais em relação aos urbanos (Gráfico 46).

Gráfico 46. População estudantil residente de 15 a 32 anos, segundo a situação do domicílio, sexo e série que frequentava - Brasil (%)

Fonte: IBGE/Pnad, 2006

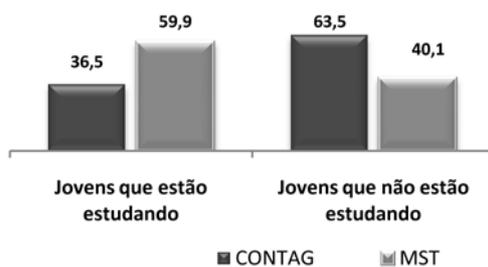
A Pnera aprofunda as questões envolvidas nesse quadro. Realizada em 2005, a pesquisa efetuou um levantamento sobre a situação da educação nos assentamentos rurais do Plano Nacional de Reforma Agrária. Mostrou que, das 2,5 milhões de pessoas que vivem em assentamentos rurais, 64% têm até 30 anos – destes, 38,8% frequentam escolas (987.890), dos quais 48,4% entre a 1ª e a 4ª série do Ensino Fundamental (representando 95,7% da população com idade para estar matriculada nessas séries); 28,5% entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental, e apenas 8% o Ensino Médio e Profissionalizante. Dos que têm até 18 anos e estão fora da escola, 45% estudaram até a 4ª série e 14% não estudaram.

Ao contrário dessa realidade, o perfil dos participantes dos eventos *de juventude* aponta mais da metade dos jovens (56,89%) cursando o Ensino Médio/Técnico. Apenas 12,41% cursavam o Ensino Fundamental, dos quais a maioria no segmento de 5ª a 8ª série (11,73%) e somente 0,68% no de 1ª a 4ª série. A média dos que cursaram e/ou estão cursando o Ensino Superior alcançou 14,60%.

O levantamento realizado com jovens nos dois eventos nacionais, V Congresso do MST e II Plenária da Contag, confirmam os dados encontrados nos eventos *de juventude*. Mais da metade dos jovens do MST, um total de 59,9%, respondeu estar estudando. Destes, a maioria está matriculada entre a 1ª e a 3ª série do Ensino Médio/Técnico (55,3%), seguida pelos alunos matriculados no Ensino Superior (19,3%); a terceira maior porcentagem refere-se aos alunos entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental (18,9%).

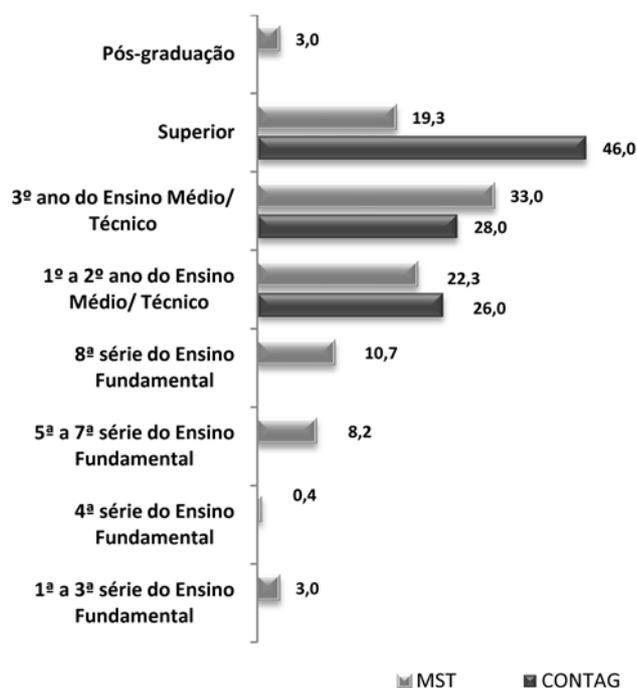
Já no evento da Contag, os dados indicam uma diferença expressiva entre os jovens que estão estudando (36,5%) e os que não estão estudando (63,5%). A concentração de jovens cursando o Ensino Médio é equivalente à do MST (54%); no entanto, no Ensino Superior é bem maior: 46% (Gráficos 47 e 48).

Gráfico 47. Jovens que estão estudando X jovens que não estão estudando (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

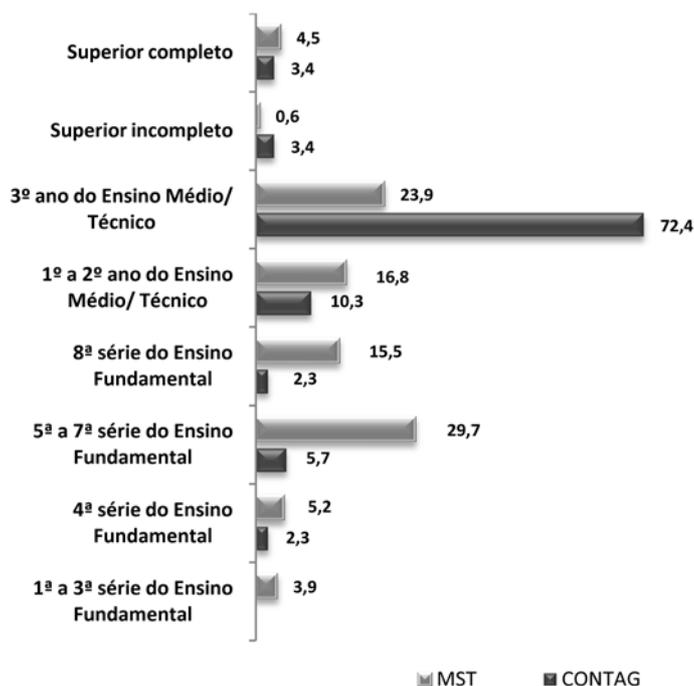
Gráfico 48. Grau de escolaridade dos jovens que estão frequentando a escola (%)



Base da amostra: 59,9% para o MST e 36,5% para a Contag

Entretanto, a leitura conjunta dos gráficos sobre escolarização nos possibilita acreditar que a quantidade de jovens que não está estudando na Contag (63,5%) seja justificada pelo fato de já terem concluído o Ensino Médio ou Superior: 75,8%. Já no MST, a maior parte dos jovens está estudando (59,9%), com concentração nos Ensinos Fundamental e Médio e um índice significativo cursando a Pós-graduação: 3%. Mais uma vez, o caráter distinto dos dois eventos pode contribuir para termos encontrado uma escolaridade maior entre os jovens da Contag. De qualquer forma, temos entre os jovens dos dois movimentos um alto índice de escolaridade ou de escolarização continuada (Gráfico 49).

Gráfico 49. Grau de escolaridade dos jovens que pararam de estudar (%)



Base da amostra: 40,1% para o MST e 63,5% para Contag

Observamos, ao longo do processo investigativo, uma intensa atuação dos movimentos no sentido de interferirem diretamente na possibilidade de formação continuada para os jovens a eles pertencentes. Seja com cursos promovidos pelos próprios movimentos sociais, como os organizados na Escola Nacional Florestan Fernandes, seja através de iniciativas articuladas com outras instituições de ensino, como os cursos de extensão promovidos em universidades públicas, seja, ainda, em parceria com o poder público (estadual e federal), correspondendo ou não às políticas públicas formais. Uma militante que está finalizando a Graduação em Pedagogia na Uergs conta a sua experiência:

[...] Foi um processo muito interessante porque a partir da nossa alfabetização [programa de alfabetização no movimento sindical] dentro do regime sindical é que fui indicada pra participar. Se não fosse essa participação, a gente não estaria nem ali. Então, foi uma coisa legal porque é um jeito diferente de se educar. A gente

aprende os novos conceitos de educação sobre a valorização do meio rural. A gente aprende que a gente vive no interior e sabe as dificuldades que a gente tem, por exemplo, em relação ao ensino; então, a gente tenta trabalhar de uma forma diferente. (Mulher, 23 anos, da Secretaria Executiva do Sindicato de seu município – Fetraf, entrevista concedida em março de 2006)

Para essa jovem, a experiência será um incentivo para aqueles que dela participaram, no sentido de retornarem às suas comunidades e contribuírem para a escolarização das crianças e jovens de suas localidades. Mas essa não era a sua impressão no início do curso:

[...] Eu acho que maioria daqueles que entraram com a perspectiva de se formar e vir para a cidade já mudou e quer continuar no interior, e isso é legal também. Porque aquelas pessoas que já tinham como certo que era isso que queriam, continuam, e houve muitas pessoas que o próprio movimento foi conquistando devagarinho. Porque muita gente foi lá e estava meio-deslocada, então a própria organização sindical, a própria Fetraf, o próprio Sindicato foi conquistando esse pessoal e eles estão voltando.

Para dois militantes do MST, participar do movimento foi a porta de entrada para a educação formal. E mais ainda: uma motivação para a educação continuada. No primeiro caso, essa vivência está culminando com a finalização do Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande⁶⁸:

[...] E começou a me despertar a vontade de estudar, de fazer universidade, porque a outra coisa curiosa é que eu terminei o segundo grau... parece absurdo... mas eu não sabia o que era universidade. Porque ninguém falava o que era universidade, eu só tinha dois colegas do grupo de jovens que faziam, dois irmãos. Saíram de São Paulo com a família, sabiam o que era universidade. Então, entrei em contato com eles. Mas eu lembro que eles mostravam aqueles calendários acadêmicos, mostravam aquelas coisas... Era completamente incompreensível... um monte de disciplinas, códigos. Então, eu achava que era algo impossível. Eu não tinha condições de ter acesso. Então, eu nem cogitava da possibilidade de entrar numa universidade. Mas aí, alguns anos depois, eu entrei no movimento [...] aí começou a me despertar... essas coisas das reuniões, contatos. Eu passei a morar em Aracaju. [...] hoje [...] eu estou fazendo Mestrado porque me despertou também, mas continua sendo uma tarefa do movimento. (Homem, 33 anos, da Direção Estadual do MST, entrevista concedida em novembro de 2006)

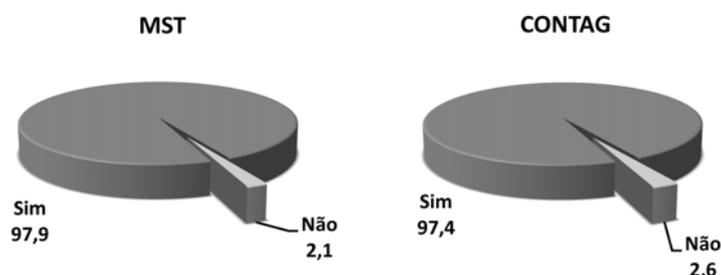
⁶⁸ O curso de Pós-graduação em Sociologia da UFCG instituiu vagas para jovens dos movimentos sociais através de um programa de apoio com bolsas de estudo.

Para outro rapaz do movimento, o processo foi parecido, mas com a diferença de se tratar de um jovem da periferia urbana.

[...] e aí, com o movimento... inclusive, eu ganhei toda a chance de fazer a faculdade [...] quem ajudou a estudar, os livros, que eram doação de cursinhos... Estava chegando o final do ano, então muito cursinho doou livro pra gente, pra gente dar pra nossa juventude estudar pra prestar o vestibular. O cursinho pré-vestibular [...] estava se firmando então [...] Foi o movimento que me colocou nisso. Aí fui fazer o curso, mas com essas ideias, porque eu não posso me dedicar a estudar e largar o movimento de fora. Enquanto eu ficar estudando, sabe, é uma coisa que não... a prioridade continua sendo a luta. (Homem, 27 anos, da Direção Estadual do MST, entrevista concedida em novembro de 2006)

A percepção da importância dos movimentos sociais para a continuidade da escolarização formal ou para o reingresso é unânime entre os jovens. O desejo de retomar os estudos também é evidente no caso dos que pararam de estudar, como pode se observar no Gráfico 50.

Gráfico 50. Jovens que gostariam de voltar a estudar (%)



Base da amostra: 40,1% para o MST e 63,5% para Contag

De forma geral, os dados remetem a um aumento na escolarização desses jovens, principalmente quanto ao ingresso no Ensino Superior, se comparados aos da Pnera e mesmo da Pnad. Os dados encontrados em relação à inserção dos jovens dos movimentos sociais no 3º ano do Ensino Médio são bem significativos em face da realidade retratada pela Pnera (2005), que não aponta o acesso de jovens a este nível escolar, e pela Pnad (2006), que apresenta um índice menor de ingresso no Ensino Superior. Ambas apresentam um elevado declínio escolar entre o Ensino Fundamental e os demais níveis escolares. O resultado encontrado na trajetória escolar dos jovens engajados em movimen-

tos sociais, aliado aos projetos empreendidos pelos movimentos, que valorizam a educação formal dos jovens, como programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apontou que a atuação nesses espaços políticos pode ser um fator positivo no processo de formação continuada.

Apesar das diferenças de escolaridade e frequência escolar, os motivos que levam ao abandono apresentados pelos entrevistados na Pnera e na pesquisa realizada com os jovens engajados são semelhantes.

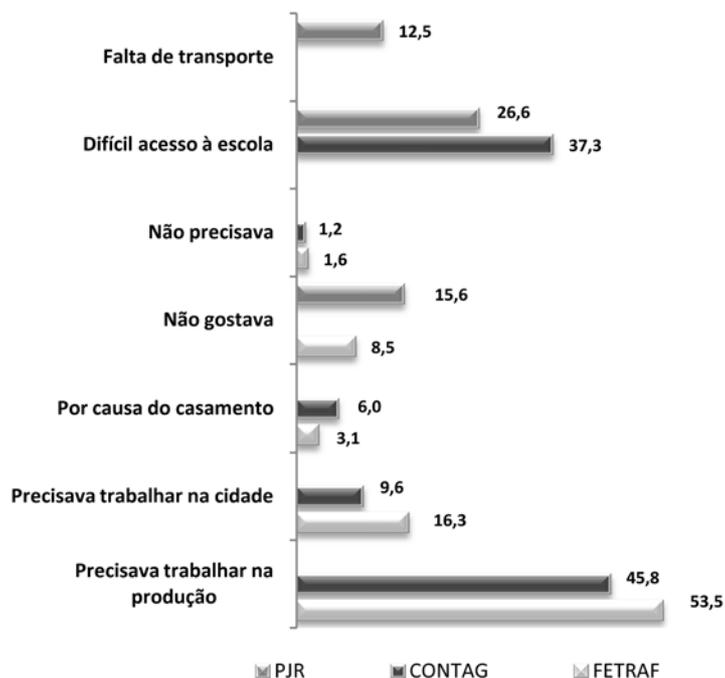
Segundo a Pnera, os problemas enfrentados pela maioria dos jovens rurais entrevistados estão relacionados à dificuldade de conciliar trabalho e estudo (20,44%). Em seguida, à falta de renda (18,78%); ao difícil acesso à unidade escolar (15,46%), como a longa distância que precisam percorrer até a cidade para chegar à escola, pela falta de transporte; e às questões familiares (9,94%).

Os dados da Pnera indicam que o difícil acesso escolar concentra-se nas escolas a partir da 5ª série e, em especial, no Ensino Médio. De fato, a maioria dos assentamentos tem escolas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, enquanto as escolas de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e Profissionalizante estão nas áreas urbanas. Dos que estudam na cidade, 40% frequentam escolas localizadas a 15 km de sua residência. Se ampliarmos para aqueles que estudam a 6 km ou mais, temos 77% dos estudantes. Dentre os principais motivos para crianças e adolescentes (7-14 anos) abandonarem a escola, 31% responderam que a escola é muito longe. Esse dado não seria problemático se não fossem as condições de acesso aos estabelecimentos de ensino. A Pnera (2005) mostrou que, de um total de mais de 5.500 assentamentos pesquisados em todo o país, em 87,8% o acesso aos assentamentos é por estradas de terra. Para a maioria chegar à escola, é preciso percorrer o trajeto a pé (57%). Apenas 27% têm acesso a transporte escolar.

Os dados coletados nas entrevistas nos eventos *de juventude* (com perguntas abertas) e nos eventos nacionais dos movimentos sociais em diálogo com os dados etnográficos sugerem que os motivos para o abandono escolar se repetem: a) o difícil acesso à escola e a falta de transporte; b) a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência e a sucessão familiar no campo; c) as constantes interrupções dos estudos, resultantes da difícil conciliação entre estudo e trabalho – seja ele no campo ou na cidade; e, ainda, d) os casos de violência simbólica e moral⁶⁹ vividos por esses jovens no interior da escola ou no seu entorno (Gráfico 51).

⁶⁹ Ver Chesnais, 1981.

Gráfico 51. Jovens dos eventos de juventude, segundo motivos de abandono escolar (%)



Base: Total da amostra

Uma razão central para o abandono escolar está associada ao difícil acesso às escolas, representado por cerca de 12,9% das respostas tanto dos jovens do MST como dos da Contag. Essa dificuldade, somada à falta de acesso a serviços básicos, como meio de transporte, chega a totalizar, em média, mais de 20,0% das respostas sobre as causas de abandono escolar entre os jovens dos dois movimentos. Essa realidade também pode ser percebida nos eventos de juventude, como no caso da PJR (39,1%).

Chamamos a atenção para o fato de que as queixas sobre as violências vividas pelos jovens dentro do espaço escolar, muitas vezes traduzidas como “brincadeiras” ou formalizadas por apelidos, vêm sendo também apontadas em diversas pesquisas que têm como universo de estudo os jovens do campo (Castro, E.G. de, 2005; Abramovay et alii, 2002). Essa violência simbólica

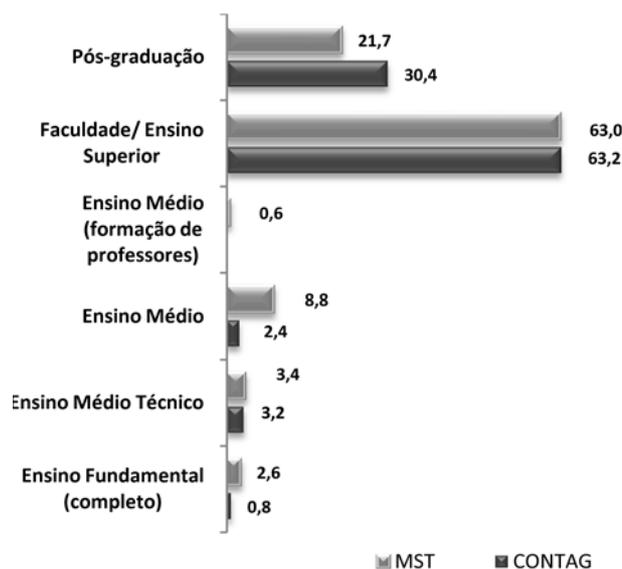
(Bourdieu, P., 1989) também foi constatada, nos diálogos coletados durante o processo de pesquisa com os jovens dos movimentos sociais/sindicais, como um dos elementos que contribuem para o abandono escolar. Essa violência torna-se evidente quando o conhecimento produzido na escola não dialoga com a cultura e com as necessidades dos jovens do campo. Essas práticas encontram-se associadas a relações de poder, pobreza, desigualdade e deslegitimação social.

A partir dessa experiência e do olhar dos jovens engajados nos movimentos, percebe-se que a falta de acesso à escola no campo, aliada às difíceis condições econômicas, é determinante para que o jovem abandone os estudos, como foi tão bem retratado nos discursos dos jovens:

[...] a questão da educação no campo é precária. Há uma situação de calamidade. Eu acredito que os governantes estão tapando os olhos, colocando políticas que não atendem a necessidade que temos. Por que os jovens se deslocam mais da zona rural para a zona urbana? Porque não têm oportunidade no campo para estudar. No nosso município, no campo tem até a quarta série; se você quiser estudar, você tem que sair. Se você tiver que fazer uma Graduação, você tem que sair para Aracaínas, pra Palmas, e isso se torna muito difícil. Quando é que um jovem do campo vai se formar, se ele não tem dinheiro, se o pai tem baixa renda e, às vezes, o que produz não dá nem pra alimentação? (Jovem homem, PJR, “fila do povo” no II Congresso da PJR)

Quando perguntado aos jovens que não estão estudando se gostariam de voltar a estudar, a resposta é unânime em todos os movimentos: “Sim.” Quanto ao grau de escolarização pretendida pelos jovens, a resposta é: faculdade – 63% dos jovens do MST e 63,2% da Contag –, seguida por Pós-graduação – 21,7% e 30,4%, respectivamente (Gráfico 52).

Gráfico 52. Jovens do MST e da Contag quanto ao grau de escolarização pretendida (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

A resposta sobre a grande área do conhecimento almejada por esses jovens também apresentou interesses comuns entre os dois movimentos, como o curso de Agronomia (MST: 17,3%, Contag: 19,4%). As demais opções para o MST são: Medicina (12,5%) e Veterinária (9,6%). A partir de conversas informais com os jovens no evento do MST, observamos que o interesse por essas duas áreas associa-se aos cursos oferecidos aos jovens militantes em Cuba e Venezuela. Na Contag, as outras opções de interesse dos jovens incluem o curso de Direito (11,9%), seguido do de Administração (9,7%) (Ver, nos Anexos, a Tabela 18).

A partir da análise dos dados, vimos que a atuação dos jovens nos movimentos contribui para a continuação dos estudos. Para a maioria – aproximadamente, 95% – dos jovens entrevistados nos eventos nacionais, a participação nos movimentos sociais tem grande importância no processo de escolarização. Pode-se supor que esse incentivo se insere numa proposta pedagógica que aproxima a educação, a política e o lazer como elementos fundamentais de uma formação crítica em diálogo com o contexto social. Essa experiência, em contraste com a percepção sobre a situação do não-acesso à educação pela

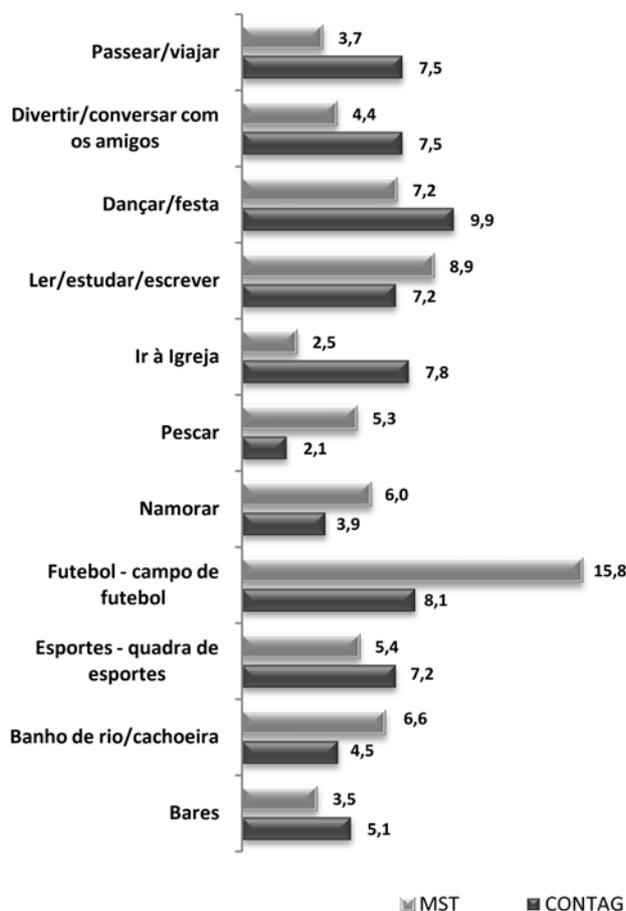
maioria dos jovens rurais, é um dos fatores que contribuem para a centralidade do tema como demanda social e como preocupação política nos documentos produzidos pelos eventos de juventude dos movimentos sociais rurais.

Tempo livre

A forma como as perguntas foram construídas nesta pesquisa nos permitiu investigar como os jovens presentes nos eventos nacionais do MST e da Contag aproveitam o seu tempo livre. O objetivo das perguntas era verificar quais os espaços de lazer quando os jovens não estavam trabalhando; onde essas atividades são realizadas; se há algum tipo de atividade que gostariam de frequentar ou fazer no campo, mas não é possível; e quais as razões que os impedem de fazer tais atividades de lazer.

A principal atividade, para os jovens do MST, é o futebol (15,8%); já para os da Contag, é dançar e ir a festas (9,9%). A segunda atividade que mais se destacou no MST relaciona-se a ler/estudar/escrever (8,9%), e na Contag é o futebol (8,1%) e, ainda, ler, estudar e escrever (7,2%). As atividades foram descritas como realizadas, na maioria das vezes, na comunidade rural (Gráfico 53).

Gráfico 53. Formas de lazer apontadas pelos jovens quando não estão trabalhando (%)

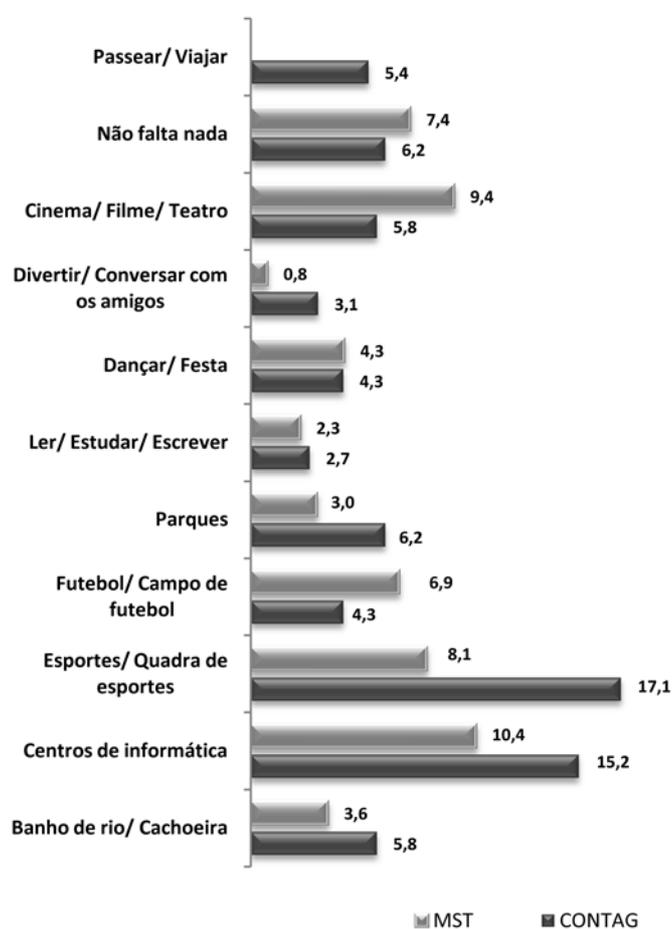


Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

As atividades de lazer que os jovens gostariam de fazer no campo mas não podem estão vinculadas a cultura, educação e esporte. Os jovens entrevistados no V Congresso Nacional do MST apontaram a ida a centros de informática (10,4%) como principal preferência, seguida a idas ao cinema e teatro (9,4%) e a quadra de esporte (8,1%). Os jovens presentes no evento da Contag tiveram como prioridade a ida a quadras de esporte (17,1%), centros de informá-

tica (15,2%) e cinema e teatro (5,8). Os de ambos os movimentos declararam não praticar tais atividades por não terem esses equipamentos no meio rural, o que reafirma, mais uma vez, a situação de exclusão de serviços e equipamentos culturais, de esporte e de lazer no meio rural (Gráfico 54).

Gráfico 54. Formas de lazer apontadas pelos jovens que não podem ser exercidas no campo (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

É importante destacar que, inicialmente, o dado sobre ler/estudar/escrever foi mapeado nas respostas discursivas obtidas no item “outros” e, como apresentou um número de respostas considerável, essas atividades foram agregadas. Isso apontou hábitos educacionais como parte do lazer, o que nos leva a considerar a hipótese de que há uma dinâmica nos movimentos (MST e Contag) que incentiva o jovem a continuar os estudos, fato que se reflete nas horas de lazer⁷⁰.

Como pode se verificar a partir desses dados, o uso do tempo livre é associado a atividades de lazer. Considerando que uma das demandas mais recorrentes nos eventos de juventude foi o acesso a equipamentos de lazer, bem como ao transporte público, temos que, de fato, o acesso a atividades de lazer é restrito para esses jovens.

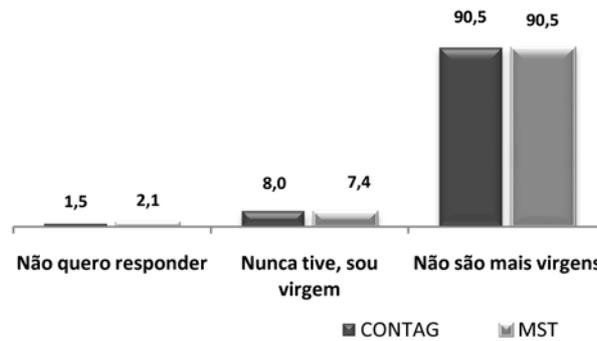
Comportamento

Esse tema levantou alguma polêmica ao ser inserido no questionário aplicado nos eventos nacionais dos movimentos sociais. A sugestão de inclusão surgiu a partir do diálogo com os próprios jovens. Contudo, no momento da aplicação, alguns dirigentes regionais, adultos, questionaram se essas questões causariam constrangimento. Todavia, esta não foi uma reação percebida durante a aplicação; ao contrário, essa temática foi bem recebida.

Sobre o tema sexualidade, a maioria dos jovens do MST e da Contag afirmou já ter tido sua primeira relação sexual – 90,5% (Gráfico 55) –, assim como manter relações sexuais.

⁷⁰ A partir da aproximação entre educação e lazer, com base no estímulo oferecido, é aceitável se falar em aspectos educativos do lazer, se este for considerado como um dos possíveis canais de atuação na cultura e na política do movimento, tendo como proposta contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social, e os educadores envolvidos nesse processo (Dumazedier, 1974).

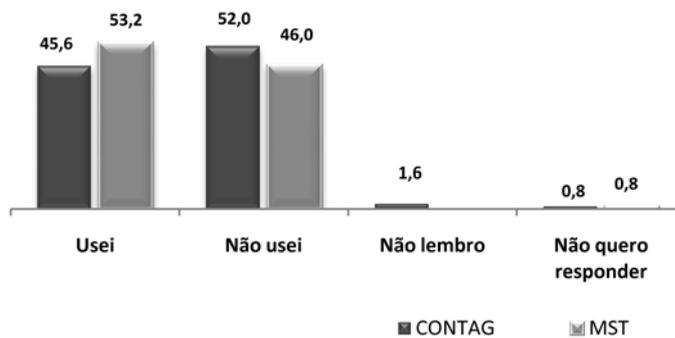
Gráfico 55. Jovens que já tiveram sua primeira relação sexual (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

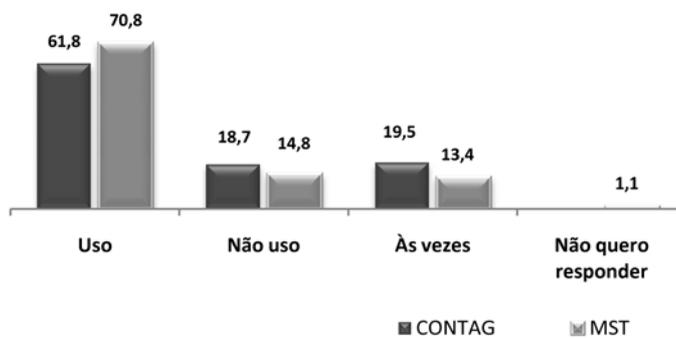
Sobre o uso de preservativos, as respostas foram bastante equilibradas. Quando perguntados se usaram preservativos na primeira relação sexual, 53,2% dos jovens do MST e 45,6% dos jovens da Contag responderam afirmativamente. Já quando indagados se usam camisinha em suas relações, o índice de respostas positivas aumenta consideravelmente: 70,8% (MST) e 61,8% (Contag). Sobre as razões de não terem usado camisinha, as respostas variaram, mas o fato de ter parceiro fixo e de nele confiar representou, aproximadamente, 44,4% de cada dez jovens entrevistados da Contag e 35,4% de cada dez jovens do MST. A terceira opção mais recorrente agregou as respostas “relaxamento, descuido, falta de responsabilidade, não lembrou”: 13,1% (Contag) e 14,1% (MST). Essas respostas repetem justificativas encontradas em outras pesquisas, bem como outras duas: “Não gosto” e “não tinha” (Gráficos 56, 57 e 58).

Gráfico 56. Jovens que usaram preservativos em sua primeira relação sexual (%)



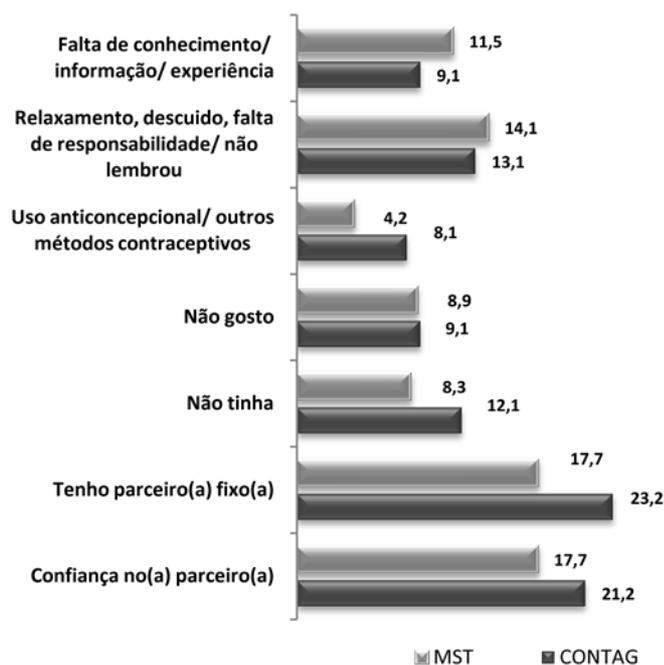
Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Gráfico 57. Jovens que usam preservativos em suas relações sexuais (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

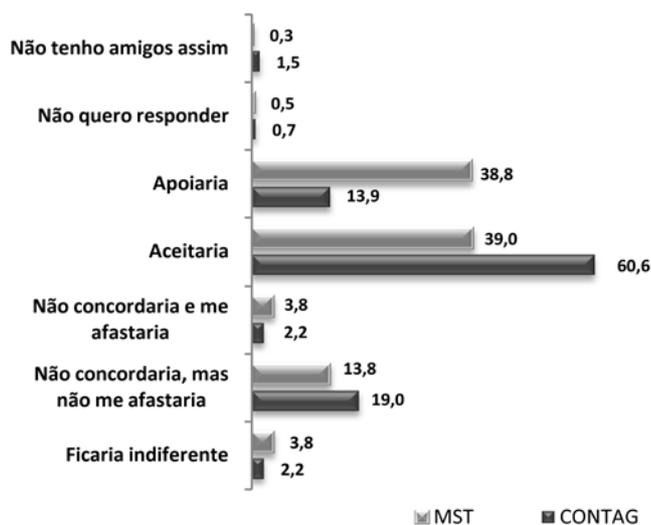
Gráfico 58. Principais motivos que levaram os jovens a não utilizar métodos preservativos na primeira relação sexual (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

O tema diversidade sexual foi abordado através da seguinte pergunta: “Como você reagiria se soubesse que seu/sua/melhor amigo/a é homossexual?” A resposta a essa pergunta teve 74,5% de “apoiaria/aceitaria” dentre os jovens da Contag, e 77,8% dentre os jovens do MST. Já a resposta “não concordaria e me afastaria” representou apenas 2,2% e 3,8% dentre os jovens da Contag e do MST, respectivamente. A segunda resposta mais recorrente foi: “Não concordaria, mas não me afastaria”, com 19% dentre os jovens da Contag e 13,8% dentre os jovens do MST (Gráfico 59).

Gráfico 59. Diversidade sexual (%)

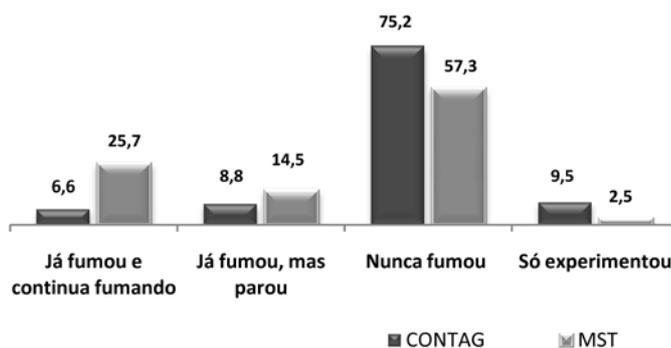


Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Esses dados corroboram impressões colhidas em campo e que serão debatidas no terceiro capítulo, permitindo a leitura de que a temática da homossexualidade, que tem muito pouca repercussão nos movimentos sociais rurais, vem ganhando espaço entre os jovens e, em especial, nas organizações de juventude.

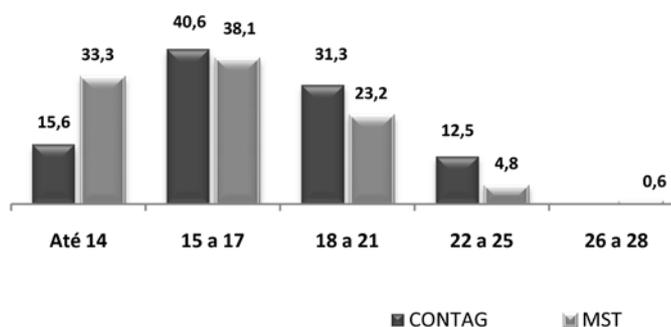
O uso de drogas lícitas foi tratado separadamente. Sobre o consumo de cigarro, surpreendentemente, o índice não é alto: 57,3% dos jovens do MST e 75,2 dos jovens da Contag nunca fumaram e apenas 25,7% e 6,6% dos jovens do MST e da Contag, respectivamente, afirmaram fumar na época da pesquisa. Contudo, dos que fumam, a idade em que iniciaram foi muito cedo, na maioria, de 15 a 17 anos – 38,1% (MST) e 40,6% (Contag) – e um número expressivo informou que foi com idade inferior a 14 anos: 33,3% (MST) e 15,6% (Contag) (Gráficos 60 e 61).

Gráfico 60. Jovens que fumavam ou fumam cigarro de tabaco (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

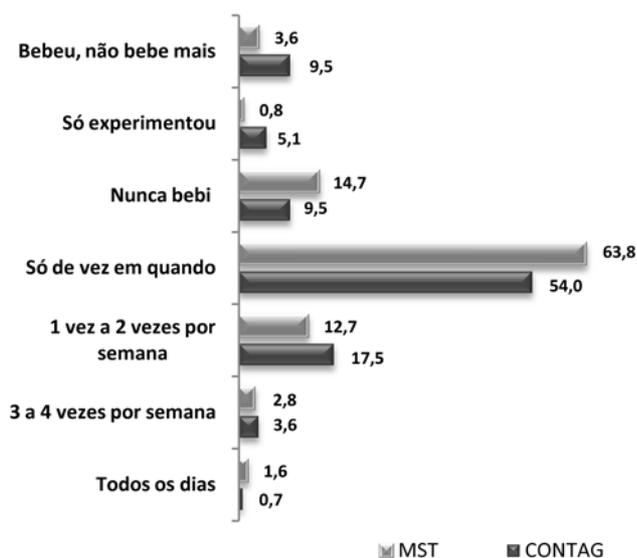
Gráfico 61. Faixa etária com que os jovens experimentaram ou começaram a fumar cigarro de tabaco (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Sobre o consumo de bebida alcoólica, a maioria informou que só consome “de vez em quando”: 54% (Contag) e 63,8 (MST). A segunda resposta mais recorrente foi o consumo de uma a duas vezes por semana – 17,5% (Contag) e 12,7% (MST) – e a terceira resposta foi a de nunca ter bebido: 9,5% (Contag) e 14,7% (MST). Esses dados são importantes para questionar uma imagem recorrente de intenso consumo de álcool no meio rural – ao menos no que diz respeito aos jovens, isso não se verificou (Gráfico 62).

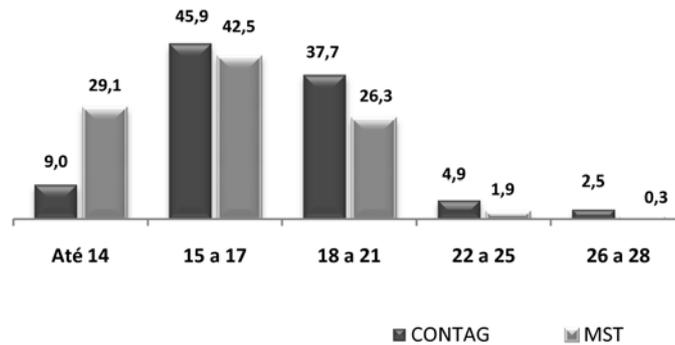
Gráfico 62. Bebida – Você costuma beber com que frequência? (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Comparada com o início do consumo de cigarro, a faixa etária para o início de consumo de bebida alcoólica é mais elevada. A maioria – 42,5% (MST) e 45,9% (Contag) – afirmou ter começado a consumir bebida alcoólica entre 15 e 17 anos. A segunda faixa de maior recorrência dentre os jovens do MST é até 14 anos (29,1%) e dentre os da Contag, de 18 a 21 anos (37,7%), como pode ser visto no Gráfico 63.

Gráfico 63. Faixa etária com que os jovens experimentaram ou começaram a beber bebida alcoólica (%)

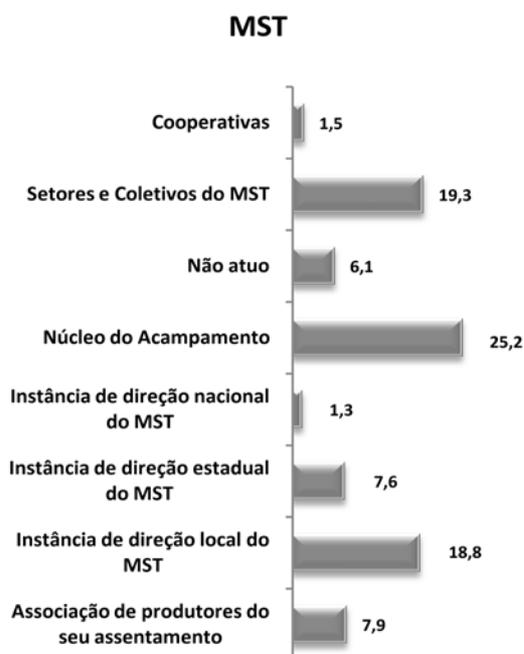


Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Participação e sindicalização

O perfil em todos os eventos demonstrou a percepção do processo de engajamento dos jovens dos movimentos sociais que motivou este estudo. A participação formal em um movimento social ou através da filiação ao sindicato apareceu com uma proporção surpreendente. Apenas 6,1% dos jovens do MST e 1,5% dos da Contag afirmaram não atuar de maneira formal em movimentos sociais. No MST, a principal inserção, 25,2%, é em Núcleos dos Acampamentos, 19,3% em setores e coletivos do movimento, e 18,8% em instâncias de direção local. Se somarmos instâncias de direção local, estadual e nacional, temos 27,7%. Em um evento de massa como foi o V Congresso do MST, esse dado é muito significativo (Gráfico 64).

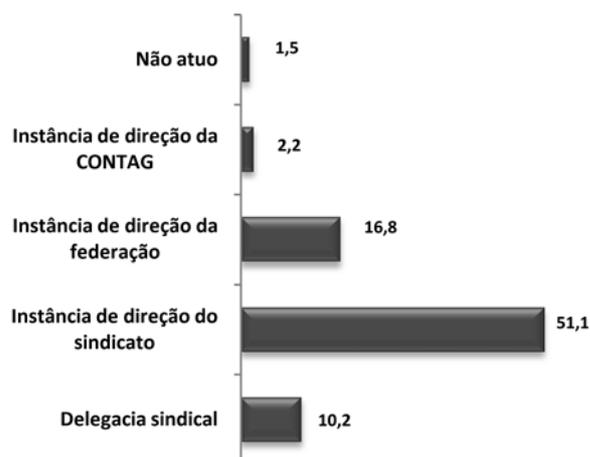
Gráfico 64. Local de atuação dos jovens do MST (%)



Base: Total da amostra (MST) de 15 a 32 anos

Na Contag, encontramos 51,1% de jovens atuando em instâncias de direção do sindicato; em segundo lugar, 16,8% atuando em federações; e em terceiro, 2,2% na confederação. Contudo, é importante ressaltar que se tratava de um evento de avaliação de gestão e, portanto, menos massivo que o do MST, e para o qual os delegados são eleitos ou representam o sindicato/federação (Gráfico 65).

Gráfico 65. Local de atuação dos jovens da Contag (%)



Base: Total da amostra (Contag) de 15 a 32 anos

Nos eventos *de juventude*, observa-se uma crescente sindicalização de jovens em relação às famílias sindicalizadas. Entre os jovens da Fetraf que responderam ser sindicalizados, mais da metade afirmou ter pais sindicalizados. No caso da Contag, a porcentagem de jovens sindicalizados é maior do que o número de famílias que se encontram nessa condição. Na PJR, a diferença é ainda mais marcante: o número de jovens sindicalizados é quase o dobro do número de famílias sindicalizadas (Ver, nos Anexos, a Tabela 19).

Um recorte que os dados coletados entre os jovens da Contag e PJR nos eventos *de juventude* permitem comparar é a situação de sindicalização dos jovens solteiros e dos casados em relação à porcentagem de famílias/pais sindicalizados. Nesse caso, os dados também indicam maior participação desses jovens em relação à participação de seus pais em sindicatos. Entre os jovens da Fetraf, 33,84% afirmam ser sindicalizados; já na Contag e PJR, esses índices são maiores: 48,73% e 41,87%, respectivamente, o que pode indicar uma tendência à renovação no quadro de participação política nessas instâncias e a afirmação desses jovens como atores políticos.

Um dos espaços valorizados para a construção da participação política é o de cursos de formação, amplamente frequentados por jovens. No caso dos

eventos nacionais, essa foi uma pergunta que compôs o questionário. Os dados dos jovens presentes nos eventos nacionais demonstram a intensa participação em cursos de formação. Dos jovens da Contag, 54,7% afirmaram ter feito algum curso e programas de formação política – dentre os mais citados, estão: curso de liderança/dirigente sindical, do programa Jovem Saber, ou, ainda, curso de formação. Dos jovens do MST, 47,6% participaram de algum curso de formação política – dentre os mais citados, estão: Curso de Formação de Formadores e Curso Básico da Escola Nacional. Os espaços de formação são também espaços de fortalecimento de identidades políticas e de outras formas de sociabilidade dos jovens rurais (Gráfico 65).

Gráfico 65. Jovens que fizeram algum curso de formação política (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Uma preocupação no discurso sobre a formação dos jovens como atores políticos é a de *construir autonomia histórica*, como relata a militante:

[...] *nós afirmamos isso todas as vezes: “A nossa formação tem que ser crítica, tem que construir autonomia histórica.” É isso, gente. Ou vocês acham que é só dizer “amém, sim”. Não, não é assim não; é conflito, é discussão. Entendeu? Em vários momentos, eu fiquei assim. Mas não disse nenhuma palavra (diante das discussões), eu só escutei, sabe, e me senti feliz porque aí a gente está cumprindo o nosso papel como escola de formação.* (Mulher, dirigente histórica do MST, 43 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2008)

Para uma jovem militante do MST que acompanhou o processo de organização da juventude, a educação, aliada à formação política, tem sido uma das grandes preocupações; porém, mais recentemente, a formação voltada para a juventude teria se tornado mais central para o movimento.

Está num processo em que a sua militância, já faz bastante tempo, não é o estudar pra pegar o diploma como uma questão mercadológica que nem se faz aí por fora. É estudar para ter condição de analisar a realidade com coerência, pra pensar este nosso futuro. E a juventude está nisso. Se você pegar, por exemplo, os cursos do movimento, a maioria é de jovens. (Mulher, 29 anos, militante do MST)

Além da inserção dos jovens nos movimentos sociais e sindicais, eles também atuam em organizações de juventude, com ou sem caráter político, identificadas como: partidos políticos, movimentos estudantis, organizações de juventude dos movimentos sociais e grupos religiosos. No entanto, a participação nessas organizações aparece de maneira diferenciada, guardadas as especificidades dos dois eventos.

Dos jovens que atuam no MST e que declararam participar de outras organizações de juventude, somam-se 72,9%. Destes, 38,7% atuam no setor de juventude de algum movimento social (MST, MMC, MPA e MAB), 14,8% em grupos de jovens da Igreja Católica e 17% participam da PJ e/ou da PJR. A participação em organizações de juventude é um pouco mais acentuada entre os jovens da Contag, com um total de 74,5% de jovens (40,9% em instâncias de movimentos sindicais, 17,4% em grupos da Igreja Católica e 16,7% na PJ e/ou PJR) (Gráficos 66 e 67).

Gráfico 66. Jovens que participam de organizações de juventude (%)

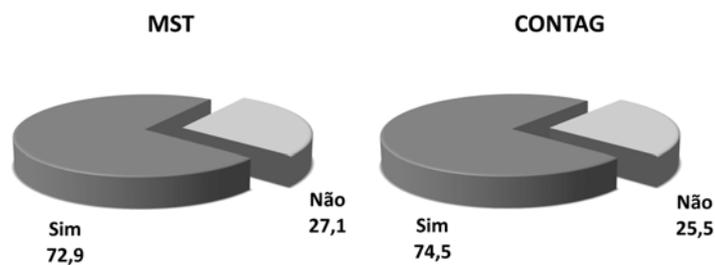
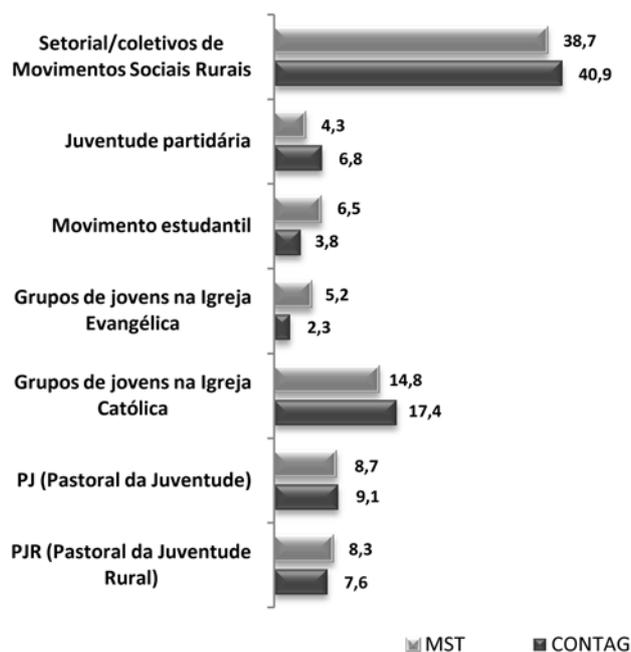


Gráfico 67. Em qual organização da juventude você atua? (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Mesmo diante dessa múltipla identificação, ainda prevalece a atuação de instâncias organizativas da juventude no MST e na Contag e a atuação em grupos religiosos, especialmente a PJ e a PJR, o que pode representar formas de articulação entre essas diferentes inserções que, possivelmente, estão reforçando a identidade juventude.

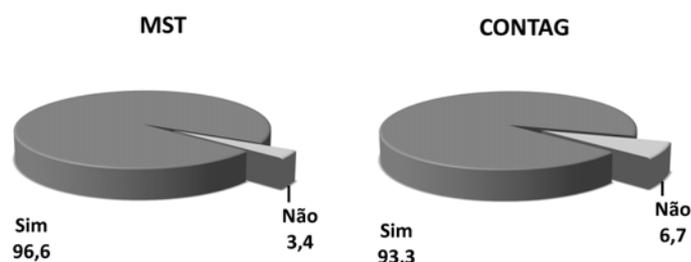
Percepção sobre permanência no meio rural

Como vimos, a migração é o tema mais associado à juventude rural. Os dados etnográficos coletados entre os jovens engajados indicam a continuidade dos processos de migração de jovens rurais para as cidades, especialmente as de porte médio. Mas o processo inverso também foi relatado, a *reversão de*

migração. O tema foi abordado por meio da associação de perguntas abertas e fechadas e revelou uma avaliação que se repetiu entre os jovens dos distintos movimentos.

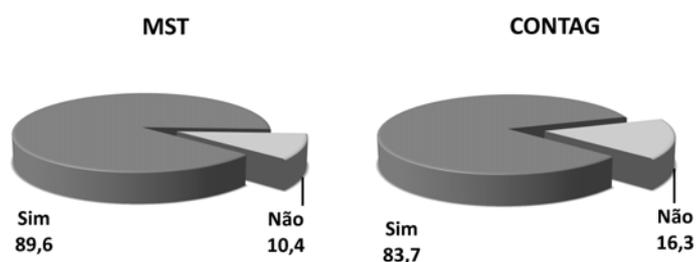
Há uma forte concentração de jovens que desejam permanecer na terra, chegando a ser a maioria em relação às respostas nos eventos nacionais: 93,3% dos entrevistados da Contag e 96,6% entre os jovens do MST. Esse dado é ligeiramente diferente para os que acham que vão ficar na terra: 83,7% e 89,6%, respectivamente (Gráficos 68 e 69).

Gráfico 68. Jovens que desejam ficar na terra (campo) (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Gráfico 69. Jovens que acham que vão ficar na terra (campo) (%)

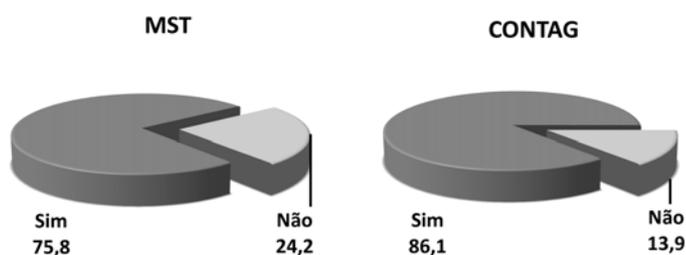


Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Mas se esses dados expressam o desejo e o sonho dos jovens de permanecer no campo, há uma percepção da saída da juventude como sendo um processo provável. Dentre os jovens no evento do MST, 75,8% responderam

que os jovens de sua região estão saindo do campo, e dentre os respondentes no evento da Contag, 86,1% acreditam nessa migração (Gráfico 70). Esses jovens justificaram suas respostas: devido à falta de emprego/trabalho, à falta de renda (condições econômicas), à falta de estudo/escola no campo e por não possuírem terra.

Gráfico 70. Você acha que os jovens da sua região estão saindo do campo? (%)



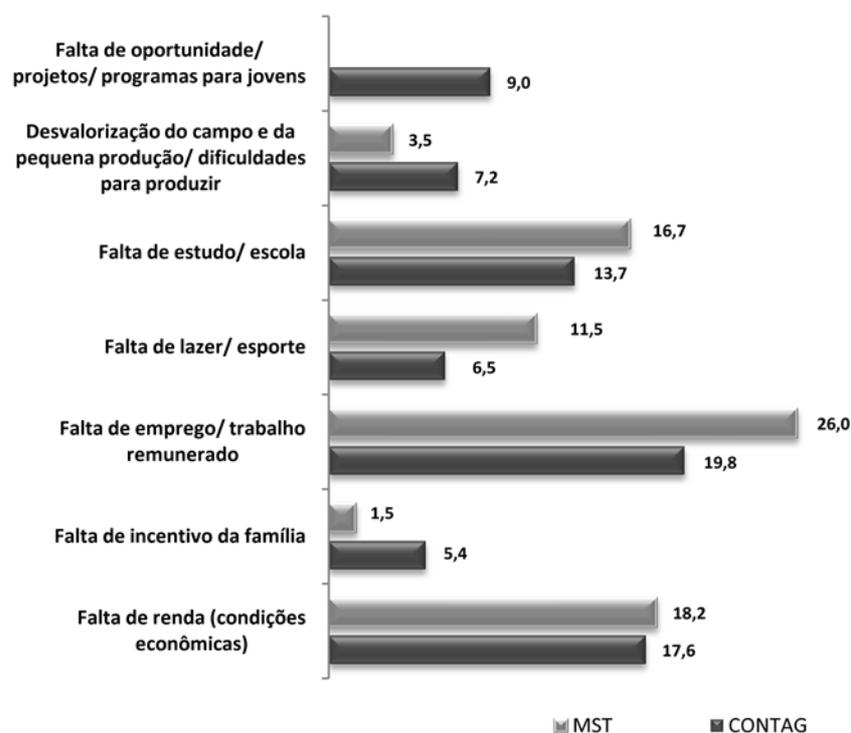
Nos eventos de *juventude*, a mesma questão foi abordada de diferentes formas e trouxe elementos importantes para entendermos o paradoxo *querer ficar e achar que vai sair*. Se, por um lado, temos uma sinalização clara de um percentual significativo de jovens que expressa o desejo de “querer” ficar no campo, temos a percepção inequívoca das limitações atuais da produção familiar e das condições de difícil acesso à renda e infraestrutura. Esse foi um diagnóstico recorrente e esteve presente nos eventos⁷¹. As principais razões para os jovens não acreditarem na possibilidade de permanência no campo são: dificuldade de acesso à renda (18,2% dos do MST e 17,6% dos da Contag) e a emprego/trabalho (26% MST e 19,8% Contag), ausência de estudo/acesso a estudo (16,7% MST e 13,7% Contag) e falta de lazer/esporte (11,5% MST e 6,5% Contag) (Gráfico 71). A diferença entre os jovens que afirmam “querer”, sempre em número maior, dos que acreditam que vão “poder” aponta uma demanda para um novo modelo de desenvolvimento em que o jovem se sinta incluído.

Esse quadro também se aproxima de diversos estudos realizados no Brasil e em outros países que indicam a tendência, atualmente, da saída de jovens do campo rumo às cidades, como vimos no primeiro capítulo. O perfil dos jovens engajados revela que as razões não podem ser reduzidas a questões

⁷¹ A pergunta que captou essa informação foi aplicada no questionário da Fetraf e da PJR. Trata-se de uma pergunta aberta e foi trabalhada qualitativamente.

singulares. Ao contrário, podem-se estabelecer elementos recorrentes, identificados pelos jovens como causadores do que seria um movimento de “êxodo da juventude rural” (Gráfico 71).

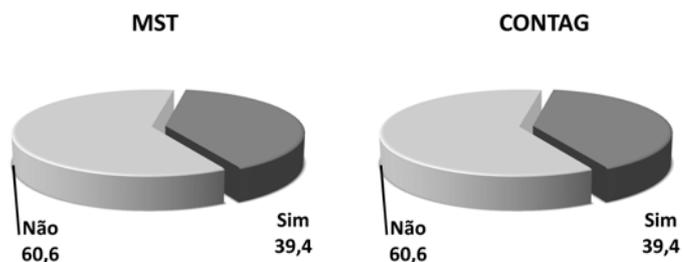
Gráfico 71. Principais motivos apontados pelos jovens para a migração dos jovens (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

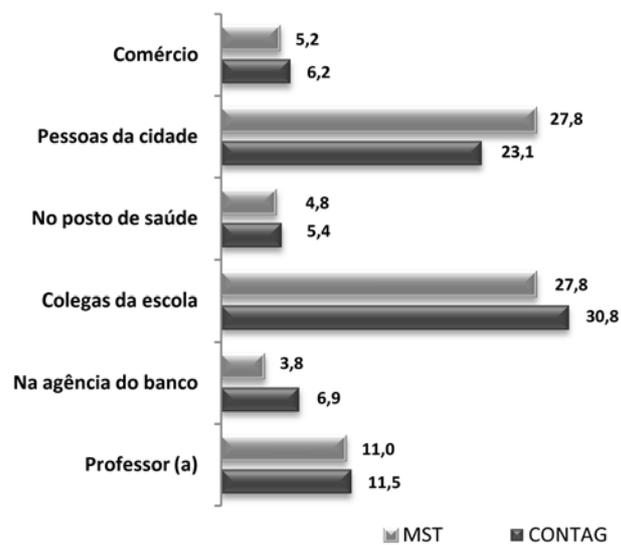
Outra questão importante, que identifica se os jovens já se sentiram desrespeitados ou discriminados por serem do campo, apresentou números bem próximos em ambos os movimentos (uma média de 60% dos respondentes). Esse número mostra que a identidade do jovem rural se debruça sobre uma percepção carregada de valores pejorativos. Tal processo se confirma ao verificarmos quem são os atores que desrespeitam ou discriminam esses jovens. Mais da metade corresponde a pessoas da cidade, residentes (em média, 25% dos 60%) e colegas da escola (em média, 29% do total de 60%) (Gráficos 72 e 73).

Gráfico 72. Jovens que já sentiram discriminação/ desrespeito por serem do campo (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Gráfico 73. Locais onde os jovens se sentiram discriminados/ desrespeitados por serem do campo (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

Este dado aponta para uma lamentável realidade, presente também em vários estudos⁷²: no lugar de uma escola socializadora, encontra-se um espaço que reafirma estereótipos e gera múltiplas violências, como a discriminação e o desrespeito.

Assim, temos uma multicausalidade para explicar o “êxodo” do jovem do campo. Embora em média 81,9% tenham avaliado que “os jovens da sua região estão saindo do campo”, é expressiva a diferença entre “querer ficar na terra” (96%) e achar que “vai ficar na terra” (86%), apontando que a saída do campo deve ser percebida para além da ideia da atração pelo meio urbano.

Juventude rural engajada e os desafios para a cidadania da juventude rural

O perfil trouxe uma diversidade de elementos para entendermos quem é esse jovem rural, seus sonhos e preocupações. Este estudo colaborou para compreendermos algumas demandas apresentadas pelos movimentos sociais, algumas bandeiras de *lutas* e demandas dos jovens dos movimentos sociais, tais como: o acesso à *educação no/do campo* e ao tempo livre (cultura, arte, lazer); garantia de trabalho e renda na cidade e no campo; luta contra a precarização do trabalho.

Com esse olhar, a juventude rural levanta questões que se configuram em desafios para essa categoria: protagonizar uma *cultura popular negando a cultura importada e elitista*; transformar a estrutura social repensando e *rompendo com os projetos capitalistas* direcionados a esses atores. Isso, além de repensar as relações humanas e de produção, o modelo de produção agrícola, as políticas públicas para juventude ou políticas de inserção do jovem, no sentido de indagar que oportunidades são essas que estão surgindo ou que estão sendo dadas à juventude rural. Desafio tão bem estruturado na provocação de um jovem durante o I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais:

E aí, quanto a se trabalhar com os três elementos, educação, trabalho e cultura, eu fico pensando: a gente corre o risco de começar a comparar essas conquistas locais. Essas conquistas são suficientes pra suprir uma necessidade que talvez seja pontual? Naquele momento, a pessoa está precisando de emprego, está precisando se formar pra se qualificar para o mercado de trabalho. Mas ela estabelece um processo amplo de debate sobre as transformações da estrutura social, que é construir a revolução. E não são só conquistas e não são só reformas. É muito mais que isso. É repensar o

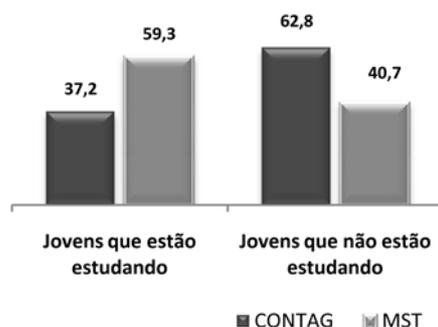
⁷² Ver Abramovay, M. et alii (2002); Debarbieux, Eric et alii (2003); Braslavsky, C. (2002); Wills, P. (1991).

O perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais. Em foco, a diversidade

modelo, é repensar o modelo de agricultura, repensar um conteúdo no meio urbano e repensar as relações de produção, as relações humanas. Então, é muito mais profundo do que as conquistas pontuais, as lutas pontuais com políticas públicas, que é um debate que está aí no interior de todos os movimentos sociais. (Jovem homem, I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais)

Os dados quantitativos da pesquisa confirmam essa preocupação. Nos eventos nacionais dos movimentos rurais, onde essa questão pôde ser cruzada, observamos que, na Contag, dos jovens que possuem algum tipo de atividade remunerada, somente 37,2% estão estudando, enquanto 62,8% não estudam. Essa questão não se repete nos dados do MST: entre os jovens que possuem algum tipo de atividade remunerada, os que estão estudando apresentam maior concentração (59,3%)⁷³ em relação aos que não estão estudando (40,7%) (Gráfico 74).

Gráfico 74. Jovens dos eventos nacionais, segundo atividade remunerada e escolaridade (%)



Base: Total da amostra de 15 a 32 anos

O perfil permitiu evidenciar uma juventude que luta pelo trabalho, renda, terra, educação, lazer e cultura em um campo sem acesso a bens e serviços. Com os dados da Pnad, podemos observar a imensa diferença de condições de vida entre quem vive no meio rural brasileiro e quem vive nas cidades. Essa diferença se amplia quando adicionamos o corte regional.

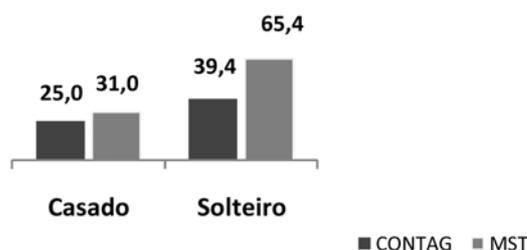
⁷³ Destes, 57,2% estão cursando o Ensino Médio/ Técnico e 13,7%, o Ensino Superior.

Acesso a Serviços Básicos	População Urbana	População Rural	Pop. Rural NE do Brasil
Água	94%	54%	26%
Luz elétrica	99%	80%	70%
Saneamento Básico	97%	69%	49%
Coleta de Lixo	87%	14%	8%

Fonte: Pnad, 2006

Mas o estudo trouxe fatos pouco trabalhados quando o tema é juventude rural: os jovens do campo são pais, casados ou solteiros, e enfrentam situações similares à maioria dos jovens que tem filhos precocemente no Brasil. Esses jovens vivem situação ainda mais difícil, por falta de acesso à renda, educação e trabalho. Ao agregarmos dados dos jovens nos eventos nacionais dos movimentos sociais – do estado civil à reflexão sobre trabalho, por exemplo –, observamos que a relação entre o estudo e a situação matrimonial apresenta condições tão complexas quanto a que se instaura na relação entre o mundo do trabalho e o estudo. Entre os jovens casados do MST, aproximadamente, três a cada dez estudam; entretanto, na Contag, apenas dois e meio a cada dez continuam estudando depois de casarem. Entre os jovens solteiros, 65,4% (MST) e 39,4% (Contag) continuam estudando (Gráfico 75).

Gráfico 75. Jovens dos eventos nacionais, segundo a situação de estudo e o estado civil (%)



A demanda por acesso à terra e a melhores condições de vida, renda e produção apareceu como central nas manifestações desses jovens durante a aplicação dos questionários e nas questões abertas, assim como a preocupação com a falta de políticas públicas adequadas para a produção familiar e principalmente para o jovem. O reconhecimento da existência de políticas públicas

específicas para os jovens do campo por alguns movimentos veio acompanhado de críticas quanto à dificuldade de acesso a esses créditos. Assim, temos um quadro em que uma porcentagem expressiva de jovens gostaria de permanecer no campo, mas não nas condições existentes hoje, e sim em um campo transformado. Nesse contexto, o campo de probabilidades, como em Bourdieu (1996), tem um peso mais evidente sobre a saída dos jovens da área rural. A ideia de construção de projetos de vida (Velho, G., 2003) – em um contexto em que as perspectivas sonhadas, como a continuidade dos estudos, não se desenham como uma probabilidade para a maioria dos jovens – colabora para as outras “opções” e caracteriza não uma saída dos jovens do campo, mas uma expulsão de um contingente de jovens que *luta* para alterar essa realidade. O perfil demonstrou também como a atuação dos movimentos dos próprios jovens na busca da escolarização continuada, com todos os limites de uma ação que não se constitui como de Estado, teve uma resposta rápida e de grande efetividade. O elevado número de jovens que alcançou índices de escolaridade bem acima da média para a população jovem rural do país corrobora essa leitura.

Esse esforço político dessa juventude militante é parte de uma perspectiva mais ampla de atuação, no sentido de percepção das questões *da juventude rural* como parte da realidade do modelo de desenvolvimento rural brasileiro. Retornaremos a esse tema no último capítulo. Contudo, vimos que as desigualdades de condições de vida da juventude rural se aprofundam quando a abordamos a partir do corte de gênero. A seguir, vamos analisar essa questão com mais atenção, a partir da chave da subalternidade.

CAPÍTULO 3

O peso das subalternidades. Antigas e novas questões: gênero e diversidade sexual

Se pudermos afirmar que ser “jovem rural” no Brasil carrega o peso de uma posição hierárquica subalterna, ser “jovem rural” e mulher, e/ou, ainda, homossexual representa situação de subalternidade na hierarquia social ainda maior. No que concerne à primeira identificação, ser jovem e mulher, o peso da autoridade paterna aparece nas declarações das jovens e dos jovens como um dos fatores mais presentes na limitação de sua atuação política. As jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e, ainda, dos espaços de decisão. E também, muitas vezes, são as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos de toda a família. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico se estende para os espaços públicos de participação política.

No contexto das organizações de juventude, temos observado o intenso debate acerca das relações de opressão vivida pelas mulheres e que se expressam tanto no espaço doméstico quanto nos de participação política. Se o tema da diversidade sexual não tem a mesma inserção nos espaços políticos, mesmo que de forma tangencial tem surgido nas conversas informais dos jovens em seus espaços organizativos. A autoidentificação de jovens como *gays* e *lésbicas*, ainda que em pequena escala, aparece como uma novidade nos movimentos sociais rurais hoje.

Discutiremos, neste capítulo, a ideia de sobreposição de subalternidades a partir da análise de interseccionalidade das relações de dominação tratada por Verena Stolke (2006). Para essa discussão, destacaremos a participação política das jovens nos movimentos sociais, por ter se apresentado como um tema de grande relevância nos espaços de juventude. Outro tema a ser acionado é o da diversidade sexual, devido à ausência histórica da temática nos movimentos sociais, bem como no campo dos estudos acadêmicos sobre o mundo rural, e a observação de sua presença, ainda que sutil, nos espaços de juventude.

Resgatando a história recente dos movimentos sociais rurais de mulheres no Brasil

O debate de gênero que aparece como bandeira de luta e organizativa tanto no discurso quanto em ações práticas nos movimentos sociais, não é recente, assim como não o é a organização das mulheres. O pano de fundo é a desconstrução de paradigmas historicamente construídos, em que a figura feminina é sempre referenciada à esfera privada, ao trabalho doméstico e à determinação de espaço social separado do de homens. No caso das mulheres no meio rural, temos outras questões que marcaram o processo de luta por direitos como a titulação da terra no nome delas, a divisão das tarefas domésticas e a atuação política nas esferas de decisão dos movimentos. Essas e outras questões estão na trajetória das lutas das mulheres por reconhecimento nas organizações políticas no Brasil (Castro E. G. de, 2008b).

A década de 1980 e o início dos anos 1990 foram períodos especialmente importantes para os movimentos sociais no Brasil. Após 20 anos de ditadura militar – marcada por intensa repressão, perseguição e assassinato de dirigentes políticos que se opunham à ordem autoritária –, os movimentos sociais recuperam sua visibilidade e possibilidade de atuar de forma legalizada no Brasil. Novas organizações surgem. Em 1983, a CUT é fundada e, em 1984, surge o MST.

É nesse contexto do movimento de luta pela democracia, como recorda Caroline Bordalo (2007a), que, em 1986, é realizado o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, organizado por diversos movimentos sociais. Em 1989, apenas seis anos após a fundação da CUT, surge a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras dessa central. No movimento sindical rural, em 1990 é formada a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. Atualmente, existem no Brasil inúmeros movimentos feministas, organizações de mulheres urbanas e rurais de diferentes movimentos sociais.

Bordalo (2007b) resgata um elemento central para compreendermos o surgimento dos movimentos de mulheres concomitantemente com a reorganização dos trabalhadores urbanos e, principalmente, no meio rural. A autora observa como o movimento sindical, até a década de 1980, era vetado às mulheres. Ou seja, havia uma tradição, e em alguns casos determinação normativa, de que apenas os homens podiam se sindicalizar. No caso do movimento sindical rural, essa norma era ainda mais rígida. O princípio que regia a sindicalização masculina era a tradição, principalmente no meio rural, de que somente os homens eram contratados de acordo com as leis trabalhistas. Ou seja, as mulheres,

embora sempre presentes como trabalhadoras rurais, não tinham seus direitos reconhecidos e eram percebidas como ajudantes dos seus maridos no Brasil. Esse tratamento ainda é recorrente e se estende aos filhos. Com a instituição de um Fundo de Assistência à Previdência Rural (Funrural), a demanda pela legalização e reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural se intensificou. Contudo, a intensa repressão aos movimentos sociais durante a ditadura militar teria dificultado a ampliação e visibilidade de suas lutas (Castro, E. G. de, 2008b)⁷⁴.

Citando Paola Cappellini⁷⁵, Bordalo apresenta o argumento de que a atmosfera de reorganização dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura militar teria favorecido a demanda das mulheres por participação nos sindicatos e nos espaços de direção. Com efeito, houve intensa organização, em diversos estados, das mulheres trabalhadoras rurais que demandavam o direito à sindicalização e, portanto, o acesso a direitos trabalhistas já conquistados pelos homens, bem como a defesa de reivindicações específicas das mulheres, como o direito à licença-maternidade. Pode-se afirmar que as duas principais reivindicações das organizações sindicais de mulheres que surgiram nas décadas de 1980 e 1990 foram: o reconhecimento como trabalhadoras rurais e consequente luta pelo acesso aos direitos trabalhistas; e o direito a se sindicalizarem.

Mas o estímulo à participação das mulheres no espaço sindical precisava romper com o duplo processo de dominação, com a aceitação, por parte dos homens, da presença das mulheres no sindicato, tendo acesso à tomada de decisão, e com o convencimento das próprias mulheres da importância dessa participação. Bordalo (2007a, p.11) mostra como as primeiras reuniões de mulheres trabalhadoras aconteceram nas suas casas, já que o sindicato era considerado um espaço de homens. O segundo passo foi assegurar que essa participação fosse representativa e que isso resultasse em acesso aos espaços

⁷⁴ O Funrural integra a legislação do Estatuto do Trabalhador Rural regulamentado em 1963. Vale lembrar a diferença entre o acesso a direitos trabalhistas no Brasil: enquanto para os trabalhadores urbanos o reconhecimento de seus direitos trabalhistas ocorreu em 1943, somente 20 anos depois eles foram estendidos aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural. Se o Funrural foi considerado um avanço por reconhecer o direito à aposentadoria dos trabalhadores rurais, essa política ainda era discriminatória, por garantir apenas 50% do salário mínimo ao trabalhador rural, ao passo que o sistema previdenciário criado na década de 1940 garante o salário mínimo aos trabalhadores urbanos. O Funrural foi extinto na década de 1970 e, atualmente, os trabalhadores rurais têm acesso ao sistema público de previdência, que passou a atender a todos os trabalhadores rurais e urbanos.

⁷⁵ Cappellini, Paola. *Atrás das práticas. O perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII encontro da Associação Nacional de Ciências Sociais, 1994 apud Bordalo, 2007b.

de tomada de decisão, isto é, aos cargos de direção no movimento sindical. Isso começa a ocorrer com a formação de Comissões de Mulheres da Contag e, ainda na década de 1980, com a adoção da cota de 30% de mulheres nas instâncias de direção dos sindicatos rurais (Castro, E. G. de, 2008b).

Outras experiências no campo e na cidade, nas décadas de 1980 e 1990, expressam essa busca pela participação das mulheres nos movimentos sociais rurais e reforçam a percepção de que esses eram espaços masculinos e pouco receptivos às mulheres. O resgate da participação das mulheres no MST por um de seus atuais dirigentes nacionais atesta como o processo de atuação na esfera pública e, principalmente, de direção dos movimentos sociais foi uma difícil conquista para as mulheres, mesmo que sempre tenham estado presentes nos espaços cotidianos das lutas políticas dos trabalhadores sem-terra. Esse dirigente afirma que, nos primeiros anos, a direção do MST era quase toda composta por homens.

No geral, no MST, havia pouca participação das mulheres. Veja, é uma questão até interessante: a família vinha para a ocupação, muito mais do que hoje. Vinham mulher, filho, dava para levar papagaio, tudo. Mas as mulheres acompanhavam as assembleias; entretanto, eram poucas as que ocupavam os espaços de coordenação. É claro que havia mulheres, mas eram exceções. (Homem, 41 anos, da direção nacional do MST)

Até a década de 1990, apesar da participação das mulheres, elas não eram aceitas nos espaços de representação e direção dos movimentos sociais. A reversão desse quadro aconteceu através de diversas estratégias que acionaram mecanismos de política afirmativa, como a política de cota, utilizada pelos movimentos sindicais urbanos e rurais; os processos de disputa por espaço de decisão no cotidiano, como no MST⁷⁶; o fortalecimento de dias nacionais de luta, como o dia 8 de Março; a articulação de atos nacionais como a Marcha das Margaridas⁷⁷, dentre outros. Também outras formas de organização surgiram mais recentemente no cenário político, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento das Mulheres Camponesas, que são exclusivamente

⁷⁶ O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não instituiu a cota. Mantém como norma a presença de 50% de homens e 50% de mulheres em suas instâncias de decisão.

⁷⁷ A Marcha das Margaridas é um ato político que acontece anualmente e do qual participam mulheres de diferentes organizações rurais, mas, principalmente, do movimento sindical. O ato ocorre em Brasília e consiste em uma longa passeata que arregimenta milhares de mulheres trabalhadoras rurais que apresentam as suas reivindicações ao governo federal. Recentemente, tem sido comum a presença de homens que participam do ato em solidariedade à luta das mulheres (ver Caderno de Fotos).

de mulheres e autônomos em relação aos movimentos sociais sindicais e camponeses que já existiam (Castro, E. G. de, 2008b).

Apesar dos importantes avanços nos processos de visibilidade da atuação feminina, a conquista de espaços de direção é aquém da participação histórica das mulheres nos movimentos sociais, e esses espaços ainda são fortemente controlados. O processo cotidiano de disputa por essa mudança ainda é de muita tensão. Um exemplo é o direito conquistado pelas mulheres de serem cotitulares das propriedades em áreas de reforma agrária⁷⁸. Esse direito foi conquistado quase 20 anos após o início dessa política no Brasil. Contudo, pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), realizada em 1998 em áreas de reforma agrária, demonstra a distância entre a intensa atuação das mulheres no trabalho agrícola, pecuário e nas tarefas domésticas, e o acesso aos espaços de tomadas de decisão, seja na gestão familiar da propriedade, seja na relação com os técnicos do governo que definem o acesso ao crédito agrícola (Cappellini, P. e Castro E. G. de, 1997).

Podemos afirmar que a participação das mulheres nos movimentos sociais vem se ampliando nas instâncias de decisão, a partir dos anos mais recentes. Contudo, a atuação de forma mais ativa em movimentos sociais, bem como o processo de tornar-se liderança, pode gerar resistências familiares, de sua comunidade local e mesmo de outras lideranças políticas. Isto é, a decisão de uma mulher de se tornar *militante* de um movimento social ainda é cercada por limites que envolvem controle social e a reprodução de processos de dominação dos homens sobre as mulheres.

Como vimos no capítulo anterior, há intensa participação das jovens nos eventos dos movimentos sociais rurais e, mais ainda, nos espaços organizados pela juventude. Contudo, essa participação não ocorre com ausência de conflitos e tensões que revivem questões “tradicionais” da participação feminina nos movimentos sociais rurais. “Antigas” questões se recolocam; a interseccionalidade ser mulher e ser jovem aprofunda a subalternidade das jovens nos movimentos sociais rurais.

⁷⁸ Somente em 2003 tornou-se obrigatória a titulação conjunta no PNRA de homens e mulheres e a implementação de um programa permanente de documentação das mulheres trabalhadoras rurais, porque as restrições para se tornarem beneficiárias decorrem, muitas vezes, do precário acesso aos documentos civis e trabalhistas (Soares, P., 2005).

A casa e a rua e o controle social sobre as mulheres: uma história de dominação e violência

O controle social sobre as mulheres foi largamente estudado, ocorre de muitas maneiras e pode se estender a todas as esferas de sua vida. Os estudos de campesinato muito contribuíram para a análise de relações familiares, divisão sexual do trabalho e formas de controle social sobre as mulheres e, em especial, sobre as filhas solteiras. Arensberg e Kimball (1968), em seu trabalho etnográfico sobre o campesinato irlandês, descrevem em minúcias o processo de controle da família sobre as mulheres e, em especial, sobre as filhas. Um exemplo era o casamento. Este só ocorria se os pais estivessem de acordo. Os autores mostram como, através do fenômeno dos *runaway matches* (casais em fuga), casais de jovens fugiam de suas comunidades e de suas famílias para se casarem. Bourdieu, analisando o meio rural da França (1962), aponta que uma das reações ao controle paterno sobre os futuros casamentos das suas filhas era a saída delas da casa dos pais e das comunidades rurais, o que implicava abrir mão de seu direito à herança (Castro E. G. de, 2005).

O controle social sobre a circulação e a presença de mulheres em espaços públicos é notoriamente reconhecido. Roberto Da Matta (1991) demonstra como no Brasil a *casa* é um espaço percebido como das mulheres, por ser um espaço privado, e a *rua* um espaço de “homens”, justamente por ser público. Ainda que os limites da *casa* e da *rua* possam ser borrados, as mulheres aparecem como cercadas de “cuidados”. Nesse sentido, a família é a primeira instância de controle social sobre a circulação das mulheres.

Verena Stolke (2006) disserta sobre o processo histórico que constrói esse controle social dos homens sobre as mulheres, fundado no processo de dominação colonial e na implantação de uma ordem moral patriarcal. Essa configuração histórica e cultural descrita por Stolke teria contribuído fortemente para formar uma sociedade na qual as mulheres são controladas pelos homens, principalmente através do controle de sua sexualidade. A motivação central dos colonizadores seria impedir a “mestiçagem” através do casamento entre indivíduos de classe e/ou status social distintos, o que foi normatizado por leis, como a da *limpiez del sangre*⁷⁹. Contudo, se as leis criadas para esse fim perderam sua força quanto à preocupação inicial, ou seja, evitar a “mistura” entre “desiguais”, as mulheres continuam alvo de forte controle social sobre

⁷⁹ Para uma maior compreensão das “sanções pragmáticas” que normatizam legalmente a política da *limpieza del sangre*, ver Stolke, V. (2006).

sua circulação em espaços públicos, exercido principalmente sobre sua sexualidade⁸⁰ (Castro, E. G. de, 2008b).

Nesse sentido, figura amplamente a ideia de que as mulheres, ao circularem em espaço público, estão sujeitas a serem agredidas sexualmente, ou podem vir a “engravidar”. Essa preocupação é mais presente quando se trata de jovens mulheres.

As relações de autoridade paterna nas áreas rurais criam mecanismos de vigilância e controle sobre os “jovens” e especialmente das jovens. Se os rapazes são controlados quanto aos locais que frequentam fora da comunidade rural, principalmente à noite, as moças não têm autorização para circular sozinhas, têm que estar em companhia de algum homem da família. Isso não é apenas característica de um período, uma idade específica. O controle é exercido enquanto a “jovem” estiver vivendo com os pais.

Uma das reações ao controle e à exclusão tem sido a saída de um grande contingente de jovens mulheres solteiras das áreas rurais. Em alguns casos, essa “saída” é precedida, em número considerável, pela gravidez na condição de solteira.

Os mencionados mecanismos de controle foram relatados por jovens de diferentes regiões do país, que expressaram a dificuldade que enfrentam para participar em espaços de tomada de decisão na família e nas suas comunidades rurais, por um lado, e, por outro, em espaços regionais e nacionais dos movimentos sociais, e, em especial, de organização de jovens. A principal razão apontada pelos pais, no caso das jovens, é o temor de que engravidem. Assim, a permissão para que elas frequentem espaços públicos e de participação política fora das comunidades rurais geralmente é concedida desde que sejam acompanhadas por um adulto de confiança da família ou um familiar, que costuma ser um irmão mais velho.

O controle sobre as jovens solteiras aparece como uma forma de reprodução das relações patriarcais. A apresentação dessa questão como um padrão histórico reproduzido em nossa sociedade certamente se choca com realidades distintas em que vemos alteração desse padrão. Contudo, ainda nos defrontamos com essas questões ao analisar a participação política das mulheres no Brasil, e em especial das jovens, como relembra um militante histórico do MST sobre o início da atuação das jovens solteiras no movimento:

⁸⁰ Não iremos tratar das muitas outras consequências dessa política colonial, como a discriminação que sofrem os não-brancos no Brasil e em todos os países da América colonial.

Porque era o seguinte: o campesinato, e principalmente lá na região, tinha uma influência muito grande da igreja também e de valores. A moral camponesa, vamos assim dizer, de certa forma era impregnada pela moral da sociedade. As meninas eram muito mais resguardadas e os próprios pais tinham muito medo. E, eventualmente, acontecia algum problema com alguma menina. Suponhamos: uma menina saiu e acabou engravidando. Era exatamente um argumento para reforçar que elas não podiam sair. Mas eu me lembro de que depois, em 1990, havia pessoas mais abertas, como um cara lá que era do meu assentamento, o X: as filhas dele começaram a participar do núcleo. Então, havia alguns casos. Mas aí tinha um pai que participava da luta. (Homem, 41 anos, da direção nacional do MST)

O controle da circulação pública e participação política das mulheres foi a principal questão por elas enfrentada desde as primeiras experiências organizativas das trabalhadoras rurais no Brasil. Essa mesma questão reaparece no processo organizativo dos jovens nos movimentos sociais rurais, especialmente no que concerne à participação das jovens mulheres solteiras. A história de três trajetórias de vida permite compreender como os processos de dominação masculina marcam o cotidiano feminino nos espaços privados e públicos. São trajetórias que exemplificam essas relações de hierarquia e apontam situações de tensão, negociação e mudanças.

Movimentos sociais, família e organização política: caminhos de controle e participação política

A história de três mulheres de movimentos sociais rurais diferentes permite um mergulho em processos marcados por tensões, conflitos e rupturas com o controle social sobre a mulher no espaço privado e público⁸¹.

Júlia⁸², 43 anos, nascida no Nordeste do país, é professora primária e dirigente nacional do MST. Atuante na Igreja Católica progressista e fundadora do Partido dos Trabalhadores, ingressou no MST em 1986, no início da formação desse movimento social. Ela atribui à sua trajetória de participação no Partido dos Trabalhadores e de atuação na Igreja Católica progressista o fato de ter sofrido menos resistência da família em relação à sua atuação política. Júlia conta como foi a primeira mulher e uma das únicas, durante muito tempo, na direção do processo de organização do MST em seu estado no Nordeste.

⁸¹ Os nomes das mulheres são fictícios.

⁸² Entrevista concedida em janeiro de 2008.

Ela lembra como as primeiras reuniões eram frequentadas por uma maioria masculina. Se em casa houve certa aceitação das suas atividades políticas, compreendidas pelos seus familiares como uma extensão de sua atuação na Igreja Católica, a população local a estigmatizou. Júlia, mulher e solteira, passou a morar em uma cidade próxima à sua cidade natal, em uma casa habitada por homens militantes do movimento, o que não gerou qualquer caso de assédio por parte dos homens com quem ela coabitava. Contudo, a sua presença em uma casa habitada apenas por homens a estigmatizou e era frequentemente xingada em espaços públicos por moradores da cidade onde vivia.

Eram poucas mulheres. E essa participação das mulheres em 1986 [...] eu e a X fazíamos mais o trabalho de articulação. Depois, foram incorporadas outras mulheres [...], mas isso já em 1989. [...] Praticamente não havia mulheres, só homens. [...] Nós tínhamos uma casa que era do movimento... só tinha um lápis para escrever, uma estantezinha cheia de livros e os quartos cheios de redes de dormir e cada um com a sua mochila. Era isso a casa. [...] Eu morava sozinha com eles. Eram 11 homens e eu. [...] Nunca tive nenhum problema de assédio no movimento e o engraçado é que eu dormia sozinha. E eu sempre convivi só com homens. E engraçado que nem companheiro eu tive, era incrível. [...] Era impressionante como as pessoas do movimento me protegiam, cuidavam de mim. Era uma relação de companheiros, sem problemas. Agora, com as pessoas de fora, todo mundo tinha um olhar para mim diferente. "Ah, uma mulher, uma menina que só convivia com homens..." Eram sempre comentários assim. Mas isso nunca me abateu.

Júlia explica sua inserção em espaços de decisão devido à sua socialização em uma família de muitos homens, o que teria contribuído para que apreendesse um estilo mais masculino de se colocar na política. Mas considera o seu caso uma exceção no movimento na época. Como relata:

Eu sempre tive um espaço de direção no estado, na executiva da direção. E nunca tive problemas de me colocar e de me expor. [...] Mas a participação das mulheres era difícil. [...] Tem um elemento que hoje compreendo melhor... eu tinha uma atitude às vezes muito masculina também. E isso não tem a ver com o movimento, mas com a minha trajetória, com a minha família. Porque eu vim de uma família só de homens... eram poucas mulheres. E chego ao movimento... só homens, então me incorporo...

Ela recorda que a maioria dos militantes do MST na época era jovem. Segundo seu relato, houve forte rejeição por parte de outros movimentos sociais mais antigos e da própria igreja progressista local pelo fato de serem jovens e, no seu caso, por ser jovem e mulher. Eles eram chamados por lideranças políticas mais antigas e da Igreja Católica progressista de *inconsequentes e irres-*

ponsáveis, o que Júlia atribui ao fato de serem mais jovens na época. Mas ela se sentia especialmente discriminada por ser mulher:

Tivemos vários problemas com outras organizações. Eram brigas terríveis, eles não me respeitavam. [...] Qual era a grande dificuldade? [...] Era um problema por quê? Porque nós éramos jovens “irresponsáveis, inconsequentes”, entendeu, “não sabem o que estão fazendo”. E no meu caso, mulher então, pior ainda. E nós íamos para o enfrentamento, nós dizíamos: “Porque nós vamos fazer a ocupação de terra. Porque nós vamos fazer a revolução aqui no Brasil, na América Latina, no mundo.” [...] Começamos a ter muitos conflitos. [...] Então, eles chamavam a gente de irresponsáveis, de incosequentes. Aí me chamavam de puta porque eu era mulher. E isso era o mais forte para mim. Bom, eu não sou propriedade privada de ninguém.

Uma estratégia de Júlia e que seria recorrente no MST, principalmente adotada pelas mulheres no início do movimento, foi a separação absoluta entre a vida privada e a vida pública, o que, de fato, gerou uma sobreposição da vida pública e a forte anulação da vida privada. Ou seja, era frequente as mulheres, nesse primeiro momento, evitarem relações amorosas públicas e, como consequência, a constituição de família. O que não ocorria no caso dos homens. Os homens namoravam e casavam e suas relações eram vividas de forma pública.

[...] quando eu ia às comunidades, tinha que ter um cuidado muito grande. Naquela época, eu namorava. Na comunidade, tinha que ser algo muito reservado. Porque isso depunha contra a minha pessoa, era muito difícil. Então, eu tive que abrir mão. Abri mão muitas vezes. [...] E isso vai influenciar a minha trajetória como mulher, me leva a pensar as relações de uma forma diferente. Isso com muito cuidado, muita reserva, de modo muito restrito. Então, o espaço público é uma coisa, e o privado é outra, entendeu? E isso também vai formando uma geração de mulheres dentro do movimento. Porque não é só o meu caso. E os relacionamentos são [...] com muita discrição, sem muita aparição pública. [...] Mas os homens podiam. Isso me deixava furiosa e também foi gerando uma insatisfação nas mulheres.

Para Júlia, a aceitação de mulheres em espaço de decisão foi fruto de ações cotidianas e a reação inicial foi negativa. As mulheres precisavam demonstrar uma grande capacidade de liderança para serem aceitas.

A minha experiência pessoal como mulher, assim como a do conjunto das mulheres da minha geração, era de muita dificuldade. Nós tínhamos que ser [...] muito boas para sermos reconhecidas como militantes. Porque, senão, você não era. Havia momentos em reuniões que companheiros falavam de forma estúpida, grosseira, desqualificando as mulheres.

A participação de mulheres no espaço público do movimento, segundo Júlia, era restrita a tarefas secundárias, o que, aos poucos, foi revertido. Um exemplo é o fato de poucas mulheres, no início do movimento, falarem em espaços públicos em nome do MST.

Ainda hoje nós temos poucas [mulheres que falam], mas isso hoje ampliou bastante... Por exemplo, as falas eram todas masculinas. [...] No início, a nossa intenção era essa: que algumas falas fossem de mulheres.

Mas a *repressão* ou controle da participação das mulheres nesse início de organização passava por questões maiores, como autoidentificação como feminista, ou mais sutis, como em relação ao tipo de roupa que vestiam.

Uma repressão velada dos homens porque, para ser uma boa militante, você não podia dizer que era feminista, que você queria ter participação igual. [...] As mulheres da nossa geração... nós fomos ocupando espaço, mas isso foi muito duro. Por exemplo, em relação à questão de roupas. As roupas, em reuniões... a gente não podia ir de blusa de alça, de saia, de short. [...].

Segundo Júlia, essa realidade começa a mudar na década de 1990 com a criação do Setorial de Gênero do MST, e consolida-se no final da mesma década.

Só que nesse período [década de 1990] nós vimos várias mulheres que se destacavam na frente de massa. [...] Aí foi quando [...] começamos a conversar, discutir, a dialogar entre nós. Aí começa um processo de discussão: "Por que a nossa participação tem que ser diferente?" Tem que ser no mesmo nível. Nós estamos construindo uma relação diferente." E começamos a discutir também as relações, os valores. A participação das mulheres não pode ser só um número. Não é para ficar só "de bonito" lá na frente. Nós estamos na frente da resistência, mas, depois, não conseguimos avançar. Por quê? Então, foi um processo muito lento porque, de certa forma, havia uma repressão a isso.

Para Júlia, a opção do MST em não criar uma cota para garantir a participação de mulheres nas instâncias deliberativas, mas, sim, exigir uma participação igualitária de homens e mulheres nesses espaços foi um caminho longo, mas que teria surtido efeito. Outro fator central foi a criação da *Ciranda Infantil*⁸³, que é obrigatória em todos os espaços de reunião do movimento desde a década de 1990. Hoje se observa um número maior de mulheres como lideranças nacionais. Uma das principais porta-vozes do movimento, hoje, é mulher e jovem.

⁸³ Ver nota 56.

[...] Nós pensávamos o seguinte: temos que ganhar essa guerra ideológica, esse machismo, temos que destruir ele. Mas não é dizendo: “Homens, vocês não servem.” [...] Nós não queremos nos separar dos homens, nós queremos ter uma relação de poder junto com os homens. Nós queremos construir junto com os homens. [...] Algumas mulheres de fora dizem: “Essa é uma forma de calar vocês.” [...] Feministas diziam isso para a gente. Muitas do movimento de mulheres diziam. Mas não queremos cota, queremos que as mulheres cheguem a um nível de consciência. E nós dizíamos: “Nós não concordamos, nós queremos construir desta forma, queremos um movimento de homens e de mulheres. Com valores diferentes. E nós vamos vencer essa batalha, só que ela tem que ser construída cotidianamente.” [...] O que é mais difícil. Conseguimos. [...] Porque é muito fácil você construir um movimento fora, sem os homens, do que nesse enfrentamento com os homens, nessa contradição permanente. E foi aí que nós construímos, passamos para o enfrentamento. [...] A política da participação da mulher, da exigência que sejam homens e mulheres decidindo, é do final da década de 1990. É o momento em que, de fato, esse movimento ganha corpo. Antes era um processo muito lento. [...]

De acordo com Júlia, a reversão definitiva do quadro de desigualdade de participação entre homens e mulheres é mais favorável para a geração mais nova do MST, que está ingressando agora. Ela considera que o contexto político democrático no Brasil hoje favorece uma ampliação do debate da participação das mulheres. Na época em que o movimento foi formado, a repressão política dificultou debates importantes como esse. Ela aborda, nesta última passagem, o peso sobre a participação das mulheres de um período de intensa violência contra os militantes:

A minha geração não favorece essas mudanças. Disso eu tenho certeza. Por isso, a gente tem que projetar que essa geração faça. Porque está construindo uma metodologia diferente, de um jeito diferente, em um momento diferente. Porque a gente também tinha um processo de repressão e era tudo muito difícil. Nossa! Quantas coisas aconteceram da ação da polícia federal, prisões... Muita coisa que você vai vivendo e você tem que endurecer. Não que você tem que endurecer, mas nós fomos endurecendo. Então, a minha geração... nós somos muito duras. Do ponto de vista da ética, da cobrança da ética, dos princípios. A nossa geração de militantes mulheres é a que cobra mais, é a mais intransigentes em relação à ética das condutas. [...] Então, penso que é porque nós fomos lapidadas com facão.

Outra trajetória emblemática é a de uma jovem sindicalista do movimento sindical rural brasileiro, integrante da Comissão Nacional da Juventude da Contag. Lúcia⁸⁴,

⁸⁴ Entrevista concedida em abril de 2006.

27 anos, é a primogênita de sete irmãos, de uma família do Nordeste do país. A sua primeira luta foi pelo direito de estudar. Ela relata como sua vida foi marcada pela violência doméstica:

Bom, minha vida foi muito sofrida. Eu não tinha condição pra estudar. Meus pais sempre passaram dificuldades. Minha mãe queria que eu estudasse. Meu pai não queria. [...] Ele dizia que não comia do estudo, comia do trabalho dele. Não queria que eu aprendesse a ler porque não queria que eu namorasse. [...] Uma das grandes dificuldades minhas com o meu pai foi o fato de eu ter nascido mulher. [...] Porque eu queria viver como gente, e ele queria me tratar feito bicho.

Sua luta contou com o apoio de duas mulheres: sua mãe e uma professora primária.

[...] Com 6 anos, eu fui pra escola [...] era uma escola dirigida pela Igreja Católica. E eu, toda vida muito inquieta, gosto de descobrir as coisas... comecei a me destacar na turma. E aí a religiosa D. M., coordenadora da escola, começou a incentivar minha mãe a me matricular na escola estadual. Mas lá só se permitia criança com 7 anos e eu só tinha 6. Mas a D. M. comprou a briga na escola e eu fui pra primeira série com 6 anos. [...] Na segunda série, eu já sabia ler e escrever [...].

Um de seus primeiros atos políticos foi ainda criança, quando escreveu uma carta para um deputado estadual solicitando ajuda para o seu material escolar:

[...] Escrevi uma carta pra um deputado. Nessa época só tinha televisão [no município] na casa do prefeito e na praça [...]. Aí tinha um programa de um deputado, C. Eu o via ajudando, dando material pra estudante, e escrevi uma carta pedindo material. E ele respondeu. Sabe o que é um deputado escrever pra uma criança? Isso foi notícia em todo o município [...]. Na verdade, o material escolar não chegou. Mas a notícia se espalhou e eu me tornei escritora de cartas do município. [...] Pouca gente sabia ler e escrever na época, só a família do prefeito.

A desigualdade social aparece no relato de Lúcia, sob muitas facetas, representada na família do prefeito: a concentração de renda, a desigualdade do acesso à educação e a concentração de poder econômico. O seu cotidiano é um exemplo da rotina de trabalho que é recorrente no meio rural brasileiro – e, em especial, nas regiões atingidas pela seca –, marcada pela extrema desigualdade econômica e social. Para as mulheres, a realidade é a dupla jornada de trabalho, isto é, o acúmulo do trabalho na produção agrícola e/ou pecuária e o trabalho doméstico que é realizado exclusivamente por mulheres – e em especial, pelas jovens. A jornada se inicia antes do alvorecer para a maioria das trabalhadoras de baixa renda, esposas e filhas, que preparam as refeições do

dia para serem levadas para o local de trabalho. Todos partem para o trabalho, mas, ao retornarem, as mulheres ainda enfrentam as tarefas domésticas⁸⁵. Nas palavras de Lúcia:

[...] A gente trabalhava na terra de outras pessoas e pagava renda. [...] A gente produzia os alimentos, o feijão ficava pra comer, vendia o restante da produção [...] Todo mundo trabalhando, tanto fazia ser homem ou mulher. Aliás, eu trabalhava mais porque minha mãe teve muitos filhos, então eu tinha que cuidar dos meus irmãos. [...] A gente [Lúcia e sua mãe] levantava às 4 horas. Eu ia buscar água... quatro, cinco baldes de água de 15 litros na cabeça. [...]. Aí o meu pai botava água em casa e depois ia pro roçado. Minha mãe também ia pro roçado e eu ia esquentar água pra tomar banho, cozinhar, lavar a louça, a roupa [...] aí fazia comida, ia levar a comida pra mamãe, meu pai e os trabalhadores que estavam juntos trabalhando no campo. Enquanto eles comiam, eu ficava trabalhando. Depois trazia um feixe de lenha e um saco de feijão pra casa [...].

Para as crianças e jovens mulheres, a jornada é tripla. Após o trabalho da manhã, elas vão para a escola, e à noite, quando retornam, ainda enfrentam mais tarefas domésticas. Mas, além da intensidade do trabalho, a infância de Lúcia foi marcada pela violência doméstica e a luta para ir à escola:

Minha escola era à tarde, depois do trabalho. [...] Às vezes, eu ia pra escola até sem tomar banho, porque não dava tempo. [...] Eu, sempre ao lado da minha mãe e da minha avó, pra elas pedirem para o meu pai me deixar ir pra escola. Mas ele não deixava. Eu fugia, ia pra escola, mas, quando chegava em casa, apanhava dele. Todo dia eu fugia e todo dia eu apanhava.

Na época, só Lúcia estudou. Hoje, ela incentiva sua mãe e seus irmãos a estudarem:

Eu comecei a estimular eles pra voltar pra escola... aí, estão estudando. Até minha mãe voltou a estudar depois que separou do meu pai. Ela só tinha até a segunda série primária, agora estuda.

Apesar dessa difícil trajetória, Lúcia supera a situação de controle e violência doméstica e como trabalhadora rural, aos poucos, começa a ingressar no movimento sindical. Por ser uma das poucas sindicalizadas que sabiam escrever na época, ela iniciou sua atuação como secretária no sindicato da sua cidade. Segundo Lúcia, o sindicato era um espaço masculino e de *velhos*. Com o incentivo a uma participação maior de jovens, aos poucos o perfil foi mu-

⁸⁵ Ver Cappellin, P. e Castro, E. G. de, 1997.

dando, conta. Essa mudança nos sindicatos se intensifica no final da década de 1990 e principalmente nos anos 2000, culminando com a obrigatoriedade da cota de 30% de mulheres nas instâncias de direção e nos espaços de decisão. Mais recentemente, a obrigatoriedade de cota de 20% de jovens soma, na opinião de Lúcia, para uma mudança no movimento sindical rural brasileiro.

Pode-se afirmar que o que se iniciou como uma preocupação com a renovação de um movimento sindical envelhecido, aos poucos parece incorporar outras questões, em especial a da relação da subalternidade da juventude, principalmente das jovens que vivenciam a dominação patriarcal. A participação de mulheres e jovens em espaços de direção torna visíveis tensões e conflitos no controle dos espaços de poder pelos homens, chefes de família que, até a década de 1980, eram os únicos aptos a se sindicalizarem. A mudança em um curto espaço de tempo é notável, tendo em vista que, nesse caso, trata-se de uma Confederação fundada em 1963. Do surgimento da Comissão de Mulheres Trabalhadoras da Contag, em 1990, à configuração que se estabelece a partir dos anos 2000, verifica-se um cenário que começa a ser alterado com a presença de jovens e mulheres jovens em instâncias de poder do movimento sindical. Em 2008, a maioria dos integrantes da Comissão Nacional de Juventude da Contag era de mulheres, muitas delas presidentes de sindicatos. Ainda assim, a queixa em relação à resistência à participação de mulheres, jovens e especialmente de mulheres jovens – ainda que essa participação, hoje, seja formalmente exigida pela direção nacional da Contag – permanece. A resistência ocorre principalmente na dinâmica local do movimento sindical. No espaço local, os mais velhos têm mais resistência em “abrir mão” de espaços de poder, e isso se soma ao controle social da família e da comunidade local sobre os jovens e, principalmente, as jovens. Ainda prevalece o controle social em relação à circulação das jovens solteiras, o que ocorre menos no caso dos jovens homens solteiros.

Mas a socialização familiar na política pode contribuir para trajetórias menos conflituosas para a participação das mulheres. Vemos diversos casos como o que vamos relatar, de Mariana.

Mariana⁸⁶, 25 anos, nascida no Sul do país, é uma jovem sindicalista e integrante da direção da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil. Sua família participa intensamente da Igreja Católica progressista e do movimento de reorganização do movimento sindical após a ditadura militar. Sua mãe foi fundadora do movimento de mulheres agricultoras do seu município e a primeira candidata mulher a vereadora pelo PT no seu município.

⁸⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2008.

Mariana acompanhou seus pais em muitos espaços políticos e começa a participar da Pastoral da Juventude. Essa trajetória familiar, segundo ela, teria propiciado o apoio de sua família à sua participação em espaços organizativos e representativos do movimento. Sua trajetória a levou a integrar a direção nacional da Fetraf. Mas ela se considera uma exceção. Para Mariana, a tendência é ainda de resistência à participação de mulheres e, em especial, de jovens mulheres. Ela lembra que o surgimento da Federação é fruto de uma proposta de organização do movimento sindical que pretende criar novas metodologias de atuação e organização sindical que permitam uma participação local mais próxima das deliberações das instâncias de direção regionais e da direção nacional do movimento sindical. Mesmo assim, considera que justamente a garantia da participação de mulheres e jovens ainda é limitada. E recorda como esse questionamento se deu em espaços de reunião dos quais participou. Em seu relato, ela apresenta os questionamentos que costuma fazer nas reuniões da Federação: *“Vamos reproduzir um sindicalismo velho? Que não prioriza a participação das mulheres? Que não prioriza a participação das mulheres?”*

Para Mariana, o controle familiar sobre a circulação das mulheres e de jovens ainda é muito presente. Além da preocupação com a gravidez, outro fator que pesa é o fato de os filhos jovens, ao irem participar de eventos do sindicato, deixarem de trabalhar na produção agrícola familiar no período em que estão afastados. Isso, porque é forte a presença de filhos solteiros na agricultura familiar. Ainda assim, considera que há grande número de jovens nos eventos nacionais da Federação, embora ainda percebidos, por muitos, como imaturos e pouco confiáveis, sendo a eles destinados papéis secundários, especialmente nos espaços públicos.

Assim, tem-se um contexto em que as mulheres, e especialmente as jovens, ainda disputam espaço de decisão nos movimentos sociais. As relações desiguais de poder são percebidas através das tensões originárias das disputas por visibilidade e legitimidade, que se deparam com o machismo e o patriarcalismo desde a sua forma estrutural, reproduzidos na esfera familiar. A falta de autonomia em relação às decisões na unidade produtiva ainda é uma realidade para os jovens e, em especial, para as jovens que permanecem no campo, o que reproduz as relações de subordinação dos jovens à figura do pai, chefe de família.

Essa busca dos sujeitos por visibilidade é construída não apenas para fora do movimento, mas também para dentro dele. Mulheres e jovens tornam-se sujeitos políticos, que se posicionam diante da organização do espaço de atuação, apresentando pautas específicas construídas por eles próprios, orga-

nizando espaços de discussões e mobilização com a sociedade e com o poder público. A disputa por visibilidade para dentro do movimento intensifica-se e é manifestada mais recentemente pelas jovens.

Diversidade sexual: invisíveis dentre os invisíveis

O interesse em focar o tema da diversidade sexual surgiu por ele estar presente nos debates sobre juventude e absolutamente ausente no âmbito dos estudos sobre juventude rural⁸⁷. Observamos pouca ou nenhuma menção à questão nos encontros e espaços de debates públicos. Ainda assim, é possível perceber um crescente interesse em relação à temática e mesmo à presença de militantes que se identificam como homossexuais, *gays* e lésbicas nos movimentos sociais rurais. Ao longo dos três anos de pesquisa, observamos uma maior visibilidade no âmbito dos espaços de juventude rural, o que não corresponde ao espaço para o tema nos movimentos sociais rurais.

Em alguns momentos, a referência é sutil, como no caso de uma *mística* realizada em um acampamento de juventude da Fetraf. A performance realizada por duas jovens que representavam um casal heterossexual foi finalizada com um beijo na boca. Apesar de a proposta explícita não fazer alusão à questão da homossexualidade, o ato foi comentado e mesmo comemorado como um “avanço”.

Observamos mulheres e homens, em sua maioria integrantes de espaços de juventude, que são reconhecidos e se reconhecem como homossexuais. Se o número de “assumidos” é pequeno, ouvimos de mais de um entrevistado a dificuldade de “assumir” sua sexualidade publicamente nos movimentos sociais. Contudo, consideram ser esse um momento *mais aberto*. Nos espaços organizativos da juventude, o tema ganhou mais corpo nesses últimos anos, assim como o número de jovens que se “assumiram” também parece crescer.

Entrevistadora: “E essa de jovem homossexual assumindo, nos assentamentos?”

Entrevistado: “Tem vários relatos assim. É impressionante.” (Jovem do MST, entrevista concedida em 2006)

De fato, identificamos maior resistência em eventos regionais, ou seja, nos espaços nacionais o tema esteve mais presente nas conversas informais. Também é evidente a maior resistência entre os militantes do Sul do país do que

⁸⁷ O tema foi inserido no roteiro de entrevistas e com uma questão no questionário para a composição do perfil dos jovens.

entre os jovens do Sudeste e Nordeste. Identificamos, ainda, maior resistência ao tema entre os jovens do movimento sindical do que entre os jovens dos movimentos da Via Campesina. Se na temática sobre igualdade de participação entre homens e mulheres observamos uma alteração que pode ser percebida de forma geracional, pode-se afirmar que o mesmo ocorre na questão sobre a aceitação da diversidade sexual. Chamou a atenção o maior número de homens do que de mulheres assumidamente homossexuais. Em depoimentos sobre suas trajetórias de militância, dois militantes *gays* “assumidos” contaram como vivenciaram um difícil processo de aceitação e como a exposição pública é ainda tensa⁸⁸. Outro elemento interessante para nos aproximarmos da questão é o fato de que, ao relatarem suas trajetórias de militância, os entrevistados contaram que o processo de aceitação de sua orientação sexual ocorreu com mais facilidade no âmbito do movimento, do que no de suas famílias. Para um deles, o processo de contar aos pais ocorreu após ter assumido no movimento e foi um momento de intenso sofrimento. Para o outro, o momento em que assumiu para o movimento foi muito especial. Sua trajetória revela dados interessantes para essa discussão.

Marcos⁸⁹ relata que atuava já em um escritório estadual de seu movimento, e à noite era transformista e cantava em uma boate. Ele lembra como foi o momento em que todos “descobriram”. Chama a atenção a forma como tudo ocorreu e a ausência de maiores tensões naquele momento. Um dia, toda a direção estadual – com quem convivia diariamente e que não conhecia sua atuação como transformista –, por acaso, viu seu show. Esse foi o caminho da aceitação.

Foi assim, uma coisa do destino. Eu tinha acabado o show [...] Estava um pessoal da educação [Setorial de Educação] [...] e eles estavam procurando um lugar pra dançar. Como não conheciam, foram bater nessa boate gay. Que eles não sabiam que era gay. Quando eu saí pra pegar um táxi, senti alguém puxando a minha capa... Era a X, uma grande amiga minha da Educação. “Era você? Eu sabia que era você.” E eu respondi: “Não, não era, não era.” Estava o Y [da direção estadual e nacional do movimento] no carro. Estava todo mundo. Eles viram a movimentação na porta, acharam o show e decidiram não sair. Mas quando me viram saindo toda-poderosa... disseram: “Era você sim.” Depois, eu disse: “Era eu mesmo e tal. Faço [show transformista] mesmo e tal.” Não tinha como não abrir que era eu. Então, foi a partir daí que começou uma coisa mais aberta. Toda sexta-feira à tarde, eu tinha

⁸⁸ Somente dois militantes, ambos do MST, aceitaram dar entrevista sobre o assunto.

⁸⁹ Nome fictício.

que sair pra fazer unha. [...] E eu saía de lá, toda-poderosa, com o cabelo escovado e as unhas pintadas de vermelho.

Mas esse processo foi mais tranquilo nesse âmbito do movimento. Nas famílias e em outros espaços do movimento, muitos episódios relatados pelos dois entrevistados demonstram como se trata de um processo de aceitação muito frágil ainda.

[...] Eu acho que sou o único caso nacionalmente [assumido]. [...] Eu esqueci um pouco essa questão do sofrimento... Você vai construir o seu processo e quem não..., assim, eu tenho tolerado [...].

Outro momento da trajetória de Marcos no movimento expressa as dificuldades desse processo de aceitação pública. Segundo ele, o reconhecimento de sua atuação no escritório estadual o levou a ser deslocado para o escritório nacional, em Brasília, onde todos tinham conhecimento da sua orientação sexual. Contudo, essa nova posição gerou a cobrança, ainda que implícita, sobre como ele se vestia, para que evitasse assumir sua orientação publicamente.

Quando da entrevista, atuava no escritório nacional há mais de dez anos. Marcos conta como, em Brasília, abandonou seu estilo antigo e se *fantasiou*. Considera que, com a chegada de uma jovem mulher à direção nacional, dez anos após sua transferência para Brasília, houve uma mudança importante na relação com o tema. A partir desse momento, pôde usar um estilo de roupa em que se sentia bem.

[...] Ela me dá mais espaço [...] porque é mulher, eu acho. [...] Ela compreende mais, me deixa participar. Ela diz: “Não vai trabalhar. [secretariar as reuniões, coordenar organização] Você vai participar!” [...] Ai, sempre participo dos eventos. Ela me arrasta mais para as audiências. [...] Com a X, eu vou muito mais, eu estou de regata, escrito 1970 e lantejoulas... e ela diz: “Vamos?” E eu digo a ela que não posso ir assim em reunião. E ela: “Esqueça isso. Você vai. Que, ah, vamos embora.” E me arrasta. [...]

Mas, ainda na época da entrevista, mesmo com sua atuação reconhecida nacionalmente no movimento, ele sentia que o preconceito persistia:

[...] ainda existe. Eu pensei que tinha mudado, mas é só sorriso. As pessoas continuam as mesmas. Eu não sei se é na organização como um todo ou só em Brasília. Eu preciso voltar para os estados pra ver. [...] Porque era uma época de negociação lá com o governo, a equipe nacional de negociação, que é que negocia a terra... eu acompanho, entendeu? Então, eu não tenho como ficar, imagine, eu, gay, acompanho a equipe nacional de negociação. [...] Eu não sou dirigente. [...] Eu, no ano passado,

era pra assumir [uma outra posição no movimento]. Eu disse: “Olha, eu não vou porque vai ter choque.” Eu não consigo estar dialogando, discutindo e o pessoal me olhando torto... depois, dá uma hora de intervalo e vão tacando piada de veado lá. Eu vou rodar a baiana. Que é aquela coisa que quem faz certo sinal entra... [...] é visto como depravado, porque Deus, todo-poderoso, fez homem e mulher, então é um defeito [...]. (Entrevista concedida em 2006)

Essa trajetória, em diálogo com o que vimos anteriormente, corrobora para entendermos o que pode ser um processo em curso. Em que pesem os limites e a pouca visibilidade do debate sobre o direito à igualdade de gênero e sobre a aceitação da diversidade sexual, a questão assume contornos mais claros.

A entrevista com o presidente do Inkra aproxima situações que podem parecer distantes, como o assentamento de um casal de mulheres. O caso foi relatado por ele como sendo o primeiro assentamento bem-sucedido de um casal de mulheres.

[...] Por exemplo, lá (...) nós assentamos um casal de mulheres. É residual. E o sistema aceitou, essa foi a grande vitória na burocracia. [...] Ah! Elas vivem juntas há muito tempo e tem lá o preenchimento da ficha, a burocracia sobre cabeça do casal [tem que preencher quem é o cabeça do casal e quem é o cônjuge], quem é o chefe da família. Coisas assim, mas estão mudando isso. Mas, mesmo assim, a gente botou cônjuge, botou uma mulher e chefe, uma mulher. E o sistema aceitou. [...] O computador não rejeitou, passou pelo sistema!

É evidente que ainda vivemos uma hierarquização de papéis políticos, especialmente nos espaços públicos, marcados pela figura do homem, adulto, chefe de família, heterossexual. A dominação masculina, como tratada por Bourdieu (2007), gera formas de controle e violência física e simbólica. O interesse ao utilizar as trajetórias de vida e estudos de caso não é buscar o singular, mas, sim, demonstrar as formas recorrentes de controle social sobre as mulheres e homossexuais, que tornam o espaço público distante e até mesmo inacessível para elas e eles. O caso limite vivido por Lúcia – cuja reprodução da dominação masculina é na figura paterna, que a proíbe de frequentar a escola e a pune com violência por sua desobediência – deve ser lido como o extremo nas relações de poder. Mas o controle social dos homens sobre as mulheres se expressa, como vimos, de formas mais sutis, como no difícil acesso à participação política; no estigma vivenciado por Júlia em sua comunidade; e até no controle do que uma mulher deve vestir em determinadas ocasiões.

Por um lado, as trajetórias e o cruzamento com o processo histórico de organização das mulheres rurais no Brasil apontaram que esse controle social

que começa em casa, na família, na comunidade, se estende para os espaços de representação política e sua vivência nos espaços públicos da vida política. Por outro lado, foi possível observar que processos de socialização na família, como o vivido por Mariana, bem como o acionamento de diferentes estratégias coletivas, podem romper com esse padrão e contribuir para o acesso das mulheres a espaços políticos.

No caso da participação dos militantes assumidamente homossexuais, percebemos um processo que cotidianamente enfrenta “avanços” e “retrocessos”, no sentido de reconhecimento do direito à diferença. Ainda assim, considerando que não há debate político sobre a questão, a possibilidade de que alguns militantes se assumam e tenham uma trajetória de atuação reconhecida no movimento é de grande relevância, ainda que restrita a casos insignificantes numericamente. Nesse sentido, as relações de poder patriarcal descritas por Stolke como decorrentes da cultura colonial implantada na América Latina – que normatizou relações baseadas na família patriarcal, heteronormativa, que exerce controle sobre a sexualidade das mulheres – contribuem para o aprofundamento da subalternidade das jovens, das lésbicas e dos gays.

É evidente que a violência contra a mulher e contra homossexuais, bem como o fato de ainda serem minoria nos espaços de decisão, mostra que há muito a ser percorrido. Se não identificamos mudanças significativas na aceitação da diversidade sexual, ao menos o discurso da igualdade de direitos já se encontra presente. No que se refere às mulheres, observamos sua presença mais expressiva nos espaços públicos de representação política e nos movimentos sociais rurais. No caso das jovens, apesar da queixa da persistência do controle familiar sobre sua participação em espaços políticos, elas representam cerca de 40% das mulheres em eventos regionais e nacionais. Assim, a articulação das mulheres em organizações de disputa política e, agora, na organização de movimentos de juventude pode estar anunciando uma alteração na configuração histórica da sociedade patriarcal brasileira.

A autoridade paterna reaparece na descrição dos conflitos decorrentes da manifestação do desejo das jovens de participarem de espaços políticos. Essas tensões, por vezes, resolvem-se no processo de participação. Em outras vezes, a tensão familiar permanece ao longo de toda a trajetória política de mulheres militantes. Como vimos, o controle da circulação pública e participação política das mulheres foi a principal questão enfrentada desde as primeiras experiências organizativas das trabalhadoras rurais no Brasil. Essas mesmas questões reaparecem no processo organizativo dos jovens nos movimentos sociais rurais, especialmente na participação das jovens solteiras.

Contudo, assistimos, a partir dos anos 1990, ao fortalecimento das organizações de mulheres e à consolidação da defesa da participação igualitária de homens e mulheres nos espaços de decisão. A partir dos anos 2000, como vimos, ocorre um intenso processo organizativo da juventude no Brasil. Em todos os principais movimentos sociais rurais, há alguma forma de organização de juventude. Esse processo foi alavancado por demandas de direitos, mas também pela percepção de relações de hierarquia social que secundarizam a atuação e participação política dos jovens e, principalmente, das jovens.

CAPÍTULO 4

Juventude rural: a construção de um ator político

No contexto atual, observamos uma geração que se identifica como juventude nos movimentos sociais rurais e que ressignifica as identidades rurais em diálogo com a identidade juventude. Neste capítulo, temos o objetivo de retomar algumas questões iniciais para aprofundarmos a análise sobre o processo de organização da juventude em face do próprio significado que a categoria assume para os movimentos sociais. Desse modo, se afirmamos que há um processo de maior visibilidade da juventude rural no campo acadêmico e no campo político, em especial como categoria social, podemos dizer que há um processo de constituição de um ator político? Isto é, há um reconhecimento da categoria como um ator nos processos de tomada de decisão, nas instâncias deliberativas dos movimentos sociais e nos espaços de interlocução com o poder público?

Para essa discussão, enfocaremos o tema da participação política dos jovens nos movimentos sociais a partir do resgate do conceito de geração em Mannheim (1993). Uma vez que o próprio termo “geração” aparece com frequência nas referências sobre a emergência da temática juventude no processo histórico de organização dos movimentos sociais, a noção de geração é nosso fio condutor.

Geração e juventude nos movimentos sociais rurais

O debate sobre juventude tem sido tratado, por muitos autores, a partir do corte geracional⁹⁰. Duas percepções podem ser destacadas nesse campo de análise. A primeira é a acionada por Bourdieu (1983) e Champagne (1979), que tratam geração a partir de uma perspectiva relacional em que “jovem” está em oposição a “adulto” ou “velho”, devido às disputas por bens materiais e simbólicos. Bourdieu argumenta que a vivência geracional é construída a partir de “aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens” (1983, p.118). No mesmo

⁹⁰ Ver Foracchi, M., 1972; Mannheim, 1982; Bourdieu, P., 1983; Champagne, P., 1979.

sentido, as tensões geracionais na França estariam associadas às diferenças do acesso à educação formal de uma geração para outra. Ou seja, as relações geracionais sofrem influência das mudanças no sistema de ensino que ampliam o acesso à formação, ao mesmo tempo que os títulos que representam cada ciclo de formação são desvalorizados⁹¹. Assim, a noção de juventude seria construída relacionalmente, a partir dessa perspectiva geracional, por oposição à noção de adulto, velho.

Outra perspectiva de análise recupera Mannheim (Foracchi, 1972) e define geração a partir da convivência, em dado contexto histórico, de populações que constituem gerações distintas. Para Foracchi (1972), essa abordagem contribui para problematizar a definição físico/biológica, já que a juventude representaria, histórica e socialmente, uma categoria social gerada a partir das tensões inerentes à crise do sistema. Além disso, segundo a autora, geração representaria um modo de realizar a pessoa, uma alternativa da existência social (1972, p.160).

Contudo, Mannheim (1982) apresenta um debate mais amplo. Três dimensões da construção conceitual de geração utilizadas pelo autor são centrais para o debate de juventude⁹²: 1) o recorte biológico, 2) a unidade geracional, 3) os grupos concretos (Mannheim, 1993, p.206). Mannheim define geração, em primeiro lugar, como uma construção da modernidade e de sua definição de linearidade histórica. Isto é, a ideia de que a história é um sucedâneo de fatos em uma linha de tempo e, nesse sentido, de que os homens se sucedem em gerações. Assim, para Mannheim, geração é uma ideia eminentemente moderna. O que define um corte geracional é o nascimento. Ou seja, populações convivem estando em momentos distintos do ciclo de suas vidas e compartilham e disputam a compreensão de um dado momento histórico. Nesse sentido, Mannheim discute com a concepção positivista e a concepção histórico-romântica alemã (p.193-204), tratando o “problema das gerações” como um problema sociológico em uma perspectiva histórica. Essa é uma das definições utilizadas por Mannheim, e a mais divulgada nos estudos sobre juventude; porém, o autor trabalha outras duas dimensões.

Uma segunda dimensão, que o autor nomeia unidade geracional, pode ser lida como processos identitários em um contexto histórico, ainda que, indi-

⁹¹ Bourdieu utiliza como exemplo o ensino secundário na França, que passou a ser acessível para filhos de todas as classes, ao mesmo tempo que passou a ser menos valorizado no mercado de trabalho (1983, p.120).

⁹² Ver Weller, Wivian. *Karl Mannheim: Um Pioneiro da Sociologia da Juventude*, 2007.

vidualmente, nem todos que compõem dada população se reconheçam como tal. Seria a percepção social de que dada população faz parte de uma categoria social que se opõe a outra por uma identidade geracional – é o caso da categoria juventude em oposição a velhos, adultos, crianças. Isso pode ou não corresponder a grupos concretos e transcende os próprios grupos. Ou seja, é o reconhecimento de indivíduos e/ou grupos de indivíduos de que configuram dada categoria identitária, ainda que suas percepções sobre essa categoria diverjam⁹³. Por outro lado, a categoria juventude passa a ser mais visível nesse contexto histórico, ainda que nem todos os jovens estejam envolvidos em algum grupo concreto de juventude.

A terceira dimensão conceitual de Mannheim é a de grupo social concreto, ou seja, seria a identificação nativa de geração em um mesmo contexto local. Esse grupo pode ser formado por laços primários, isto é, por proximidade, ou por livre-arbítrio. No primeiro caso, o autor se refere às formações comunitárias e/ou familiares e, no segundo, às formações associativas. Neste segundo caso, a afinidade de posição social em dado contexto histórico é um elemento central.

Resgatar essas outras dimensões conceituais de Mannheim sobre geração é o ponto de partida para a análise de juventude como uma categoria identitária marcada por percepções e ordenações geracionais. Assim, não se trata de trabalharmos com um corte etário *a priori*, e sim de que forma as percepções sobre geração contribuem para entendermos a construção da identidade juventude nos movimentos sociais rurais no Brasil.

Renovação, geração de família, geração de movimento

Ao entrevistarmos dirigentes históricos dos movimentos sociais rurais, identificamos diferentes sentidos atribuídos à categoria juventude associada, em grande medida, às perspectivas futuras do movimento social. Uma das associações recorrentes foi a ideia de geração como renovação. Nesse sentido, o que é acionado é o fator biológico na oposição entre *velhos e jovens*. No movimento sindical da Contag, por exemplo, o tema juventude não é considerado uma preocupação nova. A ocupação dos cargos de diretoria dos sindicatos e federações por sindicalistas, em sua maioria homens, de uma geração mais antiga do

⁹³ O autor exemplifica com a juventude do partido comunista alemão e a juventude nazista. Embora as concepções de sociedade, as leituras históricas sobre aquele momento vivido pela Alemanha e a própria forma de se perceberem como jovens possam ser distintas, identificam-se como parte da juventude.

movimento sindical apareceu como uma preocupação da direção da Contag há bastante tempo.

Na entrevista com o presidente da Contag, a juventude aparece associada à problemática da “renovação”. Para ele, o sindicalismo rural brasileiro é composto, em suas direções, por homens *velhos* e, nesse sentido, a *renovação* é crucial para a sobrevivência do movimento de trabalhadores rurais no Brasil. Ainda, afirma que a presença de jovens em posição de direção sofre forte resistência, especialmente nos sindicatos, mas também nas federações.

Porque falar de jovens, de novos projetos, de transformação do movimento não é uma coisa difícil; o difícil é, efetivamente, fazer acontecer essa organização da juventude, e os mais velhos não se sentem ameaçados com as propostas que os jovens trazem, do ponto de vista de que tirem deles, os mais velhos, a autoridade de continuar sendo as principais lideranças. (Entrevista concedida em abril de 2006)

Contudo, ao analisarmos os documentos mais antigos, não identificamos a presença da juventude como categoria de articulação política. Esta parece emergir como uma problemática específica recentemente, articulada ao problema geracional dos movimentos (reprodução), mas também aos significados que juventude rural tem assumido no Brasil.

Nos movimentos sociais que se constituíram a partir dos anos 1980, há uma percepção de que foram formados por jovens. Um exemplo é o MST⁹⁴.

Na percepção de dirigentes nacionais do movimento entrevistados pela pesquisa, o MST foi composto por três gerações de *militantes*: a geração *fundadora*; a que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos; e uma mais nova que surge recentemente, composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano. O marco definidor geracional, nesse caso, não é a idade, mas, sim, a entrada no movimento social.

As primeiras duas gerações, em termos de faixa etária, são equivalentes. Nas palavras de um dos seus dirigentes nacionais, o “MST foi formado por *jovens*”, referindo-se ao fato de que tanto os denominados *fundadores* quanto os que começaram a *militar* a partir da experiência nos acampamentos e assentamentos do final da década de 1980 e início da de 1990 pertencem a uma mesma geração biológica: todos estavam na faixa etária de 20 a 30 anos. No entanto, a categoria juventude não era acionada como classificação identitária nem pelos que hoje afirmam que eram *jovens* na época nem pelos “adultos” que com eles conviviam. Nas palavras do mesmo dirigente:

⁹⁴ Essa formulação de movimento formado por jovens foi encontrada também na Fetraf.

Veja: no campo, embora eu fosse muito jovem, havia uma responsabilidade muito grande desse grupo jovem. A gente envelhecia mais rápido. Eu não tinha uma juventude assim: ah, um monte de festas, faz o que quer, etc. A gente tinha que trabalhar. Então, tinha uma responsabilidade, uma confiança, as pessoas me tratavam como adulto. Na verdade, toda a direção nacional era jovem, muito jovem. É, mas não tinha essa ideia de trabalhar a particularidade, as especificidades das questões da juventude. A ideia era trabalhar com a juventude para fortalecer o MST. Então, o MST era um movimento jovem. As famílias, na verdade, tinham uma certa idade no geral, mas, dentro das famílias, a juventude é que foi conduzindo o MST. (Entrevista concedida em 2007)

Aqui encontramos outra ideia de *juventude*, associada a um estilo de vida, frequentar festas, *fazer o que quer* – estilo de vida que ele não mantinha; portanto, estaria excluído da categoria. Como temos visto, essa definição é distinta das acionadas nas declarações e documentos das lideranças que hoje se identificam como *jovens* nos movimentos.

Outra liderança da “primeira geração” do MST também apresenta leitura parecida, de que foi a juventude que construiu o MST – porém, uma imagem de juventude como aqueles que não tinham experiência, que eram movidos pela “emoção”:

Nós éramos jovens, sem experiência, e estávamos construindo o movimento dos sem-terra de hoje, mas nós não tínhamos a visão de hoje. Nós tínhamos a grande influência da igreja que discutia a teologia da libertação. Qual era a grande questão daquele movimento? Nós éramos movidos pela mística, pela emoção. (Mulher, 43 anos, dirigente histórica do MST. Entrevista concedida em 2007)

Segundo outro dirigente histórico do MST, os novos militantes, muitas vezes, socializam-se na política e ingressam na militância através da família, como um processo geracional.

Eu fico pensando... Nós já temos aqui no movimento algumas gerações de militância. Essas gerações que se formaram na militância... [...] Há famílias que estão no movimento dos sem-terra, mas que não se engajaram como militância. Ficaram acampadas, são assentadas e pronto. Nenhum membro da família se engajou mais diretamente. Os filhos e as filhas acabam reproduzindo aquela lógica ali da família mesmo. A filha vai ser a dona da casa, vai casar com outro rapaz do assentamento, vai reproduzir as relações familiares tradicionais. Outra coisa são aquelas famílias, ou aqueles jovens, que militam há muito tempo, se casaram, constituíram uma família e, aí, uma família militante. Por exemplo, minha companheira é militante, eu sou militante, temos um filho, e um sobrinho também vive conosco. Então, essas duas

crianças já vivem dentro de casa essa realidade louca do engajamento, da militância, das discussões políticas. A discussão política vem para dentro de casa, faz parte do cotidiano da família. A vida deles é um debate político. Então, é diferente de uma criança de uma família tradicional num assentamento, num acampamento, em que no espaço da família não existe um debate político, não existe discussão política. Há uma geração de militantes, hoje, que veio de uma formação da família de militantes. São os filhos e filhas dos militantes que formam militantes. Já trazem uma tradição desde a família e há esses que vêm de uma família tradicional e começam a se engajar. Mas assim... tem que pensar com cuidado, de repente isso pode ser uma coisa positiva ou não. Depende de como a gente vai encaminhar. De repente, essa coisa da direção não acabar se tornando uma coisa de geração de famílias... (Homem da direção nacional. Entrevista concedida em 2006)

No MST, a questão tem se apresentado de múltiplas formas. Geração aparece no discurso dos próprios dirigentes como um grupo concreto e, ainda, como um corte biológico. Nesse sentido, teríamos o processo geracional interligado por dois grupos concretos: a família e o movimento.

Contudo, um militante da direção nacional que atua no Coletivo Nacional de Juventude trata o tema a partir da identificação de duas gerações. Assim, há uma reclassificação que inclui a unidade geracional no sentido de *jovens* em oposição a *adultos*, ou *velhos*. Além de identificar a geração dos *fundadores do movimento*, reclassifica a partir do corte biológico e da identificação com a categoria *juventude*, e com demandas específicas, apresenta o MST “dividido” em duas gerações e, ainda, associa a segunda geração aos filhos da primeira.

É novo porque tem a segunda geração. [...] A pauta existe nos assentamentos antigos, a maioria do povo tem mais de cinco, sete, oito, dez anos de assentamento. É a segunda geração, a minha turma que nasceu lá... E aí, o que nós vamos fazer? Nós temos que ir com esse movimento e vamos. Nós não temos quantidade, mas queremos ajudar... [...] encarar a luta lá em cima. Então, esse é um problema que é nacional. Essa é uma demanda reprimida e, de fato, nós não temos saída. Essa geração que tinha 10 anos, hoje está com 20, que é o meu povo, é a minha turma da minha época. (Homem, 27 anos. Entrevista concedida em 2006)

Com uma trajetória distinta, temos a Pastoral da Juventude Rural. Justamente a experiência de debater o tema rural trouxe questões específicas para o debate da juventude, quando ainda se compunha um espaço pouco definido com a Pastoral da Juventude. O processo de construção de autonomia frente à CNBB foi um caminho que gerou forte tensão, mas também construiu uma alternativa de um espaço político com menos dependência em relação à estrutura

hierarquizada da Igreja Católica. Ainda assim, o tema da renovação é enfocado no sentido de que, como afirmam militantes do movimento, *não se é jovem para sempre*. Na PJR, ocorre um processo de transição de *jovem* para a condição de *assessor* da organização. Essa transição não é óbvia e também gera disputas percebidas como geracionais. Vemos, novamente, o tema geracional como um classificador a partir da dinâmica interna desse grupo concreto, e que assim se ordena por gerações desde sua formação como Pastoral até os dias atuais.

No contexto da organização da juventude rural, a PJR reaparece com uma situação ímpar nos movimentos sociais rurais, por não ter que disputar o tema no interior de um movimento maior. Assim mesmo, a disputa pela centralidade da questão da juventude na Via Campesina e nas pautas nacionais é compartilhada com todas as demais organizações de juventude rural.

A questão geracional que se apresenta hoje para os movimentos sociais rurais tem diferentes recortes. O primeiro, a partir da leitura de Mannheim, é a emergência da juventude no Brasil, e nos movimentos sociais do campo, como uma unidade geracional, que compartilha os mesmos processos histórico-sociais e que assume um significado reconhecido. No entanto, no que tange aos movimentos sociais, a questão geracional está atrelada à problemática da renovação do movimento. Porém, os que se reconhecem como juventude hoje – as gerações mais novas dos movimentos – apontam para a consolidação de grupos concretos, que elaboram uma identidade, com pautas e questões específicas, tanto em oposição aos *mais velhos*, nas disputas por espaço, como também em diálogo com as questões que afetam os jovens no meio rural e na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o enfoque geracional proposto contribui para a análise a partir da perspectiva de identificação e autoidentificação de grupos geracionais, bem como da identificação de determinada população que se percebe como compartilhando realidades similares num dado contexto histórico. Como proposto por Bourdieu, podemos observar processos de disputa por bens simbólicos – nesse caso, legitimidade política, como veremos a seguir.

A construção de um novo ator político nos movimentos sociais rurais no Brasil

No contexto recente, juventude rural tem passado por um processo de reconhecimento como uma unidade geracional. Mas também constituindo-se como um grupo social concreto que se expressa através de eventos e de formas

organizativas que se autointitulam juventude, em que se observa uma geração de jovens de forma mais visível nos distintos movimentos sociais. Embora não tenhamos a expectativa de resgatar de forma linear uma construção do processo organizativo da juventude nos movimentos sociais, identificamos nas declarações dos jovens militantes das distintas organizações suas percepções sobre o processo.

Uma coincidência de análise sobre o processo por parte dos movimentos é a comparação de um momento recente, marcado por maior reconhecimento do papel da juventude na estrutura das organizações, com um anterior em que o tema aparece, embora apartado da juventude como ator político:

No sindicato... a princípio, nós [jovens] participávamos de tudo que é atividade. Se havia algum congresso, algum encontro, nós sempre estávamos ajudando, sempre estávamos contribuindo. Nós não tínhamos participação direta dentro do sindicato, nós não participávamos efetivamente. Participávamos das atividades junto com o sindicato. Teve um Mutirão da Agricultura Familiar e a gente visitou quase todas as famílias do município... quem tocou grande parte disso foi a juventude. Então[agora] tem muita juventude participando nas executivas do sindicato e isso é uma mobilização... Quando a gente começou a discussão do Primeira Terra, de política específica pra juventude, não só no nosso município, mas em vários municípios, a juventude assumiu a presidência do sindicato e tocou isso de fato. Então, acho que isso foi legal também porque a gente começou a criar um corpo, a ser visto dentro do movimento sindical. Porque, no princípio, era a juventude que fazia mística, e agora a gente está debatendo, está intervindo, está participando. (Mulher, 23 anos, da Secretaria Executiva do sindicato de seu município, integrante do Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf. Entrevista concedida em 2006)

A participação da juventude na estrutura da Fetraf seria, segundo uma de suas militantes, uma continuação do trabalho da comissão de jovens da CUT criada em 1996, hoje extinta. Desde a constituição da Fetraf-Sul, teria havido uma preocupação de incluir o jovem como sujeito político importante na organização, inserido em um debate acerca das linhas e propostas de um novo sindicalismo. Mas ela considera que, em um primeiro momento, houve um descompasso entre o discurso e a prática.

Porque havia poucos jovens participando e, em algumas situações, vários jovens, mas não havia políticas para eles. Então, era assim: "Bom, tem alguns jovens participando naquela região, mas isso se resume a muitos encontros para se fazer místicas." Não intervêm, de fato, na construção do sindicalismo. E, nessa discussão

de se fazer um novo sindicalismo, que princípios e quais parâmetros, falta um pouco isso. [...] Então, essa era uma das bases da discussão do sindicalismo. O problema era que, quando se ia para a prática, não tinha um acúmulo, um processo mais enraizado de organização. A gente era muita gente, muitos jovens e isso continua assim até hoje, muitos jovens. (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil. Entrevista concedida em 2008)

Segundo essa integrante da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf, embora os jovens estivessem presentes em vários eventos, participando e “ajudando”, não tinham uma participação efetiva na direção dos sindicatos. Atualmente, a partir da mobilização, a juventude começou a assumir outro lugar no movimento sindical. Mas esse processo não vem ocorrendo sem resistências, como afirma a mesma dirigente sindical,

Há bastante resistência sim, porque a juventude é uma das grandes preocupações de alguns dirigentes. Por exemplo, quando começou o processo de criação das associações, a nossa ideia era não ficar uma coisa à parte, mas alguns diziam: “Olha, a juventude vai entrar e disputar espaço.” Então, eu acho que é uma coisa que agora está mudando, tem certa resistência, mas acho que já melhorou bastante. (Mulher, 23 anos, da Secretaria Executiva do sindicato de seu município, integrante da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf. Entrevista concedida em 2006)

Perguntada em que situação percebe essa resistência, ela aponta os momentos de eleição para a definição dos cargos, pois, geralmente, são as pessoas “de mais idade” que os assumem. Para outra dirigente da Fetraf, um marco da disputa por legitimação do espaço da juventude ocorreu durante o primeiro congresso do movimento, em 2003. Ela relata como a tensão apareceu de forma clara e ressalta a importante mobilização dos jovens no I Acampamento de Juventude da Fetraf:

Inclusive, nesse primeiro congresso de criação da Fetraf, o clima foi tão pesado... essa disputa de juventude. Nós estávamos lá com vinte e poucos jovens e havia seis colchões. Tinha que preparar comida para nós. Era esse nível de briga e criou um clima muito forte no congresso. E começou a rolar brincadeiras: “Ah, vamos montar uma chapa e vamos até a presidência da Fetraf.” E imagina a cara dos adultos? E nós movimentávamos, naquela época tinha mística que animava, tinha o grupo “eco-sul” que dava uma marca [...] E ainda estávamos sendo acusados de atuar fora do movimento. Tinha isso na época, a acusação para cima de nós, de sermos autônomos, de querermos fazer as coisas por fora. [...] Então, tinha essa briga, essa questão: “Ah, vocês não disputam com o pessoal. Fazem por fora.” E nós: “Fazemos por fora porque nós queremos fazer. Se vocês não dão espaço para a gente fazer, nós vamos fazer. Nós

queremos ser assumidos por vocês.” Então, era um pouco essa a crise que tinha de fato no movimento.[...] Por que 2003 foi importante para a nossa atuação? Porque foi o momento que a gente conseguiu reunir jovens, muitos jovens no acampamento (no I Acampamento de Juventude da Agricultura Familiar). Fizemos acampamentos em todos os níveis, uma mobilização muito grande e conseguimos reunir milhares de jovens.[...] Quando eles viram o tamanho da coisa, apoiaram. Mas aí nós passamos a discutir espaços, a mostrar que havia jovens: “Nós queremos espaço e mostrar por que estamos discutindo aqui.” E a juventude veio. Então, a direção passou a olhar de forma diferenciada para a juventude. [...] Foi um marco. Tanto que conseguimos trazer uma série de lideranças importantes para o acampamento, e, a partir dali, começamos a elaborar política mesmo. (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil, 25 anos. Entrevista concedida em 2008)

O debate sobre espaço de participação e reconhecimento apareceu ao lado da discussão sobre as questões prioritárias para os jovens, especialmente a problemática do acesso à terra:

Nessa ocasião, o debate central era sobre a terra. Além das crises e da disputa de espaços, a gente passou por um período de muita dificuldade para organizar uma atividade de peso que ajudasse a levantar a juventude, e muito perdidos do ponto de vista “do que fazer”, porque só a discussão de espaço não dava conta. Começamos a arrumar o debate no seguinte sentido: “Nós temos que definir bandeira, e enquanto não definirmos bandeira, a gente vai ficar nesta enrolação. Tudo é importante, mas nós não conseguimos sair do chão. Como é que faz? Como que articula? Quais são as bandeiras de fato para a gente começar a aparecer e trazer outros jovens para uma ação concreta?” [...] E a política pública sempre permeou, mas ela não conseguia agregar porque ficava muito na generalidade. Então, a gente começou a identificar alguns temas que eram importantes. E a questão da terra começou a aparecer com mais força. (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil, 25 anos. Entrevista concedida em 2008)

Ainda por volta dos anos 2000, também foram acionadas pela juventude da Contag as questões que dizem respeito ao desenvolvimento rural e à organização da sua juventude. Novamente, percebe-se no relato uma comparação entre o período em que a presença dos jovens não tinha um reconhecimento político e um momento posterior. Como disse uma integrante da Comissão Nacional de Jovens:

Desde que começou a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela construção da Contag e das Federações dos sindicatos, a juventude sempre esteve presente. [...] A juventude rural era invisível aos olhos da sociedade, apesar de fazer o seu trabalho,

sua luta continuamente. [...] Já no VIII Congresso (da Contag) foi eleita a primeira coordenadora nacional de jovens. [...] A juventude já fazia os trabalhos dentro do sindicato, em algumas federações, como a federação da Bahia e do Rio Grande do Sul – que eram duas federações que tinham em suas direções coordenação específica de juventude, antes mesmo da Contag. [...] (Mulher da Comissão Nacional de Jovens da Contag, 27 anos, manifestando-se na II Jornada da Juventude Rural, 2007)

Contudo, para uma militante que participou do processo inicial de organização da juventude da Contag, ocupar espaços não significa alteração do formato tradicional e excludente do movimento. Para ela, a experiência acumulada com a luta pela participação das mulheres no movimento sindical colaborou com a forma como a organização aconteceu.

Mas sempre se bateu muito na tecla de que as diretorias, principalmente lá no sindicato, eram sempre muito antigas. Era muito difícil os jovens chegarem ou, às vezes, chegavam e entravam naquela lógica... depois de um tempo, acabavam reproduzindo a mesma lógica de quem estava lá há muito tempo. Onde as mulheres, principalmente, entravam? Com a experiência que já tinham há mais tempo, com toda a trajetória. E a trajetória da juventude até chegar a uma coordenação foi muito mais rápida, até por já ter esse fato anterior das mulheres. (Mulher, ex-coordenadora da Comissão Nacional de Jovens da Contag, 33 anos. Entrevista concedida em 2008)

Um caminho escolhido para fortalecer o tema da juventude na Contag foi a realização de uma pesquisa com os jovens⁹⁵, que teve o papel de legitimar a sua importância como categoria social. Segundo a dirigente, os resultados foram reveladores para desconstruir as razões que levam os jovens a sair do campo. Em primeiro lugar, surgiu a questão da autoridade paterna nos espaços de organização da produção como um dos motivos que levavam os jovens ao êxodo. E, em segundo, a falta de acesso à educação no campo.

Nós fizemos uma parceria que deu certo, fizemos uma pesquisa no país que mostra aquilo que “alguns já estavam carecas de saber”, que a juventude está saindo do campo porque alguns não têm autonomia dentro da família, principalmente para a prática da produção. Ainda são os pais que decidem onde plantar, o que plantar, quando colher, onde vender e para que esse dinheiro serve. Essa falta de autonomia dentro das famílias fazia com que a juventude saísse do campo. [...] O segundo

⁹⁵ A Fetraf-Sul (em parceria com o Deser) e a Via Campesina também realizaram pesquisas sobre juventude.

motivo com maior índice é “em busca da educação”. Porque nas comunidades rurais... não são em todas que existem escolas. Mais de 20 mil escolas foram fechadas no país, no campo. [...] E com essa o trabalhador do campo acorda bem cedinho, passa o dia todo trabalhando e vai para a cidade (para estudar). Tem que andar de caminhão, não sei quantos quilômetros em cima de um caminhão, para poder estudar, a partir da quinta série, na cidade. [...] A metodologia de ensino não está do jeito que a gente quer, da forma que vai nos subsidiar para transformar a nossa realidade. E esse espaço pra fazer o debate sobre escolaridade ainda não é uma realidade em todo o país. As várias experiências que hoje nós temos, e que o governo foi obrigado a reconhecer, são das organizações não-governamentais, somos nós que estamos fazendo essa diferença. [...] Mas [...] apesar de todos os problemas, nós tínhamos que contrapor para construir propostas para apresentar ao governo... e chega dessa história de que juventude é problema. (Mulher da Comissão Nacional de Jovens da Contag, 27 anos, manifestando-se na II Jornada da Juventude Rural, 2007)

A juventude tem debatido e atuado politicamente nos principais temas. Todavia, a articulação entre temas gerais e a especificidade da situação da juventude frente a eles foi parte do processo de reconhecimento da juventude como prioridade. Um processo que ainda não está consolidado, como discute uma ex-integrante da Comissão Nacional de Jovens da Contag:

A juventude discutia nas comissões todos os temas: a reforma agrária, o jovem assalariado e educação, principalmente, que era um dos carros-chefes. [...] Mas qual era a questão da juventude? Quem não concordava argumentava da seguinte forma: “Para que a juventude vai discutir especificamente a juventude? Tem que discutir junto.” Mas só que, nesse ir discutir junto, não se discutia junto a especificidade da juventude. Não se discutia que lá no assentamento os jovens não tinham o seu nome na titulação da terra. Que a jovem dificilmente tinha acesso à terra porque uma família [...] que tinha um lote... no momento que essas crianças se tornavam jovens não tinham para onde ir. Não se discutia educação especificamente. Nesse momento não estava tão forte a discussão da educação, saúde específica para a juventude, DST e tudo mais. Então, eram as mesmas bandeiras, mas com as especificidades da juventude. (Mulher, ex-integrante da Comissão Nacional de Jovens da Contag, 33 anos. Entrevista concedida em 2008)

Para outra militante do movimento sindical, os temas que hoje estão em pauta ligam questões específicas e questões sobre o desenvolvimento rural. Mas o próprio debate sobre qual é esse desenvolvimento rural envolve uma percepção que classifica de forma positiva ou negativa atividades agrícolas e não-agrícolas. Ainda assim, ela reforça como a migração dos jovens continua

bastante evidente e é um problema enfrentado diariamente no processo de organização do movimento:

O que nos deixa um pouco agoniados é que para os jovens que temos ligado para entrar em contato... "Ah, foi embora." Então, não adianta, essa é a contradição que a gente vive: o desejo de ficar, a possibilidade e a realidade. A vontade imediata de ter a resposta. E, aí, vai embora. (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil. Entrevista concedida em 2008)

Ao relatar a situação dos egressos de um programa de formação e capacitação apoiado pelo governo federal, a dirigente apresenta um quadro em que a articulação de programas e políticas públicas não se estabelece como continuidade e ainda não consegue impedir a saída dos jovens do meio rural. Essa avaliação corrobora a impressão de pouca articulação entre as políticas públicas, apresentada no primeiro capítulo. Mas é também uma importante pista para a percepção de que o processo organizativo dos jovens, ainda que venha conquistando reconhecimento interno nos movimentos sociais rurais e no campo acadêmico, não parece ter alterado de forma significativa a ação de políticas públicas.

Era um contato importante das turmas e foi embora. E o debate que resgata a autoestima foi um dos mais legais, a valorização, a possibilidade de falar, de reconhecer. Sabe, são vários fatores que foram muito positivos [no curso]. Essa participação das meninas teve passagem pela questão das famílias. Essas são as questões mais importantes que a gente percebeu no processo de formação geral, formação política. Agora, isso não é suficiente para garantir: "Não, vou ficar aqui um ano sem ter um salário, só porque eu participei do consórcio (Consórcio Social) e vou atuar agora em agricultura." É muito difícil, e essa capacidade de resposta imediata que a gente não tem, que o governo não tem, que as políticas não dão. E aí acontece tudo isso. Eu não tenho dúvida de que eles vão ficar três dias na terra conosco, mas.... [...] (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil, 25 anos. Entrevista concedida em 2008)

A resistência à atuação da juventude, reconhecida como tal, em espaços de decisão também é sentida por militantes mais velhos de outros movimentos. Um dirigente do MST reconhece a desigualdade do lugar da juventude na sociedade e na organização, sobretudo por representar uma ameaça para muitos militantes antigos.

E essa juventude que está aí construindo o seu espaço, construindo a sua respeitabilidade junto à base, ela tem essa tensão. Agora, isso depende muito da situação de cada caso concreto... Que os mais velhos compreendam e saibam lidar com essa juventude, essa

militância, essa direção que está brotando, que saiba lidar com essa juventude com um mínimo de flexibilidade, compreendendo que está na hora de eles estarem assumindo. Porque, afinal de contas, a gente não é eterno. [...] Eu acho que as duas coisas têm que caminhar juntas. [...] aquele mais “antigão”, que enxerga nos militantes jovens uma ameaça, nos dirigentes jovens uma ameaça... aí, a relação fica muito difícil... [...] Porque a relação é de profunda assimetria, profunda desigualdade, e se não for tratada com um pouco mais de sensibilidade... (Homem, dirigente nacional do MST. Entrevista concedida em 2006)

Como vimos no primeiro capítulo, a organização formal da juventude no MST e na Via Campesina Brasil é bastante recente, com a consolidação de Coletivos Nacionais. No MST, a organização se deu a partir dos anos 2000, quando ocorre o debate sobre a necessidade de uma articulação nacional. No relato deste jovem, o processo de organização da juventude se deu aos poucos, a partir de alguns eventos regionais e nacionais, mas também da pressão da juventude propondo a temática às direções:

Aí, nós começamos: “Ah, vamos organizar a juventude com a necessidade básica primeiro.” Organizar para fazer um campo de futebol, para dançar... essas necessidades de lazer e tal. E, certo dia, um companheiro do movimento sem-terra viu a nossa iniciativa e me disse assim: “Vamos discutir então o que é ser jovem”. E foi aí que nós começamos a discutir o que é ser jovem, que não é só lazer, que tem responsabilidades como protagonista da história e tal. E aí ele lançou um desafio pra nós: “Daqui vai ter que sair jovem pra marcha de 1997. [...] e vocês vão ter que se organizar, vão ter que pagar a passagem”. Nós organizamos os jovens, começamos a discutir e sempre pautando o tema na direção do movimento, na coordenação regional. Era pra insistir no debate sobre a juventude, e começamos a criar um grupo. Hoje, só para você ter uma ideia, daquele grupo de jovens, de trinta jovens, a maioria está dentro do assentamento, está em coordenação, cooperativas, em Secretarias do MST, em várias atividades do movimento... Eu acho que um outro encontro fundamental foi a atividade, no Rio de Janeiro, da juventude do campo e da cidade (2008). Eu me lembro do Marcelo Yuka, foi um debate muito bom. Nós fizemos lá no Rio de Janeiro, na Universidade Fluminense, aquele também... E aí o outro elemento fundamental que veio explodir esse debate da juventude foi a Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005, na qual 60% eram de jovens. E aí isso significa que a juventude está ocupando espaço no movimento. Porque nós estamos vivendo, eu acho, um novo momento no movimento. (Homem, direção estadual do MST, 33 anos. Entrevista concedida em 2006)

Para outro militante que participou desse processo, o Encontro de Jovens do Campo e da Cidade, em 2002, também constitui um marco. O que,

inicialmente, foi proposto como uma “tarefa”, para dar respostas a demandas externas, aos poucos representou um momento mais significativo do processo de construção da juventude como ator político no movimento.

A tarefa que deram pra gente (a direção nacional do movimento), a gente ajudou. Foi colocada como tarefa nossa [...] a de contribuir lá na Secretaria Estadual, lá em São Paulo, para conduzir todo um processo do Encontro de Jovens do Campo e da Cidade de 2001, que, aí, não saiu e virou 2002, mas foi quase um ano e meio de trabalho de base, fazendo Pré-Encontro. O movimento ainda não tinha “cara” para estar num espaço daquele; embora com muito acúmulo prático, não tinha teórico. Não tinha um conteúdo de juventude muito claro, não sabia reproduzir. “Não, juventude não tem especificidade, está junto com o Movimento.” Teve a primeira discussão de juventude na história da direção nacional. Nesse período, a gente contribuiu, elaborou um texto e tudo, discutimos, trocávamos muita ideia com o X e Y (dirigentes nacionais históricos), o Z (dirigente nacional jovem). Então, foi também um período de um informativo absurdo, porque a gente começou a participar desses espaços, começamos a viajar muito pelo Brasil, para ter uma dimensão nacional do movimento, da realidade. (Homem, integrante do Coletivo Nacional de Juventude, 24 anos. Entrevista concedida em 2006)

Aos poucos, o que parecia mais uma tarefa se apresentou como uma questão importante para o movimento e, em especial, para aqueles que se identificavam como jovens. O mesmo dirigente recorda:

Então, aí foi mudando demais a nossa concepção. Chega uma hora que a gente sente que o mundo é grande, contribui com o debate no movimento, não adianta só participar do “pra fora”, vamos tentar “pra dentro”, encarar os problemas e tentar avançar. Aí começamos a contribuir mais nisso e sempre fomos bem. Esse Seminário (I Seminário da Juventude da Via Campesina) foi meio o sonho de muito tempo. A gente bravateava: “Vai ter um Seminário Nacional, serão dois militantes por estado, um homem e uma mulher representativos, um mais urbano, um mais do campo. Sabe, um de coração “pra fora” e um mais “pra dentro”, vamos chamar os jovens que já têm um espaço orgânico [...], que tenham todo o movimento na cabeça. E é uma coisa de 2003 pra 2004. Começou a ter espaço ao mesmo tempo, na prática, a discussão do movimento de ampliar o debate da juventude, de o jovem ter prioridade na ampliação do staff de direção e ampliação da participação da juventude em geral na tomada de decisão do movimento.

Contudo, a resistência ao processo organizativo da juventude teve múltiplas argumentações, especialmente no âmbito local e/ou estadual, dentre as quais o “enfraquecimento do debate acerca da classe social”, como demonstra um dirigente estadual do MST:

Vou citar o estado X como exemplo: puxar a discussão de juventude ainda entra naquela história de “não, nós somos classe”... e os caras são jovens! Têm que se reconhecer como jovens! É como se diminuísse. [...] É uma provocação de muitos anos... Nós tivemos várias reuniões, a nível nacional e na coordenação, nas reuniões da direção nacional, nos encontros nacionais. Eu lembro que nos últimos, em vários encontros se discutia, se tocou no tema da juventude. Mas sempre com essa resistência que eu falei. E havia quem levava os argumentos pra dizer: “Não, isso a gente não pode discutir, senão gera não sei o que e é complicado. Daqui a pouco, a juventude está pensando por fora da organização, vai fazer um núcleo separado, e essa coisa toda.” [...] E quando não era o jovem, se a gente não usar essa história da faixa etária, da idade, era uma pessoa de 30, 40 anos, mas que entrou no movimento com 16, 17 anos. Por isso eu ficava incomodado. E hoje nós temos muitos jovens na direção nacional, temos muitos jovens nas direções dos estados. (Homem, direção estadual do MST, 33 anos. Entrevista concedida em 2006)

Segundo esse mesmo dirigente, a atuação da juventude foi crucial para conquistar esses espaços. Ele faz um paralelo com a organização das mulheres e “peitar e questionar” o movimento:

Hoje, tem um grupo de jovens no movimento que não tem mais essa paciência, não consegue conviver bem com isso, que vai lá, peita e questiona. Da mesma forma como quando se começou a discutir gênero no movimento... era isso, as mulheres, com dificuldade, não peitavam. Hoje, já tem mulher que peita e vai pra briga mesmo. Que discute por detalhes. Então, eu acho que isso, aos poucos, vai ser conquistado, não tenho nenhuma pretensão de jovem, de uma categoria especial no movimento.

Outro jovem avalia como o processo vem acontecendo em todas as instâncias do movimento, especialmente nos anos mais recentes, embora de modo desigual, conforme o estado, a região.

Ainda tem muito isso: você vê algumas regiões ou regionais, estados que têm uma característica do movimento num período anterior, que estão nessa transição ainda. Você vê que a relação é muito essa, neste momento... até onde pode participar. Vai participar da mística, o outro também pode participar da mística, só que um participa elaborando, com todo o debate, com espaço de crítica... E o outro do pior tipo, carrega água, não pode nem aparecer na frente, entendeu? Então, você vai vendo isso evoluir. Acompanhando também esse período, muitos jovens já tinham participado dos Encontros de Jovens lá da Unicamp⁹⁶, mas era uma coisa que a gente estava lá e

⁹⁶ O entrevistado se refere ao Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, realizado nos anos de 1999, 2000 e 2001.

não tinha muito a dimensão da importância daquilo, de entender a especificidade daquilo. (Homem, integrante do Coletivo Nacional de Juventude, 24 anos. Entrevista concedida em 2006)

No período da entrevista, esse militante destacou que o tema da juventude já estava “mais orgânico” na direção nacional e em algumas direções estaduais do MST, sobretudo com uma participação evidente de jovens, assim identificados nas próprias direções do movimento.

Todavia, segundo as jovens militantes e lideranças dos diferentes movimentos pesquisados, em muitos casos elas assumem funções de “secretariar” e outras chamadas de “tarefismos”, que, dentro dos movimentos, são, na maioria, executadas por jovens e mulheres:

[...] foi tirado um encaminhamento de um grupo de jovens para ir para o aeroporto porque o Lula iria chegar e ninguém falou comigo. Então, a galera estava indo e tínhamos uma tarefa para fazer. Então, eu surtei quando eu vi a galera indo: “Mas vai lá fazer o quê?” “Nós vamos recepcionar e segurar a bandeira”. Aí, nós geramos uma crise enorme: “Nós não vamos. A gente não vai. Acha aí quem não está fazendo nada para ir para lá. Pelo menos isso vamos assumir e será bem-feito”. E não fizemos o que tinha sido encaminhado pela coordenação do encontro. Isso gerou uma crise enorme no encontro... e vamos sentar e conversar, ir à mesa. E ninguém se falava direito. E isso na mesa de abertura da manhã e o Lula estaria na mesa à tarde. E o palco estava mole de tanta autoridade e não tinha nenhuma mulher. Então, criou-se um rebu: “Cadê as mulheres na mesa?”. As mulheres começaram a criticar a plenária e não sei o quê. E aí me chamaram, eu e a coordenadora de mulheres, e nós: “Nós não vamos”. E estava nesse nível de tensão. [...]. (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil, 25 anos. Entrevista concedida em 2008)

Outros atores percebem nos jovens atitudes em relação ao debate mais amplo de desenvolvimento rural, o que pode significar uma apropriação, por parte deles, de temas centrais para os movimentos sociais hoje, por dizerem respeito às disputas travadas no cenário nacional. Para o presidente do Incra trata-se de um interesse evidente dos jovens por temas como agroecologia e alteração de modelo de desenvolvimento, dentre outros. O que justifica uma necessidade de o órgão apostar em ações com os jovens.

E a segunda organização com os jovens é na produção, para se conseguir um novo modelo agrícola. E aí é uma diferença enorme. A gente vê todos os relatos com os jovens e eles falam: “Olha, o meu pai já conseguiu o lote, digamos, a terra, mas ele não quer abrir mão de um modelo tradicional de agricultura.” [...] Então, os jovens são muito mais abertos. Agora a gente teve um encontro com eles em

Juventude rural: a construção de um ator político

São Paulo, em Nova Pontal. A gente reuniu em todo o Brasil as experiências em agroecologia, em áreas de assentamento. É impressionante... com o apoio do Ministério da Agricultura, a gente viu resultados positivos. Eles mesmos, como movimento social, dizendo: “Olha, cumprimos muito mais do que a meta”. [...] Muito mais. Agora, quem estava lá? Era a juventude. Agroecologia, a farmácia caseira, ervas medicinais, alimentação, o combate à monocultura, seja ela qual for, a organização do assentamento... [...] Então, por isso o jovem é prioridade.”
(Entrevista realizada em outubro de 2006)

A construção de espaços de negociação com o poder público federal é recente e foi observada como uma ação do movimento sindical e da PJR, especialmente. Assim, vemos um processo de consolidação desse ator político no cenário nacional e dentro dos próprios movimentos sociais. Parte desse processo envolve uma prática política própria, como analisaremos a seguir.

Juventude: novas leituras e práticas políticas nos movimentos sociais rurais

Vimos, a partir das declarações de jovens militantes e lideranças dos movimentos sociais rurais, como a juventude, aos poucos, foi conquistando espaço em suas instâncias organizativas. Se, em um primeiro momento, o tema da juventude aparecia em demandas locais, ou no âmbito das pastorais de juventude, aos poucos o tema assume relevância no contexto nacional, apresentando resistências por parte de muitos dirigentes. Argumentações como a de que discutir *juventude* em movimentos de cunho classista poderia significar uma “divisão do movimento”, ou mesmo uma ação dos jovens “por fora”, apareceram como expressões de desqualificação do tema. No entanto, nos relatos dos jovens percebemos como há, ainda, relações de hierarquia e poder que tensionam o lugar da juventude nos movimentos.

Esse processo, ao qual chamamos de “construção de um novo ator político”, envolveu uma gama de ações em busca de legitimação da juventude como categoria social e política. Identificamos algumas transformações nas práticas dos movimentos sociais construídas nesse contexto. Cabe aqui apresentar um pouco das pautas, visões e práticas políticas desses que hoje se organizam como jovens nos movimentos sociais rurais.

Místicas, marchas, acampamentos como espaços performativos da juventude

Um dos repertórios de ação dos movimentos sociais rurais tem sido a mobilização, em eventos nacionais e/ou regionais, daqueles identificados como juventude. Os eventos geram um duplo movimento: por um lado, consistem em um espaço de aproximação e consolidação individual de trajetórias de militância, de sociabilidade e de construção de laços de afetividade e confiança. Por outro, permitem um processo de construção/consolidação da juventude como ator político para dentro dos movimentos sociais e no cenário nacional. Esses são espaços de legitimação e demonstração de “força política”, tanto no campo dos próprios movimentos sociais, quanto para os atores das esferas com as quais pretendem negociar e reivindicar suas demandas.

As manifestações públicas compreendem espaços privilegiados para o processo de construção e legitimação dessas novas identidades. As *místicas*, os cantos, as roupas exclusivas para os eventos e para as manifestações de rua aparecem como práticas políticas recorrentes em todos os movimentos sociais. É também nesse espaço que a categoria juventude busca legitimidade como ator político, sujeito de suas ações, discutindo não só questões relativas a ela, mas integrando as questões gerais do movimento às suas discussões.

Os eventos de juventude

A dinâmica dos eventos organizados a partir da categoria juventude variou em tamanho e estrutura. A preparação desse tipo de evento envolve a disputa pela legitimidade da juventude como ator político na sociedade e nos próprios movimentos sociais. Isso se reflete já na proposição de um evento no interior dos movimentos sociais e na mobilização de apoios financeiros e logísticos para a sua realização. Observou-se que, apesar da percepção da importância da juventude, seja como população que sofre com questões sociais e econômicas agudas, seja como ator político, o processo de construção dos eventos carrega as dificuldades de uma categoria ainda pouco reconhecida. Assim, foi recorrente a dificuldade de conseguir recursos para a realização dos eventos *de juventude*. Mas em todos eles, em especial nos de âmbito nacional, percebemos a presença de dirigentes nacionais. Se, por um lado, isso atesta a importância do evento, em alguns casos foi lido como certo cerceamento na condução dos trabalhos.

Um formato recorrente nos eventos é o de palestras, via de regra ministradas por adultos (ver Caderno de Fotos). Contudo, percebemos diferenças importantes entre os eventos de 2006 – tanto nos nacionais de caráter massivo,

como nos de lideranças, em que todas as palestras eram ministradas por adultos – e os mais recentes, como o Encontro dos Jovens do Campo e da Cidade (Niterói, 2008), em que jovens que compõem a direção nacional do coletivo de juventude da Via Campesina também fizeram palestras. Percebe-se uma preocupação maior nas declarações das lideranças quanto à afirmação do espaço para a manifestação das ideias sobre os temas específicos, assim como os considerados mais gerais pelos próprios jovens, como uma forma de legitimação política. Fato que lhes dá mais visibilidade, pois no campo político a arte de saber falar⁹⁷ configura um item importante para mapear e definir lideranças⁹⁸.

De fato, a presença de jovens na direção dos movimentos sociais, como vimos anteriormente, não é novidade. O que aparece como novo é o reconhecimento da categoria como tal, capaz de atuar e representar todo o movimento social, ainda que identificada como jovem, e não mais como um jovem adulto. Mas também como porta-voz de demandas específicas da juventude. Porém, não apenas o espaço da fala parece estar sendo mais disputado pelos próprios jovens, como também o formato e as práticas políticas. A busca de novos formatos para cursos de formação, seminários, congressos, encontros apareceu com mais evidência nos eventos mais recentes. É o caso do uso de termos que já compõem o imaginário e o repertório de ação dos movimentos sociais para situações de caráter distinto. Um exemplo é o termo *acampamento*.

A maioria dos eventos *de juventude* de caráter massivo se apresenta como *acampamentos*. Em 2006, vários assumiram essa denominação ou se organizaram como acampamentos. No Brasil, tivemos o II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar e o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, dentre outros. E na Argentina ocorreu o VI Campamento Latino Americano de Jóvenes. Contudo, o termo não expressa o acampamento no sentido utilizado tradicionalmente pelos movimentos sociais rurais⁹⁹ (ver Caderno de Fotos).

O formato de acampamento como estrutura para abrigar as delegações é frequente em eventos nacionais dos movimentos sociais rurais, mas o uso de sua denominação pode ser uma aproximação com os acampamentos de juventude internacionais cunhados, por exemplo, a partir do Fórum Social

⁹⁷ Ver Comerford (1999).

⁹⁸ Sobre esse aspecto, ainda é importante ressaltar que se atribui o poder da fala em dois momentos: quando o ator domina os códigos e os assuntos do campo em disputa, e quando o ator é reconhecido como alguém suficientemente capaz de representar a categoria ou de se legitimar como líder (Comerford, 1999; Ferreira, 2005).

⁹⁹ Cunhado no processo de disputa política pela posse da terra no Brasil, o acampamento aparece com mais evidência nos anos 1980. Hoje constitui uma marca da disputa pela terra.

Mundial¹⁰⁰. Ou seja, essa prática aproxima-se do imaginário do acampamento como espaço coletivo de construção e, ainda, de uma prática reconhecida como *da juventude*. Vale mencionar que os jovens dos movimentos sociais rurais do Brasil participam intensamente dos acampamentos de juventude internacionais.

Os documentos formais produzidos nesses eventos reforçam questões consideradas específicas dos jovens rurais, como o acesso à educação e à terra. Constroem essas demandas no contexto de transformação social da própria realidade do campo e o fazem tendo interlocutores claros: em muitos casos, a Presidência da República. Os documentos também expressam processos de construção de identidade social e representações simbólicas que são marcantes nesses eventos. Isso pode ser observado no documento “Carta da Juventude Camponesa” (ver Caderno de Fotos), entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no término do II Congresso da Pastoral da Juventude Rural, realizado em Brasília, em julho de 2006. Nesse documento, as demandas tratam de questões específicas como

[...] ampliar os investimentos nas Escolas Agrotécnicas Federais e nas Universidades Rurais, bem como garantir acesso à juventude rural; e ... crédito rural: criar uma linha de crédito especial para a juventude no campo, em moldes diferentes do Pronaf Jovem, que ofereça condições de acesso à juventude.

Mas o documento também reivindica questões mais amplas no que concerne à política agrária, como neste trecho:

O modelo agropecuário centrado no agronegócio tem penalizado a população rural, especialmente a juventude. [...] Sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo.

E questões que dizem respeito à esfera macroeconômica, tais como:

... é necessário mudar a política econômica, alterando o modelo agropecuário, eliminando o superávit primário e adotando como prioridade in-

¹⁰⁰ O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento organizado anualmente, desde 2001, por movimentos sociais de diversos países, objetivando a construção de propostas para uma transformação social. Como uma das bandeiras, esse evento tem evidenciado o respeito às diferenças, o que contribui com as negociações que são feitas em escalas mundiais visando à construção de um novo mundo. O último fórum, de 2009, ocorreu em Belém.

vestimentos na geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.

A animação nos eventos *de juventude* normalmente é realizada pelos participantes e por artistas convidados. Todos cantam e dançam. Essas são práticas adotadas em eventos dos movimentos sociais rurais. Contudo, os temas e as músicas dos eventos *de juventude*, bem como a frequência com que se acionam as músicas e as danças, são diferenciais desses eventos. Temas como *reforma agrária* e a terra como *fonte de vida*, como *natureza*, são retomados com músicas conhecidas da MPB e cantores populares mais reconhecidos nos espaços dos movimentos sociais rurais. Já o tema juventude aparece em composições que reforçam o seu papel protagonista na luta por mudanças na sociedade brasileira, como podemos ver no Hino do II Congresso da PJR:

Levanta jovem, é chegada a hora/Mostra tua cara, teu jeito de ser/Vem anunciar o raiar da aurora/Um novo tempo faz acontecer/Rompendo as cercas da exploração/Enterra a exclusão/Enterra a exclusão/ No baú das más lembranças/Sacode o pó, faz a revolução/ Juventude camponesa/Construindo a mudança. (Hino do II Congresso da PJR, 25/07/06, Jucélio do Ceará)

Essa música traz aspirações que também foram reproduzidas nos debates ou na “fila do povo”, prática recorrente em eventos dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina (ver Caderno de Fotos), para, por exemplo, construir diálogos com outros atores sociais que vivenciam a mesma condição de excluídos. Ao ultrapassar limites territoriais e inserir outros atores no discurso – como indígenas, quebradeiras de coco¹⁰¹, movimentos urbanos –, reforça as categorias de natureza política que estão em jogo. No discurso, temos o reconhecimento da aproximação de classe ou condição de vida e, ainda, a demanda por ações políticas que unifiquem e articulem movimentos do “campo e da cidade”, povos do campo e da floresta. Bandeiras, camisetas, bonés e hinos que caracterizam cada movimento também são acionados, reforçando as distintas representações identitárias. Uma prática em que as representações simbólicas estão em primeiro plano é a *mística*.

As *místicas* construídas e apresentadas nos diversos encontros e congressos que acompanhamos revelam discursos coletivos de uma categoria social

¹⁰¹ A identidade atribuída às chamadas quebradeiras de coco babaçu tem sido tecida com uma trajetória marcada por mobilizações e lutas. Para este movimento, as palmeiras de babaçu representam o elemento que forja a sua reprodução física, social e cultural, e garantem a essas mulheres uma independência financeira ou o seu sustento.

por meio de uma linguagem simbólica e ritual. Alguns elementos da *mística* fazem alusão à natureza e espiritualidade, o que reforça a leitura clássica da *mística* como herança de militantes da Igreja Católica progressista. Nesse sentido, seria uma releitura: os instrumentos religiosos foram convertidos em instrumentos políticos. Nesse processo, alguns movimentos se apropriam de elementos religiosos com mais intensidade do que outros, como a Pastoral da Juventude Rural (PJR), onde elementos do universo religioso tornam-se instrumentos que constituem não só a *mística*, como também estão presentes na oratória e nas poesias. Em outros, como no MST, o tom épico ou, ainda, elementos do teatro de rua e do teatro do oprimido estão presentes.

Contudo, as falas dos jovens dos distintos movimentos sociais apresentam a *mística* como um instrumento de *luta* e um processo de renovação de compromissos, paixões, engajamento político. Nesse sentido, um instrumento que contribui para a construção e reafirmação da identidade social e que, talvez, explique a expectativa da *mística* como um dos momentos mais esperados por todos.

Alguns elementos de representação da *mística* oscilam entre códigos mais ou menos decifráveis. Para traduzir bem tais códigos, é necessário um conhecimento prévio dos elementos do cotidiano dos atores envolvidos. Assim, podemos dizer que a *mística* se aproxima de um ritual capaz de revelar os atores que fazem parte ou não do grupo. As palavras de ordem, as músicas, os gestos corporais da plateia que interage com a dramatização são variáveis que distinguem a relação de pertencimento de cada indivíduo que observa a *mística*.

Nas *místicas* dos eventos dos movimentos sociais rurais, os jovens estão sempre presentes e, em muitos casos, são reconhecidos como os responsáveis pela sua performance. Aparecem como os protagonistas, dançando e encenando algumas realidades vivenciadas no cotidiano da categoria. Contudo, vimos em diferentes depoimentos a queixa recorrente do controle sobre o conteúdo ou a percepção dos jovens como *tarefeiros*, dentro da ideia de que os jovens têm como principal responsabilidade realizar a *mística*. Questão tão bem retratada neste relato de uma entrevistada:

Foi em 98, por aí. Então, a percepção era: “Tem jovens? Mas eles estão no movimento para quê?”. “Fazer mística”. Quer dizer, a sua tarefa é puxar piano. [...] A mística sempre vinha com música, com símbolos, com toques. Então, isso já vinha muito da igreja. As nossas lideranças que compunham o fórum e que hoje continuam na liderança da Fetraf vieram da igreja, da Pastoral da Juventude ou da CPT. Acho que veio um pouco dali. E acabou virando uma marca da juventude porque... “Bem, era tarefa de jovem fazer isso”. [...] Talvez porque os adultos debatam a coisa política e

dão para alguém fazer o que é menos importante. E todo mundo gosta, todo mundo se emociona. Mas, em nossos encontros, nós estamos perdendo um pouco disso. Porque nós não estamos mais tolerando: “Por que só nós temos que fazer?”. E eu acho que a gente também assimila. Vai ficando uma coisa meio que “tem que ter” e você vai perdendo um pouco isso. No início, nos primeiros encontros da criação da Fetraf, era um troço, sabe, marcou muito. Era uma coisa... as pessoas não se lembravam do debate, mas lembravam daquele momento da mística... e eram os jovens que faziam. Então, isso dava uma visibilidade para a juventude, mas não uma visibilidade de importância política. Mas uma visibilidade de importância no movimento. [...] Todo mundo que passava, falava. [...] E aí acabou que ficamos meio chateados com essas coisas porque, de fato, tem que ser um negócio que é vivido no movimento e não como uma tarefa para eu executar. [...] Tinha crise mesmo, crise de brigar em reunião, de cobrar junto com a direção. (Mulher da Coordenação Nacional de Juventude da Fetraf-Brasil, 25 anos. Entrevista concedida em 2008)

Esse depoimento levanta diferentes questões. Podemos citar a reivindicação fundamentada na preocupação de se esvaziar o significado da *mística*, que seria o de resgatar valores, fortalecer a identidade cultural, política e histórica desses atores, inclusive dos jovens rurais. O sentimento de lamento instaurado e a reivindicação levantada nessa entrevista apontam para a perspectiva de que a *mística* perde o seu significado ao ser associada a uma obrigação estabelecida que deve ser cumprida em um encontro e não a uma vivência que fortalece a *luta* diária – afinal de contas, ela deve *ser um negócio que é vivido no movimento e não uma tarefa executada tão-somente pelos jovens*. Assim, esse relato reivindica a recuperação de uma prática política estabelecida.

A outra questão tem como eixo central a imagem e o significado atribuídos ao jovem dentro do próprio movimento, imagem que, muitas vezes, é refletida em outros espaços. Assim, o que está em jogo não é simplesmente “o fazer ou não a *mística*”, mas o reconhecimento e a visibilidade dos jovens como atores políticos. Nesse sentido, a divisão de tarefas para *fazer a mística* e, ainda, o controle de seus conteúdos, em especial em situações de representação pública dos movimentos sociais, reforçam o não reconhecimento da legitimidade política dos militantes jovens e representaria a própria negação do seu papel como atores políticos. Um dirigente do Coletivo Nacional de Juventude do MST aponta a dificuldade de trabalhar com a juventude da *base*, ou seja, de estimular que os jovens participem de todo o processo, não sendo apenas “tarefeiros”.

Eu acho que o debate que vem da juventude mostra que tem alguma coisa na participação dela que não está muito afinada. Que espaço tem a participação da

juventude nos assentamentos, nos acampamentos? Como é que ela se insere nas instâncias decisivas mesmo, não só tocando os processos, mas decidindo, pensando junto, elaborando? Isso veio de vários encontros que a gente já fez aqui no estado. Isso é uma demanda muito grande, a gente quer participar, mas para pensar, tirando a tarefa superimportante... Não dá pra só vir e delegar a tarefa, falar: "Agora vocês vão tocar, é isso que tem de material aí e pronto". A gente quer participar, quer pensar junto, quer elaborar tudo isso. Mesmo a coisa das místicas. Não dá só pra vir e falar: "Vocês têm que fazer essa mística, vocês fazem de um jeito novo. Como é que vai se fazer de um jeito novo se a ideia já vem pronta? Acho que isso é uma demanda muito forte: "Olha, a gente quer fazer alguma coisa diferente, nova, mas a gente tem que participar de todo o processo, não dá pra pegar só uma parte". (Homem, integrante do Coletivo Nacional de Juventude do MST, 27 anos. Entrevista concedida em 2006)

A participação da juventude em manifestações públicas dos movimentos sociais é reconhecida por lideranças históricas e pelos próprios jovens (ver Caderno de Fotos). Um exemplo foi na Marcha do MST a Brasília, em 2003.

Pra você ver, nada é por acaso. Isso também já vinha de toda uma articulação anterior. Nesse processo todo, a gente veio se organizando para a marcha. Isso não era com todo mundo, mas com as referências, pra buscar um mínimo de organização. A gente tinha muito contato com alguns estados que estavam nisso. E aí, quando chega na marcha mesmo, a gente começa a ver a potencialidade [...] Queremos ajudar a discutir, queremos ajudar a decidir, queremos fazer também. [...] E aí foi esse mesmo elemento, a identificação a partir da questão da juventude. [...] Nós tivemos uma assembleia, praticamente a gente se reunia todos os dias, ia discutindo... a consciência que a gente tinha que construir. Não podia cair na lógica de "a juventude está atrapalhando a marcha". Não é verdade, e se é um, ou dois, ou três, ou quatro, a gente não podia deixar que isso viesse para as costas da juventude. [...] Aí, toma! E nós vamos em defesa, nós não vamos deixar. De certa maneira, surpreendeu a gente. Surpreendeu também porque foi em nível nacional. Todo mundo junto! E todo mundo virou um rio. Não adianta ficar lá só "é assim, vamos fazer". Porque as coisas têm que acontecer. (Mulher, militante do MST, 29 anos)

A singularização da categoria em eventos que não são *de juventude* representou situações de tensão. A participação da juventude nos espaços de manifestação pública estrutura-se a partir da reprodução da prática cotidiana em que, mesmo dentro dos espaços dos movimentos, o espaço social da *juventude* é determinado. Nos eventos nacionais, como congressos, Grito da Terra Brasil e até mesmo nas *marchas*, as falas públicas, em sua maioria, são realizadas por

lideranças antigas dos movimentos. A participação dos jovens nos espaços, muitas vezes, reproduz relações de hierarquia.

Nos eventos *de juventude*, o momento de maior visibilidade, especialmente os de caráter mais massivo, são as manifestações de rua¹⁰². Observamos, na maioria dos eventos entre 2000 e 2008, a realização de pelo menos uma manifestação de rua por evento. Denominadas marchas, caminhadas, atos, essas ações são organizadas objetivando dar visibilidade nacional e/ou regional a um ou mais movimentos envolvidos e, ao mesmo tempo, fortalecer e legitimar a juventude nos próprios movimentos sociais. Também são consideradas parte da *mística*, lida como o processo subjetivo de engajamento. Isso ocorreu no I Congresso da Juventude Rural em 2001, com uma marcha pela capital do país, quando se protocolou um documento para a Presidência da República; no II Congresso da Pastoral da Juventude Rural, com uma marcha também em Brasília e entrega de uma carta/reivindicação ao próprio presidente Lula; no II Acampamento da Agricultura Familiar, com a entrega de um documento ao ministro de Desenvolvimento Agrário e uma marcha até a capital do Rio Grande do Sul; no I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade, com uma marcha pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, dentre outros.

Uma característica importante dos espaços performativos dos eventos *de juventude* é que reforçam as imagens do “camponês”, do “agricultor”, por um lado, e, por outro, contrastam com um cotidiano em que nos deparamos com o uso de elementos para a construção da imagem pública do corpo – ausentes nos momentos de performance ou, ainda, escondidos. *Pearcings*, brincos, tatuagens, roupas, reproduzem estilos diversos que podem ser classificados, pelos estudos de tribos urbanas, como “estilo de vida urbana” e que, de qualquer forma, apresentam uma imagem do corpo e de representações simbólicas mais complexas e menos homogêneas do que presenciamos nas *místicas* e nas marchas.

Contudo, os jovens afirmam enfrentar resistências e cobranças por parte de pais, familiares, direção dos movimentos sociais, no sentido de disciplinarem suas vestimentas para o que é percebido como mais autenticamente camponês, rural. Essas reações são repetidas em distintos locais: na casa, na comunidade rural, nos espaços públicos dos movimentos sociais e, ainda, em lugares públicos em geral, como em agências da Previdência Social. Em mais de um relato, ouvimos que foram questionados sobre sua “autenticidade como

¹⁰² Para uma análise mais aprofundada sobre as manifestações de rua em movimentos populares e da elite rural, ver Carneiro, 2008.

rurais”, como no caso de situações de estigmatização relatadas especialmente por jovens mulheres. Ao buscarem o direito à licença-maternidade nos postos do INSS, as jovens são questionadas quanto à sua aparência. Se esta se afasta do padrão visto como “autêntico” – segundo as jovens, isso significa o uso de roupas de trabalho rural: de preferência, que denunciem condição de pobreza, e, ainda, a ausência de marcas consideradas urbanas, como brincos, tatuagens, roupas, etc. –, são exigidas às jovens “*provas de que são rurais*”.

A prática política dos jovens não rejeita a imagem “autêntica”, mas parece buscar a conciliação dos dois universos simbólicos. Nesse sentido, temos escolhas políticas em jogo. A opção por reforçar e reproduzir a imagem de camponês não parece entrar em contradição com o uso de uma gama mais ampla de símbolos que reproduz imagens de diferentes contextos, em sua maioria associados às chamadas tribos urbanas.

Aparece com visibilidade um processo de construção de práticas que singularizam os jovens nos movimentos sociais. A preocupação recorrente é a não ruptura de legitimidade junto ao próprio movimento. Assim, a mistura de estilos musicais, como funk carioca em um evento nacional de juventude, como ocorreu no I Encontro Nacional de Jovens do Campo e da Cidade, para além da metáfora da articulação campo/cidade, representa processos de tensão e mesmo ruptura com a definição de práticas “autênticas” nos movimentos sociais rurais¹⁰³.

Muitas pessoas não conseguem fazer essa leitura. E olham a juventude desse modo: “Ah, a juventude de minissaia, a juventude fumando, a juventude bêbada, isso faz parte da juventude...” Isso não faz parte da juventude, isso faz parte de uma estrutura e de um sistema que estamos vivendo há tempos. A juventude não é responsável pelos problemas sociais. É fruto de uma sociedade que está construída aí. Eu acho que existem ainda esses problemas. Mas isso está sendo quebrado, a juventude está debatendo muito o seu papel. E aí eu acho que é fundamental essa quebra desses preconceitos que a sociedade tem em relação à juventude ocupar o seu espaço com responsabilidade... ocupar espaço na família, no MST, nos movimentos sociais, nos

¹⁰³ Esse diálogo entre juventude do campo e da cidade tem gerado intensa troca e mesmo alteração em um perfil histórico de representatividade da juventude em instrumentos mais tradicionais. Um exemplo importante foi a eleição, para ocupar o cargo de secretária da Juventude do Partido dos Trabalhadores, de uma jovem do movimento sindical rural em 2008. Além do fato importante de ter sido a primeira mulher a ocupar esse cargo, tratou-se da primeira vez que um(a) secretário(a) eleito(a) não é oriundo(a) do movimento estudantil. Esse novo contexto trouxe questões e alteração no tipo de atividades promovidas pela Secretaria, como o I Encontro da Juventude Trabalhadora do Partido dos Trabalhadores (2009).

partidos, nas igrejas, colocando sua opinião. A juventude precisa se apropriar do conhecimento pra fazer as intervenções: “Oh, um jovem com 20 anos fazendo uma intervenção dessa!” (Homem, direção estadual do MST, 27 anos)

Nesse sentido, a juventude rural organizada, apesar de utilizar símbolos e práticas políticas já legitimadas nos movimentos sociais, tem questionado os preconceitos que deslegitimam o jovem como ator político. De acordo com o depoimento desse dirigente do MST, um jovem ser um palestrante, “falar bem”, é ainda uma novidade que tem causado assombro nos “adultos” dos movimentos.

Além disso, a juventude tem pautado novas questões para os movimentos sociais rurais e, especialmente, refletido sobre a militância em si. Segundo outro jovem militante, há um entendimento acerca do processo de *luta* e reforma agrária diferenciado, em que não basta apenas ocupar uma terra, mas trabalhar valores éticos e morais que já fazem parte da pauta da juventude. Nesse sentido, os jovens consideram que a juventude tem um papel na mudança das práticas políticas e relações cotidianas:

Nós estamos começando a discutir moral, relações humanas, questão do poder... isso mexe demais, porque ganha essa dimensão de que não é só ir lá, pegar, dividir e multiplicar. Como é que estão as relações humanas? A ideia da proeminência, e já praticar os valores... Os militantes mais velhos, que carregam todas as políticas e práticas históricas que de algum jeito estão consolidadas, até tentam e vão mudando. Mas, para a juventude, essas mudanças são... não sei se mais tranquilas, mas, de algum jeito, elas entram em pauta muito mais fácil, mesmo que não consigam fazer, se deparam com elas. (Homem, direção estadual do MST, 24 anos)

Assim, a atuação da juventude permite releituras da própria identidade camponesa associadas à disputa por um futuro melhor e reforça a imagem positiva do campo em diálogo com a cidade. Mas não qualquer campo, e sim um campo transformado, como diz outro militante do MST:

Há “experiências” da juventude em que essa identidade camponesa está sendo criada. É um debate muito bom. E eu acho que a juventude, principalmente no movimento, faz esse debate do trabalho pela identidade cultural. Eu acho que está havendo um campo olhando para o futuro com grande esperança e a gente conseguindo esse espaço no campo... um espaço prazeroso, bonito, saudável... Porque a gente está percebendo que, na cidade, a juventude está ficando assustada com os grandes problemas ambientais, vários problemas de violência, superpopulação. Acho que a juventude está percebendo. Eu acho que está olhando o campo como um espaço para o futuro. A gente está olhando para que seja um espaço muito bonito, saudável e agradável para viver. (Homem, direção estadual do MST, 27 anos. Entrevista concedida em 2006)

Porém, apesar da inserção da juventude nos movimentos, percebe-se que ainda há um distanciamento entre discurso e prática. Esse processo está em um momento de grande efervescência e de disputa de classificações permeada por conflitos intergeracionais, mas também do próprio reconhecimento da diversidade da categoria juventude no Brasil. Nesse sentido, o processo de disputa por reconhecimento da juventude rural tem sido um *locus* para analisar a categoria juventude, seus diferentes contextos e como estes ressignificam, reinventam “antigas” práticas políticas e criam novas.



CONCLUSÃO

Os desafios no processo de construção de um ator político

Partimos da leitura de que a categoria juventude é historicamente construída e define uma posição social para aqueles que são identificados como a ela pertencentes. Essa posição social está marcada pela subalternidade, à medida que reproduz em outros espaços da sociedade a relação configurada a partir da família patriarcal. Soma-se a essa configuração histórica e social a caracterização mais recente, presente em definições acadêmicas e de políticas públicas sobre juventude, que a associa a um período de transição entre a infância e a vida adulta. É nesse sentido que afirmamos ser juventude uma categoria subalterna na sociedade atual e ainda deslegitimada por ser percebida como “em processo de formação”, um *vir a ser*.

No caso da juventude rural, há também o peso de uma percepção hegemônica sobre juventude que a exclui. Observamos a reprodução de uma perspectiva acadêmica, que tem referência em um universo padrão de grandes metrópoles urbanas.

Na perspectiva da interseccionalidade, proposta por Verena Stolke (2006), outros elementos contribuem para percebemos como ser *jovem e rural* no Brasil constitui uma situação de profunda subalternidade – mais ainda, quando são mulheres e homossexuais. Por um lado, ser jovem no meio rural brasileiro implica enfrentar um meio rural desigual e violento¹⁰⁴. Um meio rural que se aproxima espacialmente da cidade, mas que enfrenta a hierarquia entre campo e cidade que permanece reproduzida na sociedade brasileira. Essa hierarquia é vivenciada na diferença de acesso a bens e serviços, mas se expressa também em práticas que estigmatizam *ser do campo*, o que fica evidenciado nas declarações dos jovens. E mais ainda das jovens.

Uma primeira conclusão diz respeito às identidades rurais e de juventude desses jovens. Curiosamente, a identificação dificilmente ocorre pela per-

¹⁰⁴ Ver dados na parte final do segundo capítulo.

Conclusão

cepção visual, como na definição clássica de estigma cunhada por Goffman (1980), uma vez que os jovens são justamente os que menos utilizam, no dia-a-dia, peças de vestuário que reforcem o imaginário rural. O que singulariza os jovens rurais é a identificação de local de moradia e/ou atividade. Ou, ainda, a identidade assumida pelos próprios jovens ao se apresentarem como *jovens rurais*.

No caso do espaço escolar, a questão aparece com mais evidência: primeiro, por permitir o mapeamento de quem são seus frequentadores, mas, principalmente, pelo fato de a maioria dos jovens que frequentam a escola viverem a distância, a difícil locomoção e, muitas vezes, a obrigatoriedade de percorrerem longas distâncias a pé em estradas de terra, chegando fora do horário, cansados e empoeirados.

Por outro lado, os jovens rurais se aproximam de uma corporalidade e caracterização que não os distinguem dos jovens que frequentam espaços urbanos. É precisamente essa aproximação e maior circulação por padrões estéticos não reconhecidos como “autênticos”, somados às questões estruturais da permanência no campo, que geram a dupla classificação que desqualifica *ser jovem e rural* hoje. Os jovens afirmam ser discriminados na cidade por serem *rurais*, e no campo por serem *urbanos*, como nos casos denunciados pelas jovens que necessitam acessar o INSS.

Assim, temos hoje uma singularização da categoria juventude no meio rural que, como vimos, é recente e, no entanto, inserida num contexto que a caracteriza como problemática, pelo tema da migração para a cidade. O que pode parecer um paradoxo: afirmar sua identidade rural sem incorporar um antagonismo com o jovem urbano tem sido um processo de resignificação nesse novo contexto e a partir da relação com a identidade juventude. O que é apontado como diferente pelos jovens dos movimentos sociais rurais em relação aos jovens urbanos são elementos identitários que reforcem laços com o espaço rural como lugar de vida, de trabalho, de relação com a natureza. Um espaço distinto da cidade, que seria melhor se tivesse acesso a bens e serviços que, atualmente, estão ainda restritos ao espaço urbano. Embora os próprios jovens afirmem ser os do campo *mais família, mais comprometidos* que os urbanos, em muitos eventos eles se articulam diretamente com os movimentos sociais urbanos, tais como a Torcida Organizada Gaviões da Fiel, o movimento estudantil das metrópoles e grupos de hip hop. Portanto, a identidade rural é construída de forma contrastiva em relação ao urbano, mas sem representar ruptura com a cidade. De fato, a identificação como jovens reforça diálogos e aproximações entre os distintos contextos e “juventudes”.

A segunda questão a ser destacada é que a pesquisa revelou o perfil de uma juventude que hoje se organiza nos movimentos sociais rurais do Brasil, que trazem algumas marcas distintas do perfil social observado em dados estatísticos, como os colhidos pela Pnad. Um dos fatores mais importantes, por ter se apresentado como um diferencial, é a escolaridade. Como vimos, o índice de escolaridade dos jovens que participam de movimentos sociais é elevado, se comparado a outras referências estatísticas. Esse se mostrou bem acima da média dos jovens que vivem nos assentamentos rurais levantada pela Pnera (2005), e da média geral de escolarização do jovem brasileiro de domicílio rural aferida pela Pnad (2006). Nesse eixo, os dados da pesquisa revelaram questões importantes. A primeira diz respeito a uma oposição que é senso comum entre participação política e escolarização, reforçada por uma visão que também faz parte do senso comum de que os jovens do campo têm pouco interesse pelos estudos.

Podemos afirmar que presenciamos, hoje, um corte geracional de valorização e estratégias para garantir a escolarização das crianças e dos jovens no meio rural. Um processo que se iniciou há três gerações e que agora se consolida através de estratégias familiares e dos próprios movimentos sociais e organizações. Temos que ler esses dados no contexto dos inúmeros esforços nos movimentos sociais para garantir a escolarização continuada, muitas vezes associada à formação política e técnica, que observamos no decorrer do processo investigativo. Os movimentos sociais entendem como importante a educação formal no processo de formação das lideranças jovens, o que pode estar se expressando em uma escolaridade acima da média dos jovens rurais do país. A valorização da escolarização formal pelos movimentos sociais seria parte do processo de *luta* pela mudança e pelo acesso à educação no meio rural brasileiro, que hoje está em debate sob a ideia de educação do/no campo.

Por outro lado, o apoio das políticas públicas nesse âmbito tem sido pontual. Se há a presença de programas financiados pelo governo federal, ainda não existe uma política massiva de educação que atinja a juventude no campo. Essa foi uma das principais demandas que perpassaram todos os eventos e está presente nos documentos oficiais entregues às autoridades como resultado desses encontros.

Outra questão que apareceu repetidas vezes foi a da falta de acesso à terra e de condições de permanência no campo. Para esses jovens, trata-se não só de acesso a bens e serviços, mas de uma mudança de modelo de desenvolvimento econômico, que percebe na *juventude* um ator estratégico nesse processo de disputa política.

Conclusão

A terceira conclusão da pesquisa é a configuração da juventude como categoria social e política. Esse debate deve ser lido à luz do que observamos a partir do recorte geracional: é uma autopercepção geracional – como grupo geracional, no sentido de Mannheim. Como foi apontado pelos dirigentes históricos, sempre existiram jovens nos movimentos sociais. O MST e a Fetraf são movimentos construídos por jovens, mas a questão da juventude como categoria social e política não estava evidenciada. Hoje, há um reconhecimento dos próprios jovens, que afirmam que podem ocupar um papel estratégico na disputa por mudanças no campo, como categoria política marcada por especificidades. Por exemplo, a pesquisa mostrou um alto índice de sindicalização individual do jovem, independente de sua família. Historicamente, a figura paterna representava a família em termos de seus direitos associativos e políticos. Há algumas décadas, especialmente a partir da década de 1980, as mulheres começaram a romper com essa prática. Nesse novo cenário apresentado pelo estudo, observamos um processo de ruptura dos jovens e das jovens solteiros(as) que buscam se sindicalizar e disputar espaços de direção nos sindicatos e federações de trabalhadores rurais. Encontramos situações regionais em que havia mais jovens solteiros sindicalizados do que seus pais. Isso apontaria para a possibilidade de renovação no espaço sindical. Vimos que essa participação intensa dos e das jovens apareceu também nos eventos nacionais do MST, como no V Congresso e na *marcha de 2003*.

Podemos afirmar que movimentos sociais rurais que se definem pelas categorias políticas *agricultura familiar*, *trabalhadores* ou *camponeses* estão hoje se organizando também a partir da identidade *juventude*. A participação desses jovens em movimentos sociais e, principalmente, em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação de um ator político: *a juventude*. Isso também explica o número expressivo de eventos de caráter massivo realizados por essas organizações nos últimos anos e os espaços de negociação que esse ator político vem conquistando, seja junto a gestores de políticas públicas, seja no âmbito dos próprios movimentos sociais. Assim, *jovem da roça*, *juventude rural*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar* são categorias aglutinadoras de atuação política.

Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos “jovens” pelo meio rural, como reforça a bibliografia sobre o tema. Apesar da quantidade significativa de eventos políticos da juventude rural no cenário nacional brasileiro, essa categoria não tem sido foco prioritário para as políticas públicas de juventude. Pode-se afirmar que uma leitura possível para essa invisibilidade é o fato de ser percebida como “população minoritária”, mas é

possível afirmar que esse processo é parte da reprodução da hierarquia campo/cidade, que gera representações sociais sobre o campo e que faz parte dos processos de reprodução das desigualdades sociais na sociedade brasileira.

A consolidação desse ator político implica ressignificações do *campo* e da *cidade* e de identidades sociais como *campesinato* e agricultura familiar, em uma disputa por classificações, mas também pelo aumento do campo de probabilidades (Bourdieu, 1982) para o jovem que *quer ficar no campo*. Um ator político que vive um processo de construção de identidades, mas que expressa angústias e demandas de uma massa de *jovens* que, hoje, assim se percebe e é percebida, e que experimenta, cotidianamente, as desigualdades do campo brasileiro. Como resposta, esses jovens têm se posicionado contrários ao “esvaziamento do campo” e se organizado na *luta* por mudanças sociais e por novas utopias.

Em todos os espaços e documentos produzidos por essas organizações de juventude, observados/analísados pela pesquisa, as demandas específicas estão diretamente associadas à urgência de mudanças estruturais na realidade do campo brasileiro. A educação do/no campo é um exemplo, como o é a centralidade da reforma agrária e da mudança de padrão de desenvolvimento nas reivindicações da juventude rural organizada.

Por outro lado, os jovens continuam a enfrentar tensões nos próprios movimentos sociais, nas comunidades e na família. Há questões intrínsecas à lógica da reprodução da produção familiar: as relações de hierarquia e poder dentro da própria organização do trabalho familiar, que também contribuem para tensões que podem gerar a saída do jovem do campo. Ser jovem nos movimentos sociais carrega limitações quanto ao espaço de participação, quanto à possibilidade de *ser ouvido*, quanto à dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão. As formas de auto-organização através da identidade juventude rural têm igualmente se apresentado como um caminho para se enfrentar essa questão.

A presença cada vez mais evidente de organizações de *juventude* aponta para um fenômeno em movimento. Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desvalorização do campo pelo jovem que vive no meio rural. Podemos afirmar que esse “novo ator” é pouco conhecido. Esperamos, com essa incursão investigativa, contribuir para o aprofundamento do olhar sobre as formas de organização e os processos de construção da categoria como ator político nos principais movimentos sociais rurais. As organizações e as muitas expressões identitárias de juventude, ontem e hoje, contribuíram para a visibilidade de muitas juventudes. A principal contribuição foi demonstrar que aqueles que são organizados como juventude têm algo a dizer sobre *ser jovem* no mundo hoje e os problemas específicos que enfrentam.



Bibliografia

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina; SPOSITO, Marília. (Org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, São Paulo, Anped, p. 25-36, 1997.
- _____.; BRANCO, P. P. M. (Org.) *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Coord.) *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.
- ABRAMOVAY, R. et alii. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco 1998.
- AMIT-TALAI, Vered; WULFF, Helena. (Org.) *Youth cultures – a cross-cultural perspective*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Tese, Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas, SP, 1998.
- ARENSBERG, C.M.; KIMBALL, S. T. *Family and Community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968.
- BERNSTEIN, Thomas. *Up to the Mountain and Down to the Villages – the transfer of youth from urban to rural China*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1977.
- BORDALO, Caroline A. *A organização de mulheres rurais no sertão e o sindicalismo rural em Pernambuco*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2007a (não disponível).
- _____. *Sindicalistas e militantes: representação e participação política das trabalhadoras rurais*. Paper apresentado no Seminário CPDA 30 Anos. Rio de Janeiro, 2007b.
- BORGES, Juliana de Melo. *Jovens assentados: projetos e histórias de vida: um estudo psicossociológico de um assentamento rural*. Dissertação, Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- BOURDIEU, P. Celibat et condition paysanne. *Études Rurales*, n. 5/6, Paris, p. 32-109, abril/set. 1962.

Bibliografia

- _____. Une classe objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.17-18, p.2-5, nov. 1977.
- _____. *Ce que parler veut dire – L'économie dès échanges leinguistiques*. 1982.
- _____. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRANCO, Maria Teresa Castelo. O movimento da identidade no processo de inclusão/exclusão vivido pelos jovens sem-terra do assentamento da Fazenda Ipanema. In: *II Simpósio a Educação que se faz Especial*. Maringá, 2004.
- _____. *Produção da identidade dos jovens "sem terra" da Fazenda Ipanema*, Iperó, SP. Tese, Doutorado em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1999.
- BRASLAVSKY, Cecília. *Educação secundária: mudança ou imutabilidade?* Brasília: Unesco, 2002.
- BRITTO, S. (Org.) *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), janeiro-abril, 2004.
- _____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. de. (Org.) *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BUSSAB, Wilton de Oliveira; BOLFARINE, Heleno. *Elementos de Amostragem*. 1. ed. Edgard Blucher, 2005
- CALDEIRA, Clovis. Menores no meio rural: trabalho e escolarização. Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série 6: *Sociedade e educação*, v. 4. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Ipea, texto para discussão, n. 621. Rio de Janeiro, 1999. <http://www.ipea.gov.br/>.
- CAMPOS, A. *Juventude, mercado de trabalho e respostas à crise econômica atual*. Trabalho apresentado no I Encontro da Juventude Trabalhadora, São Paulo, junho de 2009. Acessado em <http://www.jpt.org.br/publicacoes/index.php>, 1 de outubro de 2009.

CANEDO, Letícia Bicalho. La Production genealogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais Bresilien. *Genèses*, n. 31, p. 4-28, juin 1998.

CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G de. Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais — algumas reflexões a partir de três estudos de casos. *Raízes*. Ano XVI, n.15, Campina Grande, UFPB, dez. 1997.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (Org.) *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, p.73-87.

_____. O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F. (Org.) *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

CARNEIRO, O. B. *Tratoração – O alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e o patronato rural no Brasil*. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, Carmem Verônica. *A mística de tornar-se jovem do MST: a experiência do curso realidade brasileira para jovens do meio rural*. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. de. Young Fellow e Old Fellow: a construção da categoria “jovem” a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, n. 2, p. 372-321, out. 2004.

_____. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese, Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PGAS/MN/UFRJ, jul. 2005.

_____. Juventude: hierarquia social e relações de poder na luta pela construção de um ator político In: *Juventude em Formação: textos de uma experiência petista*. 1.ed. São Paulo: Fundação Friedrich Erbet/Fundação Perseu Abramo, 2008d, p. 31-41.

_____.; ALMEIDA, Salomé L.F; VIEIRA, L.C.; RODRIGUES, Maria Emília B.; FELIX, Claudinez. Identificação e mapeamento preliminares das principais organizações de juventude rural e sobre jovens rurais no Brasil. Rio de Janeiro: UFRuralRJ/Nead/MDA/Iica, relatório de pesquisa, 2007. (Indisponível para divulgação)

_____.; MARTINS, M.; RODRIGUES, M. E. B. *Documento contendo um panorama qualificado da bibliografia sobre o tema da juventude rural brasileira*. UFRuralRJ:Relatório de pesquisa (Fapur/Nead/MDA/Iica/UFRuralRJ), 2007. (Não disponível para divulgação)

Bibliografia

- _____. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro: Textos Completos, junho 2008.
- _____. Os jovens estão indo embora? – relações de hierarquia e disputa nas construções da categoria juventude rural. In: COSTA, Sérgio; SANGMEISTER, Hartmut; STECKBAUER, Sonja. (Org.) *O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências*. São Paulo: Annablume, 2008a.
- _____. *Social hierarchy and intersectionality: gender and generation in social rural movements in Brazil*. Paper apresentado no Workshop Women in the Public Sphere. Baku: Saphis, 2008b.
- CASTRO, M. G. (Coord. et al.) *Cultivando vida desarmando violências*. Brasília: Unesco, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- CHAMPAGNE, P. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris: Editions Minuit, n. 26,27, p. 83-107, mars-avril, 1979.
- CHESNAIS, Jean-Claude. *Histoire de la violence*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1981.
- COMMERFOD, John C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Nuap, 1999.
- COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.
- DAMASCENO, M. Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: Estudo da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n.1, São Paulo, p.73-89, jan/abr. 2004.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais Malandros e Heróis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990, p. 13-36.
- _____. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
- DEBARBIEUX, Eric et alii. Desafios e alternativas: violências nas Escolas. *Anais do Seminário de Violências nas Escolas - 27-28 nov. de 2002*. Brasília: Unesco, UNDP, 2003.
- DESER/Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT. *Perspectivas de Vida e Trabalho da Juventude Rural na Região Sul*. Convênio: Ceris/Fórum Sul dos Rurais da CUT/Deser, mimeo, 1999.
- DUMAZZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

- FEITOSA, Néri. *Aos jovens rurais*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FERREIRA, Salomé Lima. *Lideranças religiosas e lideranças políticas em um assentamento rural do Rio de Janeiro*. UFRuralRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, 2005.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, S. (Org.) *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FOCCHI, Eunice. *Educação ambiental com jovens rurais: potencialidades e limitações de uma estratégia participativa*. Dissertação, Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.
- FORACCHI, M. M. *Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Edusp, 1972.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero e Editora UNB, em coedição com o MCT CNPq, 1990.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987 p. 227-344.
- GOFFMAN, E. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- GUIMARÃES, José Eugênio. *Razão e religião: pentecostais, visão de mundo e conduta*. Rio de Janeiro: UFRuralRJ/CPDA, 1992.
- HEREDIA, B. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HONWANA, Alcinda; DE BOECK, Filip. (Org.) *Makers and breakers: children and youth in postcolonial Africa*. Currey: Oxford, 2005.
- JENTSCH, B.; BURNETT, J. *Experiences of rural youth in the “risk society”: the transition from education to employment*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- LEITE, S. et al. Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas. *Estudos Nead*, n.6, São Paulo, Unesp/Nead, 2004
- LEVI, G.; SCHMITT, J. Introdução. In: *História da Juventude*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAIA, Silvio de Andrade. *Escolas rurais e o êxodo dos campos*. São Paulo: Siqueira, 1914.

Bibliografia

- MAJEROVÁ, V. *Future of youth in Czech countryside*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
- MALAGOZI, Edgard; MARQUES, Roberto. Para além do ficar e sair: as estratégias de reprodução dos jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- MANNHEIM, K. *Sociologia*. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais (Org. FORACCHI, M.M.). São Paulo: Ática, 1982.
- _____. El Problema de Las Generaciones. In: REIS. 62, 1993, Madrid, p. 193-242, 1993.
- MARGULIS, M. La Juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.) *La Juventude es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996
- MARTINS, Maíra. *Juventude e reforma agrária: o caso do Assentamento Rural Paz na Terra*, RJ. Dissertação, Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- MAUREAU, Raphael. Maracatu: a transformação de uma manifestação popular. *Revista Sem Terra*, ano X, n. 38, mar.-abr. 2007.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MELLO, M. et al. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. *Agricultura*, 50(1), São Paulo, SP, p.11-24, 2003.
- MENEZES, Marilda; SILVA, Marcelo Saturnino da. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007
- MOURA, Margarida M. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NOVAES, R. R. Juventude/ juventudes?. *Comunicações ISER*, ano 17, n. 50, Rio de Janeiro, Iser, 1998.
- _____. *Caminhos cruzados: juventude, conflito e solidariedade*. Rio de Janeiro: Iser, 1996.
- PAIVA, Irene Alves de. Novos espaços de formação e escolarização de jovens assentados. *30º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2006.
- PEIRANO, Mariza. (Org.) *Dito e Feito – ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. A Análise antropológica dos rituais. In: PEIRANO, Marisa. (Org.) – *Dito e Feito – ensaios de antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- PERALVA, Angelina; SPOSITO, M. (Org.) *Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, São Paulo, Anped, 1997.
- PINTO, Luís Aguiar Costa. *Lutas de Família no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- PNERA. Brasília: MEC/Inep/MDA/Incrá/Pronera. <http://www.inep.gov.br>, 2005.
- PROJETO JUVENTUDE. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.
- ROLNIK, Suely. Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. *Revista Estudos feministas*, v. 4, n. 1, p.118-123, 1995.
- SALES, Celecina de Maria Veras. Gênero e Juventude Rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente. In: *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. UFSC, 2006.
- SANTOS, Ramofly Bicalho dos. *O Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Trajetória de Educadores e Lideranças*. Campinas: Editora Komedi, 2008.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1993.
- SILVA, L. A. de P. *A educação da infância entre os trabalhadores rurais sem-terra*. Dissertação, Mestrado em Educação da UFG, agosto de 2002.
- SILVA, Samuel Ramos. *Movimento, comunicação e educação na linguagem de jovens e adultos do MST*. Florianópolis, Santa Catarina. Pós-graduação em Educação/UFSC, 2003.
- SOARES, Paulo. Por um Brasil rural com reforma agrária. *Revista da UFV*, ano VII, n. 1, junho de 2005. At, <http://www.proec.ufg.br/>.
- SOUZA, Willian Wilson Coelho de. *Escola rural: novos rumos*. Rio de Janeiro: Saber e Poder, 1936.
- STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura de género. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(2):264, p. 77-105, maio-agosto, 2004.
- _____. O Enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1):336, p. 15-41, janeiro-abril, 2006.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- _____. Um marco reflexivo para inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Bibliografia

THÉVENOT, L. Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 26-27, p. 3-18, março-abril 1979.

TORRENS, João. *Representação do rural e do urbano na juventude rural no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, 2000, mimeo.

VELHO, G. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIEIRA, Sumaia. Maracatu: a transformação de uma manifestação popular. *Revista Sem Terra*, ano X, n. 38, mar.-abr., 2007.

WANDERLEY, Maria Nazareth. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório final de pesquisa CNPq, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, maio de 2006.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para futuro? In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. *Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2005.

WELLER, Wivian. A hermenêutica como método empírico de investigação. *Anais da 30ª. Reunião Anual da Anped*; At: <http://www.anped.org.br/>; 2007.

WILLS, P. *Aprendendo ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WOORTMAN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

_____.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed.UnB, 1997.

WULFF, Helena. Introduction: introducing youth culture in its own right: the state of the art and new possibilities. In: AMIT-TALAI, V.; WULFF, H. (Org.) *Youth Cultures – a cross-cultural perspective*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.

Documentos Citados

CONTAG. *Carta proposta da juventude do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais*, 2003.

PJR. Carta-compromisso da Pastoral da Juventude Rural, 2006.

MDA. Notícias/MDA, website, <http://www.mda.gov.br/>, acessado em maio de 2004.

Fontes/Levantamento da Produção Acadêmica

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em <www.capes.gov.br>. Acesso em out. 2007.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Banco de Teses e Dissertações. Disponível em <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em out. 2007.

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em <<http://bdt.d.ibict.br/bdt.d>>. Acesso em out. 2007.

Banco de Dados Bibliográficos da USP. Catálogo On-line Global – Dedalus. Disponível em <www.usp.br/sibi/>. Acesso em nov. 2007.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <www.publicacoes.inep.gov.br/>. Acesso em nov. 2007.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <<http://getinternet.ipea.gov.br>>. Acesso em nov. 2007.

Observatório da Juventude Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em <www.fae.ufmg.br/objuventude>. Acesso em out. 2007.

Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense. Disponível em <www.uff.br/obsjovem>. Acesso em out. 2007.

Revista de Estudos Feministas. Disponível em <<http://portalfeminista.org.br>>. Acesso em dez. 2007.

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Disponível em <www.nead.org.br/>. Acesso em nov. 2007.

Unesco Brasil. Disponível em <www.unesco.org.br>. Acesso em dez. 2007.

Revista Brasileira de Educação. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em nov. 2007.

Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em <www.abant.org.br>. Acesso em nov. 2007.

Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em <www.sbsociologia.com.br>. Acesso em nov. 2007.



Os jovens estão indo embora?

PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NOS ESPAÇOS NACIONAIS DOS EVENTOS



Ato final da Marcha do V Congresso do MST na Praça dos Três Poderes.
Foto: Maíra Martins



Jovens na Mística de Mulheres no V Congresso Nacional do MST.
Foto: Elisa Guaraná

PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM EVENTOS GOVERNAMENTAIS



Participação de jovem da Fetraf na posse do Conselho Nacional de Juventude.
Foto: Arquivo Fetraf

EVENTOS DE JUVENTUDE

Acampamentos

Acampamento do
II Congresso Nacional da PJR



Foto: Elisa Guaraná



Foto: Selma Fabre Dansi



Foto: Selma Fabre Dansi

VII Acampamento Latino-americano de
Jovens. *Fotos: Elisa Guaraná*



Os jovens estão indo embora?

Atividades nos eventos de juventude

Oficina no VII Acampamento Latino-americano de Jovens.
Foto: Elisa Guaraná



Participação de representante do movimento hip hop no II Congresso Nacional da PJR.
Foto: Selma Fabre Dansi

Palestra de liderança nacional do MST no II Congresso Nacional da PJR.
Foto: Selma Fabre Dansi



Plenária do I Seminário de Juventude da Comissão dos Movimentos Sociais.
Foto: Elisa Guaraná

Caderno de Fotos

Delegação da Contag na
I Conferência Nacional da Juventude.
Foto: Maria Emilia Barrios



Atividades de animação no II
Congresso Nacional da PJR.
Fotos: Selma Fabre Dansi



"Fila do povo" no II Congresso Nacional da PJR.
Foto: Douglas Mansur - Novo Movimento (acima)
Foto: Silvano - Arquivo PJR (à direita)



Os jovens estão indo embora?



Atividade em Grupo no
II Congresso Nacional da PJR.
Foto: Silvano – Arquivo PJR



Jovens no Programa Consórcio
Social da Juventude Rural Sintraf
Chapecó e Região – Fetraf-Sul.
Foto: Arquivo Fetraf-Sul



Grupo de Trabalho de Jovens no
Programa Consórcio Social da
Juventude Rural, município de
Anita Garibaldi, SC – Fetraf-Sul.
Foto: Arquivo Fetraf-Sul

Caderno de Fotos



Participação de jovens mulheres na capacitação do Programa Consórcio Social da Juventude Rural, município de Anita Garibaldi, SC – Fetraf-Sul.
Foto: Arquivo Fetraf-Sul



Aula de Agroecologia para jovens do Programa Consórcio Social da Juventude Rural, município de Anita Garibaldi, SC – Fetraf-Sul.
Fotos: Arquivo Fetraf-Sul



Os jovens estão indo embora?

Mística no II Congresso Nacional da PJR.
Foto: Selma Fabre Dansi (primeira à esquerda) e
Fotos: Douglas Mansur – Novo Movimento (as demais)





Mística no I Seminário Nacional da Juventude da Via Campesina.
Foto: Selma Fabre Dansi



Elementos de ornamentação do
II Congresso Nacional da PJR.
Foto: Selma Fabre Dansi



Objetos e peças usados na ornamentação
do I Seminário Nacional da Juventude da
Via Campesina.
Foto: Selma Fabre Dansi

Os jovens estão indo embora?

MARCHAS

Marchas dos Movimentos Sociais Rurais



Marcha das Margaridas na Esplanada dos Ministérios.
Fotos: Joyce Carvalho



Marcha do V Congresso do MST na Esplanada dos Ministérios.
Foto: Maíra Martins

Marchas dos eventos de juventude

Marcha do II Congresso Nacional da PJR
na Esplanada dos Ministérios.



Foto: Selma Fabre Dansi



Foto: Silvano – Arquivo PJR



Foto: Douglas Mansur – Novo Movimento



Foto: Douglas Mansur – Novo Movimento



Chegada da Marcha do I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade, nas ruas do Centro do Rio de Janeiro.

Foto: Joyce Carvalho

Os jovens estão indo embora?

Ato no encerramento da Marcha do II Congresso da PJR em frente ao Palácio do Planalto.



Fotos: Douglas Mansur – Novo Movimento



Foto: Arquivo PJR



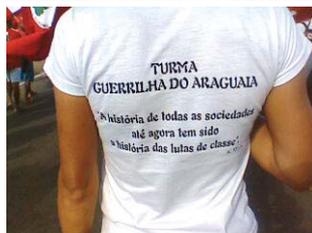
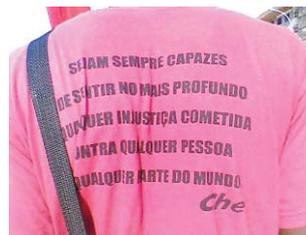
Entrega da Carta da Juventude Camponesa, documento do II Congresso da PJR, ao presidente Lula no Palácio do Planalto. *Foto: Douglas Mansur – Novo Movimento*

Camisetas

Oficina de camiseta com Técnica de Grafite no
VII Acampamento Latino-americano de Jovens.
Fotos: Elisa Guaraná



Camisetas de jovens do MST no V Congresso do MST.
Fotos: Elizete Ignácio



Os jovens estão indo embora?

Jovens no II Congresso Nacional da PJR



Foto: Elisa Guaraná



Foto: Selma Fabre Dansi



Foto: Silvano – Arquivo PJR



Foto: Silvano – Arquivo PJR



Foto: Douglas Mansur – Novo Movimento

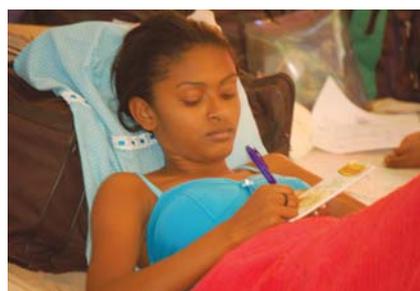


Foto: Douglas Mansur – Novo Movimento

Caderno de Fotos



Foto: Silvano – Arquivo PJR



Foto: Douglas Mansur – Novo Movimento



Foto: Silvano – Arquivo PJR

Foto: Selma Fabre Dansi



Jovens na Marcha do V Congresso do MST



Foto: Elisa Guaraná



Foto: Elizete Ignacio



Foto: Joyce Carvalho

Os jovens estão indo embora?



Jovem na Reunião da Comissão Nacional de Jovens da Contag.
Foto: Maria Emilia Barrios



Jovem da Fetraf em manifestação partidária.
Foto: Rossana Lana



Jovens no Programa Consórcio Social da Juventude Rural, Anita Garibaldi, SC – Fetraf-Sul.
Foto: Arquivo Fetraf-Sul

DOCUMENTO 1 - CARTA PROPOSTA DA PJR



Brasília, 25 de julho de 2006.
Excelentíssimo senhor Presidente e
Companheiro
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,

Nós, jovens camponeses, oriundos de 23 estados brasileiros, reunidos em Brasília nos dias 23 a 27 de julho de 2006, neste II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, avaliamos que para construir um projeto popular para o Brasil é necessário mudar a política econômica, alterando o modelo agropecuário, eliminando o superávit primário e adotando como prioridade investimentos na geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno. É necessário também reconstruir o Estado brasileiro, realizando concursos públicos e retomando empresas públicas privatizadas, tais como Companhia Vale do Rio Doce, cujos lucros devem ser canalizados para os investimentos sociais.

O modelo agropecuário centrado no agronegócio tem penalizado a população rural, especialmente a juventude. Os jovens representam 30% da população rural e são os maiores prejudicados pelo desemprego e pela ausência de políticas públicas nas áreas de crédito, assistência técnica, educação, saúde, cultura, esporte e lazer, direcionadas à juventude rural.

Sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo. Por isso, reivindicamos:

1 - Assentar, no menor tempo possível, todas as famílias que estão acampadas e passando todo o tipo de necessidades.

2 - Publicar a portaria que atualiza os índices de produtividade para efeito de desapropriação.

3 - Educação no campo:

Ampliar os recursos para o PRONERA e criar um programa de educação do campo que atenda toda a população rural, e não só as famílias assentadas. Ampliar os investimentos nas Escolas Agrotécnicas Federais e nas Universidades Rurais, bem como garantir acesso à juventude rural.

4 - Crédito rural: Criar uma linha de crédito especial para a juventude no campo, em moldes diferentes do Pronaf Jovem, que ofereça condições de acesso à juventude.

5 - Cultura e lazer: Criar políticas públicas nas áreas de cultura e lazer direcionadas à juventude do campo, tais como cinema no campo, teatro e oficinas musicais.

Os jovens do campo sabem que seu governo, Presidente e Companheiro Lula, envidou esforços para resolver os problemas do povo. Os avanços, porém, não foram suficientes para saldar a dívida de mais de 500 anos com a população rural, razão pela qual é preciso avançar muito mais.

Estamos confiantes de que nossas reivindicações serão atendidas e que construiremos juntos um Brasil sem latifúndio.

Um grande e fraterno abraço da juventude camponesa brasileira.

Coordenação da Pastoral
da Juventude Rural

ANEXOS

Tabela 1. Amostra referente aos eventos de juventude

Evento	Total de inscritos	Total de jovens entrevistados	Amostra (%)	Delegações entrevistadas (%)
II Acampamento da Juventude Fetraf-Sul	700	454	55,1	52
O Encontro Nacional do Programa Jovem Saber – Contag	467	406	87	82,6
II Congresso da Pastoral da Juventude Rural – PJR	900	717	80	93,8
TOTAL	2067	1577		

Tabela 2. Amostra referente ao V Congresso Nacional do MST, por estado

Estado	Total de inscritos *	Amostra (%)		
		Estimada	Aplicada	Final
AL	500	2,9		2,5
BA	2000	11,9		12,0
CE	750	4,5		5,1
DF	900	5,4		5,3
ES	450	2,7		3,1
GO	1000	5,9		5,9
MA	450	2,7		3,1
MG	700	4,9		5,1
MS	1200	7,2		6,9
MT	700	4,2		3,8
PA	480	2,9		2,8
PB	300	1,8		1,3
PE	1200	7,2		6,9
PI	250	1,5		1,3
PR	1350	8,0		8,7
RJ	380	2,8		1,5
RN	250	1,5		1,3
RO	260	1,5		1,8
RR	44	0,3		0,3
RS	1000	5,9		6,6
SC	500	2,9		3,3
SE	600	3,6		3,3
SP	1200	7,2		6,9
TO	300	1,8		1,5
Total	16.764			

* Fonte: Secretaria Nacional do MST

**Tabela 3. Participação no Congresso:
Delegações credenciadas - V Congresso do MST**

Estado	Sexo		Delegações estaduais
	Feminino	Masculino	
AL	167	256	423
BA	891	1262	2153
CE	200	370	570
DF	209	346	555
ES	140	217	357
GO	350	593	943
MA	182	263	445
MG	253	419	672
MS	277	567	844
MT	148	190	338
PA	155	193	348
PB	478	647	1125
PE	112	180	292
PI	66	130	196
PR	422	853	1275
RJ	129	191	320
RN	89	123	212
RO	53	105	158
RR	18	25	43
RS	358	647	1005
SC	193	354	547
SE	183	461	644
SP	287	439	726
TO	33	55	88
Total	5.393	8.886	14.279

Fonte: Memória do V Congresso do MST

Tabela 4. Amostra referente à II Plenária Nacional da Contag, por estado

Estado	Total de Inscritos*	Observações	Amostra (%)		
			Estimada	Aplicada	Final
AL	21		2,9		2,9
AM	19		2,8		0,7
BA	63		8,9		13,9
CE	38		5,4		4,4
DF	13	** 3ª idade	1,9		3,6
ES	18	** 3ª idade	2,6		3,1
GO	24		3,4		5,9
MA	41		5,8		3,1
MG	75		10,6		5,1
MS	19	** juventude	2,4		6,9
MT	15		2,1		3,8
PA	30	** juventude/ 3ª idade	4,2		2,8
PB	14		1,9		1,3
PE	36		5,0		6,9
PI	43		6,0		1,3
PR	46		6,5		8,7
RJ	14		1,9		1,5
RN	31		4,4		1,3
RO	13	** 3ª idade	1,8		1,8
RS	45	** juventude/ 3ª idade	6,4		6,6
SC	38	** juventude	5,4		4,4
SE	18		2,5		3,6
SP	28		3,9		2,9
TO	5	** juventude/ 3ª idade	0,7		2,5
Total	707				

*Fonte: Comissão Nacional de Jovens da Contag

** O número de inscritos por estado é definido por cota previamente estimada.

Tabela 5. Número de delegados por Comissão Temática referente à II Plenária da Contag

Comissão Temática	Número de delegados
Reforma Agrária e Meio Ambiente	58
Política Agrícola e Meio Ambiente	72
Assalariados e Assalariadas Rurais	59
Políticas Sociais – Previdência e 3ª Idade	72
Políticas Sociais – Educação, Saúde, Habilitação e Proteção Infante-juvenil	52
Juventude Rural	63
Gestão e Finanças	57
Relações Institucionais e Comunicação	53
Gênero	65
Formação e Organização Sindical	58
Relações Internacionais	52
Total	661

Fonte: Comissão Nacional de Jovens da Contag

Tabela 6. Total de produção das universidades por região e ano

Região	Universidade	Ano					Total
		1986 a 1990	1991 a 1995	1996 a 2000	2001 a 2005	2006/2007	
Sul	UEL				2		2
	UFPEL					2	2
	UCPEL					1	1
	UNISC			1			1
	UNISINOS				1		1
	UFPR			1		1	2
	UPF				1		1
	UFRGS	1			2		3
	UFSM				1		1
UFSC				8	3	11	
Subtotal da região		1	0	2	15	7	25
Sudeste	UFRJ				2		2
	UFRRJ			1	3	1	5
	UFF				1		1
	UENF				2		2
	PUC RJ				1		1
	UFES	1					1
	UFV		2		1	2	5
	UFJF				1		1
	FGV					1	1
	UNICAMP			2	2	1	5
	PUC SP		1		4		5
	UFSCAR			1			1
	UNESP			2	3		5
CUC				1	1	2	
USP				4	1	5	
Subtotal da região		1	3	6	25	7	42
Norte	UFPA				1	1	2
Subtotal da região		0	0	0	1	1	2
Nordeste	UFSE				1		1
	UFC			1	2	1	4
	UFPB			1	1	2	4
	UFRN					2	2
	UNICAP			1	1		2
	UFPE			1			1
	UFRPE			1			1
Subtotal da região		0	0	5	5	5	15
Centro-Oeste	UNB				2	1	3
	UFMT				1		1
	UCDB				1		1
Subtotal da região		0	0	0	4	1	5
Total		2	3	13	50	21	89

Fonte: Pesquisa realizada entre outubro e dezembro de 2007

Tabela 7. Universidades que mais produziram

Região	Universidades	Produção
Sul	UFSC	11
Sudeste	UFRRJ	5
	UNICAMP	5
	PUC-SP	5
	UNESP	5
	USP	5
Nordeste	UFC	4
	UFPB	4
Total		44

Fonte: Pesquisa realizada entre outubro e dezembro de 2007

Tabela 8. Distribuição de teses, dissertações e monografias por Programa de Pós-graduação e por ano

Classificação do Programa	Ano											Total	
	até 1984	1985 a 1989	1990 a 1994	1995 a 1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006		2007
Administração de Organizações										1			1
Administração Rural e Comunicação Rural				1									1
Administração de Empresas					1						1		2
Agriculturas Amazônicas							1				1		2
Agroecossistemas											1		1
Agronomia											1		1
Antropologia social									1				1
Ciência da religião			1										1
Ciências sociais								1	1	1			3
Desenvolvimento Agricultura e Sociedade				1			1	1	1	1	1		5
Desenvolvimento Econômico							1						1
Desenvolvimento Local								1					1
Desenvolvimento Regional					1								1
Desenvolvimento Rural								1					1

Tabela 9. Categoria juventude, ano e problemáticas

Período	Categorias	Problemáticas e temas associados
1960-1995	Jovens rurais, trabalho infanto-juvenil e educação rural	Evasão escolar, êxodo rural, trabalho rural
1995-1999	Jovens do interior, jovens assentados, jovens sem-terra, juventude e agricultura familiar, aluno trabalhador rural, êxodo rural, pluriatividade	Mudança social; assentamentos rurais; MST; crise dos padrões sucessórios; agricultura familiar; relação campo-cidade
2000- 2007	Jovens rurais, adolescentes do MST, filhos de agricultores familiares, jovens agricultores, jovens assentados, juventude camponesa, juventude no meio rural, jovens do interior, jovens migrantes, jovens rurais militantes, geração, gênero, sucessão hereditária, alunos assentados, educação de jovens e adultos, Pronera	Migração, êxodo rural, assentamentos rurais; MST; crise dos padrões sucessórios; agricultura familiar; relação campo-cidade, geração

Fonte: Levantamento realizado entre outubro e dezembro de 2007

Tabela 10. Organizações da juventude nos movimentos sociais rurais¹

Organizações de juventude	Instância da juventude	Início de trabalho / organização formal	Região de atuação da organização de juventude
PJ e PJR	Pastorais dos estados e regiões	1983	Nacional até Municipal
Contag	Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	2001	Nacional até Municipal
Fetraf	Coordenação Nacional de Juventude	2001	Nacional até Municipal
MMC	Não possui	2003	Estadual
MPA	Não possui	2003	Estadual
MAB	Coletivo Nacional	2003	Nacional
MST	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional e Estadual
Via Campesina Brasil	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional

Fonte: Levantamento realizado entre 2006-2008

¹ As datas utilizadas são referências a partir dos levantamentos realizados; contudo, devem ser consideradas como aproximações.

Tabela 11. Eventos organizados por movimento social rural

Data	Movimento	Evento
2000	Pastoral da Juventude Rural (PJR) Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	<i>I Congresso Nacional da Juventude Rural</i>
2002	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	<i>I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade (em diferentes estados)</i>
2003	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul (Fetraf-Sul)	<i>I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar</i>
2006	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul (Fetraf-Sul)	<i>II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar</i>
2006	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag)	<i>Encontro Nacional do Programa Jovem Saber – realizado durante o Grito da Terra Brasil</i>
2006	Coordenação dos Movimentos Sociais	<i>I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais</i>
2006	Pastoral da Juventude Rural (PJR)	<i>II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural</i>
2006	Via Campesina/ Frente Popular Dario Santillán (Fpds) e outros movimentos sociais urbanos	<i>VI Campamento Latino Americano de Jóvenes</i>
2006 2007	Via Campesina Brasil	<i>I e II Seminário do Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina</i>
2007	Via Campesina/ Frente Popular Dario Santillán (Fpds) e outros movimentos sociais urbanos	<i>VII Campamento Latino Americano de Jóvenes</i>
2008	Via Campesina/ Frente Popular Dario Santillán (Fpds) e outros movimentos sociais urbanos	<i>VIII Campamento Latino Americano de Jóvenes</i>
2008	Via Campesina Brasil	<i>I Encontro Nacional dos Jovens do Campo e da Cidade</i>

Fonte: Levantamento realizado entre 2006-2008

Tabela 12. Órgãos do governo federal e programas direcionados à juventude rural

Órgão governamental	Nome do Programa	Ano de implantação	Área de atuação
Incra - MDA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	1998	Educação
Ministério do Desenvolvimento Social - MDS	Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.	1999	Educação e Social
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA)	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) / Nossa Primeira Terra	2003	Cultura, Educação e Trabalho.
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA)	Arca das Letras	2003	Educação, Lazer e Cultura.
Ministério da Educação - Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo (Seea/MEC)	Brasil Alfabetizado	2003	Educação
Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA)	Programa Nacional de Agricultura Familiar - PronafJovem	2004	Desenvolvimento Rural
Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego (MDA/MTE)	Consórcio Social da Juventude Rural	2004	Acesso a bens e serviços
Ministério da Educação (MEC)	Programa Nacional de Transporte Escolar	2004	Educação
Ministério da Educação (Setec/MEC)	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de EJA	2005	Educação
Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação (Secad); Ministério do Trabalho e Emprego.	Saberes da Terra	2006	Educação
Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego (MEC/MTE)	Programa de Expansão da Educação Profissional	2008	Educação

Fonte: Levantamento realizado entre abril e outubro de 2007

Tabela 13. Organizações/ associações/ instituições não-governamentais – programas e projetos direcionados para a juventude rural

Organizações/ Associações	Programa/ Projeto	Ano de fundação	Ano de início de atuação com a juventude rural	Área de atuação	Região de abrangência
Assema	Organização de Mulheres/ Eixo Juventude Rural	1989	1998	Social, Política, Ambiental, Agricultura Familiar Orgânica	Maranhão NORTE
Aecofaba	Pedagogia da Alternância	1979	1979	Educação	Bahia/ Nordeste NORTE
Ajurgs	Pronaf Agroindústria – Projeto Geração de Renda	1992	1992	Políticas Econômicas e Sociais, Educação, Cidadania, Desenvolvimento Rural	Porto Alegre/ Rio Grande do Sul SUL
Arcafar/ Sul	Projeto Casa Familiar Rural (CFR)	1991	1991	Cidadania, Educação, Formação Profissional, Política, Qualidade de Vida e Trabalho e Renda	Paraná SUL
Ceaps	Rede Mocaronga de Comunicação Popular: a Amazônia do caboclo pelo caboclo da Amazônia.	1985	1995	Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Políticas Públicas.	Na Amazônia no oeste do Pará/ PA NORTE
Cetra	Projeto Especial de Valorização da Ação de Jovens no Contexto do Desenvolvimento Territorial	1981	1981	Agroecologia, Meio ambiente, Gênero, Cultura Local e Cidadania	Fortaleza/CE NORDESTE

Anexos

Epagri	-	-	-	Desenvolvimento dos Jovens no contexto cultural, social e econômico	Florianópolis/ SC SUL
Fundajur	-	1985	1999	Educação básica para o campo, Políticas de geração de renda, Cultura e Lazer	Rio Grande do Sul SUL
Instituto Elo Amigo	Agroecologia Familiar, Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), Comunicação e Mobilização Social, Programa de Bolsa Educacional Aliança.	2001	2001	Gênero, Educação, Meio Ambiente, Agroecologia, Política, Cultura Local e Tecnologia. Trabalho e Renda, Qualificação Profissional	Ceará/ CE NORDESTE
Instituto Souza Cruz	Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (Perj)	2000	2000	Educação e Cidadania	SUL
MOC	Formação de Jovens Lideranças, Programa de Gênero, e Programa de Políticas Públicas para juventude	1967	2001	Gênero, Cultura, Educação, Políticas Públicas	Bahia NORDESTE
Paer	Núcleo de Informação Agricultura é Saber	1987	1987	Saúde, Meio Ambiente, Políticas Públicas e Educação	Paraíba/PB NORDESTE
Terraguá	Escola das Águas e Universidade Livre Baixo Sul	2003	2003	Ecossistemas Aquáticos, Educação, Cultura e Patrimônio, Tecnologia, Saúde e Meio Ambiente, Economia Solidária	Bahia NORDESTE

Fonte: Levantamento realizado entre abril e outubro de 2007

Tabela 14. População residente total segundo situação do domicílio, sexo e idade (%)

Faixa etária	Urbana			Rural		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Até 14	51,1	48,9	25,0	51,3	48,7	30,8
15 a 32	48,6	51,4	31,9	52,8	47,2	29,9
33 e mais	45,8	54,2	43,1	52,3	47,7	39,3

Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Tabela 15. População residente segundo situação do domicílio, sexo e condição na família (%)

Condição na família	Urbana			Rural		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Chefe	66,5	33,5	23,4	80,8	19,2	22,2
Cônjuge	7,9	92,1	20,1	2,3	97,7	24,1
Filho	56,4	43,6	48,9	64,0	36,0	48,7
Outros	51,9	48,1	7,7	62,1	37,9	5,0

Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Tabela 16. Número de homens e mulheres associados e não-associados a sindicatos (%)

Associação a sindicato	Porcentagem Agrícola		
	Homem	Mulher	Total
Associado	8,5	21,8	11,2
Não associado	91,5	78,2	88,8

Fonte: IBGE/Pnad, 2006

Tabela 17. Jovens segundo a relação com o trabalho no campo e na cidade – evento de juventude

	Fetraf	Contag	PJR	Total	(%)
Trabalham no meio rural	224	189	434	847	71,3
Trabalham só na terra da família	107	96	258	461	54,4
Trabalham só na terra própria	9	30	15	54	6,4
Trabalham na terra da família e na sua própria terra			18	18	2,1
Trabalham na terra da família e na terra dos outros	108	63	57	228	26,9
Trabalham como meeiros ou parceiros			40	40	4,7
Trabalhadores rurais assalariados com carteira			6	6	0,7
Trabalhadores rurais assalariados sem carteira			40	40	4,7
Trabalham no meio rural e no meio urbano	33	94	89	216	18,2
Trabalham na terra da família e no meio urbano	30	78	61	169	78,2
Trabalham na própria terra e no meio urbano	3	16	3	22	10,2
Trabalham como assalariados rurais e no meio urbano			15	15	6,9
Trabalham como meeiros/parceiros e no meio urbano			10	10	4,6
Trabalham só no meio urbano	25	17	63	105	8,8
Outras formas de trabalho			20	20	1,7

Tabela 18. Jovens segundo curso de Graduação – evento nacional

Curso	MST	Contag
Pedagogia/ Educação	7,3	6,0
Medicina	12,5	1,5
Enfermagem	4,2	4,5
Agronomia	17,3	19,4
Veterinária	9,6	3,7
História	4,2	3,0
Filosofia	1,9	0,7
Economia	0,3	-
Matemática	0,6	0,7
Biologia	1,9	4,5
Arquitetura	1,0	0,7
Educação Física	2,2	0,7
Outros	25,9	23,1
Direito	6,4	11,9
Indeciso	3,8	4,5
Comunicação/jornalismo	1,0	0,7
Administração	-	9,7
Serviço social/ Assistência social	-	4,5

Tabela 19. Porcentagem de jovens sindicalizados e sindicalização de outro membro da família (%)

Participação em sindicato	Fetraf	Contag	PJR
Você é sócio do sindicato	33,8	48,7	41,9
Sua família é sócia do sindicato	52,2	51,3	23,0

Fonte: Base total da amostra

CARACTERÍSTICAS DESTE LIVRO:

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 11,5 x 17,5 cm

Tipologia: lowanOldSt BT 9,5/13

Papel: Ofsete 75g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250g/m²

Impressão: Sermograf

1ª edição: 2009

*Para saber mais sobre nossos
títulos e autores, visite nosso site:
www.mauad.com.br*